Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Comunicação Social

Fernanda Nalon Sanglard

Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade

Rio de Janeiro
2017

Fernanda Nalon Sanglard

Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof[a]. Dr[a] Alessandra Aldé (UERJ)

Coorientador: Prof. Dr. Mauro Pereira Porto (Tulane University)

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S225 Sanglard, Fernanda Nalon.
Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade / Fernanda Nalon Sanglard. – 2017.
305 f.

Orientadora: Alessandra Aldé.
Coorientador: Mauro Pereira Porto.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação Social – Teses. 2. Comissão Nacional da Verdade – Teses. 3. Ditadura – Teses. 4. Jornalismo – Teses. I. Aldé, Alessandra. II. Porto, Mauro Pereira. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es CDU 080(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Fernanda Nalon Sanglard

Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Aprovada em 07 de março de 2017.

Banca Examinadora:

_____
Prof.ª Dr.ª Alessandra Aldé (Orientadora)
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

_____
Prof. Dr. Mauro Pereira Porto (Coorientador – doutorado sanduíche)
Communication Department – Tulane University

_____
Prof. Dr. Fernando Lattman-Weltman
Instituto de Ciências Sociais – ICS/UERJ

_____
Prof.ª Drª. Letícia Cantarela Matheus
Faculdade de Comunicação Social – UERJ

_____
Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Rio de Janeiro

2017

Para meus sobrinhos Felipe e Lucas

Que a geração de vocês jamais vivencie uma ditadura, mas que desfrute sempre do conhecimento e do exercício de memória e esquecimento para saber respeitar os direitos humanos e viver em um mundo mais justo e menos desigual.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe pelo exemplo, apoio incondicional e ombro amigo. Ao meu pai pelo carinho e interesse. Ao Tiago pelo companheirismo, pela paciência e pelo incentivo a cada chegada ou partida. Aos meus irmãos e às minhas cunhadas pela torcida e participação.

À minha querida orientadora, prof.ª Alessandra Aldé, que tantas portas me abriu e tantos caminhos me proporcionou percorrer, deixando-me livre para escolher por onde trilhar.

Ao meu orientador do estágio doutoral no exterior e coorientador desta pesquisa, prof. Mauro Porto, pela generosidade, pelos ensinamentos, por ter me recebido de braços abertos na Tulane e assim transformado New Orleans em um divisor de águas desta tese.

Ao prof. Paulo Roberto Figueira Leal pela humildade em compartilhar o saber, pela presença constante e por ser responsável por minha inserção no mundo acadêmico.

Ao prof. Fernando Lattman-Weltman, que fez preciosas observações na qualificação, e à sempre solícita profª Letícia Cantarela Matheus por integrarem a banca avaliadora.

À prof.ª e amiga Teresa Neves pelas sugestões, diálogos e leituras, além de todo apoio.

Aos amigos de New Orleans, e, especialmente, à Aline Maia, Juliana Gagliardi e Kelly Quirino, pelo companheirismo, pelas trocas acadêmicas e por serem grandes presentes.

Aos pesquisadores do Stone Center da Tulane University e, principalmente, à Rebecca Atencio, com quem tanto aprendi e dialoguei sobre esta pesquisa.

Aos amigos do doutorado e da estrada Chico Brinati, Emerson Dias, Felipe Mostaro, Flávio Lins, Helena Carmo, Jacque Deolindo, Kelly Scoralick, Marise Baesso, Rafaella Prata, Ramon Bezerra, Rosane Feijão, Tati Hilgemberg e Tetê Mattos. Especial gratidão ao Pedro Sangirardi, amigo que o destino levou, mas que, na breve convivência, tanto me ensinou.

Aos queridos colegas do grupo de pesquisa Tecnologias de Comunicação e Política pela parceria e pelo estímulo. João Guilherme Bastos e Aline Brandão, obrigada sempre!

À Capes pela concessão das bolsas de pesquisa e aos funcionários e professores do PPGCom da Uerj por marcarem este percurso e sempre estarem dispostos a ajudar.

Ao amigo e artista plástico Jorge Arbach e à revisora Lucilene Vieira.

Aos amigos e familiares que mesmo sem os nomes citados sabem o quanto significam. Às queridas tia Marta, Nathália e Anita, que abriram as portas de suas casas e de seu coração.

Às parceiras da Comissão Municipal da Verdade, Cristina e Helena; às companheiras do Projeto de Extensão Memórias Possíveis, Christina Musse e Cláudia Thomé; e às bolsistas Caroline, Fernanda, Lorena, Luanda e Sabrina, que transitaram por minhas reflexões e análise.

Aos entrevistados no decorrer da pesquisa pela receptividade, confiança e sinceridade.

RESUMO

SANGLARD, Fernanda Nalon. *Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade*. 2017. 299 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta tese de doutorado investiga o processo pelo qual a ditadura militar brasileira voltou a ser tema recorrente de atenção pública e midiática depois do estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Como parte do processo de justiça de transição no Brasil, a CNV foi criada por lei em 2011 e instituída em maio de 2012, quase 30 anos após o fim da ditadura, para apurar os casos graves de violações dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 (focando principalmente o período autoritário, que perdurou por 21 anos, entre 1964 a 1985). O colegiado teve até dezembro de 2014 para concluir as atividades e, durante o período de atuação, estimulou uma série de debates nos meios de comunicação acerca do período ditatorial. Mas como o jornalismo brasileiro cobriu os temas relativos à ditadura durante o funcionamento da CNV? Buscando responder a essa questão, a proposta desta tese é monitorar o período de mais de dois anos de funcionamento da comissão a partir de entrevistas com os comissários e jornalistas que cobriram a temática, do acompanhamento da rotina de funcionamento desse colegiado e da análise das narrativas divulgadas pela mídia jornalística. A partir do *clipping* diário produzido pela assessoria de comunicação da CNV, é criado um banco de dados com 8.422 registros jornalísticos, analisados de forma quantitativa e qualitativa por meio do método da análise de conteúdo. O monitoramento permite verificar como se deu a cobertura, quais foram os períodos de maior destaque, quais os enquadramentos e as fontes de informação privilegiados. A intenção é avaliar como os registros noticiosos que envolvem a comissão possibilitam o desenvolvimento de novas narrativas sobre a ditadura. As hipóteses principais são: (1) há ampliação da cobertura sobre as violações de direitos humanos ocorridas na ditadura, mas o enquadramento episódico com foco na agenda e nas atividades da CNV será predominante; (2) os jornalistas atuam menos de modo investigativo, como fiscalizadores, e mais de forma reativa, guiados pela agenda de trabalho da CNV; (3) entre as fontes acionadas, os jornalistas recorrem majoritariamente às narrativas oficiais, que, durante o funcionamento da comissão da verdade, passam também a ser exercidas por ela.

Palavras-chave: Comunicação. Comissão Nacional da Verdade. Ditadura. Jornalismo. Memória.

ABSTRACT

SANGLARD, Fernanda Nalon. *Possible Truths: Brazilian journalism and the narratives about the dictatorship during the National Truth Commission term.* 2017. 299 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This doctoral dissertation investigates the process by which Brazil's military dictatorship (1964-1985) became a subject of media and public attention after the establishment of the country's first National Truth Commission (CNV, in Portuguese). As part of the transitional justice process in Brazil, the CNV was signed into law in 2011 and established in May 2012, almost 30 years after the democratic transition. The intention of this commission was to investigate serious cases of human rights violations that occurred between 1946 and 1988, with a focus on the period of the military dictatorship, which lasted 21 years. The commission completed its activities on December 2014. During its term, the commission stimulated debate in the media about authoritarian rule. How did Brazilian news media cover dictatorship issues during the CNV operation? Trying to answer this question, the purpose of this dissertation is to monitor CNV's work in the period between June 2012 and December 2014 through interviews with commission members and journalists, observation of its routine operations and analysis of stories published by the news media. Using the contents of the daily news clipping produced by the CNV's communications department, a database with 8,422 stories was created. This research uses a combination of content analysis and framing analysis to assess how news stories about the commission created new narratives about the dictatorship. Monitoring allows us to verify how the news coverage occurred, which were the most prominent periods of coverage and which were the privileged frames and sources. The main hypotheses are: (1) news coverage about human rights violations during the dictatorship will increase, but an "episodic frame" that focuses on CNV's own agenda and activities will dominate much of this coverage; (2) the journalists acted less like "watchdogs" and more reactively, guided by the agenda of the commission; (3) the journalists resort mainly to the official sources, which is also exercised by the truth commission members.

Keywords: Communication. Brazilian truth commission. Dictatorship. Journalism. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa O Globo 95
Figura 2 – Matéria Estadão 95
Figura 3 – Campanha da OAB-RJ veiculada na TV em 2010 103
Figura 4 – Campanha da Secretaria de Comunicação da Presidência da República 103
Figura 5 – Página da comissão na internet 105
Figura 6 – Página da comissão no Facebook 105
Figura 7 – Canal no YouTube com vídeos de eventos, depoimentos e entrevistas 107
Figura 8 – Vídeo produzido pela CNV é usado no site do jornal O GLOBO 111
Figura 9 – Saída de Fonteles é manchete da página de Política do Estadão 112
Figura 10 – Reprodução de trecho do primeiro clipping 151
Figura 11 – Reformulação do clipping da CNV 152
Figura 12 – Paulo Malhães e Saddam Hussein 157
Figura 13 – Reprodução de conteúdo não disponível no site da GloboNews 165
Figura 14 – Site da rádio CBN repercutiu instalação da CNV 227
Figura 15 – Fotografia das autoridades presentes aplaudindo a instalação da CNV 229
Figura 16 – *Frame* de reportagem do Jornal Nacional sobre a CNV 231
Figura 17 – Manchete do Estadão sobre instalação dos trabalhos 232
Figura 18 – Choro da presidente também ganha destaque no fim da CNV 233
Figura 19 – Capa da Folha estampa emoção de Dilma 233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação no *share* nacional das redes de TV 149
Gráfico 2 – Distribuição da frequência de registros jornalísticos 153
Gráfico 3 – Espaço midiático conferido ao tema 154
Gráfico 4 – Ápices da cobertura 155
Gráfico 5 – Sobreposição entre frequência no noticiário e gestão da CNV 159
Gráfico 6 – Distribuição do conteúdo entre as mídias 163
Gráfico 7 – Distribuição dos gêneros/formatos 179
Gráfico 8 – Variação da quantidade de citações de vítimas e familiares por mês 210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcos da justiça de transição brasileira 83
Quadro 2 – Categorias analíticas 143
Quadro 3 – Outras categorias analíticas 144
Quadro 4 – Número de emissoras comerciais de TV 148
Quadro 5 – Abrangência da cobertura geográfica 148
Quadro 6 – Circulação dos principais títulos auditados pelo IVC 149
Quadro 7 – Circulação dos principais títulos com edição digital auditados pelo IVC 150
Quadro 8 – Distribuição do número de registros jornalísticos por ano 153
Quadro 9 – Tabulação cruzada: Ano x Tipo de Mídia 162
Quadro 10 – Quantidade de registros jornalísticos por veículo 166
Quadro 11 – Editorias em que o conteúdo está vinculado 169
Quadro 12 – Jornalistas que mais cobriram o tema 170
Quadro 13 – Quantidade de registros jornalísticos por veículo 175
Quadro 14 – Gêneros e formatos jornalísticos identificados 178
Quadro 15 – Terminologias utilizadas nas narrativas 182
Quadro 16 – Detalhamento dos principais enquadramentos 185
Quadro 17 – Ocorrência de cada tipo de enquadramento 185
Quadro 18 – Detalhamento das fontes acionadas conforme a frequência das citações 203
Quadro 19 – Frequência de citações entre aspas por tipo de fonte 204
Quadro 20 – Cruzamento da quantidade de citações por tipo de fonte e veículo 213
Quadro 21 – Relação entre episódios e importância a eles atribuída 217

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1 **REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E VERDADE** 18
1.1 **A ditadura revisitada** 20
1.2 **Indústrias culturais e sistema midiático brasileiro** 30
1.3 **Memórias e medo do esquecimento** 41
1.4 **Narrativas jornalísticas e verdades possiveis** 50
1.5 **Uma proposta comunicacional** 56
2 **COMISSÃO DA VERDADE: O QUE É?** 71
2.1 **Justiça de transição e comissões da verdade no mundo** 72
2.2 **A Comissão da Verdade no Brasil** 78
2.3 **As políticas e estratégias comunicacionais da CNV** 99
3 **VASCULHANDO OS 'PORÕES'** 120
3.1 **Afinal, o que é e para que serve a análise de conteúdo?** 122
3.2 **Enquadramentos da realidade** 127
3.3 **Como identificar enquadramentos a partir da análise de conteúdo?** 134
3.4 **Procedimentos analíticos** 138
4 **A COMISSÃO E A DITADURA NO NOTICIÁRIO** 147
4.1 **Monitoramento da cobertura** 147
4.2 **Enquadrando a comissão nacional da verdade** 175
4.3 **As vozes do jornalismo** 200
4.4 **Os episódios emblemáticos da CNV** 217
CONCLUSÃO 245
REFERÊNCIAS 255
APÊNDICE A - Análise *clipping* Comissão Nacional da Verdade (outubro/2012) 272
APÊNDICE B - Formulário de codificação 280
APÊNDICE C - Formulário de coleta para NOTICIAS 286
APÊNDICE D - Quantidade de conteúdo assinado por Autoria 287
APÊNDICE E - Roteiro de entrevista semi-estrutrada com integrantes da CNV 298
APÊNDICE F - Roteiro de entrevista semi-estrutrada com jornalistas 299
ANEXO - Relatório de atividades do projeto direito à memória e à verdade (2011-2015) 300

INTRODUÇÃO

Como o jornalismo se comporta na reconstrução de memórias acerca da ditadura militar brasileira? É essa a questão que inspira as reflexões da pesquisa "Verdades possíveis: O jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade", iniciada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2013. Quatro anos após o início das investigações, este texto apresenta os resultados de um trabalho árduo e extremamente prazeroso.

Mais de cinco décadas após o golpe de 1964, temas relativos aos 21 anos em que o Brasil se viu submetido ao regime ditatorial voltam a ser noticiados pela imprensa[1] em boa medida estimulados pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Com o seu desfecho coincidindo com um cenário de crise política, pressões das Forças Armadas e de setores conservadores, manifestações nas ruas e nas redes e o desabrochar de articulações entre atores políticos que levariam ao impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), o encerramento das atividades da CNV não contou com a mesma "pompa e circunstância" de sua instalação. Contudo, diferentemente do que ocorre a cada década, quando os noticiários preparam edições e cadernos especiais de aniversário para relembrar e pautar as discussões sobre o golpe de 1964, nos últimos anos, o tema vem sendo abordado de forma menos pontual, passando a figurar com mais recorrência nos produtos jornalísticos. Aliás, é provável que nunca se tenha pronunciado tanto o termo "golpe" como nos episódios políticos mais recentes.

Todavia, quando esta pesquisa começou a se delinear, o cenário era outro, a Presidência da República sob o comando petista contava com altos índices de aprovação, a CNV se apresentava como uma incógnita e seu sucesso dependia também de um trabalho de comunicação, que faria com que as narrativas sobre o golpe e a ditadura passassem novamente a "incomodar" a opinião pública. Um fato já era notável, tais temas não estavam mais restritos aos episódios de rememoração mencionados, mas se tornavam assunto cotidiano no *mainstream* jornalístico. Mas que fatores estariam por trás dessa mudança? A instalação de uma comissão da verdade em âmbito nacional seria um deles?

[1] O termo imprensa é aqui utilizado genericamente para se referir às empresas e aos produtos jornalísticos de rádio, televisão, jornal impresso e internet.

Foi em uma redação de jornal, especificamente da *Tribuna de Minas*, em 2012, que essas perguntas passaram a me intrigar e a ideia de pesquisar sobre a ditadura e a interface com a comunicação começou a ganhar contornos mais visíveis. Naquele ano, a CNV havia sido instalada e a imagem estampada no jornal – de todos os presidentes da República pós-ditadura na cerimônia de posse dos integrantes da comissão – não me saía da cabeça. Aquela fotografia dizia muito mais do que se podia imaginar sobre um país que ainda amargava as dores de um trauma histórico, de um tema que ainda se mostrava como incômodo tanto para as vítimas quanto para aqueles que foram beneficiados pelo regime autoritário. Aquela foto trazia uma reunião de líderes interessante: colocava lado a lado aqueles que pertenciam ao partido que suportou a ditadura militar (Arena) – José Sarney e Fernando Collor de Mello – e três vítimas do regime – Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff[2]. E uma nova pergunta não parava de martelar em minha mente: Por que, somente após quase 30 anos do fim da ditadura, o Brasil resolveu enfrentar seus pesadelos e investigar oficialmente o que ocorreu? A postura dos representantes das Forças Armadas na solenidade também não passaria despercebida: não aplaudiram o ato. Revelavam ali o que estava por vir e que o caminho a ser trilhado pela CNV não seria fácil.

Mas foi outro acontecimento, ocorrido no mês seguinte, que me fez decidir o objeto de pesquisa. Era um dia comum de junho de 2012 quando cheguei à redação, que estava em polvorosa. Reportagem de um jornal concorrente, o *Estado de Minas*, desenterrava um depoimento da presidente Dilma Rousseff ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh). O relato, prestado em 2001, quando Dilma sequer almejava se tornar presidente, precisou de mais de uma década para ser contado por um jornal. "Minha arcada girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu", contou Dilma sobre a tortura. "Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. (...) Tem um lado que marca a gente pelo resto da vida. (...) As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim", revelava outro trecho da reportagem[3] com menção ao depoimento dela. Quantas memórias permaneceriam silenciadas? Quanta dor escondida debaixo do tapete o jornalismo poderia ter acesso e revelar à sociedade? Por que esse depoimento era inédito?

[2] Mal sabíamos que uma das imagens comportaria também um sexto nome de presidente, Michel Temer, que aparecia ao fundo enquanto então vice de Dilma Rousseff.

[3] Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/06/17/interna_politica,300587/me-deram-um-soco-e-o-dente-se-deslocou-e-apodreceu.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2016.

Rapidamente as menções à reportagem começaram a "pipocar" pela internet, repercutir em todos os jornais do país, em veículos do exterior e também nas mídias sociais. E o impacto não era apenas a revelação sobre a presidente. A fala dela trazia outra novidade: houve tortura no município de Juiz de Fora (MG), minha cidade natal. Isso me chamou especial atenção, porque era algo que jamais havia sido dito publicamente. Juiz de Fora sediava a 4ª Região Militar no período da ditadura e era tida como uma cidade em que não havia registros de tortura, a não ser por um caso de morte[4], considerado como exceção. Aquele relato da presidente derrubava as memórias hegemônicas e impactava não só o que eu havia aprendido sobre a ditadura em minha cidade, mas também o que a população brasileira considerava sobre a história do país.

Algo ali era essencial para mim: o jornalismo tinha parcela de contribuição naquelas revelações e cumpria uma função que extrapolava o dever de informar. E foi aí que eu, daquele lugar de fala – repórter de cidade cedida à editoria de política para atuar na cobertura das eleições municipais –, deparei-me com o desafio de auxiliar na repercussão daquelas memórias. Ao fim do dia, a repórter e amiga Táscia Souza me veio com a sugestão que se transformaria em resposta de uma questão que eu havia feito tempos atrás: "Por que você não pesquisa a comissão da verdade?" Pronto. O questionamento parecia alinhar todas as minhas angústias acadêmicas ao "faro jornalístico". Em poucos dias, estava pronto o projeto de doutorado que agora se materializa nesta tese.

O que se pretende na pesquisa em questão é suscitar o debate sobre o componente comunicacional que envolve a disputa e a construção de sentidos sobre a ditadura militar e seus desdobramentos, entendendo a comunicação não como mero fenômeno que permite a transmissão de informações e o jornalismo não somente como instituição social capaz de disseminar o conteúdo informativo. Defende-se que, ao propor debates na arena pública, atuar para a construção de sentidos, ressignificar memórias e interpelar forças políticas, a função jornalística vai além e, por isso, merece ser mais bem compreendida e questionada.

Os avanços no processo de justiça de transição brasileiro, especialmente com a criação de uma comissão da verdade, surgiram então como estímulo ao "*boom*" de pesquisas sobre direitos humanos e autoritarismo no Brasil em suas mais diversas facetas e articulações. Mesmo que no campo da comunicação o tema ainda seja pouco pesquisado[5], nas mais diversas áreas houve acréscimo no quantitativo de pesquisas sobre a temática da ditadura,

[4] Caso de Milton Soares de Castro, guerrilheiro do Caparaó, encontrado morto na Penitenciária de Linhares.

[5] Levantamento na Plataforma Lattes e no Banco de Teses e Dissertações da Capes mostra que, até dezembro de 2016, duas dissertações e uma tese foram defendidas com temática que relaciona a Comunicação e a CNV.

principalmente na última década[6]. Sabendo-se que o tema também passa a ser mais noticiado nos veículos jornalísticos, não apenas porque a sociedade começa a rever conceitos sobre os acontecimentos históricos, mas também por conta do novo componente comunicacional apresentado pela internet e sua intensa disseminação de conteúdos, principalmente a partir dos anos 2000, é compreensível que a imprensa noticie mais o tema. O que questiono é: como isso vem sendo noticiado?

Aarão Reis (2014a, p.7) afirma que, ao longo das décadas, com exceção do décimo aniversário, em 1974, "as datas redondas (1984, 1994 e 2004) do episódio [golpe] assinalaram um progressivo encolhimento dos que, mesmo com ressalvas, identificavam-se com a ditadura ou a defendiam". O que o pesquisador percebe meio século depois do golpe é que grande parte das forças políticas condena a "aventura golpista", sendo difícil encontrar pessoas dispostas a defender publicamente aspectos positivos da ação. Ainda assim, nas recentes manifestações populares contrárias aos governos realizadas desde 2013, assistimos grupos de cidadãos – ainda que minoritários – levantando a bandeira da "intervenção militar" e do *impeachment* a qualquer preço e sob quaisquer circunstâncias, em nítido desapreço às regras democráticas. Esses grupos foram criticados e questionados, social e midiaticamente, mas integram uma parcela da população que defende os custos do golpe e da ditadura ou que parece não compreender o que a última intervenção militar – especificamente o golpe de 1964 – representou.

Levando-se em conta que o jornalismo contribui com as construções de sentido sobre as coisas do mundo e possibilita que a sociedade se valha de atalhos para elaborar tais construções, pode-se atrelar esse tipo de reflexão à ideia de que existem disputas pelos sentidos dominantes e também pelas memórias que serão conservadas. Em decorrência disso, considerar o componente político-midiático desses fenômenos permite novos olhares sobre o a ditadura e o processo de justiça de transição que a sucedeu.

Notadamente, o regime autoritário provocou uma série de impactos que merecem ser analisados a partir de diferentes enfoques e áreas do conhecimento. Como esta tese vem sendo construída no campo da comunicação – em diálogo com os campos da história, da política e dos direitos humanos –, o trabalho concentra-se em compreender o espaço midiático conferido à Comissão Nacional da Verdade e de que maneira a ditadura militar brasileira volta a ser noticiada. Cabe ainda investigar em que medida os processos comunicativos se inserem nesse tipo de política pública.

[6] Informação contida no livro "A ditadura que mudou o Brasil", de Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

Depois que a ordem democrática começou a ser restabelecida, em 1985, foram necessários quase 30 anos para que o Brasil iniciasse uma das etapas de seu processo de justiça de transição: estabelecer uma política pública voltada para a memória de um período traumático. Com esse distanciamento temporal significativo, somente em maio 2012 a CNV foi instituída para apurar as graves violações dos direitos humanos ocorridas no regime autoritário e relatar circunstanciadamente as memórias das vítimas ou daqueles que puderam testemunhar o que ocorreu. Entendendo a importância histórica, social e política da instalação da CNV, procuro traçar um paralelo entre essa mobilização em prol da memória e os relatos jornalísticos que surgem a partir dela.

Para atingir os objetivos da pesquisa, este trabalho se apresenta distribuído da seguinte maneira: no Capítulo 2, "Reflexões sobre memória e verdade", os conceitos de memória e verdade serão abordados, assim como as relações comumente estabelecidas – algumas controversas – entre eles. Sendo a memória um terreno de disputa, julga-se importante, primeiramente, apresentar a ditadura militar brasileira do ponto de vista das disputas de sentido estabelecidas sobre esses fenômenos. A seção 2.1 foi intitulada "A ditadura revisitada" justamente por apontar controvérsias que recentemente passaram a ser enfrentadas com mais veemência pela historiografia. A ideia é contextualizar essas novas interpretações sobre a ditadura, resgatar história do jornalismo (seção 2.2), a constituição dos principais grupos midiáticos brasileiros e a sua relação com o período autoritário para que, à frente, no Capítulo 5, possa ser verificado se o jornalismo contribui com a desconstrução das narrativas dominantes ou remanescentes até então disseminadas.

Nas seções 2.3 e 2.4, a dicotomia entre a memória e o esquecimento é questionada e os estudos sobre memória social e narrativa atuam como fio condutor para atrelar os traumas vivenciados (por exemplo, em regimes autoritários) às maneiras que narramos ou que somos levados a construir nossas memórias. O item 2.5, "Uma proposta comunicacional", apresenta as razões pelas quais esta pesquisa se desenvolve no campo da comunicação e discute as interfaces com outros campos do conhecimento, como o da história e da ciência política.

No Capítulo 3, a seção 3.1 retoma alguns conceitos acerca de memória e comunicação para esclarecer o tipo de política pública internacional que culmina com o que se chama de comissão da verdade, considerando a iniciativa como uma forma de política de memória. A próxima seção, 3.2, apresenta a experiência da Comissão Nacional da Verdade e as principais características do processo de justiça de transição brasileiro a partir de olhar sobre os processos políticos no campo dos direitos humanos. O item 3.3 encerra este capítulo demonstrando como a comunicação é elemento importante para qualquer comissão da

verdade. A proposta é discorrer sobre as ações da assessoria de comunicação da CNV e de seus comissários em prol do diálogo com a sociedade e questionar as razões que levaram à principal crise interna da comissão ser considerada também como crise de comunicação.

O Capítulo 4, "Vasculhando os 'porões'", pode ser considerado o tópico metodológico da tese, por apresentar o método de análise de conteúdo e a perspectiva teórico-conceitual de enquadramento que serão utilizados nesta pesquisa. O tópico promove a articulação das hipóteses traçadas com o problema de pesquisa, os objetivos e o corpus da análise. A proposta é compreender o que as notícias indicam e permitem inferir, realizar um mapeamento da cobertura e identificar os enquadramentos[7] majoritários. Como não basta ter acesso à quantidade disponível de matérias, é preciso pensar como se dá o acesso a elas, se são plurais e de que forma o jornalismo vem atuando no resgate das memórias sobre a ditadura.

Assim, a pesquisa consistirá no monitoramento do período de mais de dois anos de funcionamento da CNV – a partir de entrevistas com os integrantes da comissão, com seus assessores e com jornalistas que cobriram o assunto, do acompanhamento da rotina de funcionamento desse colegiado e da análise dos relatos divulgados pela imprensa que integram o *clipping* elaborado pela equipe de comunicação da CNV. Tal análise, bem como a escolha metodológica e sua aplicação, é minuciosamente descrita nesta seção.

No Capítulo 5, os procedimentos apresentados no item anterior são aplicados e os resultados apresentados e discutidos. Tal capítulo é dividido em quatro seções que representam as três fases de aplicação da análise de conteúdo. A primeira é dedicada ao monitoramento da cobertura e apresenta os dados gerais das 8.422 notícias analisadas, os ápices da cobertura e os momentos de maior repercussão midiática. A segunda é focada na identificação dos enquadramentos e das terminologias utilizados pelo jornalismo em uma amostra do material. Os resultados encontrados são articulados com os conceitos desenvolvidos ao logo da tese. Já a seção 5.3 e 5.4 destinam-se à compreensão das vozes que se fazem presentes na cobertura e à reflexão sobre os assuntos considerados emblemáticos a partir dos dados coletados e das entrevistas. Quatorze pessoas foram entrevistadas para esta tese, sendo sete dos oito nomes[8] que compuseram a comissão, dois assessores e cinco

[7] Tal conceito é apresentado oportunamente no Capítulo 4.

[8] Apenas o comissário Paulo Sérgio Pinheiro não concordou em conceder entrevista.

jornalistas[9]. As reflexões retiradas dessas entrevistas são utilizadas em toda a tese. Por fim, o Capítulo 6 é dedicado às considerações finais.

Para estimular a discussão sobre o tema, propõe-se pensar na questão comunicacional relacionada ao campo da história a fim de entender o complexo terreno de construções e disputas em que se insere o jornalismo. Assim, mergulharemos nas reflexões sobre memória, verdade e narrativas.

[9] A escolha dos jornalistas a serem entrevistados foi feita a partir do cruzamento de dados dos veículos que mais cobriram a temática com os repórteres mais atuantes, levando em conta o número de matérias assinadas.

1 **REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E VERDADE**

Analisar como o jornalismo brasileiro cobre na contemporaneidade assuntos relativos à ditadura militar implica, antes de tudo, entender o que foi a ditadura. Contudo, rememorar o período de autoritarismo é algo que pode ser feito de diversas formas. Como já existe uma imensidão de trabalhos no campo da história e até mesmo relatórios de comissões da verdade dedicados a cumprir essa missão, e a cumprem bem, minha preocupação nesta pesquisa não é em recontar a ditadura, mas sim em apresentar alguns episódios importantes a partir de um olhar do campo da comunicação focado nas controvérsias em relação aos episódios historiográficos. Isto é, os momentos escolhidos para serem destacados surgem da revisão bibliográfica de autores contemporâneos com a proposta de apresentar novas e mais complexas interpretações para os momentos e eventos que foram alvo de polêmica ou contestação e que recentemente vêm sendo desmitificados por pesquisadores do tema.

Revisitada a ditadura, passo a apresentar as principais correntes teóricas dos estudos sobre memória e narrativas e, por meio delas, proponho seguir uma linha de estudos que rompe com alguns paradigmas principalmente no que tange às contradições entre memória e esquecimento. Faço, para tanto, referência ao conceito de memória como fenômeno coletivo e social (Halbwachs, 2006) cujas disputas são ideológicas e políticas (Le Goff, 1990). Se, para muita gente, o ato de esquecer é interpretado exclusivamente como negatividade, a proposta dos autores que referencio neste capítulo diferencia “esquecimento” de “apagamento” e demonstra que o apaziguamento com as dores do passado depende de um “trabalho de memória” que envolve também o esquecimento.

A partir das discussões filosóficas nutridas pela historiografia, pego emprestado o termo “verdade” utilizado no título da comissão para discutir as disputas políticas travadas na tentativa de se estabelecer uma narrativa dominante sobre os acontecimentos. Adiciono nessa equação reflexões sobre o código jornalístico que atribui a tal instituição a missão de ser a detentora da verdade dos fatos a serem narrados. Verdade que não é necessariamente a representação mais fiel da realidade, mas sim que transforma o verossímil em algo lógico e aceitável. Em meio a essa estratégia, os públicos firmam com os produtores de conteúdo jornalístico um pacto de credibilidade, e as tantas verdades possíveis sobre um mesmo fato acabam muitas vezes por se confundir em uma versão que ajuda a construir a realidade.

Tais apontamentos, detalhados com a profundidade necessária no decorrer do capítulo, surgem com a ponta do fio que conduz à necessidade de apresentar e justificar a proposta

comunicacional desta tese. Desse modo, este capítulo também se propõe a apresentar o diálogo sincero que travei comigo mesma e com colegas pesquisadores das ciências sociais e de outras áreas sobre como é composto e se desenvolve o campo da comunicação, bem como de que forma ele margeia tantos outros saberes e campos do conhecimento. Uma das minhas preocupações nesta seção é demonstrar que, mesmo se o principal objetivo desta pesquisa não fosse realizar análise de mídia para buscar entender como se dá a cobertura jornalística, este estudo, ainda assim, poderia estar inserido no campo da comunicação. Isso porque é defendido aqui que os estudos comunicacionais não estão, e não devem estar, restritos apenas à análise de mídia e à preocupação com a transmissão de informações.

As reflexões partem então para a interface de diálogo entre comunicação e história, que é capaz de sugerir diversas formas de abordagem sobre a atuação dos meios de comunicação na construção daquilo que será memorável. Além de atuar na escolha das narrativas que serão contadas e valorizadas, o jornalismo também está atrelado à capacidade cultural das "memórias mediadas", conceito que será apresentado adiante. Isso implica discutir como grande parte da responsabilidade de armazenar conteúdos e, também, memórias, passa a ser atribuída pelas sociedades (tanto as antigas quanto as contemporâneas) às mídias. Esse aspecto leva também a pensar a internet como novo espaço de memórias, que sugere ser livre, democrático e capaz de comportar tudo que se deseja guardar e futuramente pesquisar, mas que o olhar crítico aponta para outros obstáculos e condicionantes.

Defendendo a necessidade de se contextualizar todos esses fenômenos e buscar compreender o que está além do conteúdo explícito, o resgate histórico é também dedicado à constituição e ao desenvolvimento do sistema midiático brasileiro. O argumento usado para justificar as propostas que apresento tem como um dos alicerces a proposição de que, para entender a maneira como as empresas de comunicação se articulam na atualidade, é preciso compreender primeiro como elas se formaram e se estabeleceram bem como o contexto em que estão inseridas. Observar as mudanças sociais ocorridas nos momentos de autoritarismo e transição democrática e o modo como o jornalismo atua como ator político relevante nesses processos se torna essencial. Convido então para iniciar tal resgate "revisitando" a ditadura.

1.1 **A ditadura revisitada**

Madrugada de terça-feira, dia 31 de março de 1964. As tropas da 4ª Região Militar, sediada no município de Juiz de Fora e comandada pelo general Olympio Mourão Filho, deixam a cidade mineira rumo ao Rio de Janeiro. O objetivo era claro: tomar o poder e forçar a saída do então presidente da República, João Goulart (PTB), conhecido popularmente como Jango.

Ainda que as articulações para o golpe tenham sido iniciadas bem antes e envolvam uma série de acontecimentos (que vão desde o estabelecimento da Guerra Fria, o plano Cohen, os desdobramentos do governo Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a campanha da legalidade, até as greves, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a campanha de "caça aos comunistas" e desestabilização do governo incorporada por setores empresariais) cuja compreensão é fundamental para que se dimensionem as complexidades do maior período de autoritarismo vivenciado no Brasil republicano, esta tese não tem a pretensão de recontar os episódios históricos. O papel desempenhado aqui é o de refletir sobre construções narrativas que se fixaram no tempo e que recentemente vêm sendo abordadas a partir de outros pontos de vista capazes de jogar luzes de forma mais ampla e aprimorada nesse processo.

Para tal, destaco alguns momentos e eventos que, conforme a historiografia consultada, foram alvo de controvérsia e que recentemente vêm sendo desmitificados por historiadores, pesquisadores, jornalistas e outros. Assim, um dos primeiros elementos a serem considerados é a própria utilização do termo "golpe". Uso como fonte para identificação desses episódios controversos os trabalhos de pesquisadores renomados no país, como Carlos Fico (2004, 2014), Daniel Aarão Reis (2014a, 2014b), Denise Rollemberg e Samantha Quadrat (2010). A intenção é não somente justificar as escolhas semânticas adotadas nesta tese, como também identificar as narrativas hegemônicas e contra hegemônicas acerca do período que possibilitem, posteriormente, nos capítulos analíticos, verificar se elas estão refletidas nas representações jornalísticas.

Um dos pontos frequentemente questionados diz respeito à nomenclatura "mais adequada" para se referir ao processo histórico que culminou com a ditadura. Tal disputa de sentidos tem relação direta com o tipo de apoio e financiamento recebido pela ação golpista. Durante muito tempo, uma vertente de estudiosos tratou de colocar os Estados Unidos e o poder capitalista como os elementos centrais na tese de que o golpe não teria ocorrido no

Brasil não fosse o estímulo norte-americano[10]. Recentemente, tal tese vem sendo desconstruída na medida em que pesquisadores do campo da história (AARÃO REIS, 2014a; FICO, 2008, 2014) passaram a advertir que superdimensionar a participação dos Estados Unidos no processo ditatorial brasileiro poderia implicar desconsiderar que o golpe recebeu apoio de parcela significativa da população brasileira e que havia setores internos que se beneficiavam com o autoritarismo implementado. Implicaria também ignorar aspectos culturais e históricos que, desde a colonização do Brasil, revelam raízes violentas e resquícios autoritários em nossa sociedade.

Com o precedente e a inspiração de vários outros golpes, os políticos conspiradores – como Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto – tinham na mira as eleições de 1965 e a possibilidade de definirem o próximo presidente, que poderia, inclusive, ser algum deles. Assim, o historiador Daniel Aarão Reis (2014a) também alerta para o fato de que, apesar de importante, o apoio dos Estados Unidos não pode ser supervalorizado. O golpe foi algo articulado internamente, por lideranças locais e com apoio da sociedade civil, ainda que com respaldo externo.

> A ampla aliança social entre civis e militares que permitiu a vitória do golpe de Estado em 1964 era heterogênea – e contraditória. Embora apoiada pelo governo dos Estados Unidos, fato já desvendado por pesquisas, tinha substância e dinâmica próprias e relativa autonomia. É um equívoco superestimar o papel externo da decisão do confronto ocorrido no país, argumentando-se, como muitos, que o golpe teve início em Washington ou que se tornou vitorioso graças à decisiva intervenção de uma pequena esquadra que nem chegou ao litoral brasileiro (AARÃO REIS, 2014a, p.32).

Assim, a partir de reflexões contemporâneas sobre esse período, historiadores têm proposto fazer uso do termo "golpe civil-militar", na tentativa de que a participação e o incentivo da sociedade nesse processo não sejam esquecidos. É esta terminologia que também usarei nesta tese.

Tanto a historiografia quanto o jornalismo (apesar de terem objetivos e funções diferentes) se apoiam em pesquisa, memória, comprovação documental e entrevistas. Mas sendo o discurso e a definição dos termos objetos de disputa, é compreensível que nem mesmo o período que compreendeu a ditadura seja unanimidade.

---

[10] Documentos norte-americanos revelam que a ajuda no golpe consistiria em apoio militar e logístico caso houvesse evidência de intervenção soviética ou cubana para apoiar Jango. Mesmo sem essa evidência, a força-tarefa já estava a postos. (FICO, 2014). Sobre a "Operação Brother Sam", a campanha de desestabilização de João Goulart e o financiamento dos Estados Unidos à propaganda anticomunista no Brasil ver: FICO, 2008.

Conforme a visão de Aarão Reis (2014b), o Brasil viveu sob a ditadura propriamente dita durante 15 anos (1964-1979), sendo que, entre o início da abertura e a promulgação da Constituição (1979-1988), teria vivido um período de transição. Já Carlos Fico (2014) considera que o período da ditadura foi marcado por fases, tendo ela percorrido os cinco governos militares que se sucederam de 1964 a 1985, até que um civil – Tancredo Neves – fosse eleito, ainda que indiretamente.

> O marco inicial, 1964, não suscita dúvidas. A ditadura instaurou-se, como se disse, contra um determinado programa – nacionalista e popular. A ruptura aí é clara, embora as continuidades sejam também evidentes, como se verá. Perdeu-se um tipo de República na qual havia uma democracia limitada, mas em processo de ampliação. Ganhou-se uma ditadura que se radicalizaria com o tempo. Em relação ao fim do período, os marcos são mais fluidos. Seria 1979, com a revogação dos Atos Institucionais? Ou 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney? Ou, ainda, 1988, com a aprovação de uma nova Constituição?
> A rigor, seria mais correto falar em discurso hegemônico: para a grande maioria, a ditadura acabou em 1985, por mais que isso seja incongruente com o fato de o novo presidente, José Sarney, ter sido um "homem da ditadura". Mas a memória é assim: substitui evidências pela vontade e pelo interesse, que, no caso, se articularam para responsabilizar unicamente os militares pelo "fato ditatorial". No mesmo movimento, obscureceu-se a participação dos civis na construção do regime, esvaziando-se de quebra o estudo e a compreensão das complexas relações que sempre vigoraram entre o poder ditatorial e a sociedade. (AARÃO REIS, 2014b, p.13).

Mas, se mesmo a partir da distensão e da anistia, a repressão continuava sendo uma política de Estado (visto que atentados[11], tortura e prisões políticas ainda ocorriam) e o governo continuava subordinado aos militares, comprovadamente com apoio de civis, acredito que o regime ainda era ditatorial entre 1979 e 1985. O integrante da Comissão Nacional da Verdade Cláudio Fonteles (2016) também considera que a estrutura de governo era militar, "os civis vêm a reboque. Tem civil de extrema direita, tem. Mas a estrutura é militar, não é civil", diz ele, enfatizando que concentrar a discussão sobre o apoio civil à ditadura seria o mesmo que "discutir o sexo dos anjos" por limitar as reflexões a algo menos relevante do que é compreender o que foi a ditadura e qual o impacto dela para a sociedade contemporânea.

Respeitando o rigor metodológico adotado na historiografia de Aarão Reis e sua grande contribuição nesse sentido, consideramos nesta pesquisa, assim como o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), que a ditadura no Brasil durou 21 anos, sendo que a última fase (entre 1979 e 1985) foi marcada por processo de transição lento e pactuado,

[11] É um exemplo o "atentado do Riocentro", como ficou conhecida a ação militar – felizmente malsucedida – que previa um atentado a bomba no Riocentro, no Rio de Janeiro, durante o show do Dia do Trabalhador em 1981 com o intuito de atribuir culpa aos opositores do regime.

que só foi concluído a partir da Constituição de 1988 e da possibilidade de eleições diretas para presidente, no ano seguinte.

Não há dúvidas da participação civil e da "responsabilidade ampliada" na construção da ditadura brasileira, tanto é que trato de também considerar parcelas das indústrias midiáticas jornalísticas como um componente importante no processo. E, nesse sentido, de fato, a ditadura foi um processo, e não um "parêntese radical na história do país" ou um regime meramente militar (AARÃO REIS et al., 2014, p.14).

Ainda que consideremos a importância de diversos setores civis no estabelecimento e manutenção da ditadura, tratarei do golpe como civil-militar e da ditadura como militar. Esse parêntese é feito apenas para justificar a opção léxica utilizada, que, obviamente, tem seu efeito semântico ao ponderar não ser o apoio político o fator determinante da natureza dos eventos, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Portanto, o golpe civil-militar faz sentido na medida em que foi efetivamente conspirado e articulado por civis e militares. É fato que parcelas da sociedade apoiaram o regime ditatorial, mas, se todos os cinco governos que se sucederam tiveram representantes militares (ainda que não fossem formados exclusivamente por eles) e condução altamente militarizada, mesmo que houvesse respaldo civil, não se pode considerar incorreto o uso do termo "ditadura militar" (FICO, 2014).

Nesse sentido, outra contribuição de Fico (2014) atenta para que o golpe não seja interpretado apenas como o episódio inaugural da ditadura, para que se evite "leitura romantizada, segundo a qual a sociedade foi vítima de militares desarvorados". Para ele, romper com a leitura vitimizadora não exime os golpistas de culpa, mas demonstra que não há fatos históricos simples. "Entender por que uma solução autoritária foi de algum modo aceita naquele momento pode servir para exorcizarmos a sociedade brasileira do autoritarismo que tantas vezes vitimou a história de nossa República".

Denise Rollemberg (2010, p.100-101) compartilha da mesma opinião ao afirmar que a sociedade percebeu vantagem em construir a imagem sobre si mesma como "essencialmente democrática", como aquela que repudiou o arbítrio "numa luta intransigente contra os militares". Segundo a autora, a memória estruturada no mito da resistência acabou por fixar a ideia de que "o golpe tinha sido militar; a ditadura, militar; o regime, imposto; a sociedade, vítima". O problema desse espectro é que ele desconsidera o autoritarismo como um produto das relações sociais e políticas estabelecidas.

Aarão Reis (2014a) ressalta que as versões comumente disseminadas estão saturadas de memória, demonstrando incapacidade de compreender as raízes, os fundamentos históricos

da ditadura, que não podem excluir as complexas relações estabelecidas entre ela e a sociedade nem o papel das esquerdas no período.

Um dos problemas, conforme o historiador, é o "muro de silêncio", imposto pelas Forças Armadas, que continuam sustentando a versão divulgada pelo Projeto Orvil[12], o que se pode verificar em *sites*, escolas, centros de formação militares e até mesmo na postura durante e após o encerramento dos trabalhos da CNV. "Em outras palavras, para as Forças Armadas, a ditadura continua sendo apresentada – e cultivada – como uma 'revolução democrática' que salvou o país do comunismo e do caos." (AARÃO REIS, 2014a, p.14).

A tentativa de atrelar o golpe e seus desdobramentos a valores com carga positiva e aceitos socialmente sempre foi um elemento da disputa de sentidos sobre esses fatos históricos. Venceu, durante muito tempo, o discurso da "revolução" e do "regime militar", termos que, se comparados a "golpe" e "ditadura militar", reduzem consideravelmente a carga semântica negativa de tais eventos. O "muro de silêncio" mencionado por Aarão Reis também se sustentou em outras construções narrativas que tentaram – e muitas vezes conseguiram – tornar a ditadura brasileira como um evento menor ou menos violento do que outros governos autoritários.

Mesmo que os fatos desmintam essas versões, entendendo a verdade como uma construção, o resultado é que a sociedade transformou por muito tempo em "verdade" a crença de que o golpe de 1964 foi pacífico e de que a ditadura foi uma "ditabranda". Assim, pouco foi falado sobre aqueles que morreram no dia 1º de abril de 1964. Quem conhece a história de Jonas Barros, Ivan Aguiar, Ari Cunha e Labib Abduch? Em Pernambuco, Jonas e Ivan foram baleados em manifestação de apoio ao governador Miguel Arraes, que havia sido cassado pelos golpistas. Ari e Labib foram mortos no Rio de Janeiro, durante protesto estudantil contrário ao golpe. Provavelmente os tiros que os atingiram partiram do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar clandestino que se voltava contra os "subversivos" (FICO, 2014).

Como teriam sido contabilizadas "poucas" mortes na ocasião do golpe e nos dias subsequentes se comparadas com o que ocorreu em outros países latino-americanos, preferiu-se adotar a memória de que as ações foram pacíficas. Mas, como alerta Carlos Fico, é ingenuidade (ou intenção tendenciosa de poupar os agressores) contabilizar a violência pelo número de mortes.

[12] Orvil significa "livro" ao contrário e foi um projeto de quase mil páginas desenvolvido pelo Centro de Informações do Exército em resposta às acusações contidas na obra "Brasil: nunca mais". O objetivo era justificar, apresentando a visão das Forças Armadas, o golpe e tentar legitimar a ditadura instaurada. (AARÃO REIS, 2014).

Isso também é o que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tentou reforçar. Em seu relatório, a CNV contabilizou 434 mortos e desaparecidos[13] em decorrência do autoritarismo no Brasil. Ainda que tenha desagradado militantes que defendem os direitos dos indígenas e camponeses, por não conseguir dimensionar os atingidos indiretamente pelo Estado opressor ou os que não compunham as classes urbanas, o número é uma atualização dos dados que já vinham sendo trabalhados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos.

> Para a Comissão Nacional da Verdade, o rol de vítimas aqui exposto não é definitivo. As investigações sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período enfocado pela Comissão – de 1946 a 1988 – devem ter continuidade e, notadamente no que se refere à repressão contra camponeses e indígenas, a produção de um quadro mais consolidado de informações acarretará a identificação de número maior de mortos e desaparecidos (CNV, 2014, v.3, p.25).

Ao divulgar que os números encontrados podem não condizer com a totalidade dos casos, indicando os grupos de vítimas que não teriam sido contempladas pelas pesquisas, a CNV se resguardou de ser responsabilizada como a única detentora da versão oficial dos fatos. Contudo, setores da sociedade civil questionaram: limitar o número apenas aos casos comprovadamente pesquisados não poderia fazer com que a sociedade dimensionasse de forma equivocada os impactos da ditadura militar brasileira?

> A visão que temos sobre o Brasil é marcada por alguns mitos [...]. Viveríamos uma democracia racial assinalada pela convivência pacífica das raças e teríamos uma história incruenta, pois as grandes transformações políticas – como a Independência e a República – teriam se dado sem derramamento de sangue. Assim, o golpe de 1964, como outros eventos marcantes da história política brasileira – teria ocorrido sem violências. Os mitos têm muita força (FICO, 2014, p. 57).

De fato, tais mitos constituem a memória preponderante que os brasileiros construíram sobre si mesmos. Firmou-se a ideia de que somos o "povo mais feliz do planeta", de que não existe preconceito devido à miscigenação, de que acolhemos as piores circunstâncias com bom humor e cordialidade e de que somos pacíficos e resignados com o destino. Assim como, por muito tempo, falar sobre os traumas do passado foi considerado perda de tempo ou tabu, sustentado no mito segundo o qual os brasileiros já se conciliaram com a violência pretérita de sua trajetória. Talvez, por isso, a sucessão de militares no poder por 21 anos tenha sido interpretada – ou aceita – como um regime militar e não como uma ditadura.

[13] Desse total, 33 corpos foram identificados nas últimas décadas, mas 210 continuam desaparecidos (CNV, 2014).

Após a deposição de Jango, cinco militares – os generais Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967); Arthur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); João Baptista Figueiredo (1979-1985) – (além de uma junta militar), todos eleitos indiretamente, revezaram-se como presidentes. Sabendo-se que todos eles, por meio dos atos institucionais ou de outras prerrogativas, concentraram força suficiente para abrir e fechar o Congresso quantas vezes julgassem oportuno, cassar mandatos, centralizar todas as decisões no Poder Executivo, permitir violações dos direitos humanos, ameaçar, perseguir e aprovar automaticamente projetos de interesse do regime, não é possível compactuar com a versão de que o revezamento do poder bastaria para que tivéssemos uma ditadura branda. Mesmo porque, não há afabilidade em qualquer ditadura. De fato, o Brasil não teve apenas um ditador, como no Chile, com Pinochet. Nem teve tantas mortes, como na Argentina. Mas reduzir a gravidade dos fatos brasileiros pela comparação superficial com os casos vizinhos é não compreender as barbaridades que ocorreram no país e ignorar as ambivalências que também se fazem presentes nos regimes autoritários.

Autora do livro "*Memory's turn: reckoning with dictatorship in Brazil*", Rebecca Atencio (2014) chama a atenção para a existência de uma oposição autorizada nesse período, que consistia em um disfarce democrático permitido pelo regime. O sistema partidário imposto fez com que todas as legendas se enquadrassem em dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. "Dessa forma, reuniram-se no mesmo partido indivíduos com diferentes matizes ideológicos e bases políticas, conferindo um caráter de heterogeneidade e indefinição ao MDB e à Arena" (CARVALHO, 2010, p. 226).

Esses dois elementos (alternância no poder, ainda que apenas por militares, e possibilidade de um partido de oposição consentida, o MDB), aliás, representam outro ponto que merece revisão, já que por muito tempo foram usados como argumento de um discurso dominante que queria fazer crer que a ditadura brasileira teria sido "mais suave", menos violenta e "mais democrática" do que a de outros países.

A revisão que se faz na atualidade – em boa parte estimulada por novas pesquisas, pela articulação de movimentos civis como o Tortura Nunca Mais e pela instituição de comissões da verdade – permite afirmar que o regime ditatorial brasileiro não deve ser enxergado como um evento homogêneo. Os 21 anos de ditadura foram marcados por "instabilidade e tensão", como alerta Alessandra Carvalho (2010).

Aarão Reis (2014a) destaca que, tanto entre opositores quanto entre apoiadores, havia diferença entre modos de atuação, o que não permite afirmar que todos os cidadãos ou grupos

sociais contrários ou a favor do regime tenham atuado de forma equânime. Entre os partidos, grupos de esquerda, artistas e outros setores que discordavam do arbítrio da ditadura, havia aqueles que se calavam por temer represálias, os que tentavam artifícios para driblar a censura e os demais instrumentos de coerção, e também os que defendiam a luta armada. Esses grupos eram compostos tanto por uma corrente comedida – o que incluía os moderados do MDB e os setores que haviam participado da frente golpista, mas que se arrependeram pela insatisfação com os rumos ditatoriais –, quanto pelos movimentos estudantil e sindical e pelas organizações de esquerda revolucionária. Entre os apoiadores, havia espaço para complacência, indiferença ou cumplicidade franca. O que implica dizer que envolvia um grupo de cidadãos que tapava o olho para não enxergar as atrocidades que ocorriam, mas também aqueles que se beneficiavam do regime e até mesmo os que atuaram em prol dele, sendo responsáveis pelos atos de violação (AARÃO REIS, 2014a).

Observando tal diversidade, Denise Rollemberg pontua a necessidade de se compreender que as pessoas e suas atitudes não devem ser alocadas em campos bem delimitados do que se pode chamar de "a favor" ou "contra". Assim, ela retoma o conceito de "zona cinzenta", do historiador Pierre Laborie, para justificar o argumento. Zona cinzenta é "o enorme espaço entre os dois polos – resistência e colaboração/apoio – e mais, o lugar da ambivalência no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo" (ROLLEMBERG, 2010, p.102).

O próprio desempenho dos militares no poder é um campo de ambivalência, já que as posturas adotadas mesclavam opressão com pequenos atos de abertura. Hoje já se compreende que a violência (o que incluía a tortura, as mortes, os desaparecimentos, as prisões ilegais, a falta de direito de defesa) se tornou prática sistematizada pelo Estado desde a véspera do golpe, não sendo mais possível aceitar que a barbárie ficou restrita aos anos de vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O primeiro dos atos institucionais trazia, já em 1964, a orientação para as cassações de direitos políticos e a autorização para prisões de "subversivos", muitas delas com relatos de violência. Se, em 1965, a oposição ao regime havia ganhado as eleições em estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais, em seguida, o governo instituiu o AI-2, que dissolvia os partidos e impunha eleições indiretas para governos federal e estaduais. Ainda assim, é curioso que os ditadores tenham permitido eleições diretas para vereadores, prefeitos, deputados e senadores (com exceção das capitais, municípios das "áreas de segurança nacional" e estâncias hidromineiras). Esse é um dos pontos de distinção da ditadura brasileira para demais experiências da América Latina. Por aqui, havia a constante preocupação em

legitimar o regime, o que, para Anthony Pereira (2010), pode ser chamado de "legalidade autoritária". Por isso, os fechamentos do Congresso eram temporários, o período mais repressivo talvez tenha sido o de maior popularidade do presidente – no caso, Médici[14] – e a transição foi pactuada.

O próprio desenvolvimento das indústrias culturais no país está atrelado a esse aspecto polivalente do período. Segundo Virgínia Fonseca, o ingresso do Brasil na etapa do capitalismo monopolista ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, quando o país passou por um "projeto de desenvolvimento burocrático-autoritário fundamentado na Ideologia da Segurança Nacional (ISN)" (FONSECA, 2003, p.314). Mas a observação de que a ditadura militar tinha um duplo significado: de projeto político e econômico é fundamental para a compreensão do certo paradoxo que coexistiu entre 1964 e 1985, mesclando objetivos de nacionalismo e internacionalização.

Em termos de projeto econômico, René Armand Dreifuss (1981, p.66) destaca que, "a fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas no Brasil". As inovações organizacionais e técnicas introduzidas pelas multinacionais carregavam valores que eram disseminados pelos "intelectuais orgânicos empresariais" por meio de eventos voltados às elites, sendo muitos deles conduzidos com o apoio da Escola Superior de Guerra. Assim, o autor também contextualiza a formação do Ipes/Ibad[15], que era um "complexo político-militar" formado por tais intelectuais orgânicos com o objetivo de atingir o governo Goulart e representar a face política dos interesses empresariais. Dreifuss intitula de "elite orgânica" o setor que assume as instâncias de poder ao lado dos militares durante a ditadura.

Em termos de projeto político, a ISN concebia "o Estado como uma entidade política que detém o monopólio da coerção, a faculdade de impor – inclusive pela força – as normas de conduta a serem obedecidas por todos" (FONSECA, 2003, p.319). Mas a própria condução da repressão não era equânime. Enquanto algumas ações de oposição eram totalmente impedidas, outras conseguiam se realizar, como a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em junho de 1968. Mas, logo em seguida à ilusão de esperança, novos atos de repressão eram

[14] Conforme Aarão Reis (2014b), paradoxalmente, o período mais repressivo da ditadura foi também presidido pelo presidente que se tornou mais popular, o general Emílio Garrastazu Médici, que graças às políticas desenvolvimentistas e às campanhas de autoexaltação nacional – como as incorporadas pelos slogans "Ninguém segura este país" e "Pra frente, Brasil" –, promoveu sentimento de "euforia". Já Elio Gaspari diz que Médici "cavalgava popularidade", visto que pesquisa Ibope de julho de 1971 registrava 82% de aprovação.

[15] Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad).

adotados. Apenas seis meses depois da passeata, em dezembro do mesmo ano, o AI-5 já assombrava, ampliando consideravelmente o poder e o arbítrio dos militares.

Tomando como ponto de partida a maneira de se interpretar o apoio e a resistência ao regime, Denise Rollemberg (2010) diferencia três linhas interpretativas sobre a redemocratização do país. A primeira valoriza o papel desempenhado pelos movimentos sociais oposicionistas, costumando limitar ao Estado a única força coercitiva. A segunda enxerga o processo de forma mais complexa, busca compreender os militares como um grupo que não era monolítico e que comportava diversidade e disputas internas, mas também confere espaço de significativa importância aos movimentos de resistência. Já a terceira linha defende que os militares jamais perderam o controle do processo e procura explicar a transição a partir dos conflitos dentro da corporação militar, ainda que se admita o papel dos movimentos sociais de oposição. Como memória coletiva, Rollemberg (2010, p. 102) acredita que a primeira dimensão prevaleceu: "Assim, os movimentos sociais valorizados são os de oposição; os de apoio ao regime, esquecidos ou interpretados a partir de pontos de vista simplistas ou equivocados."

Uma das propostas desta tese é contribuir com a desconstrução de interpretações simplistas sobre a ditadura e avaliar como as narrativas jornalísticas atuam nesse processo. Elas contribuem com o reforço das versões conservadoras e reducionistas ou se abrem para novos olhares? A atuação dos veículos de informação na época da ditadura tem relação com a maneira com que eles se posicionam editorialmente sobre o tema na atualidade?

Antes de responder essas questões e adentrar na análise das narrativas, devo explicitar de que tipo de mídia estou falando e de como ela se se desenvolveu. Proponho então, na próxima seção, focar a história do jornalismo e refletir sobre a formação e o crescimento das indústrias midiáticas do país, considerando que elas abrangem as empresas jornalísticas. Pretendo demonstrar, ainda que resumidamente, a relação entre as políticas de conrole da informação e de investimento na industrialização do regime autoritário e a constituição dos principais grupos midiáticos brasileiros, alguns deles transformados em conglomerados.

Creio que esse contexto histórico é importante para as futuras reflexões e análises sobre como o jornalismo atua na produção de narrativas acerca da ditadura na contemporaneidade, afinal, a maneira como o Estado conduziu as relações com a "grande imprensa" durante os 21 anos da ditadura militar pode representar o cerne de questões ainda hoje difíceis de ser vencidas, como a distribuição e o controle de concessões de rádio e TV, a formação de verdadeiros impérios midiáticos e o "temor" – por parte dos grupos privados e de setores da sociedade – da interferência estatal ou de qualquer forma de regulação.

1.2 **Indústrias culturais e sistema midiático brasileiro**

A estreita relação entre o desenvolvimento das indústrias midiáticas e os sistemas políticos vigentes no Brasil serve de interesse para uma série de pesquisas que investigam desde a formação dos conglomerados de mídia até as dificuldades de regulação que ainda hoje se fazem presentes (DASSIN, 1984; ORTIZ, 1991; MOREIRA, 1998; SODRÉ, 1999; AZEVEDO, 2003; FONSECA, 2003; ALBUQUERQUE, 2005, 2012a, 2012b; ABREU et al., 2008; PORTO, 2007, 2012; MARTINS & LUCA, 2013).

E esse avançar das indústrias culturais[16] e do jornalismo no Brasil tem algumas particularidades interessantes, que remontam ao período colonial. Conforme Fernando Azevedo (2006), as relações intrínsecas entre o desenvolvimento do mercado midiático e a atuação política começam com as restrições quando o Brasil ainda era colônia de Portugal – com fechamento dos portos para comércio internacional, proibição de fábricas, escolas superiores, universidades, impressão de livros e jornais em solo brasileiro. Assim, o primeiro jornal, o Correio Braziliense, surgiu apenas em 1808, quando a Corte portuguesa se transferiu para o Brasil. Mas o impresso era editado e distribuído a partir de Londres, aportando em solo nacional como contrabando. Portanto, o primeiro jornal efetivamente impresso no país foi a Gazeta do Rio de Janeiro, também lançado em 1808, mas que contava com recursos da Coroa.

A partir de 1821, surgem outros jornais no país, mas é apenas no fim do século XIX e início do XX que a imprensa brasileira inicia sua estrutura empresarial, que corroboraria para estabelecer outras relações entre jornais, política, anunciantes e público, e originaria a chamada "grande imprensa" (SODRÉ, 1999). Conforme Azevedo (2006), o surgimento do rádio na década de 1920 e sua popularização na década seguinte propiciam o começar da era da comunicação de massa. Foi nessa época, especificamente em 1924, que começa a se formar o grupo Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, cuja cadeia de veículos incluía jornais e emissoras de rádio e, posteriormente, canais de televisão, que estavam entre os mais expressivos e influentes do país.

[16] Em leitura crítica de Adorno e Horkheimer (1985), Bernard Miège (1989) sugere a utilização do termo "indústrias culturais", no plural, como forma de delimitar diferenças em relação ao conceito originário, cujo pessimismo não admitia a ambivalência da mercantilização da cultura. Para Miège (1989) e David Hesmondhalgh (2013), o termo no singular poderia admitir que as diferentes formas de produção cultural que coexistem obedeceriam à mesma lógica, quando, em vez disso, o objetivo deles é mostrar como a produção cultural é complexa e submetida a diferentes lógicas de trabalho. Hesmondhalgh diz que aprimorar o conceito de Adorno e Horkheimer implica não considerar cultura e indústria em oposição e refletir sobre sua variedade. As indústrias midiáticas são, portanto, apenas uma das manifestações das indústrias culturais.

Os anos 1940 e 1950 são descritos como período de incipiência do consumo de massa no Brasil e, conforme Lattmann-Weltman (2008), a década de 50 em especial pode ser considerada um marco na história da imprensa brasileira, "marco que assinalaria a virtual superação, entre nós, daquilo que autores como Habermas chamariam de fase do 'jornalismo literário', e a entrada em definitivo nos quadros do chamado 'jornalismo empresarial'". Tal fase se distingue pelo avanço das técnicas de impressão, com as novas rotativas, e de transmissão, a partir do telégrafo. Assim, os anos 1950 se transformam em período de importantes reestruturações gráficas, capitaneadas pelos impressos Diário Carioca e Jornal do Brasil, ficando marcados pelo processo de modernização na produção dos jornais diários (além das modificações técnicas, houve também nos processos, com a adoção da objetividade como referencial de conduta, o uso do *lead* na abertura dos textos e a importação da função de *copy desk*).

Tal modernização coincide e é incentivada pelo período de desenvolvimento industrial conhecido como "industrialização pesada", que ocorreu entre 1956 e 1961, durante o governo Juscelino Kubitschek, alterando radicalmente a estrutura do sistema produtivo e garantindo um salto tecnológico.

> O papel do Estado na fase de "industrialização pesada", conforme Mello (1991), foi decisivo, e por duas razões: 1º) porque foi capaz de investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade; e 2º) porque estabeleceu as bases para a associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e de favorecimentos. Assim, o Estado e grandes empresas oligopolistas internacionais comandaram o processo de "industrialização pesada", período essencial para se compreender o contexto em que começam a se estruturar as indústrias culturais no Brasil. (FONSECA, 2003, p.317).

Albuquerque (2010, p.104), todavia, ressalta que mais relevante do que considerar a representatividade das modificações industriais, como a reforma do Diário Carioca, na modernização do jornalismo brasileiro, fato já notório, é definir que espécie de modernização se verificou. Ele defende que tal processo foi um marco da "modernização autoritária"[17] no

[17] "O termo "modernização autoritária" tem sido geralmente empregado para dar conta de projetos de reforma social liderados pelo Estado que têm em comum duas premissas básicas: 1. a percepção, por parte de um grupo social – geralmente membros de uma elite – de uma inferioridade da própria sociedade em relação a outras, que resulta de um deslocamento simultaneamente temporal – a própria sociedade é percebida como atrasada – e espacial – a própria sociedade é percebida como periférica; 2. a defesa de uma solução autoritária, entendida como o único meio capaz de proporcionar um atalho para a modernidade, que permita superar a distância em relação às sociedades mais avançadas. De acordo com esta perspectiva, caberia primordialmente ao Estado o papel de realizar esta tarefa, através de uma "revolução vinda de cima" (Moore Jr., 1983)." No Brasil, tanto o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) quanto a ditadura militar (1964-1985) são considerados exemplos de gestões que patrocinaram iniciativas de modernização autoritária (ALBUQUERQUE, 2010, p.104).

jornalismo do país. Ainda que o conceito originário do termo "modernização autoritária" tenha aplicação distinta da proposta por Albuquerque, ele justifica que as premissas servem de base, já que as reformas jornalísticas orientadas pela perspectiva da modernização autoritária se baseiam na percepção de que o jornalismo praticado em um determinado país (ou região) sofre de defasagem em relação ao que se pratica em outros locais, "e propõe uma abordagem do tipo 'revolução vinda de cima' para dar conta do problema" (ALBUQUERQUE, 2010, p.104). Como exemplo, o autor cita a reforma do Diário Carioca, que é por ele descrita como uma peça em três atos:

> O primeiro ato se refere à criação das novas normas pelo chefe de redação do jornal, Pompeu de Sousa, através do Manual de Redação do Diário Carioca. O segundo ato descreve a seleção e treinamento de um grupo inteiramente novo de profissionais, livres do pecado original do jornalismo na medida em que não desfrutavam de experiência prévia nele. O terceiro ato, por fim, se configura através do papel de protagonista que os reformadores atribuíram ao *copy desk* como instituição normatizadora da sala de redação, responsável por zelar pela adequação das práticas e pela pureza ideológica e moral dos jornalistas que trabalhavam nela. Em seu conjunto estes atos configuram uma estratégia de modernização autoritária do jornal. Tomados em conjunto, a criação do manual e o processo de seleção e treinamento de novos "recrutas" dão conta do ideal de uma tabula rasa, uma ruptura radical em relação à realidade anterior, considerada inadequada diante de um certo ideal de modernidade (ALBUQUERQUE, 2010, p.107).

Outro marco da década de 1950 foi o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, como ápice de uma crise política e institucional incentivada em boa medida pelo conflito entre os impressos *Última Hora*, de Samuel Wainer, e *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Como explicita Laurenza (2013, p.187), "a controvérsia entre Wainer e Lacerda transcende a Guerra Fria e é muito mais do que um conflito entre esquerda e direita protagonizado por dois jornalistas." A autora descreve que, em conversa entre Getúlio e Wainer, quando aquele voltou a assumir a Presidência da República, Getúlio disse que não precisava da grande imprensa para ganhar e o jornalista então respondeu: "a imprensa pode não ajudar a ganhar, mas ajuda a perder" (LAURENZA, 2013, p.187).

Se o período iniciado no governo Getúlio e continuado com JK foi considerado como era da "industrialização pesada" e modernização, as duas décadas seguintes (1960 e 1970) são interpretadas como era da consolidação do mercado de bens culturais. Azevedo (2006) esclarece que o processo de formação de um "mercado de massa" foi demorado no Brasil e, apesar de ter sido iniciado nas primeiras décadas do século XX, só se completaria a partir das transmissões televisivas, na década de 1950, e a criação e expansão das redes nacionais de rádio e televisão, por volta dos anos 1970. Isso se deve, segundo Fonseca (2003), a dois

fatores, o desenvolvimento do capitalismo monopolista nas décadas de 1960 e 1970 e a instauração de um regime ditatorial a partir de 1964, ainda que no cenário internacional a economia capitalista já estivesse plenamente constituída e que o processo no Brasil seja considerado, por isso, tardio.

Embora, antes de 1960, a economia brasileira contasse com empreendimentos vinculados ao setor cultural e das comunicações (por exemplo, jornais, emissoras de rádio, editoras e gravadoras) voltados a um mercado incipiente, Fonseca (2003) considera que eles não tinham as características próprias do que Adorno e Horkheimer denominaram "indústria cultural"[18].

O apoio maciço da imprensa à destituição do governo João Goulart e ao golpe de 1964 é notório e estudado por diversos autores (ABREU, 2003; BIROLI, 2009; ROLLEMBERG, 2010; DIAS, 2012; MARTINS, DE LUCA, 2013; SANGLARD et al., 2016). As estratégias de enunciação dos principais jornais impressos na ocasião são, inclusive, interpretadas como marco da atuação do jornalismo como ator político na condução dos fatos.

Para Biroli (2009, p. 278), o envolvimento dos jornais e dos jornalistas com a queda de governantes, como Getúlio Vargas e João Goulart, resulta em silêncio sobre alguns aspectos e valorização de memórias que não contrariem os interesses em jogo. Assim, é silenciado o fato de que "as relações entre imprensa e política em tempos de democracia se caracterizaram, inúmeras vezes, por práticas negadoras de aspectos centrais à política democrática", como o desprezo às escolhas da maioria (ainda que por meio do voto), a não aceitação do confronto como algo intrínseco à política e à convivência em sociedade, e a recusa em compreender a indeterminação que constitui a política e a democracia.

[18] Conceituado pela primeira vez em 1947, pelos filósofos alemães Adorno e Horkheimer (1985), o termo Indústria Cultural pode representar a tentativa inicial de compreender grupos de mídia como indústria e como instrumento para se angariar lucro e reforçar ideologias. Segundo Fadul (1994, p.55), é preciso interpretar o conceito "a partir do seu contexto histórico. De um lado, o nazismo; de outro, a sociedade americana vista pelos filósofos judeus emigrados como o sintoma da decadência cultural do Ocidente". Indústria Cultural se refere então ao "conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas tecnicamente e de capital centralizado, que produzem e distribuem objetos culturais em grande escala", a partir da divisão do trabalho e visando à rentabilidade econômica. (FONSECA, 2003, p.315). No fim dos anos 1960, o próprio Adorno reconheceu que as pesquisas continham alguns equívocos. "A expressão 'indústria' não é para ser tomada literalmente. Refere-se à padronização da coisa em si (...) e à racionalização das técnicas de distribuição, mas não estritamente ao processo de produção" (ADORNO, 1975, p.13). Ele justifica que a substituição da expressão "cultura de massa" – usada nos rascunhos – por "indústria cultural" nas publicações servia para salientar o aspecto negativo do fenômeno e de não acatar a ideia de cultura advinda das próprias massas, espontaneamente, como forma de arte popular. "Indústria Cultural era um conceito destinado a chocar", define Hesmondhalgh (2013, p.24, tradução nossa). O que os autores abordaram foi a cultura que se funde à indústria, e como os produtos são adaptados para o consumo de massas, considerando que essas massas não constituíam o lugar de origem dessas manifestações.

Aderindo à campanha anticomunista financiada por órgãos como Ipes e Ibad e apoiada por setores como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os jornais da época não escondiam o apreço à ideologia conservadora.

Em análise que busca demonstrar, por meio de documentos e trabalhos acadêmicos, quem eram os apoiadores civis do golpe, Denise Rollemberg (2010) destaca o papel contraditório da ABI, que, no discurso, posicionava-se contrária à censura e a favor da liberdade de imprensa, mas, na prática, mantinha proximidade com os ministros militares e tinha lideranças que, inclusive, assumiram cargos no governo.

> A ABI, como instituição, não apoiou, formalmente, o golpe. Entretanto, na leitura das Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias e do Boletim do Conselho Administrativo da ABI, chama a atenção o tipo de luta encaminhado: eminentemente corporativa, de defesa de jornalistas presos e da liberdade de imprensa. Evidentemente, eram pontos de pauta de grande importância na chamada resistência democrática, mas estavam longe de esgotar a agenda de temas que se impunham, mesmo – ou sobretudo – numa instituição de jornalistas. Assim, muitas vezes, é a ausência de determinados temas o que chama a atenção, prevalecendo em debate outros menos relevantes diante do contexto por que o país passava (ROLLEMBERG, 2010, p.104).

A contradição observada na ABI também é vista nas redações, que tinham funcionários e chefes atuando nos "dois lados" do processo, ainda que quase a totalidade dos jornais comerciais da época tenha apoiado as articulações golpistas. Os jornais *Última Hora*, *Correio da Manhã*[19] e *Diário Carioca* integram parte do restrito grupo que se posicionava claramente de forma contrária à ruptura constitucional e democrática. Os demais veículos da chamada "grande mídia" apoiavam a derrubada do presidente e tentavam, por meio do golpe, colocar na Presidência algum nome que favorecesse as elites e solucionasse os "problemas" de insubordinação nas Forças Armadas, das greves e da crise econômica.

Enquanto o *Diário da Tarde*[20] noticiava, em 1º de abril de 1964, que "até o momento é de completa segurança o que podemos chamar de Estado Guardião da Democracia", *O Dia* anunciava na manchete do dia 3 de abril a "fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo". No dia 2, *O Estado de S. Paulo* já havia estampado na capa o "vitorioso movimento democrático" e *O Globo* exclamava: "Ressurge a Democracia!" As relações com os políticos e militares que articularam o golpe demonstram que a maior parte da imprensa brasileira se ancorava na forte tradição autoritária que sustentava as instituições e a estrutura de poder.

---

[19] Ainda assim, o *Correio da Manhã* foi responsável pelo famoso editorial "Basta!", publicado em 31 de março de 1964. Mesmo tendo afirmado que a sociedade não admitiria golpe nem contragolpe, o jornal dava um ultimado ao presidente João Goulart.

[20] Edição de Juiz de Fora.

O que nem a imprensa nem os políticos contavam era que tamanha articulação para colocar no poder um civil que tivesse aprovação das classes dominantes – os mais cotados eram os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; de Minas Gerais, Magalhães Pinto; e de São Paulo, Ademar de Barros – não estava nos planos dos militares que assumiram o poder e transformaram o regime que seria transitório em uma ditadura que durou 21 anos. Ainda assim, o apoio dos meios de comunicação de massa e as articulações com o poder militar permaneceram e só começaram a estremecer quando a censura e a violência se acirraram e os interesses comerciais dos veículos foram ameaçados.

> No Brasil, a imprensa, em princípio, manteve uma relação de proximidade com o governo, após a deposição de João Goulart, em 1964. Isso porque os principais jornais haviam colaborado ativamente com o golpe. Depois, o governo mudou as engrenagens e decidiu silenciar a imprensa (e a sociedade em geral), fechando o Congresso e eliminando os direitos democráticos, em dezembro de 1968. Esta decisão marca o início da fase "dura" do regime autoritário. Quinze jornalistas foram torturados até a morte ou desapareceram entre 1970 e 1978. Os censores foram removidos depois de 1975, quando a fase mais brutal e repressiva da ditadura terminou e começou o processo gradual de abertura política com a vinda do general Ernesto Geisel ao poder (WAISBORD, 2000, p. 23).

Conforme o jornalista Roldão Arruda (2016), Rui Mesquita, que coordenava o *Jornal da Tarde* e, após a morte do irmão, Júlio de Mesquita Neto, assumiu a direção do *Estado de S. Paulo,* não negava que as articulações para a deposição de Goulart tiveram o envolvimento dos veículos de comunicação. "Ele era uma pessoa que gostava de conversar. Às vezes me chamava lá e ele me dizia claramente 'sim, o golpe foi articulado aqui dentro'". Segundo Roldão, o jornal tinha noção clara do papel exercido e o discurso era de que "ou eram nós ou os comunistas, aquela república sindicalista". *O Estado de S. Paulo* rompe efetivamente com a ditadura em 1968, quando começa a censura ao jornal.

> [...] Eles tinham um projeto, que era derrubar o governo lá constituído. Os militares assumem, convocam eleições e nós elegemos o Lacerda. [...] O Lacerda era o grande candidato. Só que o nome que despontava, toda hora que fazia uma pesquisa, era o do Juscelino. Então, os militares, com medo do Juscelino, vão radicalizando o processo. Aí cassam o Juscelino e cassam o Lacerda, que era o homem do Estadão. O Lacerda frequentava a redação do Estadão como frequentava a casa dele. [...]E aí o Estadão vai romper em 68, pois não vinha a redemocratização, passa o período de censura, uma censura brava lá dentro, e aí o Estadão assume o papel de oposição. Abrindo um parêntese também, uma vez fui fazer uma pesquisa de um material censurado e as páginas censuradas são de política. Não há nada na economia censurado. Aquele modelo econômico, que beneficiava a elite, na qual estavam também os grupos que o Estadão representava. Não faziam críticas à economia (ARRUDA, 2016).

É interessante notar que, justamente no período de maior censura e controle do Estado, foram atingidas as condições de desenvolvimento das indústrias culturais brasileiras. O

antropólogo Renato Ortiz (1991) explica que, mesmo existindo a necessidade de vigiar e conter qualquer oposição, havia a percepção (pelos governos militares) de que incentivar o mercado midiático seria essencial para a manutenção do projeto de poder.

E, nesse ambiente, foram dados os primeiros passos para a formação do conglomerado jornalístico representado pelo Grupo Folha. Em 1962, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho compraram a Folha e começaram a ampliar o grupo. Já em 1965, adquiriram o *Última Hora*, o *Notícias Populares* e um terço da TV Excelsior, então líder de audiência. Dois anos depois, foi relançada a *Folha da Tarde*, lançado o *Cidade de Santos* e os proprietários assumiram o controle administrativo da Fundação Cásper Líbero (PILAGALLO, 2011).

Conforme texto de Oscar Pilagallo (2011), publicado pela própria *Folha de S. Paulo*, em ocasião de seus 90 anos, a *Folha* "apoiou editorialmente a ditadura, limitando-se a veicular críticas raras e pontuais". Segundo o jornalista, "o jornal submeteu-se à censura, acatando as proibições", ao contrário do que fizeram *O Estado de S. Paulo*, a revista *Veja* e o carioca *Jornal do Brasil*, que não aceitaram a imposição e enfrentaram a censura prévia, denunciando com artifícios editoriais (como a publicação de poesias e receitas culinárias) a ação dos censores. "As tensões características dos chamados "anos de chumbo" marcaram esta fase do Grupo Folha. A partir de 1969, a *Folha da Tarde* alinhou-se ao esquema de repressão à luta armada, publicando manchetes que exaltavam as operações militares." Segundo Pilagallo, isso ocorreu depois que a redação da *Folha da Tarde* foi entregue a jornalistas – vários deles policiais – entusiasmados com a linha dura militar em reação à atuação clandestina de militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) dentro da redação do jornal.

> Em 1971, a ALN incendiou três veículos do jornal e ameaçou assassinar seus proprietários. Os atentados seriam uma reação ao apoio da "Folha da Tarde" à repressão contra a luta armada. Segundo relato depois divulgado por militantes presos na época, caminhonetes de entrega do jornal teriam sido usados por agentes da repressão, para acompanhar sob disfarce a movimentação de guerrilheiros. A direção da Folha sempre negou ter conhecimento do uso de seus carros para tais fins (PILAGALLO, 2011)

Se anteriormente havia menos preocupação como a formação de cartéis, a partir do golpe de 1964 e da operação da TV Globo, em 1965, a situação começou a mudar, ainda que, conforme Venício de Lima (1998), os limites de propriedade estabelecidos pelo Código Brasileiro de Telecomunicações promulgado em 1962 raramente tenham sido cumpridos para se evitar a concentração midiática. Naquela época, embora fosse perceptível a existência do conglomerado dos Diários Associados, na prática, havia concorrência entre os canais de TV

existentes, e nenhum outro grupo representava tantas ameaças aos concorrentes quanto a Globo (que passa a ser a emissora dominante a partir do fim dos anos 1960). Enquanto o olhar se voltava para as concessões públicas, grupos midiáticos de outros setores, como a Folha, também se fortaleciam.

Ainda que a ideia de "integração nacional" fosse interpretada de uma forma pelos militares e de outra pelos empresários, existia alguma convergência de interesses. O Estado militar tratava de implantar a infraestrutura de comunicação e parte dos benefícios era colhida pelas empresas do setor. Um exemplo foi o das iniciativas para a televisão, a partir da Embratel e do sistema internacional de satélites, em 1965, e a inclusão do sistema de micro-ondas, iniciado em 1968 e concluído em 1970. Esses sistemas de redes foram cruciais para as indústrias culturais, a exemplo do desenvolvimento da Rede Globo, que também se aproveitou do espaço deixado pelos Diários Associados, em decadência devido à crise financeira instaurada desde a morte de Chateaubriand em 1968 (LAURENZA, 2013).

Porto (2012) destaca que a emergência da TV Globo ocorre em contexto histórico delimitado pela polarização e instabilidade política, sendo marcada por controvérsia acerca do papel do capital estrangeiro no setor de mídia brasileiro (devido ao escândalo político do Caso Time-Life[21]). Conforme Rodrigo Duarte (2010, p.114), a estação pertencente à família Marinho – também proprietária de estações de rádio e jornais –, em pouco tempo, abriu filiais em São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília e se associou a canais independentes, o que permitiu ser a primeira emissora a transmitir parte de sua programação em rede para todo o país, "beneficiando-se da legislação vigente, que determinava a responsabilidade estatal na oferta de infraestrutura completa de telecomunicações".

E é justamente a partir da década de 1970 que o mercado das indústrias culturais registra crescimento na produção, distribuição e consumo, possibilitando fortalecimento dos grupos publicitários, editoriais, da indústria gráfica, cinematográfica, jornalística e de entretenimento, o que também contribuiu para a formação de grandes conglomerados.

[21] Em 1962, Roberto Marinho assina contratos com o grupo americano Time-Life para a instalação de uma rede de televisão no Brasil conforme os modelos da NBC e da ABC, ainda que a Constituição brasileira vedasse a participação de empresas estrangeiras na compra ou na administração de veículos de comunicação nacionais. A descoberta da proposta de investimentos de capital estrangeiro na concessão de TV faz com que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) seja iniciada para investigar o caso e, ao final dos trabalhos, em 1966, posicione-se contrariamente à Globo. Os parlamentares consideraram que os contratos firmados entre a Globo e o grupo Time-Life feriam a Constituição. Em 1967, legislação sobre o tema é sancionada criando restrições ao empréstimo de capital externo para investimento nos meios de comunicação, mas, como os contratos da Globo eram anteriores, a empresa não poderia ser punida retroativamente. Paralelamente a isso, o processo contra a emissora é arquivado por intervenção do presidente militar Arthur da Costa e Silva, em troca de apoio do grupo à ditadura. Mesmo com a legalização da situação, a Globo e o Time-Life desfizeram o acordo. (SOUSA, 1999; REBOUÇAS, 2006; MEMÓRIA GLOBO, 2016).

Nesse período, conforme Marialva Barbosa (2013), os jornais diários passaram por vertiginoso processo de concentração, com o desaparecimento de muitos títulos. Esse processo envolvia principalmente empresas jornalísticas dos grandes centros urbanos.

> A explicação para o desaparecimento de numerosos títulos em todo o Brasil é de múltiplas ordens: desde a elevação dos custos de produção até razões de natureza política, em função do processo de cerceamento da liberdade de expressão. Há que se levar em conta ainda os desmandos administrativos de muitas empresas, resultantes da adoção de um modelo que ainda fazia do clientelismo e do favorecimento prática diária para o sucesso de diversas publicações. Tudo isso somado à mudança de cenário político, econômico e midiático (BARBOSA, 2003, p.303).

A concentração dos impressos se espelhava na ação que ficou conhecida como um marco da supressão de títulos, quando, em 1960, o Grupo Folha anunciava a reunião dos três jornais (*Folha da Manhã*, *da Tarde* e *da Noite*) em um, a *Folha de S. Paulo*. O espaço para edições matutinas e vespertinas, até então recorrentes nos grandes jornais, reduzia-se.

Paralelamente, houve proliferação das revistas. O Grupo Abril, por exemplo, iniciou o processo de ampliação ainda na década de 1960, assim como outras revistas destinadas principalmente à classe média. Duas das revistas mais populares do grupo na época, *Realidade* e *Veja*, foram lançadas em 1966 e 1968, respectivamente (CORRÊA, 2013).

Foi também nos anos 1970 que a imprensa alternativa, mesmo em condição de semilegalidade ou ilegalidade, teve papel mais relevante. Os jornais *Movimento, Versos, Em Tempo* e *Opinião*, além da revista *Pasquim*, foram apenas alguns dos alternativos que se desenvolveram na época. Ainda que bem diferentes entre si (devido à formatação e aos ideais políticos nem sempre convergentes), um ponto de semelhança era a luta contra a ditadura.

As alterações proporcionadas pela ampliação do número de aparelhos de TV nas residências também devem ser consideradas. Com base no Anuário Estatístico do Brasil, publicado em 1971, Barbosa (2013) ressalta que, no final dos anos 1960, já existiam mais de três milhões de aparelhos pelo país, sendo que a principal emissora de TV era a Rede Tupi de Televisão, que tinha como carro-chefe dos programas jornalísticos o *Repórter Esso*, no momento em que os noticiários ganhavam menos espaço do que os filmes, os programas de auditório, as novelas, o esporte e a publicidade. A autora destaca como marco das ações televisivas a transmissão, ao vivo, via satélite, da chegada do homem à Lua e da Copa do Mundo de 1970, que registrou índices de audiência surpreendentes. A década de 1970 representa na história dos processos comunicacionais brasileiros a emergência da TV como meio massivo. Nesse período, existiam quatro emissoras de TV no Rio (Globo, TV Tupi, TV

Rio e TV Excelsior) e sete em São Paulo (Cultura, Tupi, Globo, Record, Excelsior, Gazeta e Bandeirantes). (BARBOSA, 2013, p.322).

Nos anos 1970, o governo iniciou uma série de medidas que alteravam as políticas públicas de comunicação. A Lei 6.301 de 1975 instituiu a política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais e autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). Mas é a partir de 1980 que o sistema de mídia brasileiro ganharia uma feição inequívoca de indústria de massa, com a televisão ocupando lugar central no mercado nacional de entretenimento e informação (AZEVEDO, 2006).

É também a partir da Lei de Anistia de 1979 e de ações de abertura por parte do governo autoritário que alguns jornais – vislumbrando a queda da ditadura e a possibilidade de eleições diretas para presidente da República, defendidas por parcela significativa da população, incluindo movimento dos artistas e intelectuais que defendiam a aprovação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB) e, portanto, a campanha das Diretas Já – apoiaram-se na proximidade com a sociedade civil para se tornar mais combativos ao governo.

> A Folha foi o jornal que mais se associou às Diretas. [...] Quando o movimento mal conseguia encher uma praça, o jornal criticou o sectarismo dos políticos e o silêncio da imprensa. Os jornais só passaram a dar importância às Diretas Já a partir de 25 de janeiro de 1984, quando o aniversário da cidade se transformou no primeiro dos muitos megacomícios que seriam realizados nos três meses seguintes. Quando praticamente toda a imprensa cobria o movimento, o diferencial da Folha foi o tom de campanha. [...] Os textos, com frequência ufanistas, procuravam inflamar os ânimos, de modo a arrastar mais pessoas para as ruas. No auge do movimento, a Folha passou a ser chamada até nos palanques de "o jornal das Diretas". [...] Quando as Diretas foram derrotadas no Congresso, em 25 de abril, a Folha foi o jornal que captou com mais intensidade a decepção popular. "A NAÇÃO FRUSTRADA!" foi a manchete do dia seguinte, ao lado de um editorial que chamava os parlamentares responsáveis pelo resultado de "fiapos de homens públicos" e "fósseis da ditadura". Apesar da derrota, o movimento pavimentou o caminho para a eleição indireta do oposicionista Tancredo Neves. Quanto à Folha, saiu da campanha com capital editorial suficiente para se tornar um dos jornais mais influentes do país (PILAGALLO, 2011).

Ao analisar o sistema de mídia brasileiro levando em conta o esquema teórico proposto por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004)[22], Fernando Azevedo (2006) afirma que,

[22] Hallin e Mancini (2004) elaboram um quadro comparativo para analisar as relações existentes entre sistemas de mídia e políticos e tipificar padrões recorrentes. Os modelos são nomeados de Pluralista Polarizado (ou mediterrâneo: exemplificado pelos casos de França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha), Corporativista-democrático (ou norte-centro europeu: Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha e Suíça) e Liberal (ou Atlântico Norte: Estados Unidos, Canadá e Inglaterra). Para definir esses modelos, os autores levam em conta quatro dimensões analíticas referentes aos sistemas midiáticos, como mercado de mídia (desenvolvimento fraco ou forte da mídia de massa), paralelismo político (relação entre imprensa, governos, ideologias e partidos), desenvolvimento do jornalismo profissional (grau de profissionalização) e natureza da

historicamente, algumas das características mais perceptíveis permanecem imutáveis. Entre elas estão o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pouca diversidade política e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, no campo da "grande mídia", um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes.

Conforme Porto (2013), a concentração oligárquica de propriedade no mercado de mídia é consequência da falta de regulamentação ou de normas fracas e obsoletas. Até 2002, a Constituição Brasileira proibia investimentos estrangeiros no setor de mídia. Contudo, a crise e a desvalorização da moeda no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram usadas como justificativa para que os conglomerados nacionais se abrissem ao capital estrangeiro. Leis e a Emenda Constitucional 36 de 2002 passaram então a seguir a tendência do que já vinha acontecendo no mercado de TV a cabo, permitindo que uma parcela do setor passasse a contar com recursos internacionais. Se o objetivo político disfarçado da aprovação de tais medidas era a diversificação do setor, ele não foi atingido, visto que as indústrias midiáticas brasileiras continuam concentradas nos grandes e tradicionais conglomerados.

Sem a pretensão de abarcar toda a história do jornalismo brasileiro, as reflexões sobre as relações entre os grupos de mídia e o sistema político, principalmente no período da ditadura, servem para estimular a compreensão das práticas de concentração midiática, falta de regulamentação e conservadorismo que parte do *mainstream* brasileiro ainda cultiva. Apresentar o resumo de alguns momentos importantes para a formação de conglomerados midiáticos que se acabaram ou que ainda hoje se sustentam foi a forma encontrada para relacionar o histórico do jornalismo com a estrutura geral do sistema de mídia e com as narrativas jornalísticas contemporâneas sobre a ditadura.

A partir da próxima seção são apresentadas algumas reflexões que envolvem a construção narrativa sobre a memória e o esquecimento.

---

intervenção estatal no campo da comunicação (capacidade de intervenção e regulamentação do Estado no setor). Em relação ao sistema político, eles analisam história política (padrões de conflito e consenso), modelo democrático (majoritário ou proporcional), valores políticos (pluralista ou individualista), funções do Estado e presença de regras do tipo legal-racional nos processos de regulação e governança. Albuquerque (2012a, 2012b) pondera que as variáveis e modelos propostos por Hallin e Mancini servem de base a um sistema analítico consistente e compreensivo quando aplicado ao corpus original, composto pelos 18 países por eles selecionados, pois o modelo Pluralista Polarizado se caracteriza pela ausência de valores consensuais sólidos o bastante para fazer dele um modelo normativo como os outros dois – o que permitiria a ele servir como referencial inspirador para outros países.

1.3 **Memórias e medo do esquecimento**

"*Do you want to remember, or to forget?*"[23] É assim que Priscilla Hayner (2011) introduz seu livro "*Unspeakable Truths*". A indagação sugere a necessidade de se proceder a uma escolha: lembrar ou esquecer? E é essa difícil escolha que vem atormentando diversas comunidades e estimulando ações políticas. Isso porque memória e esquecimento costumam ser sempre colocados em contraposição.

Podemos escolher entre querer lembrar ou querer esquecer. E, como rememorar depende de empenho, por vezes esquecer aparenta ser a escolha mais fácil. Contudo, o que se pretende demonstrar é que o esquecimento, majoritariamente visto como nocivo ou prejudicial, passa longe de ser algo simplório e pode ganhar conotação positiva. Esquecer envolve um procedimento complexo. Exige trabalhar com as memórias e se permitir fazer escolhas que garantam o "apaziguamento" com as lembranças, a convivência com as construções sobre si mesmo e com as narrativas sobre o que está a sua volta. Portanto, esquecer é bem diferente de apagar ou deletar. Esquecer é algo necessário na vivência humana. Mas o que devemos lembrar para conseguir esquecer? Este talvez seja o questionamento que mereça ser feito.

A dicotomia entre memória e esquecimento persiste desde a mitologia grega, sendo Mnemosine a deusa da memória e Lesmosyne a representante do esquecimento. Foram os pensadores Sigmund Freud, na psicanálise, e Jacques Le Goff, na história, que melhor desmitificaram essa ideia binária, passando a compreender memória e esquecimento como processos de um mesmo fenômeno.

Paul Ricœur (2007, p.397) recorre ao texto "Memória e História", de Le Goff (1990), para dizer que a memória vai além de uma "matéria-prima da história", já que a disciplina histórica alimenta a memória e integra o grande processo dialético da memória e do esquecimento. Esse processo dialético é explicado por Ricœur ao justificar as razões pelas quais intitulou sua obra "A memória, a história e o esquecimento". Na sua visão, o esquecimento fica em pé de igualdade com a memória e a história, mas ele alerta: "De fato, o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no pano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história." (RICŒUR, 2007, p. 423).

[23] "Você quer lembrar ou esquecer?" (Tradução nossa).

> De início e maciçamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento. Heródoto ambiciona preservar do esquecimento a glória dos gregos e dos bárbaros. E nosso famoso dever de memória enuncia-se como uma exortação a não esquecer. Porém, ao mesmo tempo, e no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria (RICŒUR, 2007, p. 424).

Conforme ressalta o autor, o esquecimento não pode ser visto como inimigo ou oposto da memória. Esquecimento e memória convivem como em uma relação de alteridade, afinal, só existe memória porque há esquecimento e vice-versa. Mas Andreas Huyssen (2014, p.157) pondera que devemos ir além da reafirmação do paradoxo de que o esquecimento é constitutivo da memória, porque "reconhecer esse paradoxo reconcilia-se muito facilmente com continuar a privilegiar a memória em relação ao esquecimento".

Toda lembrança se baseia também na mobilização, que, nos últimos 20 anos, tem consistido principalmente em uma cultura memorial baseada nas histórias traumáticas e nos "discursos de vitimação", que ganharam as manchetes jornalísticas e o debate popular. Assim, Huyssen define a cultura contemporânea como "obcecada" pela memória e pelo trauma, sendo o esquecimento quase sempre "malvisto". "É descrito como uma falha da memória: clinicamente, como disfunção; socialmente, como distorção; academicamente, como uma forma de pecado original; em termos de vivência, como um subproduto lamentável do envelhecimento." (HUYSSEN, 2014, p.155).

Para Huyssen, o esquecimento é vítima de descaso no pensamento filosófico, o que pode ser constatado nas obras de Platão, Kant, Descartes, Heidegger, Derrida e Humberto Eco. Nem mesmo Adorno e Benjamin escapam das críticas, pois não enfocaram os fatores geradores do esquecimento. A exceção cabe a Nietzsche, a quem restou fazer a defesa de uma ética do esquecimento.

Em suas "Considerações intempestivas", ou extemporâneas, Nietzsche faz talvez uma de suas mais importantes reflexões: a de que o ser humano não pode viver sem esquecimento. Segundo ele, "(...) é possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz, como mostra o animal, mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver". (NIETZSCHE, 2003, p.274).

Ao descontruir, por meio de aforismos, os mais diversos paradigmas, Nietzsche (2003) diz que o passado deve abrir as portas do olhar para o futuro e critica o homem do século XIX, que queria "mumificar o passado". O autor sugere transformar o passado em objeto de conhecimento a ser projetado no futuro. Para ele, o passado ensina que a vida está em

constante mudança e, por isso, não podemos nos prender para sempre ao que já ocorreu. O que não implica também tentar apagar a história. O que Nietzsche quer dizer – e está explícito em outra de suas obras, "Genealogia da moral" (NIETZSCHE, 2009) – é que esquecer é um ato semelhante a digerir, pois envolve assimilação. É preciso elaborar, fazer leitura crítica e ressignificar para se conseguir esquecer. Você retira o que precisa ser assimilado e se desapega daquilo que não serve para a vida futura. Ou seja, é necessário nutrir a vida com a memória e o esquecimento. Para ele, quem não consegue alcançar o esquecimento é ressentido – o que Freud chamaria de recalcado –, oprimido, porque fica impedido de agir e propor mudança.

Outra contribuição aos estudos sobre a memória é trazida por Henri Bergson (2006) ao apresentar o que entende por lembrança e duração. De acordo com o autor, passado e presente coexistem no que ele chama de duração (*durée*, em francês), que designa o tempo real, o tempo vivido, aquele em que percebemos a nossa existência. O autor distingue a *durée* do tempo cronológico, aquele que consiste em uma sucessão de acontecimentos.

> Você define arbitrariamente o presente como o que existe, quando o presente é simplesmente o que se faz. Nada existe menos que o momento presente, se entender por isso esse limite indivisível que separa o passado do porvir. Quando pensamos esse presente devendo existir, ele ainda não existe; e, quando o pensamos quando existente, ele já passou. Se, ao contrário, você pensar o presente concreto e realmente vivido pela consciência, pode-se dizer que esse presente consiste em grande parte no passado imediato (BERGSON, 2006, p.90).

Para Bergson, a maneira de o passado sobreviver na duração é a memória. Portanto, o passado nunca deixa de existir, apenas deixa de ser útil. Já a lembrança é uma virtualidade, ou seja, algo potencial. Assim, Bergson diferencia a memória hábito e a memória lembrança. Segundo ele, ao automatizarmos gestos e comportamentos, não precisamos ficar nos lembrando de como realizá- los diariamente, o que implica que fazemos uso da memória hábito, a mera atualização da repetição (andar, escrever, segurar o garfo para comer...). Já a memória lembrança seria a "verdadeira memória". Para que algo novo entre na nossa memória lembrança, é preciso estranhar, experimentar a novidade, abrir espaço para o que não é mecânico, rotineiro.

Conforme Bergson, a armadilha de se acomodar à memória hábito desestimula a percepção. Isso porque a percepção está sempre impregnada de lembranças. "Em suma, perceber consiste em condensar períodos enormes de uma existência infinitamente diluída em alguns momentos mais diferenciados de uma vida mais intensa, e em resumir assim uma história muito longa. Perceber significa imobilizar." (BERGSON, 2006, p.88).

A dificuldade está em definir o que será “imobilizado”, ou melhor, o que será lembrando e o que provavelmente ficará esquecido. Este é o impasse imposto às políticas de memória e a razão da defesa que Huyssen (2014, p.160) faz do esquecimento público, que, em algumas situações históricas, torna-se importante para constituir um “discurso politicamente desejável da memória”.

É válido ressaltar que, se também pensarmos o jornalismo como instrumento de criar rotinas e maneiras de lembrar, pela própria dinâmica do campo e pelo ritmo industrial, a memória por ele produzida tende a se tornar automatizada. Afinal, diariamente, o jornalismo, por meio dos critérios de noticiabilidade, atua nas definições do que será “imobilizado”.

Mas Huyssen pondera que nem sempre é fácil ou possível fazer escolhas racionais e viáveis, que, de fato, impliquem algum tipo de esquecimento público, já que legislar sobre o esquecimento é considerado tão inútil quanto sobre as maneiras “corretas” de lembrar.

Para exemplificar o que diz e provar que o esquecimento e a memória são cruciais na transição para regimes democráticos, Huyssen se baseia em dois casos, o do Holocausto, na Alemanha, e o da ditadura militar, na Argentina. Os exemplos demonstram uma forma de esquecimento necessária para serem feitas reivindicações culturais, jurídicas e simbólicas em defesa de uma política nacional da memória pautada nos direitos humanos.

Assim, Huyssen (2014) pontua que a guerrilha urbana armada da década de 1970 na Argentina precisou ser “esquecida”, silenciada, para permitir que surgisse um “consenso nacional” em torno da memória vitimada dos desaparecidos. No caso alemão, os bombardeios constantes das cidades alemãs durante a Segunda Guerra Mundial foram “abafados” para que emergisse o reconhecimento do Holocausto como uma parte central da história. O que Huyssen quer frisar, chamando a atenção para estes aspectos, é que a política da memória não pode prescindir do esquecimento.

Podemos ainda conjugar essas ideias apresentadas por Huyssen com o conceito de “esquecimento de reserva” introduzido por Ricœur (2007). Esse tipo de esquecimento é diferente do apagamento de rastros, pois se refere ao reconhecimento do que está latente na lembrança, à espera de recordação. Assim, o “esquecimento de reserva” deve ser o almejado nas políticas de memória, por situar-se na fronteira da reversibilidade, permitindo que, quando necessário, a ele se recorra para torná-lo novamente memória. Dessa forma, a sociedade não fica impedida nem obrigada a apagar essas memórias, podendo lançar mão delas sempre que julgar pertinente, ainda que considere seu esquecimento necessário para a formação de consenso promovido por um trabalho de memória que vise ao apaziguamento.

Para esclarecer as formas de abuso da memória, Ricœur (2007) propõe três tipos de esquecimento (no campo público, ou coletivo[24], e político) a partir dos conceitos de memória impedida, manipulada e obrigada. A memória impedida – inspirada no pensamento de Freud (1996), principalmente nas obras "Luto e melancolia" e "Recordar, impedir e elaborar" – é caracterizada como uma memória ferida, uma cicatriz. Parte da ideia de que há lembranças que são traumáticas e o trauma interfere nos nossos mecanismos de memória e esquecimento. Por isso, algumas memórias não são processadas, mas sim inconscientemente repetidas. A resistência à lembrança desses traumas se manifesta pela (inconsciente) "compulsão à repetição" e só poderia ser vencida a partir de um trabalho de rememoração, semelhante ao trabalho de luto. Assim, o que Freud chama de superação do trauma, Ricœur apresenta como reconciliação com o passado. Essa reflexão corrobora a ideia de que o trauma não pode ser apagado, mas pode deixar de ser uma ferida, uma memória impedida, se for superado.

Em um segundo nível, está a memória manipulada, que é instrumentalizada nas relações de poder e está atrelada fortemente à ideia de narratividade. Este conceito trata da memória prática, que permite que versões de memória sejam construídas e esquecimentos sejam forjados, na medida em que compreende qualquer narrativa como seletiva. Esta memória manipulada também tem relação com o esquecimento público e as políticas de memória delineadas por Huyssen (2014). As manipulações de memória são processos ideológicos que alcançam expressão por meio de construções narrativas, responsáveis por constituir e modificar nossas identidades (pessoais e coletivas). Portanto, deve-se levar também em conta que a memória manipulada é sempre espaço aberto para que haja algum tipo de abuso, tanto de memória quanto de esquecimento. Assumir posição crítica é uma forma de enfrentar esse tipo de manipulação.

Por fim, a memória obrigada é aquela vista como um dever, uma obrigação, podendo ser entendida também como um esquecimento obrigado. É o que Ricœur chama de "dever de memória". A ideia de "dever de memória" se relaciona com a de coerção e com o dever de justiça, a partir do ideal de justiça que leva em conta a prioridade garantida às vítimas. Esta memória envolve então sentimento de culpa e de dívida, sendo um de seus exemplos o

[24] A ideia de memória coletiva é defendida por Maurice Halbwachs (2006) ao refletir sobre as construções sociais daquilo que lembramos. Conforme o autor, ainda que pensemos que nossas memórias sejam individuais ou pessoais, boa parte delas é construída a partir de nossas relações sociais, das narrativas e representações a que fomos e estamos submetidos. Ou seja, as memórias são relacionais tanto quanto subjetivas.

esquecimento institucional que prevalece nos casos de anistia[25]. Outro exemplo que pode ser mencionado é o de pessoas que buscam com seus depoimentos a comissões da verdade ou de anistia esse "dever de memória" que consiste também no reconhecimento do sofrimento, no reparo ou até mesmo na indenização. É o dever não meramente material, mas, principalmentem de sentimento em relação ao outro. "O dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si" (RICŒUR, 2007, p.101).

> "(...) Há toda uma interrogação sobre um passado que retorna, notadamente, das gerações que nasceram após a guerra e que, a grosso modo, perguntam: será que o modelo ocidental é unicamente o crescimento, a democracia e os direitos humanos? Será que o século XX é o século que nos trouxe o progresso em relação aos séculos anteriores?" (AREND, MACEDO, 2009, p.208).

O questionamento acima, trazido pelo historiador francês Henry Rousso – em entrevista concedida a Arend e Macedo (2009) –, demonstra o quanto os estudos recentes sobre memória têm relação com a cobrança social por novas versões de fatos conhecidos e por diversidade de enquadramentos sobre eles. Preocupado em estudar a Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra, Rousso (2002) passa a se preocupar com a "história do tempo presente"[26]. Estudar "o passado próximo" e um "tempo que é seu próprio tempo" era um dos desafios de contrapor tal abordagem ao que se chama de História Contemporânea (que se "inicia" com a Revolução Francesa). E é nesta perspectiva que Rousso aborda a ideia de "trabalho de memória", apropriada em alguma medida por trabalhos posteriores, como o de Ricœur.

Conforme Huyssen (2014), os discursos contemporâneos sobre a memória são influenciados por uma série de fatores, como as questões políticas e traumáticas do final do século XX – como o fim das ditaduras na América Latina, a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética, o fim do *apartheid* na África do Sul e dos massacres genocidas da Bósnia e de Ruanda.

O filósofo e crítico literário George Steiner (1992), ao escrever o ensaio "No castelo do Barba Azul" na tentativa de melhor compreender (e propor redefinições para) a cultura contemporânea, segue uma linha de pensamento convergente à de Huyssen, ao afirmar não ser

[25] O conceito de anistia também remete ao campo semântico do perdão. Contudo, defende-se que o dever de pedir perdão é do Estado e dos violadores, mas não das vítimas. Às vítimas é facultada a intenção de perdoar ou não seus algozes.

[26] Conceito intimamente ligado ao Instituto de História do Tempo Presente (em francês: *Institut d'Histoire du Temp Present* - IHTP), que Rousso ajudou a criar e foi inaugurado em 1980.

possível pensar em cultura na atualidade sem fazer referência ao período entre guerras (1915-1945) e ao Holocausto.

Para Steiner (1992, p.40), tais barbáries refletem a cultura que surgiu e que se dispõe a desconsagrar, precisando ser considerado o fato de que a arte, a atividade intelectual, as ciências naturais, entre outros ramos da produção intelectual e artística, "floresceram em apertada proximidade espacial e temporal com o massacre e os campos de extermínio". O autor defende que "a estrutura e o significado dessa proximidade é que devem ser examinados".

Podemos ampliar essa visão ao afirmar que os grandes traumas históricos que envolveram as violações dos direitos humanos em diversas partes do mundo serviram e ainda servem de pano de fundo para as mais variadas análises sobre manifestações culturais. Entendendo o jornalismo como uma dessas manifestações disponíveis no espaço midiático – e a sua especificidade no compromisso com a documentação e a demonstração da "verdade" –, o que propomos nesta tese é justamente analisar a estrutura e o significado das proximidades entre os discursos por ele promovidos e a ditadura militar brasileira, que talvez possa ser considerada um dos maiores traumas nacionais.

Antes disso, porém, é preciso refletir se essas narrativas sobre os traumas, quando usadas de forma sensacionalista ou exploradas massivamente de forma mercadológica, não poderiam consistir naquilo que Ricœur chama de "excesso de memória" ou ainda na "compulsão de repetição" freudiana. Tal compulsão seria aquilo que, devido ao recalque, repete-se como ação sintomática[27]. Ao alertar para os riscos de esses abusos se transformarem em excesso por meio da mercantilização (a exemplo das práticas jornalísticas), Huyssen (2014) diz que isso ocorre quando a memória se torna mercadoria e é colocada em circulação pela "indústria voraz da cultura". Nas sociedades contemporâneas, esse "excesso de memória", que também foi uma preocupação de Pierre Nora (1993), costuma ser encarnado pela compulsão por datas comemorativas.

Pierre Nora (1993) chama os espaços criados intencionalmente para se preservar as recordações de "lugares de memória", que seriam, por exemplo, as inscrições em manuscritos, monumentos e espaços públicos com valor simbólico.

> A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória o suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de

[27] Repetição não propriamente da memória, mas dos atos.

> continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.7).

Nora (1993, p.8) defende que, com o auxílio da mídia, a sociedade passou a cultuar o efêmero, deixando em plano secundário aquelas memórias mantidas pelas "sociedades ditas primitivas, ou arcaicas". Ou seja, o autor acredita que houve um processo de aceleração que acabou por distanciar a memória – antes guardada pela própria sociedade e repassada principalmente pela oralidade para os descendentes, como se fosse uma espécie de segredo – da história. Ele conceitua, nesse sentido, a história como o uso que as sociedades fadadas ao esquecimento fazem do passado. "Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história", conclui o historiador (NORA, 1993, p.8).

Ao diferenciar memória de história, Pierre Nora (1993, p.9) pontua a relação da primeira com a vida cotidiana, carregada pelos homens e "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas (...)". Já a história demanda operação intelectual, análise e discurso crítico. "A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado."

A partir dessas discussões, questiono: qual é o valor da informação em uma nação que ainda guarda resquícios de um regime autoritário e a dificuldade de lidar com as memórias traumáticas? Para refletir sobre essa indagação, é necessário antes discorrer sobre como podemos relacionar o estabelecimento de um governo autoritário no país com os conceitos de manipulação e ideologização da memória trazidos por Paul Ricœur (2007).

Enquanto o golpe militar era tratado como "revolução" e setores sociais viam a ação como algo a ser celebrado, parte da população era humilhada e agredida nas sessões de tortura ou nos atos de censura. Mas um imaginário de que o golpe era a atitude mais correta se espalhou por parcelas da sociedade, assim como o temor de que o comunismo aqui se instalasse.

Conforme Ricœur (2007, p.95), as manipulações da memória são consequência de um fator que "se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória". São, portanto, também resultado do processo ideológico que é considerado – por dois motivos – opaco. O primeiro motivo seria sua permanência dissimulada: "mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo da competição entre ideologias; é sempre o outro que atola na ideologia". A segunda motivação diz respeito à complexidade do fenômeno ideológico, que, segundo o autor, promove efeitos de distorção da realidade,

legitima os sistemas de poder e integra o "mundo comum" por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação.

> De fato, o que a ideologia busca legitimar é a autoridade da ordem ou do poder – ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados. A esse respeito, as análises que Max Weber dedica às noções de ordem (*Ordnung*) e de dominação (*Herrschaft*) têm, para nossa empreitada, um interesse considerável, mesmo que o autor de Economia e Sociedade não trate tematicamente da ideologia e de sua relação com a identidade. Toda a análise weberiana do poder gira em torno da pretensão de legitimidade erigida por toda forma de poder, quer seja carismática, tradicional ou burocrática; logo, tudo depende da natureza do nó – do nexus – que vincula as pretensões de legitimidade levantadas pelos governantes à crença na dita autoridade por parte dos governados. Nesse nó reside o paradoxo da autoridade. Pode-se presumir que a ideologia advém precisamente na brecha entre a demanda de legitimidade que emana de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença. A ideologia acrescentaria uma espécie de mais-valia à nossa crença espontânea, graças à qual esta poderia satisfazer às demandas da autoridade (RICŒUR, 2007, p.96).

Ricœur defende que a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de configuração da narrativa. Quanto a isso, não há críticas. No entanto, o autor fala em manipulação, termo que deixa explícito o caráter proposital de manipular, quando se sabe que nem sempre a construção narrativa (que envolve o que se fala e o que se silencia envolvidos nos critérios da lógica jornalística) tem essa intenção primária. As escolhas são sim formas de ideologização da memória, entretanto, nem sempre intencional, visto que podem advir dos contrangimentos de tempo, das condições de trabalho ou até mesmo da falta de conhecimento específio sobre determinado tema.

> (...) uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (RICŒUR, 2007, p. 98).

Em comum nas “ditaduras modernas” destaco a precariedade nas regras de sucessão das lideranças políticas e também o forte controle da informação, por meio da censura, de instrumentos de espionagem, da fraude documental, do incentivo a arquivos secretos ou da implementação de dificultadores para que a população tenha acesso a documentos públicos, o que também é uma forma de se tentar controlar a memória.

Aproveitando o gancho deixado por Ricœur ao tocar no tema, propomos um mergulho nas reflexões sobre as construções narrativas e as formas como elas podem ser utilizadas nesse controle das memórias.

1.4 **Narrativas jornalísticas e verdades possiveis**

Falar sobre narrativa é falar também de uma forma de conhecimento, uma forma de conhecer o mundo. Para Paul Ricœur (2007), esse contato com o mundo por meio da narrativa é devido ao caráter temporal da existência humana. Isso porque o autor atribui à narrativa as possibilidades de experimentarmos e compreendermos a vivência do tempo. Narrar, como bem resume Teresa Neves (2013), é dotar de sentido a existência humana, ao passo que perseguir os sentidos do que é narrado equivale a (re)configurar a compreensão de si e do mundo.

No texto "O narrador", de 1936, Walter Benjamin (1975) compreende as narrativas tradicionais, sobretudo as advindas da oralidade, como oportunidades de experiência. Para o autor, experiência e vivência são coisas distintas, na medida em que as vivências seriam inerentes à existência, sendo muito atreladas aos sentidos e à modernidade. Já a experiência leva ao conhecimento. Nessa dimensão utilitária, Benjamin define a narrativa tradicional como a partilha entre experiências pessoais e coletivas, em que o narrador é uma espécie de conselheiro que transmite sabedoria, atribuindo à modernidade a responsabilidade pelo rompimento com essa forma de narrar.

Retomando as reflexões de Benjamin sobre a narrativa, o escritor Silviano Santiago (1989, p. 44) faz de início uma provocação: "Quem narra uma história é quem a experimenta ou quem a vê?" Narrar permite que se esteja dentro ou fora (como observador) da ação, e é assim que o autor caracteriza o "narrador pós-moderno".

Para Santiago, a questão colocada envolve a noção de autenticidade, trazendo à tona outra indagação: só é autêntico narrar o vivido ou também há autenticidade em narrar aquilo o que se assistiu? Para Benjamin, ao que parece, ver ou acompanhar a distância, sem participar efetivamente, é apenas uma vivência, jamais uma experiência. Mas as vivências não têm também o seu valor, a sua autenticidade? Não permitem transmitir conhecimento? Com base nas considerações de Santiago, o ponto de vista do observador também é digno de narrativas –

a exemplo dos relatos jornalísticos, nos quais os personagens e as ações por eles protagonizadas são merecedores de representação.

Enquanto Benjamin esforçou-se por demarcar as distâncias entre um modo de existir, de perceber e representar a existência que estava em pleno declínio e outro, distinto, que emergia; Santiago, em contexto posterior, questionou as possiblidades da narrativa num mundo em que, de fato, como bem assinalou Benjamin, a experiência praticamente não é mais possível. Neste caso, parece que o crítico brasileiro se empenha não em discordar do pensador alemão, mas em "decifrar" o que restou para ser narrado pelo "narrador pós-moderno". Avança-se então em relação à perspectiva benjaminiana, que não consideraria esse narrador "pós-moderno" descrito por Santiago como um narrador de fato.

Ainda que Benjamin considerasse apenas a narrativa tradicional como narrativa, Santiago pondera que as reflexões do teórico alemão permitem a separação da figura do narrador em três "tipos": clássico, do romance e "pós-moderno". Enquanto a narrativa clássica ou tradicional foi a mais destacada por Benjamin, por envolver o senso prático e a pretensão de ensinar algo, o romance sempre se passaria dentro de um universo privado, envolvendo questões psicológicas ou mentais, e, por isso, não teria compromisso com o compartilhamento de sabedoria. O relato jornalístico já era percebido como similar ao romance moderno no que se refere à distância que os separam das narrativas tradicionais. Assim, na narrativa "pós-moderna" de Santiago – que aqui preferimos chamar de narrativas contemporâneas –, que tem como uma de suas principais formas de expressão o relato jornalístico (visto como narrativa breve por excelência neste contexto histórico e atrelada à "aceleração da sociedade"), o critério de novidade é o que prevalece e o narrador é visto como um comunicador de informações, mas não de experiências.

Cabe ressaltar que ainda que não trate desse aspecto no referido texto, a crítica de Benjamin é feita no início do século XX, um momento histórico interessante no âmbito do jornalismo, em que as mudanças iniciadas no fim do século XIX estão a todo vapor, com a valorização do hoje tão questionado conceito de "objetividade". O que se pregava era a substituição dos comentários por fatos e o distanciamento do jornalista (narrador) desses fatos a serem narrados. E é assim que o jornalista se distancia do que Benjamin valoriza como narrador clássico, pois estaria privado da possibilidade de trocar experiências.

Mas a sabedoria da narrativa jornalística consiste em compreender que é possível aprender com a vivência alheia. Mais ainda, essa modalidade narrativa deve ser entendida como construção. Como alerta Santiago (1989), o narrador "pós-moderno" é uma espécie de ficcionista, por ter que dar credibilidade e autenticidade a uma ação que, por não ter respaldo

na experiência, não seria por si mesma autêntica. “O narrador pós-moderno sabe que o ‘real’ e o ‘autêntico’ são construções de linguagem.” O acontecimento não é um dado da realidade, mas um produto da articulação narrativa, diz Letícia Matheus (2008).

Reforçando a ideia do relato jornalístico como uma forma narrativa, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 11) definem narrativa como "todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado". Para os autores, o romance, o conto, às vezes mesmo o poema, constituem formas diferentes de narrativa. Mas ambos também afirmam que a narrativa não é privilégio da arte ficcional, já que, quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. Sendo justamente a narrativa jornalística o alvo desta pesquisa, que tem como objeto os relatos sobre uma comissão que ganha no nome o peso da “verdade”, não se pode deixar de considerar o mito da verdade jornalística.

Em artigo publicado em 2012, nos anais do 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em coautoria com Marise Baesso Tristão e Paulo Roberto Figueira Leal, fizemos uma provocação sobre o mito da verdade jornalística que aqui cabe ser retomada. Apesar de a Teoria do Espelho - aquela que compara o jornalismo a um reflexo da realidade - ser questionada no mundo acadêmico, ela ainda paira como um mito sobre as redações jornalísticas e também sobre o público, seja de jornal, seja de outras mídias, como as eletrônicas. Como que deixando de lado outros possíveis olhares sobre as diversas realidades acerca de um mesmo acontecimento, aquilo que está na imprensa passa a ser “o real”, mesmo que aquela tenha sido uma das versões contadas. É também recorrente assistir alguém afirmar que acredita em determinada versão de um fato porque viu na televisão, leu no jornal ou ouviu no rádio (SANGLARD, TRISTÃO & LEAL, 2012).

Tal mito, conforme Aldé et al. (2005), é reforçado pelo *ethos* jornalístico (narrativa que os jornalistas fazem sobre si mesmos) e pode ser visualizado nas narrativas assumidas pelos manuais de redação, que reforçam a capacidade quase intuitiva – presente na ideia de faro jornalístico – dos profissionais ao identificar o que merece ser notícia e o que vai interessar o público. Por meio da valorização de quadros de referências, os jornalistas atribuem credibilidade a certas visões de mundo que são apropriadas pelas construções do cidadão comum sobre os acontecimentos.

Michael Schudson (1982, p.208) já afirmava que, de modo geral, “as pessoas não vêem as notícias como elas acontecem, elas apenas ouvem ou lêem sobre elas”. Schudson sugere ainda que, apesar de serem narrativas, as notícias não são ficcionais, e sim

convencionais. Ou seja, convenções são adotadas também para que as notícias sejam entendíveis pelo grande público.

A vertente do interacionismo simbólico (BERGER e LUCKMANN, 2007) e o desenvolvimento das teorias construcionistas (TUCHMAN, 1978; TRAQUINA, 1993, 2008), passaram a estimular a ideia de que a percepção da realidade é construção social, e também, conforme Traquina (2005, p.168), "um novo paradigma: as notícias como construção". Segundo Tuchman, as notícias são "estórias", ou relatos. A partir dessa visão, o jornalismo é visto como narrador de realidades possíveis e sabe-se que o que está no jornal é uma construção escolhida e editada. Essas ideias reforçam o questionamento de alguns mitos e tabus da profissão, como a objetividade e a própria crença de que poderia haver apenas uma verdade dos fatos. Surge daí a necessidade de reflexão sobre a "verdade necessária" e a "verossimilhança", num momento em que há muitas incertezas acerca das instituições sociais tradicionais e até mesmo quanto à profissão de jornalista.

Em participação no programa Café Filosófico, da TV Cultura, o então coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, fez reflexão interessante sobre o conceito de verdade e o peso que o termo ganha ao ser adotado no título das "comissões da verdade":

> A ideia de ir atrás da verdade é algo que envolve aspectos práticos, descobrir onde pessoas foram mortas, assassinadas, onde estão os corpos, mas envolve também uma dimensão filosófica. O que é a verdade? A gente pode descobrir um fato, mas a verdade, em geral, envolve muito mais do que um fato. Envolve o fato e as circunstâncias, as opiniões, as posições. Portanto, a todo momento, a Comissão da Verdade lida com essa dupla dimensão. A descoberta dos fatos, a apuração dos fatos, mas, por outro lado, lida com a percepção da sociedade sobre as descobertas (Pedro Dallari, Café Filosófico, 7/11/2014)[28].

No mesmo programa, Maria Rita Kehl, também integrante da CNV, ressaltou que "a verdade nunca se diz toda", fazendo referência ao psicanalista francês Jacques Lacan. Peter Berger e Thomas Luckmann (2007), por sua vez, defendem que a percepção da realidade é uma produção social. O jornalismo, no entanto, reivindica para si a função de guardião da verdade e porta-voz da realidade.

Certamente, a compreensão de que o jornalismo opera com narrativas e representações não é o mesmo que duvidar da importância e função social da área. De acordo com Bourdieu (1997, p. 105), "o campo jornalístico constitui-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam notícias sensacionais e os jornais que propunham análises e comentários". O autor (1983, p. 89) esclarece, na "teoria dos campos", que esses

[28] Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/aovivo/>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

seriam "espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)". Os campos também possuem leis gerais e propriedades particulares.

Segundo Bourdieu (1983), apenas pessoas com formação apropriada conseguem adentrar em um determinado campo. Sendo assim, é possível compreender as disputas de poder no interior de um campo e entre campos distintos. Para um campo existir e funcionar, "é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc." (BOURDIEU, 1983, p. 89). Ele define como *habitus* a condição de existência de um campo e também o produto do seu funcionamento.

> O habitus, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim. [...] Quando basta deixar o habitus funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas (o que em todo campo constitui a própria definição de excelência, sem que as pessoas tenham absolutamente consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem a maximização do lucro específico). (BOURDIEU, 1983, p. 94).

As disputas tornam-se mais compreensíveis quando percebemos que os agentes que estão na posição de domínio objetivam manter a ordem estabelecida no campo e os que não têm tanta autoridade tendem a agir de forma subversiva. Vale ressaltar ainda que os agentes costumam ter objetivos comuns, sendo um deles o interesse pela existência do campo. Sendo assim, o que parece estar em jogo no momento “de crise” vivenciado pelo jornalismo é o questionamento do ordenamento desse campo social, assim como as funções de seus integrantes e a importância de sua existência.

Contudo, como pondera Silva et al (2011, p.8), não é possível “determinar com segurança absoluta se os dilemas com os quais o jornalismo se defronta atualmente configuram ou não uma crise. E, se há uma crise, não está claro qual o seu alcance”. A busca por manter a credibilidade parece ter se alterado pouco nos veículos jornalísticos. Aliás, é nela que se encontra o maior trunfo desse campo. No caso da morte de uma personalidade (como aconteceu com a divulgação sobre Osama Bin Laden), poucos confiam de imediato nas informações disponíveis nas redes sociais. É preciso checar a informação. E uma forma de o cidadão fazer isso ainda é confirmando a “veracidade” em algum veículo de credibilidade, seja ele um telejornal, um portal noticioso ou um jornal impresso de grande circulação.

Muniz Sodré e Raquel Paiva (2011) afirmam que os públicos firmam com a imprensa um "pacto de credibilidade". Os autores retomam a passagem do Estado absolutista ao Estado de direito, para contextualizar que a imprensa definiu-se nesse momento como "porta-voz dos direitos", carregando a bandeira da liberdade de expressão. Levando em consideração a "ética do liberalismo", Sodré e Paiva destacam que, já no início do regime republicano europeu, a imprensa assumiu a função de assegurar aos cidadãos a possibilidade de ter voz e de se manifestar publicamente. Isso ocorre, de acordo com Sylvia Moretzohn (2006, p.69), porque o jornalista é um profissional autorizado a estar presente onde o público nem sempre tem condições de estar.

> A imprensa seria, portanto, a antítese do que La Bruyère chamava de *bruit*, o boato. Por isso, a imprensa se investe modernamente do direito moral de narrar, inerente a toda e qualquer testemunha de um fato. Testemunho, em grego clássico, é *histor* – daí história. Acreditamos numa história porque foi testemunhada, senão diretamente ao menos por uma mediação confiável, a cargo do jornalismo. E não se trata de uma crença qualquer, porque essa é a admissão de um fato em cujo horizonte de recepção está inscrita a noção de "esclarecimento", palavra sinônima de "iluminismo" (*Erklärung*, em alemão). A verdade factual esclareceria o público (SODRÉ; PAIVA, 2011, p.22).

Já na Grécia Antiga, falava-se da existência da "verdade do necessário" e da "verdade do verossímil". A primeira estaria atrelada à lógica, à ciência, sem levar em conta o sujeito da enunciação. A última, à retórica e consideraria aquele que enuncia. "A ideologia do campo profissional procura sempre fazer passar a ideia de que a verdade do jornalismo pertence ao enunciado, ao invés da enunciação." (SODRÉ; PAIVA, 2011, p.24).

De qualquer maneira, ainda que a verdade única não exista, o jornalismo busca contar com o verossímil para construir o "efeito de verdade". É preciso usar argumentos, provas, técnicas de redação, para que o verossímil pareça lógico e convicente. Para construir essa técnica, o jornalista conta ainda com alguns tipos de discursos, como o discurso autorizado, o discurso burocrático-institucional, assegurado pela cientificidade, que não é questionada, mas aceita. Não é à toa que a narrativa jornalística faz uso da fala de outrem para justificar os posicionamentos adotados, afinal, quem afirma é a fonte.

> A questão é que, em sua prática profissional e em seus eventuais posicionamentos doutrinários, os jornalistas costumam apoiar-se na presunção de que expressam a verdade do cotidiano ou da vida social imediata. "Verdade" é então entendida do modo mais familiar ao senso comum, que é a noção da correspondência do enunciado aos fatos do mundo [...]. (SODRÉ; PAIVA, 2011, p.24).

Mas, como alertam Sodré e Paiva (2011, p.25), ainda que no pacto implícito entre público e jornal exista a crença de que o discurso do jornalista deve "ser crível para que o público lhe outorgue o reconhecimento da verdade", a credibilidade, tão almejada por qualquer veículo, não é construída apenas pela lógica do enunciado, mas também a partir de "uma hegemonia da enunciação".

Partindo desse entendimento e retomando a ideia da suposta crise que o jornalismo, como instituição social, enfrenta, Sodré e Paiva sugerem que esse problema, de algum modo, possa estar atrelado ao pacto firmado, que tem sofrido abalos. Se, como afirmam os autores (2011, p.26), "a mídia não é mais ventríloqua da comunidade nacional, mas intérprete de si mesma enquanto boca orgânica do mercado", e o público passa a perceber e questionar essa característica, a ideia de crise pode sim ser factível.

1.5 **Uma proposta comunicacional**

Por que falar de ditatura, comissão da verdade, justiça de transição e ações em prol da memória e dos direitos humanos a partir do campo da comunicação? A interrogação vem permeando este estudo desde as primeiras reflexões. A princípio, a pesquisa foi motivada pela vontade de compreender melhor as narrativas sobre a ditadura militar brasileira e a constatação de que havia carência de estudos deste tipo na área.

Não só no campo da comunicação, mas também em outras áreas, o interesse pelas pesquisas sobre o mais longo período autoritário do Brasil republicano é recente, como atesta o historiador Carlos Fico (2004). Segundo ele, a abordagem propriamente histórica da ditadura militar é quase uma novidade no país. O crítico literário e da cultura Andreas Huyssen (2014) vai além ao afirmar que o século XXI comporta uma guinada transnacional nos estudos sobre a memória, o que teria influenciado políticas públicas, processos judiciais e abordagens relativas às comissões da verdade. Segundo o autor, as duas últimas décadas delinearam o ambiente propício para que o trauma histórico e as violações dos direitos humanos despontassem entre as preocupações que permeiam as ações do Estado, atividades artísticas e pesquisas acadêmicas.

Tendo a temática especial interface com os campos da política, da história e dos direitos humanos, esta pesquisa se desenvolve permeada por essas influências, mas sem perder o foco na comunicação. E foi justamente a afirmação de Andreas Huyssen (2014) –

sobre a importância de os estudos contemporâneos da memória se atrelarem a outros campos, tanto em termos discursivos quanto práticos, para que a memória traumática não se torne um exercício vazio – que garantiu o estímulo necessário à defesa deste tipo de pesquisa na área da comunicação e, em especial, da comunicação política.

O olhar comunicacional desta tese parte da compreensão de que as políticas da memória e as ações no campo jurídico em muitas circunstâncias carecem de mobilização popular, que está diretamente atrelada aos discursos da memória e aos usos políticos que dela se faz, a partir das narrativas repercutidas nos meios de comunicação – sejam elas jornalísticas, cinematográficas, literárias ou artísticas.

Defende-se o entendimento do campo da comunicação como algo mais amplo do que o espaço teórico que se preocupa apenas com a transmissão das informações ou com os estudos de mídia. É possível afirmar que a preocupação comunicacional está atrelada ao que se desenvolve em comunidade e se relaciona com a capacidade de convivência e partilha, ou seja, com o ato de comunicar. Assim, pode também se preocupar com a comunicação mediada, entendendo mídia como todo tipo de manifestação cultural presente no espaço público, bem como o lugar de mediação proporcionado pelos veículos de comunicação.

Esta pesquisa está focada em uma manifestação cultural e midiática específica, que diz respeito ao jornalismo, considerado um importante elemento para a construção da memória social - seja pela credibilidade ainda mantida ou pelo espaço conquistado como narrador autorizado dos relatos cotidianos. Aquilo que vem destacado diariamente nas páginas dos jornais, nas manchetes dos noticiários de rádio e TV e nas *homepages* dos portais noticiosos ainda conserva lugar relevante nas representações que criamos sobre o mundo. Mas é notório que cada vez mais o ambiente on-line tem demonstrado ser um novo espaço de partilha, que desafia jornalismo e seu público. Por isso, em vez de eleger alguns jornais e me dirigir, por exemplo, a suas versões impressas para buscar material que subsidie a análise, adoto um ponto de partida diferente e utilizo a internet e seus recursos como forma de coletar tal material. Ainda que o conteúdo disponibilizado na rede pelos veículos do *mainstream* possa ser semelhante ao veiculado nas versões de seus jornais impressos ou telejornais, acredito não ser mais possível compreender o jornalismo contemporâneo e suas narrativas sem considerar as mudanças proporcionadas pela internet.

Antes, contudo, de iniciar as reflexões sobre a memória e o ambiente on-line, deve-se fazer a ressalva de que, sozinho, o campo da comunicação não dá conta de compreender a amplitude das mudanças sociais e tecnológicas a que estamos submetidos nem a imensidão de representações culturais sobre a ditadura e, paralelamente, sobre a iniciativa das comissões da

verdade. Como esta pesquisa se concentra em uma de suas manifestações – a jornalística veiculada pela internet –, opto por lançar mão de diversas referências que vão da história aos estudos literários, passando pelo universo das ciências políticas e jurídicas, de maneira a abrir alguns caminhos os quais se pretende explorar.

Esse foi um dos motivos pelos quais escolhi por iniciar as reflexões teóricas desta tese discutindo sobre narrativas, memória e esquecimento, para só então incluir nessa dinâmica as relações entre comunicação, política e direitos humanos. Tendo na transdisciplinaridade o aparato necessário para estabelecer as principais reflexões da pesquisa, os estudos da comunicação servem como guia para que não se perca o foco, mas se tenha em mente as interfaces de diálogo com outras áreas. A começar pela interação com a historiografia, é preciso pontuar que os avanços nessa interface foram percebidos principalmente a partir do reconhecimento de que a história deveria dialogar mais amplamente com perspectivas das ciências sociais.

Um incentivo para isso parte da crítica ao "atomismo social" dos trabalhos históricos com centralidade apenas no indivíduo, feita por Michel de Certeau (2001) em *A Invenção do Cotidiano*. A obra privilegia as práticas e maneiras de fazer cotidianas na articulação da atividade social e aborda a individualidade como lugar onde atua uma "pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais" (CERTEAU, 2001, p.38). Em *A Nova História Cultural*, Lynn Hunt (2001) defende a aproximação entre história e sociologia e diz que os estudos desenvolvidos na Escola dos Annales[29] contribuíram para o "avanço social", já que propunham ir além da visão positivista da história como "crônica dos acontecimentos".

Os trabalhos de Roger Chartier e Jacques Revel, que integram a quarta geração de pesquisadores da Annales, contribuíram para o entendimento de que as "representações do mundo social são componentes da realidade social" e que "as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural (...)" (HUNT, 2001, p.9).

Assim como uma geração de historiadores usa técnicas e abordagens literárias e de outras áreas do saber para desenvolver novos materiais e métodos de análise, pesquisadores

[29] "A revista original, *Annales d'histoire économique et sociale*, foi fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Fabvre. Na década de 1930, foi de Estrasburgo para Paris, onde, em 1946, recebeu seu nome atual, *Annales: Economies, Societés, Civilisations.* A Annales tornou-se uma escola – ou, pelo menos, assim começou a ser chamada (...). Fernand Braudel deu-lhe sentido geral de unidade e continuidade [quando a dirigiu nas décadas de 1950 e 1960] (...). Por volta dos anos 1970, o prestígio da escola era internacional." (HUNT, 2001, p.2-3).

da comunicação também lançam mão de artifícios da interface com a história social (ou com a "nova história cultural") para desenvolver suas pesquisas, como é aqui proposto.

> Tanto a história como a comunicação se valem de atos narrativos para configurar uma história com começo, meio e fim e com inteligibilidade aos olhos de muitos. A relação entre comunicação e história, visualizadas como universos de possíveis e narrativos e não apenas como meras disciplinas, é o fato de no ato comunicacional e no ato histórico produzirem-se sempre atos narrativos (BARBOSA, 2009, p.11).

Marialva Barbosa (2008; 2009; 2012) defende a relação entre os estudos de comunicação e história como algo fundamental para o desenvolvimento da pesquisa no campo das ciências sociais. Conforme a autora, a interconexão não envolve apenas as disciplinas, os dois campos de saber ou a maneira como as pesquisas históricas são realizadas a partir dos meios de comunicação. Para Barbosa (2009, p.13), "a correlação comunicação e história engendra muito mais do que isso. Falar em comunicação e história é se referir a dois pressupostos fundamentais que [...] norteiam tanto o ato comunicacional como o ato histórico: narrativa e tempo".

> Os meios de comunicação fazem, cada vez mais, usos do passado, mostrando em suas encenações midiáticas uma multiplicidade de tempos que se entrecruzam sem cessar. Há nessas textualidades um novo sentido temporal que emerge da dimensão narrativa. Um tempo atual, incessante e permanentemente atualizado aparece com destaque ao lado da constante evocação do passado (BARBOSA, 2008, p.83).

A compreensão de que tanto as narrativas da história quanto aquelas disponibilizadas nos meios de comunicação – seja como produtos jornalísticos ou não – são construções, representações, reforça a ideia de que ao olhar – do presente "sempre transitório" – o passado e projetar o futuro, o indivíduo reconstitui ou cria representações mentais. Matheus (2008) salienta que, no caso do jornalismo, sua legitimidade, em alguma medida, deve-se ao fato de ser interpretado como "testemunha ocular" capaz de promover representação supostamente necessária e relevante dos episódios históricos. "Ao dizer "isto é histórico", ao produzir e contar os acontecimentos, ele explica a história, fornecendo uma racionalidade ao cotidiano, fazendo-se, assim, necessário" (MATHEUS, 2008, p.10). "Portanto, o passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos acerca desse passado" (BARBOSA, 2009, p.16).

Conforme Michel de Certeau (2000), até mesmo a história não passa de uma construção da discursividade, e o entendimento do que ela vem a ser depende do contexto em

que é utilizada, da sua prática e dos conceitos que se fortaleceram. Segundo o autor, a história pode ser vista como ciência e também como objeto de estudo.

> A organização de cada historiografia em função de óticas particulares e diversas se refere a atos históricos, fundadores de sentidos e instauradores de ciências. Sob este aspecto, quando a história leva em consideração o "fazer" ("fazer história"), encontra ao mesmo tempo seu enraizamento na ação que "faz história". Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível tal ou qual tipo de compreensão científica (CERTEAU, 2000, p.41).

A história, como narrativa que é, costuma ser contada pelas vertentes dominantes por meio do reforço de relatos hegemônicos: noutras palavras, ela é construída e constitui objeto de disputa assimétrica. Daí a importância do trabalho que vem sendo realizado por comissões, ONGs e entidades que lutam pelo reconhecimento de violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura. Relevante também é o papel da imprensa, ao recontar os resultados dessas iniciativas.

Se, como afirma Dayan (2009, p.237), "um olhar nunca é neutro", os relatos jornalísticos são claramente recortes, enquadramentos[30] da realidade. Se abordados repetidamente, no entanto, alguns vieses de tais narrativas podem ganhar status de "verdade", ainda que discursiva, ao serem lançados na esfera pública. Para Rincón (2006), é quase indiscutível dizer que somos o resultado dos relatos que produzimos sobre nós mesmos. O autor ainda defende que narrar é uma estratégia de sedução.

"O potencial de ação simbólica dos meios de comunicação está na competência que têm para produzir vínculo e conexão entre os seres humanos, a imaginar histórias [relatos] em que todos se encaixam" (RINCÓN, 2006, p.99, tradução nossa). Portanto, refletir sobre aquilo que o jornalismo produz diariamente joga luzes sobre as narrativas que se multiplicam na tentativa de organizar o mundo.

> Para reparar a fratura, para tornar pensáveis as novas possibilidades, o acontecimento e as suas consequências precisam ser nomeados; ser conceitualizados; ser narráveis e dotados de papéis identificáveis. Deste modo, poderão encontrar o seu lugar nas narrações e nas memórias. Trata-se de reduzir o acontecimento aos nossos esquemas culturais de atenção e ação. Trata-se de comunicação (ROTHENBUHLER, 2009, p. 283).

No caso dos relatos sobre o passado, ou que têm como foco a questão memorável, é válido ressaltar que sempre haverá algo esquecido. Se, ao elaborar tais construtos, os autores –

[30] O conceito de enquadramento é apresentado detalhadamente no Capítulo 4.

jornalistas, historiadores, blogueiros, entre outros – fazem uso de enquadramentos, ou seja, fazem escolhas, dão ênfase a alguns aspectos e silenciam outros, ainda que isso não ocorra sempre de forma intencional, recriam o cotidiano a partir de uma maneira de olhar e buscar compreender o que ocorreu.

> Saber o cotidiano, compreendendo as experiências comunicacionais do dia-a-dia e sua relação com as mídias e seus produtos, requer uma atenção especial às suas narrativas. [...] Pesquisar as narrativas, portanto, constitui uma perspectiva analítica que tenta compreender não só a complexidade dos vínculos sociais, tal como encenados, performados, no mundo contemporâneo, como também as diferenças que essa forma peculiar de organização do mundo apresenta, implica, desdobra, aos sujeitos, à experiência, aos saberes, aos cotidianos (LEAL, 2006, p.21).

Se, ao reconstituir o presente a partir de elementos do passado, do memorável, sempre haverá características esquecidas (BARBOSA, 2008), o esquecimento é interpretado então como um "dever de memória", como sustenta Ricœur (2007). Assim, a tentativa de buscar compreender o cotidiano abordado nos produtos jornalísticos a partir de suas estratégias de revisão do passado e de seu esforço em contribuir com a memória pode ser discutida a partir de uma preocupação comunicacional.

Abordar a memória apresentada pelos meios de comunicação implica, entretanto, levar em consideração duas dimensões. Uma delas diz respeito à capacidade de eleger aquilo que será contado e, portanto, que será memorável. A segunda está atrelada à capacidade cultural (e até mesmo técnica, como consideram algumas vertentes teóricas) das memórias mediadas, ou seja, do desejo transformado em necessidade de tudo arquivar que atribui às mídias grande responsabilidade pelo armazenamento de conteúdos e, consequentemente, de memórias. As mídias jornalísticas, em especial, são usadas com recorrência como fonte para se resgatar fatos históricos e observar mudanças sociais na forma de enquadrar os fatos.

José Van Dijck (2007) propõe o termo *mediated memories* (memórias mediadas) ao abordar como os meios de comunicação são fundamentais para as construções da identidade individual e coletiva, dos atos criativos e das interpretações através das quais as pessoas fazem sentido de suas vidas e das dos outros e conectam o passado e o futuro. Segundo ela, a integração dos meios de comunicação na construção da memória estimulou cientistas sociais e teóricos culturais a definir a "mediação da memória", um conceito que é útil, mas que a autora considera inconsistente quando usado para explicar a formação mútua da memória individual e coletiva. Van Dijck prefere o uso de memórias mediadas, termo considerado uma versão modificada do conceito de mediação e cuja ideia é ajustar as falhas conceituais.

"'Memórias mediadas' referem-se tanto aos objetos concretos na minha caixa de sapatos[31] quanto a um conceito mental – um conceito que engloba os aspectos da mente e do corpo assim como da tecnologia e cultura", explica Van Dijck (2007, p. xii, tradução nossa[32]). Para ela, gravar algo por meio de vídeo, de fotografias ou de um texto (seja em um jornal ou diário pessoal) permite a ampliação da experiência com uma dupla proposta: documentar e comunicar o que acontece.

Ao mencionar algumas limitações do conceito de "mediação da memória", Van Dijck (2007) defende que a memória não é mediada pela mídia, mas sim que mídia e memória transformam uma a outra. "Nos últimos anos, os teóricos culturais observaram uma tendência irreversível em direção ao que é geralmente chamado de 'mediação da memória', a ideia de que mídia e memória cada vez mais se enroscam [se confundem] além da distinção." (VAN DIJCK, 2007, p.15, tradução nossa[33]). Embora "mediação da memória" seja um conceito importante, Van Dijck acredita que carrega algumas contradições, que envolvem considerar a memória como capacidade humana interna e fisiológica e a mídia como ferramenta externa, o que implica a aceitação implícita ou explícita da distinção entre memória real e artificial.

Todavia, mídia e memória não são entidades separadas. Para Van Dijck, ainda que a maioria dos teóricos reconheça que a mídia, invariavelmente e inerentemente, molda nossa memória, justificando o termo "mediação", raramente são encontrados relatos da mídia sendo moldada pela memória. Isso indica uma hierarquia implícita e sugere conceituação falha. Segundo ela, tal visão não reconhece que "as memórias autobiográficas derivam tanto dos recursos de mídia coletivos quanto pessoais. Como John Thompson alerta, a experiência vivida está entrelaçada com a experiência mediada" (VAN DIJCK, 2007, p.18).

Uma outra vertente considera a memória importante atributo das novas tecnologias de informação e comunicação (PALÁCIOS, 2003). A facilidade de busca e localização de um arquivo na internet e também a ampla capacidade de armazenamento, o que tornou alguns *softwares* e buscadores – como o Google – indispensáveis em qualquer atividade de pesquisa contemporânea, são dois dos elementos que interessam a essa vertente. Funcionando como espécie de substituta das antigas enciclopédias, a internet e sua capacidade de simplificar as

[31] Metáfora usada por Van Dijck (2007) para representar as memórias pessoais e aquilo que tentamos materializar como lembrança ao decidir guardar alguns objetos.

[32] "'Mediated memories' refers to both to the concrete objects in my shoebox and a mental concept – a concept that encompasses aspects of mind and body and as well as of technology and culture."

[33] "In recent years, cultural theorists have observed an irreversible trend toward what is generally called the "mediation of memory", the idea that media and memory increasingly coil beyond distinction."

ligações por meio de hipertextos tornam alguns caminhos mais curtos e independentes. Cada indivíduo tem a "liberdade" de buscar o que quiser pelo percurso que quiser.

A memória atrelada à capacidade de arquivamento, entretanto, não é uma atribuição nova em relação às possibilidades das mídias tradicionais, já que os jornais, desde seu surgimento, servem a essa função e a imprensa se mantém como uma espécie de guardiã das informações cotidianas. Pode-se dizer que agora há um alargamento das possibilidades, que remonta à própria evolução das formas de registro.

> A evolução dos meios de registro, partindo das inscrições em rocha com argila, a tábua de cera, o pergaminho, o papiro, o papel, culminaram em artefatos digitais, onde a informação é escrita em arquivos e armazenada por meios magnéticos (Discos rígidos, Disquetes etc.), meios ópticos (CDs, DVDs etc.) ou meios de circuitos integrados de memória (pen drives, cartões de memória etc.). Além do armazenamento, deve-se destaque a forma como os dados guardados são localizados e reutilizados. Buscadores e mineradores de dados tornam a informação onipresente, acessível da grande maioria dos dispositivos com acesso a grande rede (Internet). (BERWANGER, 2013).

Da imprensa de Gutemberg à ampliação da impressão de livros e enciclopédias, o desenvolvimento de meios técnicos não pode ser pensado em separado das discussões sobre memória. Se antes o livro e as bibliotecas eram os mais importantes suportes do saber, graças ao entendimento da escrita como principal representação da memória, na contemporaneidade, o ciberespaço ganha contorno semelhante (MONTEIRO et al., 2006).

Isso quer dizer que a memória passou a ser concebida de forma não apenas restrita à natureza humana, mas como elemento capaz de ser exteriorizado e de ganhar autonomia em relação ao homem. Mas é justamente esse aspecto dúbio de memória pessoal como algo interno e de mediação da memória como algo externo que origina as críticas de Van Dijck (2007). Para a autora, a crítica à materialização da memória se deve ao fato de que as memórias mediadas não são objetos estáticos ou repositórios, mas relações dinâmicas. Para ela, filmes, fotos e outras materialidades não são pura e simplesmente memória. São blocos de construção mediados com os quais moldamos os processos de recordação. Objetos concretos representam atos relacionais de memória; coleções de objetos mediados, guardados em “caixas de sapato”, frequentemente se tornam conexão material e simbólica entre gerações.

A ampliação da experiência com intuito de documentar e comunicar o que acontece é, de alguma maneira, o que justifica o valor atribuído ao desenvolvimento da escrita e posteriormente dos tipos móveis, por possibilitar que os suportes manuscritos e impressos transmitissem a memória de geração em geração, rompendo as barreiras da exclusividade da memória oral. O livro, os jornais impressos e todo tipo de memória mediatizada têm função

que advém da noção de memória coletiva, pois permitem a circulação da informação bem como são pesquisáveis e dotados de mobilidade. Ou seja, aquilo que está registrado não é apenas notícia ou texto do agora, mas pode ser consultado na posteridade.

Monteiro et al. (2006) justificam essa aproximação entre memória e escrita na cultura ocidental pela tendência à valorização do elo entre a memória humana e os meios inventados para registrar os conhecimentos. Com a ampliação do número de exemplares impressos e a tendência da sociedade a arquivar tudo, desenvolveram-se também os artifícios de busca e catalogação. E é nesse contexto que a internet e as mídias digitais ampliam horizontes e trazem facilidades à acumulação de conhecimento.

Contudo, Lévy (1999) pondera que, mesmo que a capacidade de armazenamento trazida pela informatização seja muito grande, não é a preocupação com o estoque ou a conservação que a impulsiona, mas a condensação do presente e a concentração naquilo que está em andamento, em "tempo real". O que, segundo o autor, merece reflexão e crítica.

Por muito tempo, a noção de memória esteve ligada ao campo da psicologia individual, mas alguns pesquisadores, como Maurice Halbwachs (2006) e Paul Ricœur (2007), expandem essa ideia ao afirmar que nossas recordações são baseadas nos relatos contados por outras pessoas.

Originário do fim do século XIX, a partir da sociologia francesa e alemã, o conceito de "memória coletiva" foi predominantemente teorizado por Maurice Halbwachs (2006), aluno de Henri Bergson e Emile Durkheim. Em "Os quadros sociais da memória", lançado pela primeira vez em 1925, Halbwachs esboça os quadros sobrepostos dos indivíduos e de comunidades amplas (como família, comunidade e nação) e afirma que a memória depende de estruturas sociais, distanciando-se das abordagens fisiológicas da memória, principalmente as que investem entender a capacidade isolada da mente humana. Ele enfatiza assim a natureza recursiva da memória individual e coletiva – uma sempre habitando a outra. Segundo ele, os indivíduos podem se lembrar de eventos cronologicamente e espacialmente, mas, em geral, lembrar-se-ão em termos de conectividade, já que, como ser social, a pessoa vivencia os eventos em sua relação com outras pessoas.

Para definir a "estrutura social da memória", Halbwachs defende que as memórias são construções sociais, sendo a sociedade responsável por definir o que é memorável e onde essa memória será preservada. Como alerta Van Dijck (2007), inspirando-se em Halbwachs, a memória coletiva vai além da simples conjugação de várias memórias individuais, pois toda memória individual é constituída de uma perspectiva idiossincrática. Daí a noção de que a lembrança tende a se apoiar na ideia de pertencer ou compartilhar. Daí também a proximidade

e utilidade dessa ideia para a comunicação, já que o ato de comunicar advém da relação com o outro. Assim, considera-se que rememorar também é um ato de comunicação.

> O recurso de um indivíduo às recordações de outros faz com que a memória individual seja, também, uma memória colectiva na medida em que se alicerça num conjunto de memórias que passam de geração em geração, sendo compartilhadas por vários indivíduos que tomam contacto com elas através da escrita ou da oralidade. Nas sociedades sem escrita, a memória era fundamental na transmissão dos saberes. [...]. Com a passagem da oralidade à escrita, dá-se a dessacralização da memória, enquanto processo biológico, acentuando-se o seu cariz técnico (CANAVILHAS, 2013).

Da mesma maneira que a compreensão da memória como elemento meramente fisiológico tem limitações, tentar dimensioná-la de forma mecanicista e dependente da tecnologia é outra falha. As memórias mediadas, como indica Van Dijck (2007), refletem o processo cultural exercido por vários agentes – como indivíduos, tecnologias, convenções, instituições, entre outros. A digitalização, em vez de ser mera substituição de instrumentos analógicos por instrumentos digitais, abrange todo o processo, desde redesenhar os paradigmas científicos de sondagem da mente até reajustar o uso habitual das tecnologias de mídia. Desse modo, Van Dijck sugere que a evolução digital não mudou a "questão" da memória, mas certamente afetou a forma como a compreendemos e a interpretamos.

Conforme Canavilhas (2013), a avalanche de informação disponível no ciberespaço representa uma "memória social, dinâmica, organizada e navegável que nos remete para os dois sentidos fundamentais da palavra 'comunicação'". Um dos sentidos é técnico, associado à transmissão e difusão, e o outro é normativo, associado às origens do termo, do latim *communicatio*, que comporta a ideia de comunhão e partilha.

Yves Winkin (1998, p. 14) diz que, mesmo parecendo ultrapassado, o pressuposto mecancista dominou a pesquisa e o ensino das ciências da comunicação desde o início da institucionalização da área, na década de 1940, nos Estados Unidos. Winkin defende a retomada do conceito originário do termo comunicação como forma de superar a ideia mecanicista do campo apenas como espaço de transmissão de mensagens entre um emissor e um receptor. "De certa forma a web vem relançar a ligação ontológica entre os sentidos normativo e funcional da comunicação pela necessidade de organizar a grande quantidade de informação disponível. Os portais, por exemplo, são uma tentativa de associar o conceito de partilha ao de difusão", defende CANAVILHAS (2013).

Enquanto Van Dijck considera a memória mediada como processo indissociável, Canavilhas (2013) diz ser válido compreender dois aspectos distintos na abordagem sobre

memória, comunicação e novas tecnologias: “por um lado a memória-arquivo, por outro o mecanismo – fisiológico ou numérico – que permite a pesquisa”. Talvez o que falte em sua explanação teórica seja justamente compreender que essas duas ferramentas (mecanismos de arquivamento e de busca), apesar de possuírem funcionamentos e propósitos distintos em termos técnicos, são componentes de um mesmo processo inter-relacional no campo social.

Relacionando o aspecto filosófico da memória com os aspectos culturais e sociais pautados na ideia de memória mediada e a compreensão mais ampla do campo comunicacional, é possível vislumbrar de forma mais adequada as possibilidades e novas relações proporcionadas pelas tecnologias de comunicação. Assim, retomo o controverso conceito de “lugares de memória”, de Pierre Nora (1993), não para aplicá-lo em outro contexto, mas para propor reflexão crítica sobre a internet como um espaço que contribui para a definição daquilo que será lembrado.

Nora considera que os “lugares de memória” seriam ambientes de sacralização inseridos em uma sociedade em que tudo seria dessacralizado. O ambiente da internet, em perspectiva semelhante, também é visto como oásis que permitiria acessar todas essas memórias. Seria o espaço onde tudo é possível, livre e acessível. Contudo, assim como Huyssen critica Nora pela nostalgia da perda, é preciso ter olhar crítico para compreender a internet com um espaço de memória que, apesar de estar atrelado à rapidez, à fluidez e às inúmeras alternativas de busca e acesso, também apresenta limitações e a falsa ideia de que disponibilizaria todas as possibilidades de memória.

A internet – e os produtos midiáticos nela disponíveis – pode ser compreendida então como espaço que, por meio dos filtros e algoritmos, em algumas circunstâncias, funcionaria como armadilha para limitar a percepção, conforme a ideia definida por Bergson (ver Capítulo 2.3). Isso porque, ao concentrarem os resultados das pesquisas nos termos mais procurados e recentemente visualizados, entre outros critérios, os filtros dos buscadores (como o Google, por exemplo) poderiam fazer com que os usuários caíssem na armadilha de se acomodar à “memória hábito”, cuja característica repetitiva desestimula a percepção.

Ainda que seja em relação a aspectos de um momento histórico específico que Nora tenha cunhado a expressão “lugares de memória” para designar monumentos e arquivos que passaram a ser supervalorizados em detrimento de uma memória contada, de detalhes ricos e curiosos das lembranças, tomo de empréstimo o termo para definir algumas mudanças sociais recentes que tornaram a internet um lugar diferenciado. Se, para Nora (1993, p.12), “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”, defendo que os buscadores e sites de pesquisa se tornaram local de proliferação desses restos, que permitem, de qualquer parte do mundo, a

consulta, o arquivamento, a divulgação da história e de novos lugares de memória, ainda que gerenciados pelos filtros, que passam a funcionar como marcos organizadores da memória.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento [de] que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis (NORA, 1993, p.13).

Mas a artificialidade dos lugares de memória descrita por Pierre Nora não é de todo um ponto negativo, já que eles possibilitam que a história traga de volta aspectos da memória, ainda que os dois conceitos se distanciem. É também por meio desses lugares que nossa sociedade, que preza tanto o efêmero, o ágil, passa a olhar o passado de outra forma e tem a chance de aprender e rememorar. O exagero que se expressa como mania contemporânea de transformar as memórias em celebrações, arquivos e monumentos cria a sensação de estarmos nos afastando do "temor" de esquecer ou de ver as tradições se apagarem.

Ao facilitar o acesso à informação e ressignificar as fronteiras de espaço e tempo, a internet surge como alternativa acessível globalmente capaz de minimizar esse temor. Afinal, o arquivamento de informações é mais viável e menos custoso técnica e economicamente. Quando se esquece alguma informação, em apenas alguns cliques ela pode ser consultada por meio dos acelerados e refinados processos de busca disponíveis na rede. De outro modo, segundo Monteiro e Carelli (2007), há o desenvolvimento da memória desterritorializada, sem garantia de preservação da informação com o passar do tempo.

> Na web o esquecimento está geralmente relacionado com a quebra das hiperligações. A frase "The page cannot be displayed" significa que uma determinada porção de informação, isto é, uma parte da memória, não está disponível porque mudou de local ou porque o servidor onde se encontra guardada está desativado. Uma situação muito habitual quando se faz uma procura num motor de busca é encontrar uma hiperligação morta, isto é, uma página web que aparece referenciada pelo motor de busca mas que depois não está disponível naquele endereço (CANAVILHAS, 2013).

No buscador Google, por exemplo, há utilização do conceito de *PageRank* para hierarquizar os resultados de uma pesquisa. Essa hierarquização é baseada na quantidade de ligações existentes para a página: quanto mais ligações, mais importante é e mais destaque terá. Portanto, quando se faz uma busca no Google, são oferecidas ao usuário várias páginas

que possuem a palavra (ou o conjunto de palavras) procurada, mas as primeiras referências que surgem são aquelas que possuem mais links apontados.

O funcionamento do Google, que é uma das maiores plataformas de processamento de dados, está mais voltado para o "mecanismo fisiológico ou numérico" que permite a busca do que para a capacidade de "memória-arquivo". O compromisso maior é com a visibilidade da informação em termos quantitativos, e não com a preservação temporal.

> Este imenso repositório de arquivos com suas interconexões incalculáveis, denominado ciberespaço, vem mudando a natureza da memória, não apenas na perspectiva da quantidade, mas sobretudo, da maneira como modifica o cotidiano das pessoas e da forma como a memória coletiva deixa de existir apenas no sentido de preservação (BERWANGER, 2013).

Discordo de Berwanger no que tange à capacidade de mudar "a natureza da memória". Como alerta Van Dijck, o que se altera são os processos que a constituem, a maneira de compreendê-la e estimulá-la. Isso não anula o fato de que as alterações na dinâmica de rememorar por meio do auxílio das novas tecnologias precisam ser consideradas.

Enquanto as possibilidades de pesquisa nos arquivos das mídias tradicionais são normalmente manuais, morosas e exigem o deslocamento físico até o local onde o material está arquivado, no ciberespaco, não há tais condicionantes. Há mais facilidades de pesquisa e agilidade na localização de dados, além de indexação. E se antes os gestores das mídias tradicionais não tinham preocupação com isso, a partir do advento da internet, surgiram não apenas edições on-line dos produtos de outras mídias como também a disponibilização de arquivos na rede. Isso reforça a ideia de que os veículos tradicionais e oficiais ainda comportam *status* diferenciado também no ambiente on-line. Há, portanto, importância atribuída aos emissores estáveis, autorizados e confiáveis que se tornam referência – se muito consultados, aparecem primeiro no buscador – para a definição do que é memorável.

E é partindo de tais conceitos e reflexões que elejo o conteúdo jornalístico disponível on-line como objeto de estudo desta pesquisa. Ressalto, porém, que, apesar de considerar toda essa nova dinâmica, minha análise se concentra nas narrativas jornalísticas e não tem a pretensão de aprofundar nas diferenças entre o jornalismo on-line e o de outros formatos, já que a internet tem a potencialidade de convergir em um mesmo ambiente conteúdos variados, seja se apropriando das linguagens das outras mídias ou oferecendo linguagem própria. A internet é aqui tomada como ambiente importante de partilha e reapropriação de memórias e de relatos jornalísticos, além das tantas atribuições que já foram abordadas.

Tomo o cuidado de fazer essa ressalva para não criar expectativas de que meu objeto de estudo poderia ser outro. Isso porque, ainda que as seis características básicas do jornalismo on-line – como convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização do conteúdo, memória e instantaneidade/atualização continua (PALÁCIOS, 2003) – sejam fruto do desenvolvimento tecnológico, não precisam ser verificadas em todo produto jornalístico disponível na internet e podem aparecer em graus variados. Como alerta Palácios (2003), trata-se de potencialidades comuns e observáveis que "aparecem majoritariamente como continuidades" e não como "rupturas com relação ao jornalismo praticado em suportes anteriores", já que algumas delas também ocorrem em outros formatos. A interatividade, por exemplo, pode ter sido potencializada com a internet, mas é um elemento intrínseco ao ato comunicacional. Diante disso, não tenho a intenção de focar esses elementos nem de tratar das especificidades de um conteúdo on-line advindo desta ou daquela mídia originária.

Parte-se da ideia de que o jornalismo sofre influências e limitações técnicas em sua produção devido ao tipo de mídia em que se insere. Contudo, é mais interessante compreender outras dimensões do que se limitar à análise e comparação de formato. Julga-se mais importante entender qual espaço é destinado a uma temática específica, as disputas de poder nas quais essa temática se insere, as condicionantes culturais, os constrangimentos políticos e estruturais, as relações entre grupos de interesse, as formas como as narrativas são construídas e disseminadas, bem como a maneira em que os temas são enquadrados e repercutidos, do que se limitar ao cariz técnico das comparações entre conteúdos de mídias distintas.

Como já foi menciondo, a proposta desta tese é compreender como o jornalismo brasileiro trata da ditadura, tomando como marco temporal o período de funcionamento de uma comissão da verdade criada para investigar as violações desse regime. Assim, a internet é o suporte que garante acesso ao material, bem como sugere reflexões sobre as novas perspectivas dos estudos de memória. É, portanto, o elo entre o jornalismo que se pretende estudar e também as dinâmicas comunicacionais de partilha das memórias aparentemente difusas.

As modificações sociais e tecnológicas alertam para a necessidade de novas reflexões sobre o desenvolvimento do jornalismo na contemporaneidade, as narrativas por ele dissemindas e a atuação dos profissionais que "filtram e ordenam" o conteúdo. Como adverte Palácios (2003), é importante não cair na tentação da visão evolucionista que tende a simplificar esse complexo processo. "Perceber as especificidades dos vários suportes midiáticos não implica colocá-los em contraposição" (PALÁCIOS, 2003, p.21). Da mesma

forma, não almejo trabalhar com internet e formatos midiáticos precedentes como opostos, mas sim como complementares.

Toda essa discussão serve para demonstrar a conexão entre os aspectos culturais e sociais da memória e da comunicação, que se fortalece a partir da ideia de que mídia e memória estão imbricadas. Nutrida pelo conceito de “memórias mediadas”, essa percepção auxilia a compreender como as potencialidades da internet sugerem novas formas de rememoração e de adequação do conteúdo jornalístico a um processo mais dinâmico de produção e partilha. Como essa pesquisa tem preocupação com as narrativas contemporâneas sobre a ditadura, veiculadas no momento em que o Estado assume o dever de implementar uma política de memória, seria impossível ignorar tais reflexões. E é diante da transdisciplinaridade que elas sugerem que julgo importante delimitar conceitos significativos para a pesquisa, como o de justiça de transição e de comissão da verdade, tendo como referência principal a relação entre comunicação, políticas de memória e direitos humanos.

2 **COMISSÃO DA VERDADE: O QUE É?**

Para entender o conceito de comissão da verdade, é essencial vislumbrar o que vem sendo chamado de justiça de transição. Tal termo, ainda muito alinhado e restrito ao campo do direito, deve ser tomado de empréstimo a outras áreas do conhecimento, como a comunicação, para que se possa dimensionar como as comissões da verdade fazem parte de um processo mais amplo. É também importante frisar que nem a expressão "comissão da verdade" nem a ideia que ela carrega foram criadas no Brasil. Também não representam um modelo limitado e imposto a todas as nações que desejam ou necessitam implementar procedimentos de transição democrática que envolvam investigação e políticas de memória capazes de ampliar o conhecimento sobre um período específico de violação institucionalizada de direitos humanos (como ocorre em momentos de guerra e em regimes autoritários).

Inserida nas mudanças políticas que envolvem a passagem de um regime de exceção para um modelo democrático, a justiça de transição é um termo que se fortaleceu no campo dos direitos humanos. Ele envolve a compreensão de que as transições não ocorrem em geral de maneira espontânea e livre, mas sim que são processos dependentes de políticas públicas que estimulem a convivência pacífica e respeitosa. Assim, justiça de transição pode ser vista como um conceito teórico, mas também como uma prática voltada para a prevenção e remediação de conflitos e das violações deles originárias. Trata-se, portanto, de medida que permite pensar os problemas e elaborar planos para mitigá-los. Entre as principais políticas constituídas no processo de justiça de transição estão o tratamento e a disseminação de informações desconhecidas – ou pouco conhecidas – (memória), a investigação do que ocorreu, a identificação dos responsáveis pelas violações e a adesão a uma narrativa condizente com os fatos comprovados (verdade), o reconhecimento oficial dos danos causados, a compensação de tais danos, a instauração de inquéritos que atribuam responsabilidades e a eventual punição dos perpetradores (justiça).

É nesse tripé conceitual de "memória, verdade e justiça" que as comissões da verdade se inserem como apenas um dos instrumentos possíveis de aplicação das políticas públicas em prol da valorização das narrativas das vítimas, da mitigação das consequências e da prevenção para que novas violações do tipo não se repitam.

2.1 **Justiça de transição e comissões da verdade no mundo**

A primeira ação de uma comissão da verdade que se tem conhecimento remonta a 1974, quando o governo de Uganda, na África, estabeleceu a Comissão de Investigação sobre o Desaparecimento de Pessoas. O objetivo era investigar as acusações de desaparecimentos praticados pelas forças militares durante os primeiros anos do governo de Idi Amin Dada, o mesmo que criou a comissão. Anos mais tarde, iniciativas do tipo começam a se espalhar por outros continentes.

No livro *Unspeakable Truths*, Priscilla Hayner (2011) faz um amplo apanhado das comissões da verdade estabelecidas em todo o mundo entre 1974 e 2009. Ela identifica 40 iniciativas, sendo que 21 delas foram criadas na primeira década do século XXI, demonstrando como esse é um processo recente.

> Essas 21 comissões mais recentes abrangem todas as regiões do mundo e uma grande variedade de contextos políticos: oito das Américas, sete na África, cinco na Ásia e uma na Europa. A primeira comissão da verdade foi concluída no mundo árabe, com audiências públicas televisionadas e levando a extensa reparação. Duas dessas comissões foram criadas na América do Norte. Três das cinco comissões que julgo serem as mais fortes até agora operaram nesta década. (HAYNER, 2011, p. xiv, tradução nossa).

Segundo a autora, apesar de o pioneirismo ser de Uganda, a primeira comissão da verdade amplamente conhecida foi criada na Argentina em 1983. O órgão não era referenciado como uma comissão da verdade naquela época, sendo chamado de Comissão Nacional de Desaparecidos (Conadep). Conforme Hayner, o título "comissão da verdade" surgiu quase dez anos mais tarde, com a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação do Chile e a Comissão da Verdade de El Salvador, concluídas em 1990 e 1992, respectivamente (HAYNER, 2011, p.10).

As cinco comissões consideradas "mais fortes" por Hayner são a Comissão da Verdade e Reconciliação que funcionou na África do Sul entre 1995 e 2002, a Comissão para Esclarecimento Histórico da Guatemala (1997-1999), a Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru (2001-2003), a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação do Timor-Leste (2002-2005) e a Comissão de Equidade e Reconciliação de Marrocos (2004-2006). Mas a autora também confere destaque ao trabalho de outros grupos, como as duas experiências do Chile e também as comissões da Argentina, de El Salvador e da Alemanha, entre outras. A

comissão da verdade brasileira – por ter sido criada em 2011 pela Lei 12.528 e instituída apenas em 2012 – não entrou na contabilidade das 40 levantadas pela autora.

O foco da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – nome recebido pelo órgão no Brasil – é apurar os casos de violações dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 (período entre as duas Assembleias Constituintes), o que inclui a fase da ditadura militar.

> De acordo com o livro-documento Direito à Memória e à Verdade, elaborado pelo governo federal, há 150 casos de opositores do regime militar que desapareceram após serem presos ou sequestrados por agentes do Estado. Não há registro da prisão deles em nenhum tribunal ou presídio, os advogados não foram notificados e os familiares até hoje procuram esclarecimentos sobre onde estão os corpos das vítimas. Em 2010, o Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA em ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia [...] (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012).

Conforme Hayner, é justamente a ação de órgãos internacionais em prol dos direitos humanos que tem cobrado e motivado o desenvolvimento de muitas comissões da verdade pelo mundo. Investigar e tornar públicas as violações dos direitos humanos cometidas no passado por agentes do Estado começou a ser algo interpretado pelas cortes internacionais como obrigação dos países. Tal procedimento tem sido reafirmado por documentos e resoluções voltadas para políticas públicas. "A primeira decisão jurídica clara sobre isso foi dada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Velásquez Rodríguez[34], em 1988, em que foi confirmado que o Estado tem o dever de investigar o destino dos desaparecidos e divulgar as informações aos parentes" (HAYNER, 2011, p. 24, tradução nossa).

Relatório aprovado pela Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos afirma o direito inalienável de conhecer a verdade sobre os acontecimentos passados e de que as vítimas e suas famílias sejam informadas sobre as circunstâncias em que ocorreram as violações.

[34] Angel Manfredo Velásquez Rodríguez era estudante da Universidade Nacional Autônoma de Honduras quando foi detido, de forma violenta e sem a apresentação de ordem judicial de captura, pela Direção Nacional de Investigação e do G-2 (Inteligência) das Forças Armadas de Honduras. A detenção ocorreu em Tegucigalpa, em 12 de setembro de 1981. Os denunciantes declararam que o jovem fora levado junto com outros detidos para as celas da II Estação da Força de Segurança Pública, localizadas no Bairro El Manchén de Tegucigalpa, onde foi submetido a interrogatórios, torturas e acusado de delitos políticos. As corporações policiais e de segurança negaram a detenção do estudante e ele desapareceu, sem que a família tenha tido acesso ao paradeiro do rapaz ou à localização de seu corpo (JURISPRUDÊNCIA, 1988).

> Enquanto o relatório observa que as sociedades podem se beneficiar de uma comissão da verdade, ele deixa claro que qualquer decisão de criar tal comissão, ou para definir seus termos e composição, "deve ser baseada em amplas consultas públicas em que os pontos de vista das vítimas e sobreviventes especialmente são procurados" (HAYNER, 2011, p. 24, tradução nossa).

Diante de muitas dúvidas sobre o que pode ou não ser considerado como comissão da verdade, bem como sobre quais são suas atribuições, retorno ao levantamento feito por Priscilla Hayner (2011), que, entre tantas qualidades, oferece algumas das mais esclarecedoras definições. A acepção sugerida pela primeira vez pela autora, em 1994, ainda é frequentemente citada, embora ela mesma admita que tenha algumas limitações. A ideia essencial era definir uma comissão da verdade como um grupo de trabalho focado no passado, criado para investigar um padrão de abusos durante um período de tempo, em vez de um evento específico, instituído como um órgão temporário, com a intenção de concluir as atividades com um relatório público, e oficialmente autorizado ou habilitado pelo Estado. Em decorrência dessa última característica, a comissão ganha espaço de emissor de conteúdos críveis, passível de analogia com o *ethos* jornalístico, pautado nessa orientação de credibilidade.

Mas Hayner pondera que o analista jurídico Mark Freeman (2006) conseguiu sugerir um conjunto mais detalhado de qualificadores, ao propor mais dois elementos. Segundo ele, uma comissão da verdade se concentra em atos graves de violência ou repressão (sendo que esses atos ocorreram em períodos recentes de regime abusivo ou conflito armado), descreve as causas e consequências das violações e investiga violações cometidas pelo Estado ou por seus agentes. Ele frisa que, apesar de a própria comissão se basear nesse Estado, deve manter independência para que possa se concentrar nas vítimas.

Freeman (2006) também sugere outro ponto de análise para determinar o que é realmente uma comissão da verdade, que seria a percepção pela população local (e até mesmo global). Contudo, Hayner considera que, apesar de útil, o critério é subjetivo e pode ser limitante. A autora destaca ainda que outros analistas acrescentaram apenas um elemento à descrição feita por ela em 1994, que seria o fato de uma comissão da verdade sempre se envolver com vítimas e sobreviventes. "Finalmente, alguns têm sugerido que todas as comissões da verdade têm a intenção explícita de avançar na reconciliação ou até mesmo na construção da democracia." (HAYNER, 2011, p. 11, tradução nossa[35]). Mas Hayner defende

[35] "Finally, some have suggested that all truth commissions have the explicit intention to advance reconciliation or even democracy-building".

que o essencial sobre as comissões da verdade é o propósito de afetar a compreensão social e a aceitação do passado do país. Portanto, ela afirma que:

> [...] a intenção das comissões da verdade é parte do que as define: de abordar o passado, a fim de mudar as políticas, práticas e até mesmo relacionamentos no futuro, e para fazê-lo de uma forma que respeite e honre aqueles que foram afetados pelos abusos. Isso pode ser capturado na seguinte definição ligeiramente revisada: A comissão de verdade (1) está focada no passado dos eventos, em vez dos em curso, (2) investiga um padrão de acontecimentos que tiveram lugar durante um período de tempo, (3) envolve-se diretamente e amplamente com a população afetada, coletando informações sobre as suas experiências; (4) é um órgão temporário, com o objetivo de elaborar um relatório final, e (5) é oficialmente autorizada ou habilitada pelo Estado sob revisão (HAYNER, 2011, p. 11-12, tradução nossa[36]).

Acrescento a essa revisão proposta por Hayner a categoria descrita por Freeman relativa à função de apurar atos de violência ou repressão. É importante também frisar que uma comissão da verdade se distancia de um órgão governamental de direitos humanos, ainda que sua intenção também seja defender esses direitos. Difere-se ainda dos órgãos de investigação do Judiciário, que, normalmente, têm intuito de esclarecer fatos relativos a eventos específcos e separadamente.

Cabe destacar que uma comissão da verdade vai além de ser um grupo de trabalho que busca encontrar e dizer a "verdade" sobre abusos do passado. Em muitos contextos, essa se tornou a iniciativa mais importante dos governos para lidar com memórias que não ganhavam espaço no debate público, responsabilizar os violadores, reparar as vítimas e propor reformas.

Por isso, Hayner (2011, p. 20, tradução nossa[37]) define que o primeiro e mais concreto objetivo de uma comissão da verdade é destinado à averiguação: "estabelecer um registro preciso do passado de um país, esclarecer eventos incertos, e levantar a tampa do silêncio e da negação de um período controverso e doloroso da história".

Para a autora, o reconhecimento oficial e público de abusos do passado é importante para efetivamente quebrar o silêncio de um tema que antes era só sussurrado e, por muito tempo, foi considerado perigoso ou sigiloso, "raramente relatado honestamente na imprensa, e, certamente, fora dos limites da história oficial ensinada nas escolas. Com efeito, o relatório

[36] "[...] the intention of truth commissions is part of what defines them: to address the past in order to change policies, practices, and even relationships in the future, and to do so in a manner that respects and honors those who were affected by the abuses. This can be captured in the following slightly revised definition: A truth commission (1) is focused on past, rather than ongoing, events; (2) investigates a pattern of events that took place over a period of time; (3) engages directly and broadly with the affected population, gathering information on their experiences; (4) is a temporary body, with the aim of concluding with a final report; and (5) is officially authorized or empowered by the state under review".

[37] "To establish an accurate record of a country's past, clarify uncertain events, and lift the lid of silence and denial from a contentious and painful period of history".

de uma comissão da verdade recupera a história de um país e a abre para revisão pública". (HAYNER, 2011, p. 20, tradução nossa[38]).

O enfoque nas vítimas é outro ponto que merece ser destacado, contrariando a expectativa de setores da sociedade – principalmente agentes do Estado envolvidos nas violações ou infrações e parcelas da população que apoiaram as ditaduras e os regimes totalitários, por exemplo – de que a comissão da verdade também apure atos de violência cometidos pela sociedade civil em resposta à repressão. Essas cobranças, no entanto, partem de quem não compreende um dos objetivos da comissão, que está atrelado aos atos cometidos pelas forças do Estado. Isso tem relação com a ideia de esquecimento público e de políticas de memória contextualizada por Huyssen (2014) e apresentada no tópico 2.3 desta tese.

Nesse aspecto, Quinalha (2013) ressalta ainda que, no caso específico do Brasil, a ideia de "apurar os dois lados" sob a alegação de que as práticas violentas do autoritarismo do Estado se justificariam em resposta à radicalização dos grupos de esquerda não faz sentido se forem elencadas algumas constatações. A primeira é de que, no período anterior ao golpe de 1964, as ações armadas não eram consistentes ao ponto de ameaçar o Estado de Direito e suas instituições. Tanto é que o golpe de estado foi praticado por militares apoiados por elites políticas e civis sem qualquer resistência armada que revele significância por parte das esquerdas. A violência do governo ditatorial foi justamente o gatilho para a atuação armada e clandestina dos grupos de esquerda. (QUINALHA, 2013; AARÃO REIS, 2014a).

Quinalha (2013) destaca a inexistência de práticas sistemáticas por parte dos opositores da ditadura e o fato de eles já terem sido punidos (para além da tortura e da forçada clandestinidade a que muitos foram submetidos, a maioria foi julgada pelos tribunais da Justiça Militar e cumpriu as penas estipuladas). O autor aponta como outra constatação a impossibilidade de se comparar ações de Estado e de resistência: "não é razoável colocar lado a lado, como se equiparáveis fossem, as condutas de resistência a um governo tirânico, praticadas por grupos privados, e a represão armada do Estado com toda sua potência material" (QUINALHA, 2013, p. 192).

Assim, as comissões da verdade se dedicam a ouvir as memórias das vítimas[39], realizar audiências públicas e divulgar relatório que descreva as experiências de sofrimento,

[38] "[...] rarely reported honestly in the press, and certainly out of bounds for the official history taught in schools. In effect, the report of a truth commission reclaims a country's history and open it for public review."

[39] O fato de privilegiar o relato das vítimas não significa que comissões da verdade não abram espaço para ouvir e relatar as experiências dos perpetradores, agentes do Estado e testemunhas das violações. Pelo contrário, essas versões também são utilizadas e contrapostas às demais. Contudo, o relatório de uma comissão da verdade deve justamente questionar as visões em algum momento hegemônicas construídas pelos regimes

os locais onde as violações ocorreram, as causas de morte e correções de atestados de óbitos (muitas vítimas foram assassinadas e as famílias precisam conviver com atestados de suicídio). Essa é uma forma de cobrar responsabilidade institucional (normalmente das forças armadas e do sistema judicial), recomendar ações para responsabilização criminal e incentivar a reconciliação.

Defende-se nesta pesquisa que as comissões da verdade são provocadoras do debate público e as grandes responsáveis por retornar com a temática dos grandes traumas na mídia e, consequentemente, na arena pública. Caso contrário, o envolvimento da sociedade com o assunto pela mediação do jornalismo ficaria restrito às raras reportagens especiais que vez ou outra ganham destaque nos noticiários.

Sem a o aval da mídia, muitas vezes, há um arrefecimento do clamor público e ativo sobre este período da história, com exceção das famílias que perderam seus entes queridos ou de alguns setores e instituições específicas da sociedade, que mantêm a militância inabalada. Portanto, além das atribuições e características descritas no conceito revisto por Hayner para definir o que seria uma comissão da verdade, pode-se destacar que para afetar a compreensão social, é preciso considerar o componente comunicacional que envolve a responsabilidade das comissões em promover o debate público e pautar a imprensa. Por isso, sugiro ainda o acréscimo desses elementos na definição, que poderia ser descrita da seguinte forma:

Comissões da verdade (1) estão focadas no passado dos eventos, em vez dos em curso; (2) auxiliam na (re)construção de memórias de grandes traumas de determinada região; (3) investigam um padrão de acontecimentos relativos a atos de violência ou repressão que tiveram lugar durante um período de tempo; (4) envolvem-se diretamente e amplamente com a população afetada, coletando informações sobre as suas experiências; (5) são órgãos temporários, com o objetivo de elaborar um relatório final; (6) são oficialmente autorizadas ou habilitadas pelo Estado; (7) diferem-se dos órgãos governamentais de direitos humanos e dos órgãos de investigação do Judiciário; (8) visam afetar a compreensão social a partir de ações que incentivem o debate público e estimulem a repercussão midiática e cultural.

---

autoritários e por aqueles que abusaram do poder. Nas transições democráticas, os relatórios são instrumentos para dar voz aqueles que foram silenciados à custa de uma memória remanescene dos perpetradores, hoje reconhecidos como violadores, mas, à época, considerados “vencedores” de uma batalha e, portanto, detentores do direito de impor apenas a sua versão dos fatos, por meio de documentos secretos, censura e abuso da violência física.

2.2 **A Comissão da Verdade no Brasil**

Quase 30 anos foram necessários desde o fim da ditadura militar para que o Governo brasileiro instalasse uma comissão da verdade e iniciasse uma importante etapa da justiça de transição: a investigação dos crimes cometidos pelo Estado como ação em prol da "memória e verdade". Com o título Comissão Nacional da Verdade (CNV), o colegiado brasileiro foi instalado em maio de 2012 e teve até dezembro de 2014 para concluir os trabalhos. A partir de recolhimento de depoimentos orais e de pesquisas realizadas em arquivos – muitos deles até então fechados à consulta –, o grupo tinha a missão de investigar e tornar públicas as violações dos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, o que envolve o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), e de promover a responsabilização não penal pelos crimes.

No Brasil, a iniciativa pode ser considerada tardia se comparada com as comissões instaladas em outros países da América Latina – como Argentina, Chile, Guatemala, Peru, Uruguai –, que desenvolveram ações desse tipo com espaço temporal menor entre o fim do período de exceção e o início das investigações. O mesmo ocorreu em outros países, e o exemplo mais notório talvez seja o da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, criada em 1994, logo após o fim do *apartheid*.

Se for feita analogia com os países vizinhos, o Brasil passou por situação de "amnésia histórica" na avaliação de Eric Brahm-Wiebelhaus (2010), por conta da dificuldade em enfrentar as questões do passado traumático. Conforme o pesquisador, que se aprofundou em compreender a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação do Chile (CNVR), foi a atuação conjunta dos regimes ditatoriais na Operação Condor[40] e o desenvolvimento de comissões na região que fizeram com que, de alguma forma, as violações brasileiras tivessem se mantido expostas com o passar do tempo aos olhos do público, mesmo que o país caminhasse lentamente para a transição.

Aprovada paralelamente à Lei de Acesso à Informação[41], a CNV remete ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado no final de 2009, durante o

[40] Aliança entre regimes ditatoriais na América do Sul.

[41] A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação, regula o acesso à informação previsto na Constituição Brasileira, que deve ser observado pelos Três Poderes, incluindo as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conforme a legislação, "é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante

governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando foi recomendada a criação de uma comissão da verdade com o propósito de esclarecer as violações de direitos humanos por agentes do Estado em atos de repressão aos opositores. O nome proposto inicialmente para o colegiado era Comissão Nacional da Verdade e Justiça, mas o documento do PNDH-3 foi finalizado com a supressão do termo "justiça".

Foi também em conferência internacional realizada em 2009, em São Paulo, como recorda Priscilla Hayner (2011), que familiares de vítimas da ditadura, autoridades do então governo Lula e também de governos anteriores discutiram a possibilidade de que uma comissão de âmbito nacional fosse implementada. Conforme Hayner, o Brasil não era um país que havia enterrado inteiramente seu passado. Isso porque, com recorrência, o assunto vinha à tona seja em ações da sociedade civil organizada, nos processos que tramitavam em comissões como a de Mortos e Desaparecidos e a de Anistia, seja no questionamento à Lei de Anistia de 1979, que ganhou maior repercussão a partir de 2009, quando uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) passou a tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF),[42] resultando na manutenção da interpretação prevalecente da anistia estendida aos perpetradores.

A instituição da CNV, ainda que tardia, não pode ser considerada ato isolado, mas processo, que teve origem com as primeiras ações de transição. Conforme Alexandra Barahona de Brito (2013, p.235), "o processo de transição democrática no Brasil foi um dos mais longos na América Latina", começando em 1974 com a distensão ainda no governo militar de Ernesto Geisel. A eleição do MDB por colégio eleitoral em 1985 e a promulgação da nova Constituição em 1988 também fazem parte do processo, classificado como transição negociada e pactuada, cujo ritmo e consequências foram conduzidos mais pelos militares do que pela sociedade civil.

"A continuação do poder militar, a natureza peculiar do processo de transição brasileiro e a Lei de Anistia de 1979 explicam em grande parte por que a justiça de transição brasileira demorou tanto a chegar" (BRITO, 2013, p.237). A avaliação é compartilhada pela

---

procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão". (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 12 abril de 2016).

[42] Em 29 de abril de 2010, por sete votos contra dois, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram arquivar a ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 153), que questionava a abrangência da Lei de Anistia (Lei nº 6683/79). Apenas os ministros Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto votaram a favor do pleito da OAB de que a anistia não deve ser concedida a autores de crimes hediondos. Com o julgamento, o STF decidiu não alterar a lei e manter a anistia a autores dos chamados "crimes conexos". Para mais informações: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>.

advogada e integrante da CNV Rosa Cardoso, que me concedeu entrevista em 26 de fevereiro de 2014.

Relembrando os casos da Argentina, onde a população se revoltou contra os militares e houve uma ruptura abrupta, e do Chile, que viu a prisão do ditador Pinochet, Rosa Cardoso (2014) afirma que "o tipo de transição, passagem, ruptura que levou à democratização foi diferente nos mais diversos países" e que, no Brasil, ela foi pactuada entre as elites.

> A transição aqui foi muito pactuada entre as elites militares e civis, com autoanistia dos militares. Era inviável falar de comissão da verdade naquele momento. Em primeiro lugar, por conta desse acordo e da entrega do governo ao [José] Sarney. Em segundo lugar, porque, com a crise econômica muito forte, e necessidade de muitos planos econômicos, a preocupação era com a sobrevivência. Esses dois fatos: caráter de conciliação de nossas elites, não permitindo que se questionasse o poder militar, e o quadro econômico que se sucedeu, de muita incerteza, não apresentavam momento propício para discutir uma comissão da verdade. (CARDOSO, 2014).

O jurista e também integrante da comissão, José Paulo Cavalcanti Filho, diz ser difícil precisar os motivos que levaram à peculiaridade da experiência brasileira, mas concorda com Rosa Cardoso ao afirmar que dois aspectos principais podem ser elencados.

> Seriam duas teses possíveis. Uma, de que teria sido por conta de naturais resistências das pessoas mais comprometidas com a violência. Outra, de que as prioridades do país eram outras. Uma crise econômica devastadora. Um país por refazer. A luta pela mitigação de uma apartação socialmente injusta. Provavelmente [ocorreu] um pouco de cada. (CAVALCANTI FILHO, 2016).

Outro integrante da CNV, Cláudio Fonteles (2016) atribui a dificuldade de realizar mudanças drásticas, porém efetivas, e a tendência de aderir a pactos nos períodos de transição – mesmo que possam ser injustos – às características culturais dos políticos e também da sociedade. "É o jeitinho, as meias soluções." Segundo ele, há uma construção social de que o brasileiro é capaz de resolver impasses sem se indispor com os grupos de poder. "É do caráter do brasileiro, de conseguir artifícios, ir empurrando com a barriga, ir fazendo esses compromissos, essas delongas. Nós não somos um povo que se caracteriza com uma assertiva concreta e imediata." Além disso, ele avalia que o temor e a "insegurança em relação ao poder militar" representam outra dificuldade, já que as Forças Armadas, mesmo tendo perdido espaço nos governos democráticos, ainda conservam autoridade e poder de negociação política. Pedro Dallari, que foi o último coordenador da CNV, também pontuou em entrevista o caráter das transições brasileiras:

> O Brasil tem uma tradição de transições controladas e demoradas. Desde a Independência. O primeiro chefe de Estado do Governo no Brasil era o príncipe herdeiro, o Dom Pedro. O Marechal Deodoro era marechal do Império e virou presidente da República. Getúlio Vargas era ministro do Washington Luiz e virou, fez a Revolução de [19]30. Até no golpe de 1964, as pessoas esquecem, mas quem indicou o vice do Castello Branco foi o Juscelino. O PSD, que foi o José Maria Alkmin. Ou seja: O primeiro governo [militar] teve apoio do PSD. É uma tradição brasileira. E, quando o Sarney assume a Presidência, ele que tinha sido o último presidente da antiga Arena, PSD, quer dizer, PDS, né!?[43] Emblemático do que é a transição brasileira. Aquilo que se substituía permanece. E isso aconteceu no Brasil agora. Por que a Comissão da Verdade demora? Porque a transição foi lenta. (DALLARI, 2015).

Conforme Brito (2013, p.237), por ter sido da Arena e próximo dos militares, o presidente José Sarney (PMDB), que governou entre 1985 e 1990, não tomou medida no sentido de "resolver a questão das violações dos direitos humanos". Posteriormente, os governos de Collor (PRN) e Itamar Franco (PRN/sem partido) realizaram ações tímidas que consistiram basicamente na autorização da transferência dos registros policiais para os governos municipais e estaduais, o que facilitou a abertura de alguns arquivos. A gestão Collor chegou a prometer ajuda aos familiares de mortos e desaparecidos para localização dos corpos, mas tudo não passou de promessa[44]. Após o *impeachment* de Collor, familiares propuseram ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que o Poder Executivo criasse uma comissão para investigar os desaparecimentos, mas a ideia não prosperou no governo Itamar (MEZAROBBA, 2003). Foi a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que iniciativas em prol da justiça de transição começaram a ter mais impacto. Coincidência ou não, Fernando Henrique e seus dois sucessores – Lula e Dilma (ambos do PT) – foram vítimas da ditadura.

Os governos de FHC, que era intelectual de esquerda exilado na época da ditadura, e de Lula, que foi sindicalista e preso político, tiveram impacto nesse processo, como pode ser demonstrado no Quadro 1 (ver pág. 83), que indica alguns dos principais marcos da justiça de transição brasileira. Contudo, foi apenas no governo Dilma – cuja militância carrega histórico marcado pela tortura durante as prisões políticas – que finalmente o país pôde contar com as medidas que culminaram na aprovação da CNV paralelamente à Lei de Acesso à Informação.

De acordo com Félix Reátegui (2011), não apenas comissões da verdade, mas também tribunais de justiça nacionais e internacionais, programas de reparações de vítimas, iniciativas

[43] Sarney presidiu a Arena, que se tornaria PDS, a partir de 1979, mas deixou o partido e se filiou ao PMDB em 1984.

[44] Ainda que em âmbito local, a então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, tenha determinado a exumação de corpos localizados na vala de Perus (Cemitério Dom Bosco), parte desses restos mortais continua, até hoje, sem identificação.

de comemoração, instâncias de reconciliação e mecanismos de busca de desaparecidos são algumas manifestações concretas nas quais se articula a justiça transicional. Simultaneamente a elas, mobilizações sociais costumam ser realizadas para confrontar o passado violento.

O termo justiça de transição se fortalece no campo dos direitos humanos com o propósito de compreender, prevenir e remediar as violações provenientes principalmente de regimes autoritários e conflitos armados. Entendida como processo, a justiça de transição compreende esforços de construir e contar uma "verdade", reconhecer oficialmente as violações e compensar os danos, bem como identificar e processar os violadores, eventualmente punindo-os. Desde a década de 1980, os países latino-americanos experimentam processos de transformação política que envolvem a transição de regimes autoritários para democráticos.

A justiça de transição pode ser entendida então, de modo simplificado, como os mecanismos adotados pelos governos para alcançar tal transformação. Cada país ao seu modo enfrenta não apenas o desafio de conquistar "uma transição efetiva em termos de institucionalidade política", mas também de promover justiça frente às vítimas de violações (REÁTEGUI, 2011, p.36).

Mark Freeman (2006) ressalta que, assim como o tópico mais amplo dos direitos humanos, do qual faz parte, a justiça transicional é um campo multidisciplinar de estudo e prática que engloba aspectos do direito, das ciências políticas, da ética e das ciências sociais. Assim, o campo surgiu como resultado de iniciativas globais, incluindo os eventos do pós-Segunda Guerra Mundial – que inaugurou grandes julgamentos de crimes de guerra, programas de reparação em massa e expurgos generalizados.

Mas foi após o fim da Guerra Fria que o conceito de justiça transicional passou a ser melhor delineado e praticado na tentativa de rever os atos passados a partir da teoria democrática. O maior desafio das sociedades que passam a adotar esse tipo de medida é definir a maneira como vão efetivá-la, já que, de um lado, estão os responsáveis pelos crimes, que desejam anistias que encubram seus atos, e, de outro, estão as vítimas, que desejam julgamento (GOLDSTONE, FREEMAN, 2006).

Assim, em uma guerra simbólica e discursiva, parcelas das sociedades transicionais que desejam o "apagamento" público dos abusos passados costumam usar o termo "revanche" ou "vingança" para se referir ao desejo daqueles que lutam pelo trabalho de memória e justiça. Isso porque, como pondera Teles (2015), quando alguém é punido muito tempo depois da ocorrência dos fatos, pode restar a impressão de que a punição é um excesso ou algo que poderia ser perdoado. E é justamente essa concepção e o adiamento da justiça que

fazem “germinar a ideia de uma vingança ruminada, vinda de quem se considera injustiçado” (TELES, 2015, p.106). Quando o estado democrático reconhece as injustiças praticadas e se compromete com a reparação, mas se limita à política do silêncio, o que faz é estimular o ressentimento. Ressentimento que surge não da ação repressiva do estado ditatorial, mas das promessas por vezes inalcançáveis das democracias.

> Não se trata de revanche ou vingança: trata-se de justiça, de Justiça de Transição; trata-se do fato de não ser possível simplesmente esquecer o que ficou para trás e olhar para a frente, pois o esquecido do passado, o passado recalcado, sempre ameaça com a sombra do seu retorno. A alternativa única que resta diante disso, por paradoxal que seja, é exatamente o contrário: olhar para trás é seguir em frente (OLIVEIRA/ GOMES, 2015, p.194).

E é a partir do desafio travado entre conviver com o passado traumático em um presente democrático que a justiça de transição se coloca como possibilidade para se construir novas alternativas ao enfrentamento de questões que tocam diretamente nos grupos de poder que sustentaram os regimes autoritários.

> É tentador, nesse contexto, esquecer o passado em favor da construção de um futuro novo e melhor. É a linha de menor resistência. É também uma receita para o desastre futuro. Onde há um passado de violações de direitos humanos ignorado e as vítimas são esquecidas, existe um câncer de tal sociedade que permanece dormente e disponível para uso ou abuso por um ou outro déspota, o líder nacionalista futuro. (GOLDSTONE, 2006, p.xi, tradução nossa).

Entre a tentação do silenciamento e apagamento públicos das violações e a punição extrema dos violadores nos bancos dos tribunais, as comissões da verdade surgem, no entendimento de Goldstone (2006), como via alternativa. Seria a solução viável entre a amnésia nacional e os processos criminais.

A partir dos critérios e conceitos expostos, na tentativa de compreender as particularidades do caso brasileiro, elenco a seguir, no Quadro 1, os eventos políticos nacionais que podem ser destacados como essenciais para o processo de justiça de transição.

Quadro 1 – Marcos da justiça de transição brasileira

1979 – 1985	• Lei de Anistia • Campanha “Diretas Já” • Projeto “Brasil: nunca mais”
1986 – 2008	• Constituição de 1988 • Lei 9.140/95 e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos • Lei 10.559/02 e Comissão de Anistia
2009 – 2014	• 3º Programa Nacional de Direitos Humanos • Lei de Acesso à Informação • Comissão Nacional da Verdade

Fonte: Elaborado pela autora

Distribuído em três fases, o processo que se inicia ainda durante a ditadura, com a distensão lenta, estimulada e controlada do governo Geisel, teve como primeiro marco identificado a tão questionada Lei de Anistia de 1979, sancionada no governo Figueiredo. Implementada como fruto de acordo para se atingir a almejada reconciliação, seu texto acabou por permitir a autoanistia – já que os setores responsáveis pelas violações em nome do Estado "perdoaram" a si e aos seus antes mesmo de serem julgados ou colaborarem com o estabelecimento da "verdade". Assim o processo de anistia contribuiu para nossa justiça de transição às avessas, que começou com medidas de perdão e, em seguida, de reparação antes que o exercício de memória e esclarecimento dos fatos fosse desenvolvido.

A falta de vontade política dos Três Poderes em rediscutir tal lei – e a dificuldade da sociedade brasileira em compreender o quanto sua aprovação e manutenção a partir de leitura controversa do termo "crimes conexos" contribuem para dificultar a justiça de transição – sugere a possibilidade de se aplicar o conceito de "memória manipulada", discutido no Capítulo 2. Instrumentalizado nas relações de poder, o "esquecimento" defendido pelo Estado a partir da Lei de Anistia pode ter sido necessário no momento de aprovação da norma, mas, com o passar do tempo, revela traços de, como nomeia Atencio (2014), uma reconciliação imposta por meio de esquecimento institucionalizado.

"Mesmo que as pessoas não saibam de fato o que é a Lei de Anistia, criou-se, desde aquela época, e ficou na cultura, a ideia de que os dois lados se perdoaram. Só que os militares não tinham nada que perdoar os militantes dos direitos humanos", assevera a psicanalista e integrante da CNV Maria Rita Kehl (2016). Segundo ela, os militantes só concordaram com esse tipo de anistia porque não havia outra alternativa.

Edson Teles (2005) considera que um dos aspectos mais injustos da anistia brasileira foi ter sido interpretada como impunidade total e prévia dos crimes contra a humanidade, pois criou no imaginário social a versão do consenso: todos foram anistiados. A força do movimento pela anistia, que criou um contradiscurso ao defender a liberdade dos perseguidos, mas também ao exigir que se apurassem as práticas do Estado, não foi suficiente para convencer os militares de que perdoar a partir da tentativa de "apagamento" da memória não traria apaziguamento. A proposta do governo evidenciou o "discurso monológico" que privilegiava o silêncio diante de versões dissonantes.

Mas como é na adversidade que muitas vezes se encontram caminhos, foi a Lei da Anistia que propiciou a possibilidade de se "avançar um pouco em um terreno minado pela dúvida, por informações desencontradas e, por que não dizer, pela má-fé deliberada" (MEZAROBBA, 2003). Isso porque foi a partir da lei que advogados puderam ter acesso aos

arquivos do Superior Tribunal Militar (STM) para elaborar petições de anistia e surgiu a ideia de vasculhar os arquivos e realizar fotocópias dos processos, ação que contou com apoio do reverendo Jaime Wright e do então arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, culminando, em 1985, na publicação da obra *Brasil: Nunca mais*[45] (ARNS, 1985). "A obra, que rapidamente chegaria a 20 edições e entraria para a lista das mais vendidas em toda a história do país, trata do sistema repressivo, da subversão do direito e das diferentes formas de tortura a que os presos políticos eram submetidos" (MEZAROBBA, 2003). Ainda que as revelações do livro possam ter chocado o país ao mostrar as práticas de tortura e promover cobranças por novas políticas, a anistia – da forma em que foi implementada – compromete, até hoje, a necessidade e o "dever de memória", ao impedir que, mesmo após processos de memória e verdade, a justiça se concretize.

Na segunda fase da transição, o primeiro ato de destaque é a instituição da Assembleia Nacional Constituinte, já que a elaboração de uma nova Carta Magna é de fundamental importância para o ordenamento político e jurídico e, consequentemente, para a continuidade da justiça de transição, que, como já dito, desenvolve-se de maneira singular no Brasil, ao promover primeiramente ações de anistia e compensação e apenas a posteriori iniciativas de "memória e verdade".

> O trabalho da Comissão da Verdade faz parte de um processo de justiça de transição que se instalou no Brasil de forma atípica. Provavelmente, essa questão da verdade deveria ter estado muito mais próxima do fim da ditadura. E depois de se levantar essa questão da verdade se trabalhar na questão de reparações, reparações materiais, mas também simbólicas (CARDOSO, 2014).

Dez anos após o fim da ditadura, a Lei 9.140/95[46], que subsidiou a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), é outro marco que identifico no que nomeio de segunda fase da justiça de transição. Ela surge em decorrência de pressão política feita pelos familiares de vítimas e pela repercussão do trabalho que vinha sendo realizado pelo então deputado federal Nilmário Miranda (PT), responsável pela criação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos, que auxiliava as famílias

[45] A obra *Brasil: nunca mais* foi elaborada em sigilo pela Arquidiocese de São Paulo, a partir das cópias dos processos arquivados no STM, e se transformou no primeiro documento de acesso público que sistematizou as denúncias de violações dos direitos humanos referentes à ditadura (ARNS, 1985). A divulgação de informações até então desconhecidas contidas em centenas de processos aos quais a equipe teve acesso chocou o país por ser a primeira vez que denúncias daquele porte extraídas de documentos oficiais chegavam ao grande público.

[46] A lei reconheceu como mortas pessoas que, em razão de atos políticos entre 1971 e 1979, encontravam-se desaparecidas, normatizou os pedidos de indenização e autorizou a criação da CEMDP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm>. Acesso em: 15 maio 2016.

a obter informações sobre o desaparecimento de familiares durante a ditadura. Apesar do significativo avanço representado por essas medidas, as dificuldades institucionais encontradas indicam que constrangimentos políticos impediram maior efetividade.

Antes mesmo do período eleitoral de 1994, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos e o Grupo Tortura Nunca Mais divulgaram documento com proposta de reconhecimento da responsabilidade do Estado e criação de uma comissão de investigação. A chapa de FHC assinou o termo se comprometendo com a demanda e, ao vencer as eleições e assumir o governo, logo recebeu do presidente da recém-criada Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Nilmário Miranda, a reivindicação. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o chefe de gabinete, José Gregori, foram os responsáveis por articular internamente a proposta do governo. Enquanto a pressão crescia com a vinda ao Brasil de Pierre Sané, representante da Anistia Internacional, que fez duras críticas ao país, e com a denúncia pelo jornal *The Guardian* de que o coronel Armando Avólio Filho, considerado ex-torturador, ocupava cargo de adido militar na Embaixada do Brasil em Londres, a lei era elaborada no contexto do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (MEZAROBBA, 2003).

Mas as propostas do governo não passariam sem a resistência das Forças Armadas. Um capitão da reserva do Exército e deputado federal pelo PPR prometia colocar entraves às medidas. Ele era Jair Bolsonaro, que futuramente se tornaria o maior crítico da Comissão Nacional da Verdade. Ao perceber as articulações para a proposta de reparação financeira às vítimas de oposição à ditadura, Bolsonaro queria estender o benefício aos familiares de militares mortos.

Em meio às pressões externas e internas, o projeto de lei enviado por FHC ao Congresso não contemplava a apuração das circunstâncias de desaparecimento e morte dos perseguidos políticos, desagradando os ativistas dos direitos humanos. Costurado com cautela entre Executivo e Legislativo, o projeto tramitou em regime de urgência e sem possibilidade de emendas, evitando que qualquer ação por parte dos familiares ou até mesmo de opositores pudesse modificá-lo. Ao tomar essa atitude, por um lado, o Estado reconhecia sua responsabilidade e, por outro, adiava as ações de "memória e verdade" que poderiam complementar a justiça de transição.

Já no "apagar das luzes" daquele ano de 1995, houve a aprovação da Lei 9.140 (também conhecida como Lei dos Desaparecidos), que reconheceu como mortos 136 desaparecidos políticos, tratou das indenizações e da criação da CEMDP. Como bem postula

Atencio (2014, p.16, tradução nossa[47]), a administração de FHC optou por uma iniciativa clichê de fechamento, em vez de abertura: "o estado pagaria seus 'débitos' e fecharia seus livros sem realizar investigação oficial".

O programa de reparações de vítimas é considerado um passo importante, mas Brahm-Wiebelhaus (2010) ressalta que o fato de a CEMDP não ter recebido apoio das Forças Armadas nem a incumbência de investigar ativamente as denúncias de abusos promoveu equívocos no processo, primeiro por transferir às vítimas e aos seus familiares o ônus da prova e segundo porque, ao final dos trabalhos, a maioria dos casos de desaparecimento permaneceu sem resolução.

Questionamentos, polêmicas quanto aos valores das indenizações e tentativas de se alterar as normas vigentes por conta das limitações da Lei de Anistia se estenderam por sete anos até que houvesse a revisão dos procedimentos necessários à anistia e consequente reparação financeira e a criação da Comissão de Anistia[48] por meio da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. A medida atendia ao propósito de "reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988". Composta inicialmente por dez integrantes, atualmente a Comissão de Anistia conta com 25 comissários encarregados de analisar os pedidos de reparação. (COMISSÃO DE ANISTIA, 2016).

O fato de a Lei de Anistia não abordar de maneira ampla as reparações consideradas justas e necessárias causou polêmica antes mesmo da aprovação em 1979. Desde então entidades de classe, grupos civis e também militares questionavam, entre outros fatores, o fato de a anistia não levar em conta os prejuízos àqueles que foram perseguidos e afastados de seus postos de trabalho por questões políticas.

---

[47] "The state would pay its 'debts' and close its books without undertaking an official investigation".

[48] A Comissão de Anistia foi criada pela Medida Provisória 2.151 de 31 de maio de 2001, que foi revogada e substituída pela Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002. Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2151-3.htm>. Acesso em 21 maio 2016. Em 2016, Paulo Abrão, que foi Secretário Nacional de Justiça no governo Dilma Rousseff, secretário executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul e presidente da Comissão de Anistia por nove anos, deixou o órgão e assumiu a secretaria executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Já sem Abrão, a Comissão de Anistia passou por drásticas mudanças após o *impeachment* de Dilma Rousseff, quando o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, assumiu e trocou 19 membros da comissão. O fato foi considerado inédito desde a criação da Comissão de Anistia, já que até então os integrantes eram substituídos apenas quando pediam para sair e os substitutos indicados pelos próprios comissários com o aval dos grupos de familiares de vítimas da ditadura. Ainda que parte dos integrantes tenham entregado o cargo por discordar da postura do novo governo, pelo menos sete membros foram exonerados sendo todos os substitutos indicados por Alexandre de Moraes. Disponível em: < http://oglobo.globo.com/brasil/ex-ministro-de-jango-almino-afonso-vai-presidir-comissao-de-anistia-20038767>; < http://oglobo.globo.com/brasil/nomeado-para-comissao-da-anistia-aparece-como-colaborador-da-ditadura-20043410>. Acesso em 22 dez. 2016.

Na análise da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), feita um mês após o envio da matéria por Figueiredo ao Congresso, a proposta limitava-se a garantir aposentadoria aos servidores cassados e afastados e prever que, se houvesse vaga, a entidade competente poderia discricionariamente admitir que o funcionário desligado voltasse à ativa. "Para a OAB, não se tratava de anistia, mas de simples autorização legal para o perdão individual, e sem efeito retroativo, do servidor sancionado." (MEZAROBBA, 2003, p.110).

Uma longa discussão foi iniciada no Congresso, mas, como a lei foi aprovada nos moldes desejados pelo governo militar, somente em 1988 a nova Constituição contemplou o tema no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[49], que levou 14 anos para ser regulamentado pela Lei 10.559/02. Mais uma vez, com a desculpa de ser necessário esquecer o passado para construir um futuro melhor, o Brasil tornava lento e doloroso o processo de trabalhar a memória e o esquecimento, pois se esquivava de enfrentar as injustiças impostas. Por mais importante que tenha sido o gesto de criar a Comissão de Anistia vinculada ao Ministério da Justiça – que realizou as Caravanas da Anistia, com sessões públicas de apreciação de pedidos, e o projeto Marcas da Memória[50], além de desempenhar papel significativo na concessão de anistia e esclarecimento da população –, as políticas públicas ainda não contemplavam a necessidade de investigar os crimes passados, de construir um novo discurso oficial sobre a ditadura e de ao menos discutir amplamente a anistia aos crimes praticados contra a humanidade.

> Da criação da Comissão de Anistia eu lembro bem, porque foi na época que eu era ministro. Foi importantíssimo. Eu me lembro que o último ato que encaminhei antes de sair do ministério foi encaminhar uma proposta de Medida Provisória para que fosse criada imediatamente a Comissão de Anistia. Isso foi encaminhado para a Casa Civil. Era o Aloysio (Nunes), o chefe da Casa Civil, que encaminhou para o Ministério da Defesa. Aí mexeram muito no projeto. E quando veio a lei, ela veio maculada de erros sérios. Um deles, o absurdo de indenizações altíssimas. Algumas absurdas, que depois foram revistas. De qualquer maneira, a Comissão de Anistia foi uma coisa importante. (DIAS, 2015).

[49] "Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos." Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct>. Acesso em 21 maio 2016.

[50] O projeto Marcas da Memória surgiu como fruto da parceria entre a Comissão de Anistia e as universidades federais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul com o objetivo de coletar depoimentos, realizar audiências públicas, sistematizar informações e fomentar iniciativas culturais. (MONTENEGRO et al. 2012).

A observação do ex-ministro José Carlos Dias (2015) aponta não apenas as brechas deixadas, mas também o aprimoramento da Comissão de Anistia com o passar do tempo e o fato de que as limitações e as dificuldades a que esteve atrelada inicialmente (como aportado por MEZAROBBA, 2003) não tiram o mérito da iniciativa e demonstram mais um passo rumo às ações de justiça de transição que culminaram com a criação da CNV.

Em estudo que busca compreender as ocasiões em que a produção cultural em torno da ditadura no Brasil ocorre articulada com movimentos políticos e mobilização social, Atencio (2014) conceitua os "ciclos de memória cultural", que dizem respeito aos momentos nos quais são perceptíveis quatro fases das produções culturais em relação às iniciativas institucionais: surgimento simultâneo (seja por coincidência ou propósito), ligação imaginária entre os eventos (identificam-se relações entre as ações culturais e institucionais), alavancagem (apropriações das ligações imaginárias no sentido de alavancá-las) e propagação (serve de modelo e fomento a novas iniciativas).

Um exemplo de ato simultâneo que descreve a primeira fase do ciclo identificado por Atencio é a realização do primeiro festival Cinema pela Verdade entre maio e setembro de 2012, promovido pelo Instituto Cultura em Movimento (ICEM), em parceria com o Ministério da Justiça (o projeto foi contemplado pelo edital "Marcas da Memória", da Comissão de Anistia). Na ocasião, o Cinema pela Verdade exibiu cinco documentários com a temática da ditadura em 81 universidades do país. Assim, tal realização também promoveu ligação imaginária (segunda fase do ciclo) entre o momento de investigação proporcionado pelas comissões da verdade que iam sendo criadas nos estados e municípios paralelamente ao funcionamento da CNV. Integrantes desses colegiados ou pesquisadores do período autoritário eram convidados a debater os filmes, outras atividades ganhavam a cena cultural e tudo isso recebia espaço no noticiário. Desse modo, promovia-se também a terceira fase do ciclo, a da alavancagem, em que os próprios produtores culturais e executores das políticas públicas apropriavam-se mutuamente das correlações imaginárias. O resultado foi a propagação de tal processo (quarta fase), visto que os elos criados e alavancados serviam de modelo e fomentavam uma profusão de outras ações.

Atencio (2014) identifica que, até 2005, os principais protagonistas de contestações das políticas públicas de memória até então vigentes foram os grupos de direitos humanos e ativistas, que se engrandeceram com o interesse de produtores culturais pela temática. Assim, a classe artística "contestou as políticas oficiais de reconciliação por esquecimento institucionalizado, insistindo na necessidade de se lembrar para não repetir o passado, para restaurar a dignidade das vítimas e suas famílias, e para fortalecer a democracia" (ATENCIO,

2014, p.123, tradução nossa[51]). Tal movimento, conforme a autora, origina ciclos de memória cultural que criam vínculos – mesmo que imaginários – entre trabalho cultural e política pública. Assim, as ações sociais e institucionais nutrem-se desta existência conjunta e simultânea.

A partir de então, o Estado brasileiro abandona a posição de falsa "neutralidade" e opta por desenvolver um novo "ciclo de memória", que "assume a forma de iniciativas para educar o público sobre a ditadura e suas garantias constitucionais de 'direito à memória e à verdade (mas provavelmente não à justiça) e culmina com a criação da Comissão Nacional da Verdade". (ATENCIO, 2014, p.123, tradução nossa[52]). Três momentos históricos anteriores à criação da comissão corroboram com a idea de Atencio de que as políticas de memória ainda não atingiram a responsabilização criminal individual, devido às ações dos Três Poderes, que preferem não tocar na ferida.

O primeiro desses momentos remete aos desdobramentos da audiência pública "Limites e possibilidades para a responsabilização jurídica dos violadores de direitos humanos em regimes de exceção no Brasil", realizada pela Comissão de Anistia em 2008, que acabou por instigar a discussão acerca da abrangência da Lei de Anistia. O posicionamento de Tarso Genro, então ministro da Justiça, de Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, e de Paulo Abrão, da Comissão de Anistia, seguindo o estabelecido no direito internacional, foi de que tortura é crime imprescritível e não crime político, destacando a necessidade de avançar na aplicabilidade da justiça de transição. A discussão não contou com representação das Forças Armadas, mas ganhou as páginas dos jornais e acirrou o ânimo dos militares, que pressionaram o governo. A resposta veio por meio de Nelson Jobim, que ocupava o posto de ministro da Defesa e alegou que o tema não cabia ao Poder Executivo, mas sim ao Judiciário. Como presidente da República, Lula cedeu às Forças Armadas e encerrou a polêmica, deixando claro que a revisão da Lei de Anistia não continuaria na pauta do governo.[53]

---

[51] "[They] contested the official politics of reconciliation by institutionalized forgetting by insisting on the need to remember so as not to repeat the past, to restore dignity to victims and their families, and to deepen democracy."

[52] "[…] takes the form of initiatives to educate the public about the dictatorship and their constitutionally guaranteed 'right to memory and truth' (but presumably not justice) and has culminated in the creation of the National Truth Commission."

[53] Para mais, ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3107200808.htm>
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1605200812.htm>
<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/lula-tira-executivo-de-debate-sobre-tortura-b4hatb0gk2hcqmh1dj554piry>. Acesso em 24 maio 2016.

As discussões sobre a possibilidade de se criar uma comissão da verdade provocaram novo embate entre militares e Ministério da Defesa de um lado, e ministérios da Justiça e Direitos Humanos, familiares de vítimas e ativistas que atuaram no PNDH-3, de outro. O governo precisou de três meses de negociações internas (entre setembro e dezembro de 2009) para aparar as arestas entre Vannuchi e Jobim, que ameaçou pedir demissão por conta da discordância sobre o texto final do plano nacional de direitos humanos.[54] Por conta dos atritos, o presidente nacional da OAB, Cezar Britto, posicionou-se a favor de Vannuchi e divulgou nota em apoio à criação da comissão da verdade: "Um País que se acovarda diante de sua história não pode ser levado a sério. O direito à verdade e à memória garantido pela Constituição não pode ser revogado por pressões ocultas ou daqueles que estão comprometidos com o passado que não se quer ver revelado."[55]

Em 2010, a pauta da anistia voltou à tona quando o STF julgou arguição (ADPF 153) da OAB, como já apresentado aqui, e negou a possibilidade de se alterar a aplicabilidade da lei ou a interpretação do termo "crimes conexos". A OAB recorreu da decisão, mas o recurso continua pendente de julgamento, e, conforme ministros do STF[56], por se tratar de "embargo de declaração", não seria suficiente para reverter o resultado. O terceiro momento iniciou-se ainda em 2010, quando se deu início ao processo de vislumbrar e planejar a comissão nacional, e a questão da anistia foi mais uma vez colocada em segundo plano, sob o discurso de que o revanchismo não se faria presente. Uma nova tentativa de rever a questão veio em 2014, quando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) promoveu a ADPF 320, requisitando que o STF reconheça a validade e o efeito vinculante da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos referente à Guerrilha do Araguaia, defendendo que a Lei de Anistia não se aplica às graves violações de direitos humanos (CNV, 2014, p.30).

Antes disso, porém, "por ato presidencial de 13 de janeiro de 2010, foi instituído grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o anteprojeto de lei para a criação da CNV." (CNV, 2014, p.20). Com o apoio de todos os ex-ministros da Secretaria Especial dos Direitos Humanos desde José Gregori, que foi o primeiro titular da pasta, criada em 1997, a medida passava a ganhar força e estimular as negociações em torno da proposta. Quatro meses depois,

---

[54] "'Não há nenhuma controvérsia insanável', diz Tarso". Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-ha-nenhuma-controversia-insanavel-diz-tarso,488845>. Acesso em 25 maio 2016.

[55] Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,oab-contesta-a-pressao-feita-por-militares,488981>. Acesso em: 25 maio 2016.

[56] Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/ministros-defendem-decisao-do-stf-e-questionam-revisao-da-lei-da-anistia.html>. Acesso em: 30 maio 2016.

estava finalizado o projeto de lei resultante das atividades do grupo, que foi encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional em regime de urgência.

Juntamente com a então ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, os ex-ministros assinaram um documento que foi entregue ao então presidente da Câmara, Marco Maia (PT), como forma de pressionar pela aprovação do projeto[57]. A lei foi aprovada em setembro de 2011 na Câmara e depois seguiu para votação no Senado, cujo relator foi o senador Aloysio Nunes (PSDB). O projeto, de iniciativa do Executivo, foi aprovado por unanimidade pelo plenário do Senado[58] no fim de outubro, demonstrando que as negociações em torno da proposta surtiram efeito.

Durante os trâmites de 2011, a proposta de criação da comissão passou a configurar um dos objetivos principais do Projeto Direito à Memória e à Verdade (PDMV), coordenado por Gilney Amorim Viana no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A iniciativa também comportava o estímulo ao desenvolvimento de comitês e comissões setoriais, bem como à difusão de informações acerca da temática, por meio de apoio a atividades da sociedade civil ou de iniciativas de outros órgãos públicos.

O Brasil talvez tenha sido o país que comportou o maior número de comissões estaduais, municipais e setoriais de forma independente e ao mesmo tempo concomitante com os trabalhos de uma comissão de âmbito nacional. Mais de cem comissões da verdade funcionaram no país, sendo que algumas foram instaladas antes mesmo da CNV e outras concluíram os trabalhos posteriormente, mas a maioria delas se desenvolveu a partir do estímulo do PDMV.

Enquanto o colegiado nacional foi criado por lei, aprovado pelo Congresso, e esteve vinculado ao Governo federal, que deveria ofertar a estrutura de funcionamento, as comissões estaduais, municipais e setoriais foram instaladas em âmbitos distintos. Algumas, como a Comissão da Verdade Rubens Paiva, de São Paulo, foram criadas por Assembleias Legislativas (no caso das locais, pelas Câmaras dos Vereadores) e funcionaram com recursos e representação do Poder Legislativo estadual (ou municipal). Houve também comissões criadas pelos governos estaduais e municipais, por universidades e entidades de classe (como a OAB e a Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj).

Além das comissões, que em geral são criadas por instituição pública ou de interesse público, por algum dos Três Poderes, seja por lei ou decreto, também se desenvolveram no

[57] O relator na Câmara dos Deputados foi Edinho Araújo (PMDB).

[58] Disponível em: < http://www12.senado.leg.br/retrospectiva2011/brasil/senado-aprova-criacao-da-comissao-da-verdade>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Brasil os "comitês pela memória, verdade e justiça". Conforme Rosa Cardoso (2014), "os comitês são formados mais espontaneamente pela aglutinação de pessoas que estão dispostas a lutar e cobrar das autoridades e das comissões existentes. São mais ligados à mobilização política, enquanto as comissões devem criar relatórios para deixar".

Segundo o relatório final da CNV, a cooperação e o diálogo com as comissões de menor porte espalhadas pelo país possibilitaram ampla mobilização e capilaridade em um país tão grande. (CNV, 2014). Contudo, as experiências das comissões regionais ou locais foram diferentes entre si e, por falta de um plano comum e abrangente que envolvesse planejamento compartilhado e dotação orçamentária da União, dos estados e municípios, muitas comissões ficaram reféns da vontade política das autoridades locais (seja do Poder Executivo, seja do Legislativo) a que estavam atreladas.

No relatório[59] elaborado por Gilney em janeiro de 2015 como prestação de contas das atividades do PDMV, consta que a aprovação do projeto de lei, a instituição da Comissão Nacional da Verdade, e, principalmente, o seu sucesso, "só seriam possíveis se criado um ambiente político favorável à apuração dos crimes cometidos pela ditadura militar". Havia a compreensão de que isso dependia da ampliação do número de pessoas e de organizações da sociedade que estivessem informadas sobre o assunto e da promoção de conceito favorável à apuração dos fatos. "Isto implicava em disputa pela memória e pela verdade, para que se fizesse justiça", afirmou Gilney no documento (ver Anexo).

A mobilização promovida pelo Governo federal e, em especial, pela pasta de Direitos Humanos, culminou na disseminação de comitês e comissões em várias regiões do país e na aprovação do projeto de lei da CNV no Congresso, mas não sem antes ter havido protesto das mais diversas frentes (contrárias e a favor da medida). Gonçalves (2015) lembra que o Coletivo de Mulheres pela Verdade e pela Justiça e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos se mobilizaram para cobrar responsabilização institucional pelos crimes da ditadura e mudança do período de abrangência das investigações da comissão, além de sugestões de alteração de alguns trechos do projeto de lei. Em relação ao período, o desentendimento ocorreu porque, inicialmente, o texto aprovado na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos dizia que deveriam ser investigadas as violações ocorridas entre 1964-1985 (período da ditadura), mas a lei estendeu as investigações para o período compreendido entre as duas assembleias constituintes (1946-1988), como forma de desagradar menos as Forças Armadas.

[59] O relatório foi repassado à pesquisadora por Gilney Viana (ver Anexo).

“Durante a preparação do anteprojeto de lei, o teor da proposta foi sendo negociado e discutido para que as resistências fossem vencidas e ocorresse a aprovação no Congresso Nacional”, pontua Gonçalves (2015). As críticas vieram imediatamente, já que os movimentos sociais acreditavam que o período mais amplo poderia ser uma manobra para dificultar o trabalho da comissão e dispersar a atenção voltada à da ditadura para outros momentos históricos. Ainda que, naquele momento, os protestos fizessem sentido, analisando a questão após o encerramento das atividades da comissão, pode-se afirmar que a mudança serviu de mera formalidade de amparo para as negociações, já que a ampliação da data foi praticamente ignorada no decorrer das investigações, tendo a CNV – por entendimento de seus comissários ou pressão social – se concentrado nos casos da ditadura que, por si só, representavam imensidão de material para análise.

Assim, em novembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.528. Seis meses depois, a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi marcada por cerimônia histórica, realizado no dia 16 de maio de 2012, no Palácio do Planalto, reunindo os quatro ex-presidentes (José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) ao lado de Dilma Rousseff.

A imagem dos cinco presidentes que governaram o país desde o fim da ditadura estampou jornais impressos (ver Figuras 1 e 2), sites e telejornais. Foi contada nas rádios e falada nas ruas. O momento representava algo inédito na história do país: pela primeira vez, o governo nomeava uma comissão para apurar os crimes cometidos sob a égide do autoritarismo, o Estado assumia as rédeas de uma política pública em prol da memória de grandes traumas, e todos os presidentes pós-ditadura se reuniam para inaugurar uma ação em defesa dos direitos humanos como aquela. Nem o processo de escravidão nem outros episódios violentos e traumáticos enfrentados pelo Brasil promoveram uma ação desse porte. E é também por isso que a instalação da CNV pode ser considerada um marco para os avanços democráticos.

Figura 1 – Capa O Globo

oglobo.com.br

O GLOBO

Petrobras já perdeu um BB este ano

Dilma: a busca da verdade agora é decisão de Estado

Investigação de crimes da ditadura não abriga ressentimentos, diz presidente

Tetraplégica move robô com mente

Fonte: Reprodução jornal *O Globo* de 17/05/2012

Figura 2 – Matéria Estadão

Lula ressalta democracia, e FHC, 'reconciliação'

Os 4 ex-presidentes da pós-ditadura participaram da cerimônia de instalação da Comissão da Verdade a convite de Dilma; petista foi o mais aplaudido

Fonte: Reprodução pag.6 do jornal *O Estado de S. Paulo* de 17/05/2012

A Lei 12.528 considerou a participação na CNV como serviço público relevante e vetou a indicação de nomes que exercessem cargos executivos em agremiação partidária (com exceção daqueles de natureza honorária) ou que tivessem cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público. Os comissários da CNV tiveram direito a remuneração mensal de R$ 11.179,36 e de contar com o apoio de 217 colaboradores, entre assessores, pesquisadores, servidores públicos cedidos por outros órgãos, estagiários e voluntários. Alguns dos integrantes abriram mão da remuneração e preferiram atuar voluntariamente no colegiado. (LEI 12.528, 2011; CNV, 2014).

Sete brasileiros "de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos" foram indicados pela Presidência da República para compor o colegiado (LEI 12.528, 2011). Foram eles: o ex-procurador-geral da República (no governo Lula) Claudio Lemos Fonteles; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Langaro Dipp; o

advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça (no governo FHC) José Carlos Dias; o advogado e ex-ministro da Justiça (no governo Sarney) José Paulo Cavalcanti Filho; a psicanalista Maria Rita Kehl; o professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro de Direitos Humanos (no governo FHC) Paulo Sérgio Pinheiro; e a advogada criminal e defensora de presos políticos Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Desavenças internas fizeram com que, em junho de 2013, Claudio Fonteles renunciasse ao cargo, tendo sido a vaga preenchida em setembro de 2013 pelo advogado e professor de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, que se tornou o coordenador da comissão até o fim dos trabalhos. Devido a problemas de saúde, Gilson Dipp também se afastou, e não foi substituído, permanecendo a vaga ociosa (CNV, 2014).

A indicação legal de que a CNV deveria ser composta de forma pluralista foi confirmada de alguma forma com a nomeação de personalidades com histórico de atuação política e social diferente. Se a proximidade entre alguns membros da CNV e o governo foi questionada (como, por exemplo, o fato de Rosa Cardoso ter sido advogada de Dilma Rousseff no período da ditadura), o argumento poderia ser facilmente rebatido pelo fato de que ministros de governos anteriores e nomes ligados – ainda que indiretamente – à oposição ao governo petista também ganharam cadeira na comissão.

Maria Rita Kehl (2016) diz que, apesar de todos os integrantes da comissão serem reconhecidos pelo envolvimento na área dos direitos humanos, ela questionava o porquê de sua própria indicação. Ela conta que, quando se reuniu com a presidente antes da instalação do colegiado, a primeira coisa que questionou foi "por que eu?". "Eu sou uma psicanalista, claro, militante, mas tem centenas de militantes de direitos humanos. E eu não sou uma pessoa que trabalhei como os advogados de presos políticos. E ela disse uma coisa totalmente surpreendente: 'Porque eu gosto do que você escreve'." (KEHL, 2016).

Maria Rita diz que, apesar de o assunto nunca ter sido debatido a fundo entre os comissários, era de conhecimento que a comissão foi resultado de composição que incluía a indicação de nomes por ex-presidentes, para que o órgão não fosse visto como uma política de governo, mas sim uma política de Estado. "Eu e a Rosa [Cardoso] seríamos as indicadas por ela [Dilma Rousseff], não por acaso as duas únicas mulheres. O Cláudio Fonteles foi indicado pelo governo Lula." Já as indicações de Paulo Sérgio Pinheiro e José Carlos Dias viriam de Fernando Henrique Cardoso e de grupos de direitos humanos, e "o Paulo Cavalcanti, pelo Sarney" (KEHL, 2016). A diversidade foi também reconhecida pelo integrante José Carlos Dias, em entrevista.

> A Comissão não era uniforme, graças a Deus! Então não era um partido. Lá tinha gente que poderia ser chamada de PT, que poderia ser chamada de tucana, como eu (risos), embora não, eu não seja do PSDB, mas, de qualquer forma, fui ministro do Fernando Henrique, o Paulo Sérgio também. O Pedro Dallari, que é do Partido Socialista, e... Enfim, a Maria Rita (Kehl), esta a mais próxima do PT (DIAS, 2015).

Entretanto, não houve pluralidade regional, já que seis dos sete integrantes tinham histórico de atuação majoritariamente no eixo Rio-SP-Brasília, sendo José Paulo Cavalcanti Filho o único advindo de outra região, especificamente Recife, capital de Pernambuco, no Nordeste. O fato de cinco dos sete integrantes iniciais da CNV serem advindos do campo do Direito leva a crer que houve privilégio da área em relação a outros campos do conhecimento, como, por exemplo, o da História. É notório que historiadores, cientistas sociais, jornalistas e muitos outros profissionais assessoraram os trabalhos da comissão. Contudo, na linha de frente do colegiado, os cargos foram ocupados preferencialmente por advogados, o que provocou críticas de entidades de classe e da sociedade civil[60].

Cavalcanti Filho considera natural que os demais participantes sejam ligados ao Direito e provenientes dos grandes centros do Sudeste e da capital federal, apesar de acreditar que um dos motivos para sua indicação ao cargo possa ter se pautado no fato de ser nordestino. “Precisavam de alguém que não fosse do arco Rio-São Paulo-Brasília. E tivesse uma vida reta. E eu preencheria esses dois requisitos”, diz (CAVALCANTI FILHO, 2016).

> Acho natural que houvesse predominância de membros com formação jurídica. Por terem, as principais questões, implicações do campo do Direito. E, com franqueza, não acredito que nossas formações tenham levado a resultados distintos daquele que se teria caso fosse outra a formação da Comissão. (CAVALCANTI FILHO, 2016).

José Carlos Dias (2015) recorda que, logo no início dos trabalhos, “o contato com familiares de mortos e desaparecidos foi algo bem complicado”, e a comissão recebeu a cópia de uma carta dirigida à presidente Dilma pedindo a destituição dos integrantes do colegiado. Segundo ele, enfrentar tal episódio não foi fácil, mas, logo que a comissão conseguiu se aproximar dos familiares e das vítimas, realizar mais audiências públicas e demonstrar que estava atuando, a dificuldade foi sanada.

A instalação da CNV foi, naturalmente, criticada por alguns setores, mas, com os índices de popularidade do governo bem maiores do que os verificados em 2014 e 2016, o

[60] Ver: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/a-hora-da-verdade>
< http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=2486>
< http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/arquivo-cafe-historia-o-historiador-como-perito>
< http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-comissao-da-verdade-e-a-verdade-historica-imp-,878143>

colegiado encontrou ambiente político favorável para que sua atuação não enfrentasse grandes questionamentos. Em 2012, conforme o Datafolha, o Governo Dilma Rousseff possuía 62% de aprovação, sendo considerado regular por 30% da população e ruim ou péssimo por 7%. (DATAFOLHA, 2012).

> O desempenho de Dilma é o melhor entre todos os presidentes eleitos desde Fernando Collor no mesmo período de governo [dois primeiros anos]. Seu antecessor, Lula, completou seus dois primeiros anos de governo sendo avaliado como ótimo ou bom por 45%, no mesmo patamar de Fernando Henrique Cardoso, que em dezembro de 1996 era aprovado por 47%. (DATAFOLHA, 2012).

O texto do Datafolha revela que a primeira metade do primeiro mandato de Dilma tinha mais aceitação popular do que a dos dois presidentes considerados mais populares desde a redemocratização: FHC e Lula. Contudo, em quatro anos, a popularidade da presidente despencou, e o segundo mandato teve início com baixos índices, como demonstra a pesquisa do mesmo instituto. Os números se inverteram nesse período e a aprovação de mais de 60% transformou-se em reprovação. Conforme dados de abril de 2016, o Governo Dilma Rousseff era avaliado como ruim ou péssimo por 63% dos brasileiros, 24% o consideravam regular e 13% o aprovavam. (DATAFOLHA, 2016).

Não só pela popularidade inicial da presidente, mas também devido a um ambiente de discussões permitido pela elaboração do PNDH3 e de ações culturais inicialmente isoladas[61], que depois se enquadraram no ciclo de memória identificado por Atencio (2014), a ambiência apropriada aos trabalhos da comissão foi se desenvolvendo.

Tais dados podem indicar que o ambiente favorável de início não se confirmou após as manifestações de junho de 2013[62] e no momento do encerramento da comissão (em dezembro de 2014, logo após a reeleição de Rousseff). A impressão de que a governante buscou em alguns momentos desvencilhar sua imagem da de militante da luta armada no período da ditadura, o fato de as Forças Armadas não terem colaborado com as investigações da CNV e de a localização dos corpos dos desaparecidos ter ficado aquém das expectativas da sociedade e dos familiares das vítimas são alguns aspectos que podem ser considerados negativos para a etapa final do funcionamento da comissão. Somaram-se a isso a disputa acirrada no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, os protestos, a falta de governabilidade e o processo

[61] Atencio (2014) cita como exemplo a realização do Festival de Cinema de Brasília, com a exibição do filme Hoje, de Tatá Amaral, que, a partir da ficção, reascende o tema da ditadura e das reparações aos desaparecidos. Coincidentemente, filme e comissão foram lançados em simultaneidade e provocaram conexões elaboradas pela sociedade e pela mídia.

[62] Sobre as manifestações ver CASTELLS, 2013; HARVEY, 2013; SINGER, 2013.

de *impeachment* no Congresso Nacional. Juntos, esses fatores eliminaram as possibilidades de que as principais e mais polêmicas recomendações do relatório final da CNV (como a revisão da Lei de Anistia) fossem enfrentadas pelo governo.

Tais elementos serão discutidos com mais profundidade no Capítulo 5. Mas, antes de analisar as condicionantes políticas relacionadas ao encerramento dos trabalhos da comissão e o impacto do relatório final, busco identificar em que pesou para a CNV o componente comunicacional e qual foi o espaço midiático conferido a ela desde sua instalação até a finalização das atividades. Se o contexto político e histórico da criação do colegiado serviu de pano de fundo para a compreensão do ambiente em que tal política pública se desenvolveu, parte-se agora para a apresentação da estrutura interna da comissão, focada no trabalho do setor de comunicação.

2.3 **As políticas e estratégias comunicacionais da CNV**

Desenvolver estratégias de comunicação com o público é missão importante para qualquer comissão da verdade, ainda que em alguns casos seus integrantes sequer se deem conta disso. Sem elas, dificilmente os procedimentos de justiça de transição atingem amplas esferas da sociedade civil. Sem elas, aliás, talvez as comissões sequer existiriam, já que dar voz às vítimas, ouvir e documentar seus testemunhos (em geral por meio das técnicas da história oral) é uma das funções das comissões da verdade, que dependem dos intrumentos comunicacionais. Em grande medida, o objetivo de tornar públicos os documentos do período de exceção e também as circunstâncias em que as violações ocorreram só poderia ser alcançado a partir da divulgação na mídia jornalística, de forma que o tema chegasse ao grande público.

Em alguns casos, como o da África do Sul[63], que criou uma das comissões da verdade mais complexas e sofisticadas que se tem notícia, boa parte do sucesso e prestígio da iniciativa está atrelada à atenção midiática que conquistou. Tendo ouvido depoimento de mais

[63] A Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul (TRC) foi instalada em dezembro de 1995, na tentativa de lidar com o passado de *apartheid* e elaborar ampla investigação sobre as graves violações dos direitos humanos ocorridas entre 1960 e 1993. As investigações e as coletas de depoimento tiveram início de fato em abril de 1996. Considerada uma das comissões mais fortes do mundo, por conciliar uma estrutura baseada no tripé memória/verdade, justiça e reconciliação, abrigou três subcomissões (Comitê para as Violações dos Direitos Humanos, Comitê de Anistia e Comitê de Reparação e Reabilitação) visando dar voz às vítimas e testemunhas, anistiar os perpetradores que admitissem os crimes e pedissem perdão e garantir reparações e a reconciliação nacional (VERDOOLAEGE, 2005; HAYNER, 2011).

de 21 mil vítimas e testemunhas, sendo dois mil prestados em audiências públicas, a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul (TRC, na sigla em inglês) se tornou um sucesso de audiência, ganhando quatro horas de transmissão diária ao vivo na rádio nacional e um programa de TV (*Special Report*) inteiramente dedicado a ela aos domingos, no horário nobre da *South African Broadcast Corporation* (SABC). Em 1996, quando a comissão foi criada, o programa se tornou líder de audiência em toda a cadeia nacional. Nos veículos impressos, não foi diferente, e a TRC ganhou bastante visibilidade nos principais periódicos (KRABIL, 2001; VERDOOLAEGE, 2005; HAYNER, 2011).

Diferente foi a realidade da CNV no Brasil. A comissão realizou 80 audiências ou sessões públicas, coletou cerca de mil depoimentos e se manteve cotidianamente na mídia. Ainda que sejam significativos o espaço que recebeu dos veículos de comunicação e a mobilização que incentivou, como será demonstrado nos próximos capítulos, a CNV pode ser considerada um acontecimento[64] de relevância midiática e uma política pública de memória, mas não um "espetáculo" político-midiático[65] ou um acontecimento capaz de promover comoção nacional, como a da África do Sul promoveu. Seja porque a comissão foi criada muito tempo depois do fim da ditadura (a da África do Sul começou a ser vislumbrada ainda durante o regime de *apartheid*), porque nosso processo de justiça de transição é muito peculiar, porque os integrantes se portaram com certo distanciamento da sociedade e da impensa no início dos trabalhos, porque aqui a comissão tinha menos força institucional e durou dois anos e sete meses, sendo que lá funcionou por cerca de sete anos e a mesma comissão tinha atribuição de anistiar e reparar, ou porque, apesar de aparecer diariamente nos mais diversos tipos de mídia jornalística, aqui os veículos não apostaram no tema de forma tão sensacionalista ou espetacularizada. Em alguma medida, isso fez com que a CNV não conquistasse atenção da opinião pública ao ponto de se transformar em assunto de comoção que promovesse desdobramentos, escândalos e ações políticas efetivas por ela motivadas após o seu encerramento. O fato de não ter havido espetacularização carrega viés positivo, mas a

[64] Carmen Gonçalvez (2016, p.106) considera a CNV um acontecimento jornalístico que depende de contextualização: "só adquire sentido no presente a partir do passado e do futuro que projeta".

[65] Conforme Maria Helena Weber (2011), espetáculos político-midiáticos são acontecimentos capazes de mobilizar indivíduos, sociedade e instituições políticas, além de se impor aos meios de comunicação. Para que um acontecimento político se transforme em espetáculo, é preciso que a sua natureza possua qualidade suficiente para gerar comoção social, ser rentável do ponto de vista simbólico, político e econômico e gerar repercussão e imagem pública. De outro modo, é considerado espetáculo midiático o fenômeno que independe de uma agenda preexistente (como, por exemplo, a data de início e fim da comissão da verdade), por ser constantemente retroalimentado por novos elementos ou informações, permanecendo como pauta por tempo indeterminado, sendo citado e recuperado constantemente nos veículos jornalísticos e em outras arenas midiáticas.

falta de envolvimento geral com a causa, traz consigo o aspecto negativo, como demonstraremos nos capítulos seguintes.

Ainda assim, é impossível negar que houve importante mobilização em prol da memória durante o funcionamento da CNV e que ela tanto estimulou quanto se apropriou de iniciativas e manifestações sociais. Durante os dois anos e sete meses de funcionamento, a CNV foi assunto em palestras e debates por todo o país, tema de questão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)[66], motivação para protestos, pretexto de exibições fílmicas e montagens teatrais, entre outras formas de manifestação cultural.

Fazendo apropriação do conceito de "ciclo de memória" desenvolvido por Rebecca Atencio (2014), defendo que, além das manifestações artístico-culturais, todas as demais manifestações midiáticas que se enquadrem no modelo por ela descrito (ver página 89 na seção 3.2) podem ser inseridas no mosaico que forma cada ciclo. Assim, o que passa a compor a cobertura jornalística, seja ou não em decorrência dos acontecimentos artísticos e culturais (lançamentos de livros, filmes, peças de teatro, exposições e intervenções de rua) e também dos acontecimentos representados pela CNV e pelos 50 anos do golpe de 1964, sofre influência mútua dessas manifestações do ciclo de memória. Dessa maneira, compreender as relações entre a comunicação e o trabalho da comissão é fundamental para dimensionar a cobertura midiática a ela conferida.

Vislumbrando coletar o máximo de informações possível para esta pesquisa, meu contato com a equipe de comunicação da CNV teve início logo que o órgão se estabeleceu. Ligações, trocas de e-mail, monitoramento das mídias sociais, visitas, acompanhamento de audiências públicas e outros eventos, conversas pessoais e entrevistas com integrantes do órgão e seus assessores foram realizados com o intuito de coletar dados, observar o funcionamento da equipe e o relacionamento com a imprensa. Em novembro de 2013, visitei a sede da CNV em Brasília, para conversar com a equipe de comunicação. Posteriormente, novos encontros ocorreram – como nas apresentações de relatórios preliminares e nas cerimônias de entrega do relatório final em dezembro de 2014 no Palácio do Planalto, na OAB e no Congresso Nacional. A maioria das entrevistas foi realizada após o encerramento dos trabalhos, quando julguei que os comissários e também os assessores estariam livres de qualquer entrave institucional e poderiam colaborar de forma mais proveitosa.

[66] A CNV foi tema de questão do Enem em 2014. Para mais, ver: < http://g1.globo.com/videos/v/enem-entenda-questao-sobre-comissao-nacional-da-verdade/3752999/> e < http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/enem-e-vestibular/na-prova-do-enem-comissao-da-verdade-tem-apenas-objetivo-de-esclarecer-passado-14510566>. Acesso em: 8 nov. 2016.

Funcionando sob a tutela da Casa Civil da Presidência da República, o "quartel general" da CNV foi instalado no edifício do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, onde também funcionavam órgãos vinculados a outras secretarias da Presidência, como a de Direitos Humanos. Nessas salas, havia espaço destinado ao trabalho de comissários e assessores, como também ao setor de comunicação da CNV. Se, por um lado, isso demonstra que, para o governo, as temáticas vinculadas aos direitos humanos tinham significativa importância – já que tais secretarias se reportavam direto à presidente, e não a um ministério –, por outro, revelam também que o processo inicial do colegiado foi complicado. Um exemplo é que o organograma original da comissão previa apenas sete comissários e 14 assessores. Ao final dos trabalhos, além dos 14 assessores, a CNV contava com 12 pessoas em gerências de projeto e comitê, sete profissionais no núcleo pericial, 16 pesquisadores seniores, dois consultores e o auxílio de mais de 50 pesquisadores, além dos profissionais que atuavam em setores específicos, como comunicação, ouvidoria, secretaria, arquivo e logística (CNV, 2014).

Em entrevista, alguns comissários contam que o convite oficial para integrar o órgão surgiu às vésperas da solenidade de instalação da comissão e que o início dos trabalhos se deu de forma até mesmo improvisada, sem a equipe de apoio totalmente formada, sem lugar de trabalho, mas com o respaldo da Presidência para que essas dificuldades fossem logo superadas, como recorda o primeiro coordenador da CNV, Gilson Dipp. Segundo ele, "depois da instalação que nós fomos ver com a ministra-chefe do gabinete civil, que, na época, era a Gleisi Hoffmann, como seria, a pedido da presidente, que disse que nós fôssemos atendidos no que fosse preciso" (DIPP, 2016).

Fruto de ampla discussão iniciada anos antes, a comissão contou com o apoio de campanhas institucionais (ver Figuras 3 e 4), tanto divulgadas pelo Governo federal quanto por outros órgãos e associações, como a OAB. Tais campanhas foram amplamente divulgadas no rádio, na televisão e em impressos, principalmente no período anterior à instalação da CNV e logo após o início dos trabalhos. No decorrer das atividades, esse tipo de promoção foi se reduzindo até deixar de haver inserções, o que pode ser considerado um ponto negativo, já que, em geral, se tratavam de campanhas educativas e de mobilização nos meios de comunicação de massa.

Alguns comerciais foram estrelados ou narrados por atrizes renomadas, como Fernanda Montenegro, que, em 2010, deu rosto à peça publicitária da OAB do Rio de Janeiro em parceria com a Comissão de Anistia (Figura 3) com o intuito de divulgar o Abaixo-assinado pelo Direito à Memória e Verdade dos Desaparecidos Políticos. Aliada a outras

iniciativas, a publicidade ajudou a criar ambiente propício de mobilização da sociedade para o tema da abertura dos arquivos e da criação da comissão da verdade. Já a campanha oficial do Governo veiculada em 2013 (Figura 4) tinha como conceito "Comissão Nacional da Verdade. Para que nossa história se complete. De verdade" e foi narrada pela atriz Marieta Severo. O objetivo das peças divulgadas em televisão, jornal impresso, revista e internet era informar a sociedade sobre as atribuições da CNV e estimular que as pessoas contribuíssem com os trabalhos (SECOM, 2013).

Figura 3 – Campanha da OAB-RJ veiculada na TV em 2010

Fonte: <www.youtube.com/watch?v=9FRxpGvx7Mc>. Acesso em: 10/05/2016.

Figura 4 – Campanha da Secretaria de Comunicação da Presidência da República

Fonte: <www.secom.gov.br>. Acesso em: 10/05/2016

Apesar de avaliar como importante a campanha do governo veiculada em 2013, o assessor de comunicação da CNV considera que tenha faltado o desenvolvimento de uma ampla campanha educativa e informativa sobre o que era a comissão e quais eram seus propósitos logo no início dos trabalhos, em 2012. Ele também considera que peças

publicitárias sobre o colegiado poderiam ter perdurado durante todo o funcionamento e não apenas em momentos específicos.

Já no início de suas atividades, aliás, a comissão estabeleceu a importância institucional que a comunicação teria, ao se dividir em três subcomissões: de "pesquisa, geração e sistematização de informações", de "relações com a sociedade civil e instituições" e de "comunicação externa". No Capítulo 2 da Parte I do relatório final da CNV, há um item específico que descreve as atribuições do setor.

> A atividade de comunicação da CNV teve por diretriz a promoção da divulgação de suas atividades de forma ampla, constituindo-se assessoria especialmente voltada a essa finalidade. As audiências públicas da CNV, as diligências a instalações utilizadas para violação de direitos humanos e a coleta de depoimentos foram previamente informadas à imprensa, tendo os membros da comissão procurado atender às solicitações dos jornalistas em coletivas organizadas ao final dessas atividades, e mesmo em entrevistas individuais. Diversas vezes, a CNV publicou notas públicas, por meio das quais manifestou sua posição diante de temas relevantes, como a exumação do ex-presidente da República João Goulart, em novembro de 2013; os cinquenta anos do golpe de 1964, em março de 2014; a resposta das Forças Armadas ao pedido da CNV de investigação de desvio de finalidade de suas instalações durante a ditadura, em julho e setembro de 2014. Cabe registrar que as atividades da CNV receberam expressiva cobertura por parte dos veículos de comunicação, sendo as matérias jornalísticas de grande importância para a disseminação dos resultados do trabalho de investigação realizado. As reportagens de rádio e televisão, as matérias e os artigos veiculados em jornais e revistas e os noticiosos na internet fizeram com que a sociedade brasileira tivesse condições de acompanhar a vida da CNV, formando sua convicção e posicionando-se em relação às manifestações do órgão e de seus integrantes (CNV, 2014, v.I, p.51).

A narrativa da assessoria de comunicação da comissão indica que havia preocupação com visibilidade e em manter bom relacionamento com a imprensa e com a sociedade. Coordenada pelo jornalista Marcelo Oliveira, a equipe teve início apenas com ele, em julho de 2012, e foi sendo ampliada no decorrer dos trabalhos, alcançando o número de 12 colaboradores na fase final. De acordo com Oliveira, a equipe completa contava com ele, como coordenador, quatro estagiários (dois de jornalismo e dois de *design*), dois assessores comissionados, dois profissionais de comunicação contratados a partir de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e apoio de três pessoas da equipe de acervo (também advindas do convênio com o PNUD). Entre as formas de comunicação direta com a sociedade, a CNV desenvolveu, além do site institucional (ver Figura 5) e uma ouvidoria[67], canais no *Twitter, Facebook* (ver Figura 6) e *YouTube*.

[67] A ouvidoria funcionou de maneira independente da assessoria de comunicação e sob a coordenação de Adilson Santana de Carvalho.

Figura 5 – Página da comissão na internet

Fonte: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 14/01/2015

Figura 6 – Página da comissão no Facebook

Fonte: <www.facebook.com/comissaonacionaldaverdade>. Acesso em 16/11/2016

Inicialmente, o site disponibilizava as informações gerais da comissão (página institucional de apresentação da CNV e dos membros; relatórios e textos produzidos pelos comissários; notícias; fotografias; links para contatos; entre outros dados). Quando a equipe recebeu reforço, começou também a produzir e disponibilizar vídeos e a transmitir eventos ao

vivo. Thiago Dutra Vilela, que entrou na comissão com a função de editor de vídeos e depois se transformou no braço direito de Marcelo Oliveira na assessoria, explica que, durante boa parte do período de atuação da CNV, a equipe era reduzida e, por isso, todos tinham a noção de ser preciso fazer um pouco de tudo.

> [...] Se você lembrar que, na Comissão da Verdade da África do Sul, por exemplo, as audiências públicas eram transmitidas via rádio, percebe que a nossa teve alguma coisa de errado. Na CNV, só transmitíamos pela internet por puro acaso, porque eu entrei na equipe, tinha o conhecimento técnico, banquei a empreitada e no começo utilizava meu próprio equipamento para tal. As emissoras públicas, por exemplo, poderiam transmitir na TV pelo menos os grandes eventos, ou mesmo para a internet, elas tinham estrutura para isso, mas nunca houve vontade política. Recentemente houve a transmissão da votação do *impeachment*, e redes de televisão como a Globo ficaram o dia inteiro sem intervalo comercial, transmitindo a sessão. Imagine se todas as TVs abertas transmitissem ao vivo uma audiência pública da CNV, sem intervalos, o dia inteiro? (VILELA, 2016).

As falas de Thiago Vilela e Marcelo Oliveira demonstram que não foi realizado um planejamento de comunicação para a CNV antes que a comissão de fato iniciasse as investigações e que tanto a formação da equipe quanto as estratégias de divulgação foram sendo desenvolvidas à medida que o órgão atuava. A falta de "vontade política" apontada por Vilela pode ser entendida como crítica voltada tanto à comissão quanto ao governo, que não compreenderam o potencial de promoção dos trabalhos ou não tiveram interesse de, como na África do Sul, transformar o acontecimento em espetáculo.

Ao comparar a comissão brasileira com a argentina, a jornalista Marsílea Gombata (2016), que era repórter da revista Carta Capital responsável por cobrir a CNV, diz que uma das diferenças é que lá, assim como na África do Sul, as audiências eram transmitidas pela televisão. "Existia um debate público, da sociedade, em relação a isso. Não senti isso muito aqui. [...] Acho que pelo menos eles poderiam ter lutado para transmitir as audiências pela televisão, e não só pela NBR. Quem é que vai ver a NBR?"

Oliveira explica que foram feitas várias tentativas de conseguir, junto à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mais espaço para a comissão da verdade. A primeira proposta era de que a empresa produzisse um programa sobre as temáticas abordadas pela CNV, como forma de ampliar o debate público sobre a ditadura e as investigações, mas o assessor da comissão explica que várias barreiras foram impostas. Apesar de considerar que a cobertura jornalística da TV Brasil sobre os trabalhos era de qualidade e adequada, Oliveira acredita que, por ser uma empresa pública, a EBC poderia ter garantido mais visibilidade à comissão, principalmente pela TV NBR, que tem como missão oferecer informações sobre políticas públicas e ações do Governo Federal.

> A relação com a EBC sempre foi extremamente conflituosa. [...] Na época que o Pedro Pontual estava na comissão, não como secretário, ainda como assessor, nós fomos à EBC ter uma reunião com o Nelson Breve, que era o presidente da EBC na época, e a proposta inicial era um programa da CNV, feito a partir do material colhido. Aí a conversinha era que precisava encontrar o lead jornalístico e que talvez a comissão nem sempre gerasse fato jornalístico para um mês, porque se o depoimento da pessoa não trouxesse nenhuma novidade, como é que ia dar matéria. [...] A ideia era que fosse o que eles pudessem produzir. A gente sugeriu que pelo menos tivesse um programa mensal. Aí ele veio com um papo de que teria que ser aprovado pelo conselho da empresa (OLIVEIRA, 2016).

O relato indica que a assessoria da comissão e a direção da empresa pública divergiam na compreensão dos critérios de noticiabilidade e da importância atribuída ao colegiado. Sem alcançar o que almejava da EBC – como o programa especial – e sem perspectiva de que algum veículo comercial realizasse, por iniciativa própria, programação exaustiva sobre a CNV, a assessoria de comunicação do colegiado optou por também criar suas próprias mídias e formas de diálogo direto com a sociedade. A EBC, por meio da NBR, era a captadora dos registros, já que a comissão era um órgão vinculado à Presidência da República. Contudo, Oliveira conta que ter acesso ao material captado era sempre complicado. "Eles tinham um problema muito grave na entrega para a gente. Eles não entendiam que tinham que entregar [o material] para nós, que a gente precisava daquilo. Eu falava, já que vocês não vão fazer nosso programa, nós vamos colocar nosso YouTube no ar [...]" (OLIVEIRA, 2016).

Figura 7 – Canal no YouTube com vídeos de eventos, depoimentos e entrevistas

Fonte: <https://www.youtube.com/user/comissaodaverdade>. Acesso em 16/11/2016

Ainda que não tivesse estrutura e condições para produzir e editar todo o material, a assessoria de comunicação da CNV optou de certa forma pela independência para que pudesse divulgar as ações do colegiado e atender melhor os jornalistas. "[...] Quando um

jornalista precisava, a gente dizia, tem o depoimento de fulano do dia tal" (OLIVEIRA, 2016). O assessor da comissão conta que a percepção de que não poderia ficar refém da mídia – seja pública ou privada – foi confirmada após dialogar com o chefe da comunicação da ONU no Brasil, Giancarlo Summa, que auxiliou a CNV em alguns processos. "O Giancarlo tinha a mesma ideia que eu, que era: se os meios não te dão o que você precisa, você cria os meios. Você ser o seu meio de comunicação. Ele defendia um envolvimento maior da EBC e tudo mais, mas também focar em mídias sociais" (OLIVEIRA, 2016).

Conforme informações disponibilizadas no relatório da CNV, o alcance da divulgação do órgão pode ser medido não apenas pela cobertura jornalística, mas também pelos dados de acesso on-line, contabilizados até outubro de 2014.

> [...] A página do *Facebook* da CNV foi seguida por 165.067 pessoas; a CNV publicou 470 vídeos no *YouTube*, que foram acessados, ao todo, 258.287 vezes; o *Twitter* da CNV foi seguido por 10.784 pessoas; e, finalmente, o sítio da CNV foi acessado 1.305.403 vezes, entre fevereiro de 2013 e outubro de 2014. As cidades a partir das quais mais se acessou o sítio da CNV foram São Paulo, com 16,32% dos acessos; Rio de Janeiro, com 9,70%; e Brasília, com 9,58%. Nas mídias sociais, o interesse prioritário foi por conteúdos diretamente relacionados a ações realizadas pela CNV – resultados das investigações, depoimentos, polêmicas etc. Já as páginas mais procuradas do sítio da CNV na internet foram aquelas de conteúdo institucional, como as referentes ao golpe de 1964 e à estrutura interna da Comissão, cabendo destaque, também, ao expressivo número de acessos à página de exibição das transmissões realizadas ao vivo (CNV, 2014, p.52).

Com a percepção de que realizar eventos em locais estratégicos e produzir vídeos poderia não só atrair o público interessado, como também garantir que a CNV tivesse mais espaço nos noticiários televisivos, estratégias foram desenvolvidas nesse intuito. Como comprovaremos adiante, esse momento coincide também com o período em que a comissão passa a ganhar mais repercussão midiática.

> [...] Outra estratégia que nós usamos foi concentrar no Rio e em Brasília, e não em São Paulo esta divulgação. Porque percebemos que o alcance da cobertura no Rio e em Brasília era maior. Isso foi deliberado. [...] O Jornal Nacional é feito [montado] no Rio. Então, o fato de que a gente começou a fazer mais atividades no Rio ajudou a ter uma cobertura mais ampliada. Em Brasília também. Menos em São Paulo. São Paulo é uma cidade que qualquer evento concorre com uma quantidade enorme de coisas. Do ponto de vista de estratégia de comunicação, a escolha do Rio em primeiro lugar, e de Brasília, em segundo lugar, foi pensada. Eu refleti muito sobre isso. Tanto é que dos oito relatórios preliminares de pesquisa só um foi lançado em São Paulo, que foi o dos Centros Clandestinos. Todos os outros foram lançados no Rio ou em Brasília (DALLARI, 2015).

A internalização da lógica midiática foi percebida pelos jornalistas de São Paulo, que, contudo, questionaram em alguns momentos a guinada por temer que a imprensa carioca – em

especial a TV Globo – pudesse ser privilegiada. Para Roldão Arruda, que atuava no Estado de S. Paulo, "quando a comissão começa a ser muito criticada e bombardeada e se fala muito dos conflitos internos, ela procura ter mais visibilidade na mídia e começa a combinar algumas coisas com a Globo". Roldão diz ter percebido que, em algumas ocasiões, os telejornais da Globo começam a divulgar informações da CNV antecipadamente. "E isso eu discuti com eles [a comissão] um dia, aí eles admitiram que, a partir do momento que davam na Globo, todos os outros jornais iam atrás, 'às vezes a gente dá e ninguém quer dar'. Então, é claro, a Globo tem um peso" (ARRUDA, 2016).

Ao afirmar que a rotina de divulgações da comissão era planejada conforme o grau de importância atribuído aos veículos de comunicação, e, especialmente, em função da cobertura da Rede Globo, Pedro Dallari assume a relevância e o peso que a imprensa passou a ter para a comissão. Mas isso não foi uma constante no colegiado. Tanto a partir das conversas com a equipe de comunicação quanto com os comissários e jornalistas foi perceptível que, apesar de serem consideradas um elemento importante, as formas de interação com a sociedade (o que inclui o relacionamento com a imprensa) variavam conforme a coordenação do grupo.

Isso foi percebido por Patrícia Britto, então repórter da editoria Poder da Folha de S.Paulo. Segundo ela, "a presidência era rotativa [...] e, a cada vez que mudava, mudava completamente a forma de lidar com a imprensa, o que era prioritário para a comissão ou não". Repórter do jornal O Globo, Evandro Éboli teve a mesma percepção: "A assessoria de imprensa pode alguma coisa, mas não tudo. Depende até de quem está lá, porque não tem controle da situação. O tempo inteiro recebe ordem ali do que pode ou não passar."

> Eu acho que o atendimento à imprensa só funcionou de fato durante as coordenações de Claudio Fonteles e Pedro Dallari. Dipp não teve tempo, Paulo Sérgio Pinheiro não queria que a CNV divulgasse suas atividades e mergulhou a comissão em uma crise interna que só atrapalhou o trabalho e prejudicou o mandato da Rosa, que tinha um falar muito peculiar, às vezes rebuscado e difícil de ir bem em TV diária, apesar de ir bem em debates e entrevistas ao vivo. José Carlos Dias fez um mandato de transição e Pedro Dallari deu à assessoria de comunicação as condições necessárias para trabalhar corretamente e, ainda por cima, fazer a cobertura ostensiva das atividades do mandato da CNV. Apenas no mandato de Dallari e Fonteles houve uma organização para as divulgações sociais, com planejamento específico e ensaios de perguntas e linhas argumentativas, por exemplo. No da Rosa, houve muita articulação, entrevista individual, dava mais trabalho, digamos. Com o Paulo Sérgio Pinheiro houve apenas duas grandes divulgações sociais, o depoimento de Ustra e o relatório de um ano (OLIVEIRA, 2016).

Por ser uma equipe pequena inicialmente e depender do aval dos comissários, a assessoria não conseguiu traçar um plano de comunicação que fosse seguido durante todo o processo. Desse modo, a cada mudança na coordenação da comissão, uma nova interpretação sobre os procedimentos de divulgação era adotada. Isso foi alterado apenas no fim de 2013,

quando Pedro Dallari assumiu a coordenação em definitivo e deu à assessoria de comunicação a autonomia necessária para conduzir os processos de divulgação. Em entrevista, Dallari revelou não apenas compreender que a CNV dependia do processo midiático, como precisaria se adaptar a ele.

> O que eu fiz foi otimizar e reorganizar o que já havia, tanto de material como de equipe. E comecei a trabalhar dentro de uma lógica de produção do resultado final, do relatório final. Na qual optamos por começar a divulgar... Sensibilizei os meus pares para isso. Aquilo que a gente já vinha produzindo. Por que isso? Primeiro, para gerar mobilização mesmo. Uma Comissão da Verdade é um processo histórico, não é um documento só. Então ela tem que ir. E, segundo, porque, através da divulgação, a gente ia conseguindo aprimorar as informações. Porque, na medida em que você divulga, pessoas que têm informações comparecem, dão... Quer dizer, aquilo começa a gerar, estimula as comissões municipais, estaduais, setoriais... Então, não é à toa que, em 2014, as quase cem comissões passam a ter um peso, uma atividade maior, porque elas se sentem estimuladas pelo fato de que aquele trabalho de apuração tinha visibilidade midiática [...] (DALLARI, 2015).

A repórter da TV Globo Mônica Sanches, que foi uma das principais jornalistas a cobrir a temática para os telejornais de rede da emissora, como o Jornal Nacional, também lembra de como foi preciso trabalhar juntamente com a comissão para que as coberturas mais amplas fossem viabilizadas. De acordo com ela, a relação entre os jornalistas e a comissão "era ótima" e os assessores de comunicação, especialmente, tentavam ajudar em tudo que fosse possível. "Ajudavam, inclusive, com desafios específicos que a gente vinha para eles. 'Mas eu quero a foto de tal pessoa.' E eles tentavam ao máximo nos fornecer esse tipo de material, foto, vídeo." Mônica conta que, em algumas diligências da comissão em instalações militares, o comando do órgão em questão não permitia que a imprensa acompanhasse toda a visita. "Em alguns lugares, a gente não conseguia entrar. Quando eles entraram na Ilha das Flores, a Marinha deixou a gente ficar até certo trecho ali da instalação militar, e eles foram em outro." (SANCHES, 2016). Dessa forma, os assessores da comissão fotografavam e filmavam o que julgavam interessante e depois cediam o material para a imprensa.

Figura 8 – Vídeo produzido pela CNV é usado no site do jornal O Globo

Fonte: <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-nacional-da-verdade-pericia-antigas-instalacoes-do-doi-codi-14022620>. Acesso em: 24/10/2016

Contudo, Mônica Sanches lembra que, em algumas circunstâncias, o *timing* da comissão era diferente do da imprensa, sendo necessário um acerto dos ponteiros para que a produção de reportagens fosse viabilizada. Ela recorda de ocasiões em que precisava produzir material para o Jornal Nacional, que vai ao ar por volta das 20h30, mas que dependia de imagens captadas pela comissão nos locais em que a imprensa era impedida de entrar, e a assessoria informava que disponibilizaria as imagens no site da CNV apenas no fim da tarde, o que dificultava o fechamento da matéria a tempo.

> Às vezes diziam assim: "A gente vai colocar no site às cinco horas da tarde." Aquilo nos levava à loucura! E aí eu realmente fui almoçar com o Pedro Dallari, duas ou três vezes, para eles entenderem que seria legal talvez dar um *pendrive* antes para a gente do que tivesse, ou avisar antes quem ia depor, para a gente já ir catando matéria no nosso arquivo sobre essas pessoas, ou até mesmo para eu ir estudando. Porque, um dia antes, eu estava fazendo matéria de cultura, de polícia, do que fosse. Mas eu tinha que me preparar para pedir arquivo, aí eu começava a ler sobre aquele assunto quando eu tinha um tempo, para chegar lá preparada. Porque, para preparar um material legal para as coletivas que eram às três horas da tarde, era impossível. Não é que a gente fosse dar as coisas antes, era para ir juntando dados antes e eu acho que eles foram supercolaborativos com isso (SANCHES, 2014).

A comunicação foi, sem dúvida, o cerne de muitas questões para a CNV. Esteve, inclusive, como pivô de uma das principais disputas internas do colegiado, ocasionando talvez a sua maior crise, que culminou com a saída de um de seus integrantes, o ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles.

Figura 9 – Saída de Fonteles é manchete da página de Política do Estadão

Política

Anos de chumbo. Ex-procurador-geral anunciou decisão em tensa reunião do colegiado na segunda-feira; ele defendia a ampla publicidade do resultado das investigações, trombando com membros que preferem a cautela e são contra a revisão da Lei da Anistia

Divergências na Comissão da Verdade se escancaram com saída de Fonteles

VISÕES DISTINTAS

3 PERGUNTAS PARA...

Fonte: Reprodução *O Estado de S.Paulo* do dia 19/06/2013

Noticiada nos principais jornais do país em junho de 2013, a renúncia de Fonteles foi atribuída a dois fatores. O oficial, alegado à época por ele, era motivação pessoal. Já a informação de bastidores divulgada pelos jornalistas era que divergências internas se tornaram inconciliáveis e levaram à sua renúncia. Conforme a revista *Carta Capital*[68] e o jornal *O Globo*[69], tais divergências eram referentes à metodologia de trabalho. A *Carta Capital* explicava que, enquanto um grupo, composto por Fonteles, defendia que a comissão deveria motivar discussão pública sobre a ditadura, promover mais audiências e depoimentos públicos e garantir mais visibilidade dos procedimentos de trabalho, outro grupo, que teria como principal integrante Paulo Sérgio Pinheiro, acreditava que a CNV deveria trabalhar sem alardes e se concentrar no relatório final, onde de fato as atividades deveriam ser expostas.

Nas entrevistas para esta tese, nenhum comissário – exceto José Paulo Cavalcanti Filho – assume abertamente ter sido totalmente a favor do posicionamento atribuído a Pinheiro. Cavalcanti explica que sua posição na CNV foi contra a presença constante na mídia

[68] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/claudio-fonteles-deixa-a-comissao-nacional-da-verdade-4311.html>. Acesso em: 21 nov. 2011.

[69] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/claudio-fonteles-deixa-comissao-da-verdade-por-divergencias-internas-8727936>. Acesso em: 21 nov. 2011.

e a divulgação de relatórios parciais, porque sempre acreditou que o mais correto seria informar tudo no fim dos trabalhos, “e várias vezes externei essa opinião na Comissão, que ficaríamos, ou não, com a conclusão dos trabalhos. Se fosse um relatório final adequado, teria valido a pena todo o esforço. Se ficasse abaixo do que deveríamos fazer, não teríamos desculpas” (CAVALCANTI FILHO, 2016).

Rosa Cardoso acredita que, “no começo, logo após a instalação, os próprios comissionados não entenderam muito bem como deviam se relacionar com a mídia” e que uma parte deles achou que devia fazer trabalho de natureza sigilosa, afastando os jornalistas. “Houve uma dificuldade por aí, de não entender que nós deveríamos trabalhar, aceitar, acolher e aplaudir o trabalho da mídia” (CARDOSO, 2014).

Já José Carlos Dias admite que esse foi um ponto de divergência, mas defende ter sido a dificuldade logo sanada. “O Paulo Sérgio defendia isso (divulgar ao final) [...] Isso houve, predominou no período que ele foi o coordenador. Mas depois se abriu. Eu sempre defendi que fosse aberto. E eu acho que terminou assim, de uma forma bastante aberta”. Segundo Dias, a mudança no posicionamento do colegiado pode ser notada até mesmo pelo maior número de audiências públicas que passaram a ocorrer (DIAS, 2015).

Entretanto, o ambiente de disputa e conflito que passou a existir se torna nítido com a observação de Fonteles (2016) de que “a primeira dificuldade foi visceral”. Por isso, em um ano, ele julga ser o momento de se afastar. “Foi a metodologia”, justifica confirmando a versão mais reforçada pela imprensa e deixando claro que o desentendimento sobre os procedimentos e as visões a respeito do componente comunicacional da comissão motivaram o pedido de renúncia.

Mais do que a divergência entre personalidades, interessa aqui a visão que cada ator demonstra em relação ao que se espera do papel da mídia para o fortalecimento da democracia. Sob o olhar da comunicação, o conflito existente sugere ser normativo (padrões, princípios e costumes que regulam as práticas e a relação com a questão comunicacional), mais do que uma questão relativa só à forma de trabalho, ao se revelar imbricado no entendimento divergente acerca das estratégias comunicacionais que deveriam ser adotadas.

Para Fonteles (2016), era necessário que houvesse mais transparência e que, mesmo sem resultados concretos, a CNV divulgasse o andamento de suas atividades como forma de se aproximar da sociedade e atrair mais colaboração. “Salvo o apoio de Rosa [Cardoso], ninguém mais me apoiava nisso. Não. ‘Vamos entregar um produto acabado em dois anos.’ Apresentaríamos o prato pronto e a sociedade vai ver que é verdade. Aí eu disse ‘assim não dá...’ E a solução de consenso foi que eu produzisse em meu nome.”

> [...] Eu lembro que o Fonteles divulgava. A partir de um momento que a pressão aumentou, ele começou até a divulgar pesquisas quase que individuais, relatórios, a partir das coisas que ele levantava no Arquivo Nacional. Então, ele tinha acesso mais próximo à imprensa. E aí é algo que não sei se cabe a gente entrar, mas imagino que isso tenha criado algum tipo de conflito ali na comissão. Porque não era a posição de preferência dos outros conselheiros. Na época, eu acho que a Rosa, quando foi conselheira, também era um pouco mais como o Fonteles (BRITTO, 2016).

Tais apontamentos da repórter Patrícia Britto dialogam com as narrativas divulgadas pela imprensa à época e também com os relatos dos comissários nas entrevistas. Inicialmente, produzir individualmente – e divulgar no site da CNV seus textos assinados a partir das pesquisas que realizava no Arquivo Nacional – foi considerado libertador por Fonteles, pois com essas divulgações ele chegou a testemunhas que talvez não tivesse acesso. Se de algum modo as potencialidades da internet contribuíram para que o comissário pudesse publicar sua produção sem ser necessário o aval do restante da equipe, de outro, elas também deram visibilidade a temas que parte dos integrantes não gostaria de tratar sem que houvesse resultados concretos. Com o decorrer das atividades, isso se transformou em um problema.

> Vou te dar um fato, para você visualizar a importância: Caso do deputado Rubens Paiva. Estou em casa e produzo um texto. E, nesse meu texto, eu realmente faço uma confusão entre o PIC (Pelotão de Investigações Criminais) e o DOI-Codi. Aí recebo um telefonema. O telefone toca na minha casa. E o cidadão diz, "olha, doutor Fonteles, fizemos uma investigação sobre sua figura e sabemos que é uma pessoa séria, é por isso que estou te ligando. Quero dialogar com o senhor no seguinte sentido, seu texto tem um grave equívoco, pois mistura duas coisas. Podemos conversar?" Eu disse: "O senhor fala de onde?" "Do Rio." "Pois não, eu tenho um apartamento no Rio e podemos nos encontrar." E marcamos um encontro aqui, onde você está. Era um coronel do Exército, na época foi tenente, que trabalhava no Pelotão de Investigação Criminal. E ele me narra, assim, inadvertidamente, que presenciou a pessoa que provavelmente matou Rubens Paiva. Ele era tenente do PIC. E ele diz que tem certa raiva do DOI-Codi, porque esse sujeito é um "militar prussiano", formação militar. E, quando o DOI-Codi chega na unidade deles, eles são colocados para escanteio. E eles fazem a sala de tortura lá. E, por ser do PIC, ele tinha que bater continência para sargento, cabo, e ele achava isso subversão. Recebia ordem de sargento e de cabo do DOI-Codi. Um dia ele passa, vê uma porta entreaberta e lá estava um homem, gordo [provavelmente Rubens Paiva], e um sujeito pulando sobre ele, muito machucado. Então ele dirige ao chefe dele, coronel, que também veio aqui e confirmou a história, mas agora já morreu, e eles vão até outro personagem, que é o chefe do DOI-Codi, contam e vão embora. Esse homem veio aqui por causa do texto. Se nós ficássemos em silêncio... Esse é o lado um. O lado dois é que, a partir desses textos, as pessoas me chamavam em escolas, nos mais diversos locais, e eu ia debater. Eu faço um programa com a Míriam Leitão. No programa que ela tem hoje na GloboNews. Que tem uma repercussão enorme e é gravado no Arquivo Nacional. A mídia passou a... Aí vou conhecer o Chico Otávio, a Juliana Dal Piva [repórteres do jornal O Globo na ocasião], do jornalismo investigativo e tal. E a gente troca informações, a gente vai (FONTELES, 2016).

Na visão de Fonteles, a maioria dos integrantes preferia não divulgar pesquisas preliminares e os resultados deveriam ser apresentados apenas no relatório final. Maria Rita Kehl discorda e diz que o problema se desencadeou quando Fonteles sugeriu que a historiadora e pesquisadora Heloísa Starling, que foi gerente de projeto da comissão, estaria aplicando mal os recursos conseguidos para dar andamento a uma linha de investigação. Conforme Marcelo Oliveira (2016), Fonteles acreditava ser necessário haver melhor distribuição de uma verba conseguida por meio do Ministério da Educação (MEC). "Na verdade, não foi denúncia, foi uma intriga", defende Maria Rita (2016). Por conta disso, ela e outros comissários que discordavam da metodologia de trabalho de Fonteles ficaram do lado de Starling, que, mesmo após a saída de Fonteles, acabou desativando o trabalho do grupo que motivou a suspeita.

Na avaliação do assessor de comunicação Marcelo Oliveira, a denúncia causou um mal-estar que se somou a outras discordâncias dentro do colegiado, e entre elas estavam duas visões distintas sobre a função comunicacional de uma comissão da verdade. Ele conta que, em algumas ocasiões, Heloísa Starling criticou publicamente o trabalho da comissão, principalmente no jornal *Folha de S.Paulo*[70], o que acirrou ainda mais os ânimos. "Ela ia à mídia para destruir a CNV, para criticar à CNV" (OLIVEIRA, 2016).

Gilson Dipp, que já não estava mais na comissão à época dos fatos e, por isso, diz não saber ao certo o que ocorreu, acredita que, se, realmente, essas duas visões destoantes foram o cerne do problema, a alternativa seria encontrar um meio-termo. "A comissão tem sim que estar prestando contas, tem que estar em constante contato com a sociedade e com os interessados, não é divulgando, mas apresentando seus trabalhos. Poderia sim, apresentar resultados parciais e prestação de contas", todavia, na avaliação dele, "não se poderia vulgarizar o relatório final" antecipadamente (DIPP, 2016).

A atuação e renúncia de Fonteles é lembrada pelos jornalistas como um marco na CNV. Isso porque, sob a coordenação dele, a mídia era abastecida com mais material de divulgação, e, com sua saída, uma crise interna é revelada. Mais do que ter apelo midiático, tal conjuntura também poderia comprometer o andamento dos trabalhos em um momento que a comissão já contava com menos um integrante, Gilson Dipp, afastado por problemas de saúde.

[70] Em 28 de setembro de 2013, a *Folha de S. Paulo* publicou a matéria "Em crise, Comissão da Verdade encerra grupo investigativo", assinada pelo repórter Lucas Ferraz. Na reportagem, ele informa sobre a interrupção dos trabalhos da equipe de investigação coordenada pela historiadora Heloísa Starling. Para mais: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1348827-em-crise-comissao-da-verdade-encerra-grupo-investigativo.shtml>. Acesso em 20 dez. 2016.

Diante desse cenário, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos repudiou, em nota repercutida em diversos jornais[71], a postura da comissão e se posicionou contra a saída de Fonteles, atribuindo o fato à falta de transparência do colegiado e acusando a CNV de dificultar a participação da população e dos atingidos pela ditadura. Duas das mais importantes comissões da verdade estaduais, a do Rio de Janeiro e a Rubens Paiva, de São Paulo, também lamentaram o desligamento do comissário e se demonstraram apreensivas com os rumos da comissão nacional.

Antes disso, em setembro de 2012, o jornalista, cientista político e escritor Bernardo Kucinski, que também é irmão de desaparecida política, já cobrava em artigo no caderno Aliás, do Estado de S. Paulo[72], postura diferente da CNV. Ele questionava as razões de a comissão trabalhar em sigilo, "como se ainda estivéssemos em tempos de ditadura", e mencionava ter sugerido, já na primeira reunião da CNV com familiares de vítimas, que os próximos encontros fossem abertos. Segundo ele, era necessário ter sessões televisadas, como são as da Câmara, do Senado e do Supremo. "Se a Comissão da Verdade não foi criada para fazer justiça, se não tem objetivo punitivo, que outro sentido teria senão o pedagógico, o de revelar a nossos filhos e netos as atrocidades cometidas no passado recente para que não se repitam?", protestava Kucinski.

Somada à cobrança dos familiares de mortos e desaparecidos por mais abertura e resultados e ao afastamento de Gilson Dipp, a crise na CNV preocupava também a Presidência da República. Em 18 de junho de 2013, na reportagem de O Globo[73] que abordava a saída de Fonteles, o texto dizia: "Dilma tem demostrado impaciência com a atuação da comissão. No Planalto, entre os assessores mais próximos, a explicação para tantos problemas é que a comissão se transformou em "uma fogueira de vaidades".

> A coisa ia num crescente, ia aprofundando. Não sei se pintou ciúme, porque a mídia vinha muito me procurar, eu estava muito na mídia. Eu não tenho vaidade, meu negócio não era esse, eu convocava todos os outros a isso. Mas só quem produzia textos no cotidiano e divulgava era eu, e me valia disso para ter a mídia como grande caixa de ressonância. Fiz isso de caso pensado. Você pode colocar aí. Eu pensava assim: Vou colocando [os textos] de três em três meses, de quatro em quatro meses, para que essa caixa de ressonância continue. E aí a sociedade brasileira não se esquece, ela vai. Até televisões estrangeiras, dei entrevista para a Unasul, dei um sem-número de entrevistas. (FONTELES, 2016).

[71] Para mais, ver: <http://www.cartacapital.com.br/politica/claudio-fonteles-deixa-a-comissao-nacional-da-verdade-4311.html> e <http://oglobo.globo.com/brasil/claudio-fonteles-deixa-comissao-da-verdade-por-divergencias-internas-8727936>. Acesso em: 21 nov. 2011.

[72] Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-verdade-alto-e-bom-som-imp-,927989>. Acesso em: 11 dez. 2016.

[73] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/claudio-fonteles-deixa-comissao-da-verdade-por-divergencias-internas-8727936>. Acesso em: 21 nov. 2011.

O objetivo de Fonteles, todavia, não fazia sentido para alguns dos comissários e pesquisadores. Conforme Maria Rita Kehl, o problema residia em o integrante divulgar fatos conhecidos como se fossem descobertas da comissão. O embate, então, ocorria em torno do critério de "novidade", mas também da falta de unanimidade do que seria a função comunicacional da comissão. Conforme Marcelo Oliveira, em algumas ocasiões, Heloísa Starling criticava as divulgações de Fonteles, alegando não se tratar de fatos novos, pois "já estavam no filme de não sei quem, outra coisa estava no livro do [René Armand] Dreifuss, e por aí vai". Oliveira acredita que, por ser uma historiadora e pesquisadora renomada, Heloísa, assim como outros integrantes da comissão, não compreendia que boa parcela da população brasileira não teve acesso a essas obras específicas sobre a ditadura. "Qual cidadão comum leu Dreifuss?", questiona Oliveira (2016). De algum modo, também cabia à comissão recontar as versões já conhecidas dos estudiosos do assunto de forma a atingir parcelas mais amplas da sociedade, pois a CNV possuía caráter oficial e público que garantia autoridade para ratificar essas narrativas.

> Ele ia ao Arquivo Nacional, mas o Arquivo Nacional estava aberto há muito tempo. Não precisava de uma comissão da verdade para ir lá. E ele ia dizendo que ele havia descoberto quem matou não sei o quê. Era público. Foi isso que a Heloísa denunciou. E foi isso que ele ficou furioso. E a Heloísa conseguiu o Cenimar [Centro de Informações da Marinha], que era importantíssimo, e ali sim era um arquivo que a gente conseguiu entrar. E aí ele denunciou que ela estava produzindo só uma página, quando ela mostrou uma página no dia do primeiro ano do aniversário da comissão, porque era um evento público, ela tinha que mostrar uns esquemas, ela não ia mostrar seis mil páginas lá. Ela mostrou as duas mais importantes, mais fáceis de compreender. E ele denunciou como se ela tivesse contratado esses pesquisadores por preço caro para produzir duas páginas. [...] O chato aí é que ela [Heloísa] é uma pessoa muito correta, e muito brava, e continuou só me assessorando. Ela desfez esse contrato com esses meninos. Se tivesse continuado, seria muito melhor para a comissão (KEHL, 2016).

Diante desse cenário, a ausência de Dipp, considerado uma figura mediadora, era sentida pelos integrantes não apenas por esse perfil, mas também pelo fato de que, com um comissário a menos, as tarefas ficavam mais complicadas. Enquanto Fonteles foi substituído por Pedro Dallari, o lugar de Dipp sempre ficou vago. Segundo ele e os demais integrantes, isso provavelmente ocorreu por haver esperança de que, em alguma ocasião, ele pudesse voltar.

> [...] Enquanto fiquei internado, teve uma série de contratempos dentro da comissão, culminando com a saída do Cláudio [...], que era um cara direito, envolvido nisso. Senti que ali tinha uma desintegração. Alguns dizem que eu era, não digo um efeito

> moderador, mas pelo meu temperamento eu fui... Dizem que sou muito mandão (risos), mas ali acho que não chegava a tanto. Mas creio que consegui levar as opiniões divergentes, a ponto de nos centrarmos nos objetivos da comissão. Fiquei seis meses afastado, voltei, perdi 30 quilos. Retornei ao STJ [Superior Tribunal de Justiça], porque já tinha sido eleito vice-presidente. A minha recuperação física dependia também da recuperação mental, que significava não pensar mais dentro de quatro paredes de quarto. Passado um mês, eu estava no STJ e fui chamado pela presidente. Isso pouca gente sabe a não ser por uma reportagem do Globo, feita pelo Chico Otávio. Ela me perguntou, queria me sondar e convidar para que eu voltasse à comissão da verdade. Ficamos uma hora e pouca conversando sobre esse assunto, e disse "eu não tenho forças nem saúde para assumir uma envergadura dessas". Intelectualmente eu estava bem, mas demandava deslocamentos, enfim... "Também não tenho forças para servir de apaziguador de ânimos internos." Na saída, antes eu já tinha endereçado minha renúncia, porque sempre defendi que a Comissão Nacional da Verdade era uma comissão de Estado e não de governo. [...] E, na saída, ela me disse: "Não, vamos esperar mais um pouco". [...] Moral da história, meu nome, apesar de os integrantes serem apenas sete, jamais foi preenchido ou substituído (DIPP, 2016).

Cavalcanti corrobora dessa versão ao afirmar que o grupo sempre ficou à espera do retorno de Dipp, "até porque ele teve participação marcante, no início dos trabalhos. Mas ele não ficava inteiramente curado, a presidente não se sentia à vontade para substituí-lo e o tempo foi passando" (CAVALCANTI FILHO, 2016). José Carlos Dias conta que nomes para a substituição chegaram a ser cogitados, mas que, por opção do Palácio do Planalto, a comissão concluiu as atividades com menos um integrante.

> Sugeri a ela um outro nome para completar os sete. E ela concordou. Mas no fim ela acabou não nomeando ninguém, e ficaram só seis (integrantes). Lembro-me que ela (a presidente Dilma) disse: "José Carlos, a sua sugestão é ótima". Era de uma mulher, a Flavia Piovesan[74]. "99,9% de certeza que vou nomeá-la." Mas não nomeou. Uma coisa "bem Dilma" isso (DIAS, 2015).

Na avaliação de Dias, a entrada de Pedro Dallari – escolhido como novo coordenador até o fim das atividades – foi fundamental para que a CNV se concentrasse no relatório e resolvesse os problemas de convivência. Oliveira concorda, mas ressalta que o período da coordenação de Dias foi fundamental para criar ambiente favorável.

> Eu acho que o José Carlos Dias [ao assumir a coordenação] muda a opinião dele sobre o que aconteceu na comissão, sem brigar com o Paulo Sérgio, e busca uma conciliação através de uma análise crítica do que tinha acontecido [...] Acho que houve um momento de humildade dos membros, e aí o Pedro se sentiu empoderado e seguiu nessa toada. Ele conseguiu agradar com esta frase conciliadora "vocês fizeram um grande trabalho" (OLIVEIRA, 2016).

[74] Atualmente Flávia Piovesan é secretária especial de Direitos Humanos do governo Michel Temer.

E se as divergências de entendimento sobre o componente comunicacional que a comissão deveria incorporar foram motivo para crise, a percepção de que tal elemento poderia funcionar como via para tornar o órgão mais próximo da sociedade no período final dos trabalhos surgiu como uma alternativa para superar os problemas internos. Indubitavelmente, não se chega à sociedade sem passar por um componente da engrenagem que compõe o sistema comunicacional: a grande mídia. E foi por compreender isso que o último coordenador da CNV, Pedro Dallari, conseguiu fazer dela e, consequentemente, do jornalismo seus aliados.

Como último coordenador da comissão, Dallari revela que a estratégia de comunicação foi cuidadosa e pensada, tendo como momento decisivo o mês de fevereiro de 2014, quando foi divulgado o primeiro relatório preliminar de pesquisa sob a coordenação dele. Apesar de evitar falar sobre o andamento dos trabalhos e os desentendimentos anteriores à sua entrada no grupo, em setembro de 2013, ele admite que o planejamento de comunicação se alterou após sua chegada. "Nós começamos a articular em janeiro, mas [a divulgação] começa em fevereiro [...]. Foi quando nós apresentamos um relatório sobre graves violações de direitos humanos em repartições militares e fizemos a divulgação numa coletiva de imprensa." Dallari suspeita que nem mesmo todos os outros integrantes do colegiado tenham compreendido o quanto a dimensão da comunicação é relevante para o processo de memória.

> A memória é uma decorrência disso. E aí entra a estratégia de comunicação. Por que, a partir de fevereiro, nós começamos a divulgar? Porque a Comissão tem clareza, e foi possível fazer isso a partir dos dados disponíveis, de que a memória é algo que se resgata na sociedade não apenas pela existência de um banco de dados, mas pelo trabalho desse banco de dados junto com a sociedade. Daí a estratégia dos relatórios preliminares de pesquisa, das audiências públicas, das visitas às instalações militares. Sabíamos que, em paralelo à investigação fática, estávamos criando mecanismos para o resgate da memória (DALLARI, 2015).

A partir do entendimento da importância histórica, social e política da instalação da CNV, é de interesse deste estudo traçar um paralelo entre essa mobilização em pro1 da memória e os relatos jornalísticos que surgiriam a partir dela. Para tal, buscamos compreender que espaço o jornalismo garantiu ao resgate do tema "ditadura" durante o período em que a comissão funcionou.

3 **VASCULHANDO OS 'PORÕES'**

Utilizo o termo "porões" no título deste capítulo, mas não sem algum incômodo. A perturbação decorre do fato de que há tempos os ativistas de direitos humanos alertam para a impropriedade de que "porões da ditadura" sejam usados como referência às violações ocorridas nos tempos de autoritarismo. Isso porque, ao contrário do que a expressão faz transparecer, os horrores da ditadura não aconteciam tão escondidos, nem somente em porões. Como demonstram os depoimentos às comissões da verdade que se espalharam pelo Brasil nos anos 2010, muitas violações ocorriam à luz do dia, perante testemunhas, em unidades de instituições públicas, sob a tutela do Estado e com a chancela dos documentos que registravam as barbaridades.

Coube a mim então parafrasear o termo mais como uma crítica do que como aceitação e, por isso, utilizo-o entre aspas. Falo aqui também mais sobre vasculhar, como pesquisadora, os "porões" dos grupos midiáticos do que dos ditadores. Vasculhar não arquivos antigos, mas os rastros da contemporaneidade. Sim, não podemos negar que a voracidade com que as notícias chegam a nós atualmente por meio da internet faz-nos apegar a rastros, vestígios, pois o que hoje está on-line, amanhã pode desaparecer.

E foi em meio à dificuldade de descobrir uma fórmula para pesquisar o conteúdo atual elaborado pela mídia jornalística e disponibilizado na internet que descobri na ferramenta dos *clippings* institucionais uma forma de tornar tal pesquisa viável. Na busca incessante pelos "porões" da memória jornalística contemporânea, meu desafio é desvendar como a ditadura vem sendo recontada na atualidade e como o jornalismo contribuiu para esse processo durante o funcionamento de uma comissão da verdade no Brasil.

Por meio de um mapeamento realizado a partir de acesso ao *clipping* diário elaborado pela assessoria de comunicação da CNV, meu desafio passa a ser vasculhar esses novos "porões" onde se escondem emaranhados de informações e silenciamentos, tentando tornar nítidos os enquadramentos privilegiados – e aqueles esquecidos – pelo jornalismo brasileiro.

Diante da dificuldade de se trabalhar com material coletado em um período de dois anos e meio, o que resulta em 573 arquivos de *clipping*, mais de oito mil notícias veiculadas, incontáveis vozes e muitas memórias, sem dúvida é preciso recortar. Mas as dificuldades para delimitar com qual parte do material vai se trabalhar mais intensamente são imensas. Busquei então identificar a perspectiva metodológica mais adequada aos objetivos da pesquisa.

A necessidade de realizar análise mais detalhada e sistemática dos dados acumulados no período de funcionamento da CNV sugeria que a análise de conteúdo seria o método mais apropriado para organizar os dados, fazer inferências e apontar regularidades na cobertura noticiosa. Contudo, tornou-se perceptível que apenas a aplicação clássica dessa metodologia não seria capaz de atender aos meus anseios como pesquisadora.

Recorri então a uma busca por alternativas de análise que permitissem não só monitorar e avaliar os relatos divulgados pela imprensa, mas que possibilitassem também acompanhar a rotina de funcionamento da CNV e obter a avaliação dos próprios integrantes do colegiado sobre a cobertura jornalística.

Diferentemente de boa parte dos estudos de mídia que buscam analisar o conteúdo disponibilizado em determinado veículo ("revista X", "jornal Y" ou "telejornal W") ou em algum tipo de mídia específico (rádio, impresso, televisão, internet), este trabalho procura entender a dinâmica da cobertura sobre a ditadura e a CNV em um período de tempo e, de alguma forma, "mapear" como esse processo ocorreu. Não faz parte da proposta analisar um veículo específico ou apenas algum tipo de mídia, mas sim o conteúdo jornalístico disponível na internet.

Sabendo que a convergência midiática é uma realidade e que, com o advento da internet, o desenvolvimento da banda larga, a ampliação do acesso às mídias móveis, as novas possibilidades trazidas pelas redes sociais e o papel mais ativo da sociedade nesse novo contexto informacional, a dinâmica do partilhar foi alterada, não podemos desconsiderar o novo contexto. Raros são os veículos jornalísticos que atualmente concentram sua produção em uma só mídia e não se preocupam em veicular conteúdo na internet. Portanto, acreditando que os modelos comunicacionais que antes descreviam os fluxos dos meios de comunicação de massa (impresso, rádio e TV tradicionais) merecem ser revistos, proponho que a análise seja feita a partir dos conteúdos disponíveis na internet, levando em conta aspectos desse novo contexto de produção e compartilhamento.

Em contrapartida, encontra-se um problema: é impossível analisar qualitativamente a grande quantidade de material que a pesquisa reuniu. Por isso, decidi realizar a fase analítica em três etapas, que serão apresentadas detalhadamente no decorrer do capítulo: A primeira, envolvendo a análise de conteúdo clássica com a totalidade do material, a segunda, utilizando a perspectiva teórico-conceitual da análise de enquadramento aplicada a uma amostra, e, a terceira, aliando análise das citações entre aspas usadas, entrevistas semiestruturadas em profundidade e os resultados amostrais.

A ideia é aplicar a análise de conteúdo para mapear e traçar o perfil geral de cobertura midiática dos assuntos vinculados à CNV, identificando o total de notícias veiculadas, os ápices e os momentos de pouco destaque midiático, o tipo de assunto e pauta que mais receberam holofotes e aqueles que foram silenciados, os veículos que mais publicaram matérias, as editorias que as abrigaram e quem foram os jornalistas que mais cobriram o tema. A partir da identificação dos veículos, serão destacadas para o corpus da segunda fase da pesquisa as reportagens veiculadas pelas empresas de comunicação que ocupam as primeiras posições nesse "ranking", levando em consideração o tipo de mídia originário e também as datas de veiculação para fazer tal recorte. Assim, trabalharei nesta etapa com material produzido por veículos do *mainstream*, sendo três jornais impressos, uma revista, uma emissora de televisão, uma rádio e um portal de notícias na internet, desde que o material produzido tenha sido disponibilizado em plataforma on-line e os links ainda estejam ativos.

Devido à grande quantidade de material disponível ainda com esses recortes, uma amostra criada a partir do artifício da semana composta (ferramenta explicada adiante) será usada para aplicação da análise de enquadramento. As próximas seções explicam e contextualizam as escolhas metodológicas bem como os procedimentos de análise.

3.1 **Afinal, o que é e para que serve a análise de conteúdo?**

Apesar das polêmicas que ensejam reduzir a importância do método da análise de conteúdo, ou atrelá-lo a pesquisas meramente quantitativas, este trabalho aponta caminhos e reflexões sobre a utilização em estudos qualitativos. Defende também que essa modalidade de análise não precisa ser um método exclusivo e isolado, podendo ser complementado com outros instrumentos de análise em um mesmo estudo.

Pretende-se discutir os pontos fortes e fracos, a pertinência do método e a possibilidade de aliá-lo à análise de enquadramento com a finalidade de desenvolver estudos sobre mídia e política. Como aponta Fonseca Júnior:

> A formação do campo comunicacional não pode ser compreendida sem se fazer referência à análise de conteúdo. Desde sua presença nos primeiros trabalhos da *communication research* às recentes pesquisas sobre novas tecnologias, passando pelos estudos culturais e de recepção, esse método tem demonstrado grande capacidade de adaptação aos desafios emergentes da comunicação e de outros campos do conhecimento. Em determinados momentos, quando se pensava que

> havia se esgotado toda a sua capacidade de proporcionar análises consistentes e pertinentes, eis que ressurge a análise de conteúdo com novas técnicas e novos objetos a serem investigados. (FONSECA JÚNIOR, 2011, p.280).

Heloiza Herscovitz (2007, p.123) defende que a análise de conteúdo tem "excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado". O método, utilizado predominantemente nas ciências humanas e sociais empíricas, vem sendo aplicado e aperfeiçoado desde o século XVIII, mas passou a ser mais praticado a partir do início do século XX, por estudiosos das ciências políticas, da psicologia, da sociologia ou da comunicação. Segundo Laurence Bardin (2008, p.17), durante os primeiros 40 anos do século XX, a análise de conteúdo foi desenvolvida nos Estados Unidos. "Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico." O pontapé teria sido dado pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, mas foi nos departamentos de ciências políticas das universidades americanas que o desenvolvimento da metodologia ganhou destaque.

As pesquisas clássicas do campo da comunicação que envolviam a análise de conteúdo como método focavam a opinião pública e a propaganda política. Harold Lasswell (1982) foi o responsável por aplicar, em 1927, as ferramentas da análise de conteúdo aos estudos de mídia preocupados com a propaganda.

> Junto com Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell definiu a base teórica da análise de conteúdo da comunicação nas décadas de 20 e 30 do século XX. As primeiras definições enfatizaram uma dimensão quantitativa herdada do positivismo de Augusto Comte (1798-1857) e do neopositivismo dos intelectuais que formavam o Círculo de Viena (1925-1936): as características sintáticas e semânticas, os símbolos, os tamanhos e formatos deveriam ser computados matematicamente (LEITES & POOL, 1942; KAPLAN, 1943). Ainda na primeira metade do século XX, Bernard Berelson publicou o primeiro livro escolar sobre o assunto definindo o método como "uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (1952, p.18). (HERSCOVITZ, 2007, p.124).

Muito utilizada na primeira metade do século XX, em reação à análise de texto subjetiva, a análise de conteúdo recebeu impulso durante a 2ª Guerra Mundial – principalmente com as pesquisas capitaneadas pelo governo norte-americano. No entanto, o método passou por período de questionamentos e descrença a partir dos anos 1950. As críticas mais fervorosas vieram das pesquisas marxistas da década de 1970. As principais ressalvas eram referentes ao caráter excessivamente quantitativo e à possível superficialidade e distorção numérica. Por outro lado, pesquisadores que defendiam a vertente quantitativa questionavam a falta de rigor dos trabalhos qualitativos.

> Durante algum tempo, a análise de conteúdo parece ter caído num impasse e uns quantos investigadores desiludidos (Berelson, Janis, Lasswell, Leites, Lerner, Pool) parecem abandonar a partida. O próprio Berelson chega à conclusão desencantada: "A análise de conteúdo como método não possui qualidades mágicas e raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes até menos; – no fim das contas, nada há que substitua as ideias brilhantes" (BARDIN, 2008, p.21).

Conforme Martin Bauer (2011, p.213), alguns autores consideram que a separação de unidades de análise traz inexatidões de interpretação. Se feita pelo computador, a codificação automática de contexto está sujeita a limitações. Assim, há questionamentos sobre a concentração das pesquisas no caráter explícito da mensagem, deixando em segundo plano, ou sequer abordando, o aspecto latente, ou seja, as ausências. "Peter Berger e Thomas Luckmann (1983) salientam que nem o mais científico dos métodos produz resultados totalmente objetivos" (HERSCOVITZ, 2007, p.125).

Para Bardin (2008), o debate entre as abordagens quantitativa e qualitativa foi de alguma forma superado a partir do aperfeiçoamento teórico. O entendimento de que não se pode confundir "objetividade" com "cientificidade", de que a análise não precisa ter alcance exclusivamente descritivo e de que a inferência é uma das intenções colaborou para os avanços do método. Os trabalhos de Klaus Krippendorff (1990) e Robert Weber (1990) contribuíram para consagrar a metodologia aplicada à grande quantidade de textos, a partir de regras claras, com o objetivo de fazer inferências.

Krippendorff (1990) defende a análise de conteúdo como técnica que parte de dados para formular inferências que podem ser reproduzidas e aplicadas ao contexto do que se analisa, abrindo margem para aplicação que não se restringe apenas ao quantitativo, já que leva em conta o contexto. Um dos avanços percebidos por Bardin (2008) entre os anos 1960 e 1980 é referente ao interesse das pesquisas pela comunicação não verbal.

A partir da década de 1990, com as possibilidades trazidas pela internet, que ampliou o acesso a arquivos de jornal, mensagens de áudio, programas de televisão e recursos multimídia, o interesse dos pesquisadores por essa modalidade de análise parece ter se renovado.

> Os métodos de pesquisa passam por ciclos de moda e de esquecimento, mas a World Wide Web (www) e os arquivos on-line para jornais, programas de rádio e televisão, criaram uma grande oportunidade para os dados em forma de texto. À medida que o esforço de coletar informações está tendendo a zero, estamos assistindo a um renovado interesse na análise de conteúdo (AC) e em suas técnicas, em particular em técnicas com o auxílio do computador (BAUER, 2011, p.189).

Atualmente, a tendência da análise de conteúdo não prevê a dicotomia entre quantitativo e qualitativo, mas sim a integração entre os dois métodos. A proposta é compreender não apenas o significado aparente, mas o contexto, o que está implícito e os silenciamentos, "[...] de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo (...)". (HERSCOVITZ, 2007, p.126). Martin Bauer (2011) considera a análise de conteúdo como técnica híbrida e propõe que:

> A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto, desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmine em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos "tipos", "qualidades", e "distinções" no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. (BAUER, 2011, p.190).

Conforme Heloiza Herscovitz (2007, p.126), "a necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos são polissêmicos – abertos a múltiplas interpretações por diferentes públicos – e não podem ser compreendidos fora de seu contexto". Robert Weber (1990) é um dos defensores dessa integração.

Fonseca Júnior (2011) acredita que, apesar de existir variedade de aplicações da análise de conteúdo, é possível construir um referencial básico dessas abordagens. Conforme propõe Laurence Bardin (2008, p.40), "a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens".

A intenção dessa modalidade de análise seria possibilitar inferências, sejam elas de produção, sejam de recepção. Para Bardin, as técnicas auxiliam a busca de outros olhares sobre o mesmo objeto, já que não se limitam aos resultados ofertados em uma primeira leitura, exigindo o desmembramento do objeto em partes, que, posteriormente, serão associadas na tentativa de responder a alguns questionamentos.

Simplificando, Bauer (2011, p.191) diz que a análise de conteúdo "reduz a complexidade de uma coleção de textos". Entendendo texto não apenas como resultado da linguagem escrita, é possível afirmar que o método pode ser aplicado não somente a arquivos de jornais impressos, livros, diários e revistas, como também a filmes, músicas e conversas.

> Durante muito tempo, a análise de conteúdo foi considerada quase sinônimo de análise de mensagens escritas e impressas. Até as mensagens orais (discursos políticos, entrevistas psicoterápicas, emissões radiofônicas) eram analisadas sob a forma de transcrições. Ainda hoje, mesmo diante dos baixos custos de acesso e documentação das mensagens dos vários canais de comunicação, apenas a análise de materiais impressos encontra-se normalmente desenvolvida; em segundo plano ficam os estudos de mensagens sonoras e audiovisuais; em último plano encontram-

> se as mensagens de outros canais sensoriais (tato, olfato e gustação), muito pouco estudados, embora o antropólogo Claude Lévi-Strauss tenha aberto esse caminho ao contemplar a cozinha de uma sociedade como uma linguagem. (KIENTZ, 1973). (FONSECA JÚNIOR, 2011, p.287).

Krippendorff (1990) destaca alguns elementos recorrentes das análises mais atuais, que seriam a fundamentação empírica, a ampliação da noção de conteúdo – que pode ser expandida para mensagem, canal, comunicação e sistema – e o uso de metodologia própria.

O método envolve a seleção do material que será trabalhado, a necessidade de se definir o *corpus* ou a amostragem de unidades de texto, o estabelecimento de categorias e da forma como a codificação será feita (é comum a criação de um "livro de códigos" ou "formulário de codificação"). Antes de tudo, porém, escolhas sobre abordagem teórica, problemas de pesquisa e hipótese precisam ser feitas. Para garantir o rigor científico, defende-se que o pesquisador seja transparente em suas escolhas, de forma que garanta a validade e a fidedignidade do trabalho. Contudo, ao considerar as limitações do "dilema fidedignidade-validade", Bauer (2011, p.203) sugere coerência e transparência – no sentido de honestidade – como dois critérios a serem adicionados.

> Um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação. Ele é um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação). Embora o *corpus* de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa. A AC representa o que já é uma representação, ligando os pesquisadores a um texto e a um projeto de pesquisa (BAUER, 2011, p.200).

Por meio desse método, é possível buscar compreender quais estratégias foram majoritariamente empregadas na campanha eleitoral de determinado candidato, quais são os assuntos mais recorrentes em um telejornal, assim como comparar as aparições de personalidades políticas nos jornais, verificar os destaques e os termos silenciados em um discurso. A variedade de alternativas é imensa. No caso desta pesquisa, o que se almeja é verificar como o tema da ditadura voltou a ser abordado nas narrativas jornalísticas no período em que funcionou no Brasil uma comissão da verdade destinada a investigar os crimes cometidos por agentes de estado nessa ditadura.

"A análise de conteúdo pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios [...], expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados" (HERSCOVITZ, 2007, p.127). Assim, voltada ao produto jornalístico, essa forma de análise pode ser definida como:

> [...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2007, p.126).

A definição de Heloiza Herscovitz esclarece bem as possibilidades e os caminhos de aplicação do método no campo do jornalismo. De fato, nos trabalhos quantitativos, que precisam de tratamento estatístico e almejam o deslocamento dos resultados amostrais ao universo, quanto mais rigorosas e excludentes forem as categorias, mais confiáveis serão os resultados.

Contudo, partindo-se da compreensão de Berger e Luckmann (2007) de que a realidade é uma construção social e do entendimento proporcionado pelos Estudos Culturais de que as identidades são fluidas e transitórias e a relação de alteridade importante, o contexto social sempre será mais amplo do que aquilo que podemos classificar ou categorizar.

3.2 **Enquadramentos da realidade**

A escolha de um método sempre tem uma intenção. Portanto, pesquisas e análises realizadas de formas diferentes podem atingir resultados distintos, já que "(...) a eleição do método de análise não é 'neutra', pois os diferentes enfoques produzem diferentes imagens do objeto que se está estudando." (CASETTI; CHIO, 1999, p.235, tradução nossa[75]). Isso indica que a proposta aqui apresentada é apenas um dos caminhos percorridos entre a diversidade de opções das pesquisas de comunicação e política.

Como Bardin (2008) bem definiu, a análise de conteúdo é um conjunto de procedimentos metodológicos em constante aperfeiçoamento. Portanto, é uma construção sujeita a diversos olhares.

> A análise de conteúdo é uma construção social. Como qualquer construção viável, ela leva em consideração alguma realidade, neste caso o *corpus* de texto, e ela deve ser julgada pelo seu resultado. Este resultado, contudo, não é o único fundamento para se fazer uma avaliação (BAUER, 2011, p.203).

[75] *"La elección del método de analisis no es 'neutra', pues los diferentes enfoques producen diferentes imágenes del objeto que se está estudiando."*

Pelo fato deste trabalho combinar instrumentos qualitativos e quantitativos, a partir de acompanhamento de diversos estudos que fazem uso da perspectiva teórica-conceitual de enquadramento, percebeu-se que esse caminho poderia responder ao problema que esta pesquisa se dedica a resolver. Mas, ainda que vários pesquisadores façam uso da "*news framing analysis*", como é o caso dos trabalhos de monitoramento de mídia durante as eleições, pouco se fala sobre a amplitude de possibilidades que ela abrange.

> Todos os assuntos que estudamos já foram estudados por muitas pessoas com ideias próprias [...]. Esses especialistas por profissão ou pelo grupo a que pertencem têm, em geral, um monopólio de ideias sobre "seu" assunto que não é examinado nem questionado. Os recém-chegados [...] podem ser facilmente seduzidos a adotar essas ideias convencionais como premissas não examinadas de sua pesquisa. [...] Precisamos, portanto, de formas de expandir o alcance de nosso pensamento, de ver o que mais poderíamos estar pensando e perguntando, de aumentar a capacidade de nossas ideias lidarem com a complexidade do que passa no mundo (BECKER, 2007, p.24-25).

Seguindo essa espécie de aconselhamento de Howard Becker, a proposta é ampliar o olhar acerca da análise de enquadramento (*framing analysis*), cuja utilização, conforme Mauro Porto (2002), dinamizou o campo da comunicação política. Deste modo, apresentarei aqui uma breve revisão bibliográfica a partir dos estudos que fazem uso do enquadramento noticioso (*news framing*) como forma de justificar minhas escolhas metodológicas, tornar mais claro os procedimentos realizados (que serão detalhadamente apresentados nos próximos subcapítulos) e apontar caminhos para que princípios da *framing analysis* sejam usados de forma a complementar e tornar mais rica a análise de conteúdo clássica. Conforme apontado por outros autores, é possível que isso seja feito.

A sistematização do conceito de enquadramento partiu do sociólogo Erving Goffman, que "define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos" (PORTO, 2002, p.4). Em uma de suas obras mais destacadas, *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*, publicada em 1974, Goffman (2012) realizou pesquisa etnográfica buscando identificar como os indivíduos compreendem o ambiente em que estão inseridos, interagindo com ele e com outros indivíduos. A partir dos achados teóricos, propõe o entendimento dos quadros (*frames*) como "esquemas de interpretação", que seriam alguns dos atalhos utilizados pelas pessoas para perceber e identificar situações, eventos e questões.

Já entre os estudos que tinham a comunicação como alvo, Porto (2002) considera que a primeira utilização mais consistente do conceito ocorreu no livro *Making News*, de Gaye Tuchman (1978), que ressaltou como as notícias incluem enquadramentos que servem para

construir a realidade. Ao considerar que as notícias são uma janela para o mundo, Tuchman destaca o processo pelo qual construímos nossas interpretações sobre esse mundo. Ou seja, as notícias seriam demonstrações típicas dos enquadramentos, já que, por suas janelas, conseguimos concentrar naquilo que foi enquadrado. Contudo, tanto o tamanho da janela e a opacidade ou transparência de sua vidraça, quanto quem está diante dela determinam formas diferentes de se enquadrar. Ainda que o objetivo principal de Tuchman não fosse explicar de que forma a realidade é enquadrada, ao abordar os aspectos estruturais que envolvem as ideologias, as organizações e as rotinas de produção dos jornalistas, a autora acaba por contribuir para a compreensão de como as notícias são enquadradas e enquadram a realidade.

A metáfora da janela é tão sugestiva quanto a das molduras que delimitam o espaço de uma tela ou obra de arte, por exemplo. Para Gamson e Modigliani (1989), os enquadramentos destacam algumas dimensões de um tópico complexo de forma que, se as molduras forem alteradas, outros quadros ganham ênfase, o que interfere nas imagens que são percebidas.

Todd Gitlin (1980) e Robert Entman (1993; 2010) são alguns dos autores que avançaram na utilização da perspectiva do enquadramento nos estudos de mídia, conceituando enquadramentos noticiosos como modelos de interpretação e seleção usados para organizar o discurso e enfatizar certas informações em um texto jornalístico. Para Entman (1993), os enquadramentos simplificam questões complexas, garantindo mais peso (salientando) a determinados aspectos do que a outros.

Já Gitlin (1980) definiu – em estudo sobre a cobertura midiática do movimento estudantil norteamericano *Students for a Democratic Society* (SDS) na década de 1960 – o que seria "enquadrar" midiaticamente e ponderou que, em meio à complexidade e à subjetividade social, algumas referências são usadas para "organizar o mundo". Assim, os enquadramentos de mídia seriam importantes não somente para a organização do relato jornalístico, mas para toda a sociedade. Entman (2012) também contribui para esse entendimento ao afirmar que enquadrar consiste em observar a "realidade", selecionar alguns aspectos dessa realidade percebida e destacá-los em um texto comunicativo.

Nelson Traquina (2008) faz uso da noção de enquadramento traçada por esses autores para afirmar que, além de selecionar os fatos – por meio do agendamento –, o jornalismo também enquadra esses fatos. Por isso, as notícias devem ser interpretadas como construções, narrativas, ainda que não sejam ficção.

A compreensão de que os profissionais do jornalismo fazem parte do processo de enquadrar levou alguns autores a se preocuparem com a questão cultural das rotinas sociais e profissionais. Van Gorp trabalha nesse sentido e acredita que os jornalistas têm à disposição

um repertório de "molduras" que pode ser útil para construir uma notícia. Os fatores organizacionais, as condições externas e os contatos com as fontes de informação contribuiriam então para a escolha do profissional por uma moldura em vez de outra. Assim, o ato de enquadrar se desenvolve não apenas pelo processo de aplicação dos valores noticiosos, mas também por sensibilidade cultural. A elaboração de enquadramentos midiáticos é um processo no qual os valores e as normas culturais são reproduzidos. Pode parecer que a ideia do repertório cultural de *frames* situa o enquadramento apenas a aspectos exteriores ao indivíduo, mas, como ponderam Gamson e Modigliani (1989), a construção social do significado reside na interação dos sistemas cultural e individual, daí a ideia da vertente construtivista (VAN GORP, 2010).

De acordo com Van Gorp, a partir dos estudos de Goffman na obra *Frame Analysis*, foi estimulado debate entre o estruturalismo e o interacionismo simbólico. Enquanto a primeira vertente entendia o texto como emaranhado complexo de elementos significativos, a segunda perspectiva defendia que essa estrutura de significado só poderia ser revelada na interação entre o texto e seu leitor (VAN GORP, 2010).

Assim, a tradição de pesquisa de enquadramentos no campo da comunicação passou a comportar perspectivas diferentes, como sublinha Claes H. de Vreese. Enquanto Entman (1993) pondera que o uso eclético de teorias e a inconsistência nas definições de termos-chave dificultariam a fixação de uma teoria geral do enquadramento, contribuindo para um paradigma fraturado, D'Angelo (2002) defende que não existe e nem deveria existir apenas um paradigma para a pesquisa de enquadramento. Isso porque dificilmente haveria um paradigma capaz de reunir e "remendar" de forma satisfatória e homogênea as perspectivas que se desenvolveram. Para o autor, a diversidade teórica e paradigmática transparece um caminho visível por onde os processos de pesquisa de enquadramento foram trilhados. Tal tradição costuma ser sistematizada em três perspectivas paradigmáticas: cognitiva, construtiva e crítica, que estão enraizadas tanto no trabalho sociológico quanto na linha psicológica. (D'ANGELO, 2002; DE VREESE, 2010).

A preocupação com a capacidade dos *frames* de influenciar a forma como as pessoas enxergam determinados fatos ou temas, bem como o caráter de negociação que ocorre no ponto de contato entre os valores que o indivíduo tem e aqueles transmitidos pelos *frames*, são questões essenciais da perspectiva cognitiva, que aborda os enquadramentos como estímulos capazes de despertar os esquemas previamente elaborados pelas pessoas. Embora reconheça que pensamentos e memórias não explicitamente relacionados a um enquadramento de notícias específico podem surgir na mente de um indivíduo, a vertente da cognição está mais

interessada em identificar aqueles pensamentos que refletem as proposições codificadas nos enquadramentos. (D'ANGELO, 2002).

É no início dos anos 1980 que o "construtivismo social"[76] começa a ser difundido, principalmente, a partir de pesquisas que buscavam avançar nas teorias dos efeitos de mídia. A abordagem do enquadramento se inseria nesse paradigma emergente. "Sustenta, por um lado, que os media exercem a sua influência como entidades centrais na construção social da realidade nas sociedades contemporâneas, pela definição dos enquadramentos através dos quais as imagens da realidade são interpretadas pelos indivíduos", mas faz a ressalva de que os efeitos são mediados, pois é na interação entre mídia e indivíduos que se desenvolvem. (GONÇALVES, 2011, p.161).

Em um trabalho seminal de tradição no campo da psicologia cognitiva, Tversky e Kahneman (1981) apresentam estudo estruturado da seguinte maneira: uma pergunta é feita e os participantes do estudo precisam decidir entre duas alternativas de resposta. O ponto fundamental é que as duas opções são equivalentes, porém utilizam enquadramentos distintos. Os resultados indicam que a maneira como a questão é elaborada pode induzir à escolha de uma das alternativas[77] (DE VREESE, 2010).

D'Angelo (2002) diz que a perspectiva construcionista busca refletir sobre o componente da "cultura" e é sustentada pela ideia de que os jornalistas são processadores de informação que criam "pacotes interpretativos" politicamente interessados, o que justificaria o

[76] Construcionismo e construtivismo são abordagens contemporâneas da psicologia, sendo a primeira proveniente da psicologia social, a segunda da psicologia do desenvolvimento. Enquanto o construcionismo procura dar conta das construções que os indivíduos elaboram coletivamente, o construtivismo busca compreender a construção das estruturas cognitivas que o indivíduo elabora no decorrer do seu desenvolvimento. Arendt (2003) argumenta que, ainda que aparentemente conflitantes, ambas as propostas teóricas se reportam aos princípios conceituais da filosofia pós-moderna: crítica ao acesso possível a uma realidade independente do indivíduo, rejeição de um enfoque cartesiano de investigação científica fundado no rigor e na objetividade. O autor defende que as duas abordagens sugerem uma redução, seja de caráter social, seja individual. Por isso, Arendt sugere que a integração de ambos pode funcionar como "proposta de fugir ao desequilíbrio típico das teorizações na psicologia social que, tradicionalmente, sempre colocou ênfase ou no indivíduo ou no contexto em seus modelos teóricos" (ARENDT, 2003, p.5).

[77] A questão apresentada era: "'Imagine que os Estados Unidos estão a preparar-se para a emergência de uma epidemia asiática rara, que se espera que venha a matar 600 pessoas.' São propostos dois programas alternativos para combater a epidemia. [...] Se o programa A for adoptado, 200 pessoas serão salvas. Se o Programa B for adoptado, há um terço de probabilidade das 600 pessoas serem salvas e dois terços de probabilidade de nenhuma pessoa ser salva. [...] Neste teste, 72% dos indivíduos escolhem o Programa A; 28% escolhem o Programa B. Numa experiência seguinte com outros inquiridos, são colocadas opções idênticas para solucionar a mesma situação, mas verbalmente enquadradas em termos de mortes prováveis e não de vidas salvas: 'Se o programa C for adoptado, 400 pessoas morrerão. [Ou] Se o Programa D for adoptado, há um terço de probabilidade de ninguém morrer e dois terços de probabilidade de 600 pessoas morrerem.' As percentagens invertem-se: o Programa C foi escolhido por 22% dos indivíduos, [...] o Programa D recolheu a preferência de 78% dos inquiridos [...]. Este exemplo demonstra como o enquadramento pode influenciar as formas como a maioria das pessoas percepciona, compreende e memoriza um problema." (GONÇALVES, 2011, p.162).

fato de alguns enquadramentos dominarem a cobertura jornalística por longos períodos. Outro ponto de vista disseminado é o de que as organizações midiáticas envoltas em uma cultura e modo de operação fixados socialmente acabam limitando o leque de informações sobre as temáticas. Este ponto, especificamente, é alvo de abordagem distinta pela perspectiva crítica, que atribui tal característica à hegemonia de mídia. Enquanto as ideias construcionistas estão influenciadas pela abordagem de Goffman (2012), o suporte da vertente crítica advém de Tuchman (1978), que critica o fato de Goffman não explicar "adequadamente" as funções ideológicas da notícia e do trabalho jornalístico.

D'Angelo (2002) considera ainda que as perspectivas cognitiva e crítica divergem em três caminhos no que tange à conjectura. Enquanto estudiosos críticos argumentam que as organizações jornalísticas selecionam algumas informações e intencionalmente omitem outras, reduzindo a pluralidade de enquadramentos de um tópico e até mesmo promovendo apenas um ponto de vista – em geral, a favor da manutenção do *status quo* –, teóricos da vertente cognitiva ponderam que os jornalistas rotineiramente enquadram questões de forma significativamente diferente seja na mesma notícia, seja entre notícias distintas.

Outra distinção é que os críticos consideram que o poder político não é distribuído de forma plural, enquanto a ala da cognição enxerga que os jornalistas estão sendo mais sensíveis e responsivos no que toca à demanda por pluralidade. Se os críticos mensuram frequentemente a opinião pública de forma agregada (coletiva), para mostrar como oscila em massa a partir dos *frames*, os cognitivistas examinam os efeitos a partir de experimentos individuais ou, ainda que em grupo, têm a proposta de verificar como o sujeito se comporta diante de diferentes enquadramentos para um mesmo tópico e como se dão as variações do "conhecimento" ativado.

Van Gorp propõe em seu trabalho, como solução intermediária, relacionar construcionismo e construtivismo, pois, se, por um lado, os quadros fazem parte de uma cultura e não são puramente individuais, por outro, os indivíduos são necessários para fazer a conexão entre texto e "estoque de enquadramentos". Dessa maneira, propõe-se a ideia de que o estoque cultural de enquadramentos não está acima das pessoas, mas sim entre elas, já que a cultura se origina também da comunicação e é articulada pela mídia e pelo discurso (VAN GORP, 2010).

Reese (2010, p.19) esclarece que são os interesses do pesquisador que direcionam em qual vertente ele deve seguir. O autor afirma, em um estudo sobre a "guerra ao terror" travada pelo governo norte-americano, que elegeu a perspectiva construcionista e crítica. Crítica no sentido de compreender enquadramentos como expressões e resultados de poder, distribuídos

de forma desigual entre a opinião pública dominada, e construcionista no sentido de conceder aos participantes do processo, como os jornalistas, alguma autonomia profissional e também subjetiva, percebendo enquadramentos como "pacotes interpretativos" para criar entendimentos do mundo social.

Nos estudos de enquadramento, os pesquisadores costumam realizar uma síntese dos vários paradigmas e escolher, entre as possibilidades que eles apresentam, os elementos que mais se conectam com o objeto e os objetivos da pesquisa, explica D'Angelo (2002). Contudo, ele alerta que, apesar disso funcionar bem em pesquisas destinadas a estudar o conteúdo propriamente, é algo difícil de ser empregado em análises voltadas à compreensão dos efeitos de mídia. Alguns resultados, entretanto, são bem-sucedidos e demonstram que, se as perspectivas são compreendidas e empregadas de maneira justificada, podem contribuir para a visão multiparadigmática do *media framing*.

No Brasil, as pesquisas sobre mídia e política protagonizam a aplicação do conceito de enquadramento. Porto (2002) faz referência ao professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF) Afonso de Albuquerque, que foi responsável por um estudo pioneiro na área, envolvendo a análise da cobertura eleitoral do pleito de 1994. A preocupação do autor era verificar se havia desequilíbrio no tempo dedicado aos dois principais candidatos na disputa (Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva), bem como compreender os principais enquadramentos utilizados pelo Jornal Nacional.

Outro exemplo é o modelo utilizado pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (Doxa) do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), que utilizou a noção de enquadramento aliada à análise de conteúdo. Aldé, Mendes e Figueiredo (2010) monitoraram as coberturas eleitorais dos jornais impressos com a intenção de verificar a visibilidade garantida aos candidatos à Presidência da República. Para tal, os autores classificaram as notícias quanto às valências (positiva, negativa, neutra e equilibrada) garantidas a cada político na disputa. A valência foi um critério estabelecido "não como intenção ou viés do jornal, mas em função da saliência e destaque dados às notícias positivas e negativas produzidas pelos candidatos, espontânea ou propositalmente" (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2010, p.155).

Com a intenção de sistematizar os elementos que evidenciam o espaço dedicado e a maneira que o jornal aborda os fatos produzidos por cada concorrente do pleito, as pesquisas quantificam, qualificam e comparam aquilo que foi publicado em cada veículo analisado. Além da classificação de valências, temas, manchetes, autores e resumos, as análises também focam os principais enquadramentos usados pelos jornais, classificados pelos autores em:

"Corrida de cavalos (pesquisas de intenção de voto, análises de posicionamento, possibilidades); personalista (perfil, personalidade, trajetória pessoal); temático (tratamento substantivo dos assuntos); episódico (dedicado ao acontecimento, fato, agenda, etc.)" (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2010, p.157).

Em artigo que apresenta os principais estudos referentes à *framing analysis*, Porto (2002) destacou que ainda não existe definição consensual do que seriam os enquadramentos da mídia, devido à falta de clareza nos vários usos do conceito. Daí, a necessidade defendida pelo autor de que o tema seja debatido, tanto para que a sociedade compreenda que os enquadramentos existem e são utilizados quanto para que os jornalistas aperfeiçoem suas atividades de produção. Como alerta Gitlin (1980), a questão não está em enquadrar aquilo que será contado, já que esse é um procedimento natural e, muitas vezes, implícito. O problema decorre da forma em que se enquadra e que sejam usados sempre os mesmos enquadramentos.

3.3 **Como identificar enquadramentos a partir da análise de conteúdo?**

Objetivar a aplicação da perspectiva teórico-metodológica de enquadramento sem aplicar um método sistemático pode acarretar em uma pesquisa tendenciosa. "Sem este tipo de método, pesquisadores tendem a encontrar os enquadramentos que procuram ou que comprovam suas hipóteses, ignorando evidências contrárias importantes" (PORTO, 2002, p.18).

Por isso, sugere-se que a aplicação das noções de enquadramento acompanhe uma metodologia adequada. Ainda que existam outros métodos para a identificação de enquadramentos, neste trabalho, a proposta é fazer uso da análise de conteúdo. Assim, após criar as categorias de classificação e os procedimentos de codificação, a análise dos enquadramentos é incluída em um segundo nível de abordagem.

Como alertam Nagy e Gillespie (2015), tema não deve ser confundido com enquadramento. Isso porque os *frames* não estão restritos apenas ao conteúdo, mas também à forma como eles são apresentados, que se localiza nesse segundo nível de análise, voltado a compreender as dimensões menos aparentes e a maneira como determinado assunto será evidenciado. As autoras exemplificam que um artigo jornalístico pode abordar o pedido de

indenização de uma vítima de violação de diversas formas, mas a simples presença do abuso físico não constitui necessariamente um "*frame*".

> É preciso ainda avançar na superação de outra debilidade dos estudos sobre os enquadramentos da mídia. Estes estudos tendem a identificar um único enquadramento nas notícias e têm dificuldades para enfrentar o fato de que o conteúdo da mídia tem um caráter frequentemente contraditório (Capella e Jamieson, 1997, pp.111-112). Críticas a partir de teorias pós-modernas têm ressaltado corretamente a tendência funcionalista dos estudos de enquadramento de identificar um único enquadramento dominante, ignorando assim as contradições que estão inscritas nas narrativas noticiosas [...]. (PORTO, 2002, p.19)

Para evitar esses equívocos diante da variedade de questões que envolvem o *media framing*, a principal orientação é definir com que tipo se quer trabalhar. Conforme Entman (1993), o enquadramento entendido como processo de interação social pode ser analisado considerando quatro instâncias intervenientes na produção de sentido: os profissionais da comunicação, o conteúdo – ou texto – por eles produzidos, a cultura em que produtores e público estão inseridos e a própria audiência. Duas dessas instâncias (jornalistas e texto) correspondem principalmente ao campo da produção, uma delas está centrada na recepção (audiência) e a última (cultura) encontra-se entremeada aos dois campos, permeando tanto a elaboração quanto os efeitos.

Nesta pesquisa, direcionada a compreender a maneira como o jornalismo realizou a cobertura da Comissão Nacional da Verdade e, consequentemente, dos assuntos relativos à ditadura, a preocupação maior gira em torno do campo da produção e, por isso, será analisado o conteúdo veiculado e os enquadramentos noticiosos. Contudo, por compreender que a dimensão cultural também deve ser considerada, é necessário recorrer a outros elementos externos ao texto. Por isso, entrevistas com jornalistas e comissários foram realizadas visando melhor dimensionar o campo da produção e compreender a cultura em que ela se dá.

"[...] Tomando o enquadramento como uma 'estrutura cultural de significado', deve-se examinar a rede de conceitos e narrativas subjacentes que lhe dá poder como um princípio organizador", indica Reese (2010, p.37, tradução nossa[78]). A partir desse princípio, o autor distingue dois tipos principais de pesquisa de enquadramento noticioso. Segundo ele, existe uma vertente de estudiosos que se concentra na identificação dos enquadramentos, baseada na questão "qual é o enfoque?", e uma outra linha, que está preocupada em entender como os enquadramentos ocorrem.

[78] "[...] Taking the frame as a cultural 'structure of meaning' leads to examining the network of concepts and underlying narrative that gives it power as an organizing principle".

Nesta tese, busco identificar tanto quais *frames* são usados quanto a forma como eles são organizados. Isso indica que, em vez de restringir a análise ao que é enquadrado, é possível também dirigir a atenção para as maneiras pelas quais esses enquadramentos são elaborados (um dos modos de se fazer isso é aliar a análise de conteúdo com as entrevistas com profissionais que podem esclarecer seu modo de trabalho). Reese (2010) defende que ao explorar apenas a identificação dos enquadramentos, o pesquisador está preocupado em se aprofundar na contextualização de tópicos – social, histórica e culturalmente – e dirige o olhar para as características particulares. Mas se os enquadramentos são vistos como recursos estratégicos, construídos e manejados por um indivíduo ou grupo (incluindo jornalistas), juntamente com tudo o que está à sua disposição, essa orientação se concentra no processo, ou seja, em como essas estratégias são trabalhadas.

Há autores que propõem a existência de enquadramentos jornalísticos (que seriam criados nas rotinas profissionais) e enquadramentos culturais (que independeriam dos jornalistas). Há ainda distinções entre enquadramentos de formato e de conteúdo e entre "enquadramentos noticiosos" (*news frames*) e "enquadramentos temáticos" (*issue frames*) (PORTO, 2002, p.14).

Porto (2002, p.15) propõe a existência de enquadramentos "noticiosos" e "interpretativos". Os noticiosos fazem referência aos "padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos", ou seja, à angulação da notícia. Alguns exemplos são os enquadramentos de interesse humano, temático, episódico e de "corrida de cavalos". Já os interpretativos "são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos [...]. Essas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, etc.".

Para Porto (2002), os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos, por atores políticos e sociais. No entanto, como sabemos que a produção jornalística é feita a partir de escolhas – entre esta ou aquela palavra, esta ou aquela fonte de informação –, e que a edição de uma reportagem ou a seleção de uma fala em detrimento de outra são também formas de enquadrar, algumas ressalvas precisam ser feitas a essa "categorização" dos tipos de enquadramentos.

É notório que não só os jornalistas, mas também os atores políticos e grupos sociais se incumbem de elaborar enquadramentos. Eles, inclusive, podem fazer uso dos enquadramentos para se mobilizar internamente e competir uns contra os outros na arena pública, também podem construir enquadramentos – frequentemente usando os meios de comunicação – que

amplifiquem suas mensagens. De algum modo, os veículos de comunicação transmitem debates sobre como enquadrar questões particulares servindo como condutas para quadros partidários desenvolvidos por políticos e ativistas que defendem posições específicas. Assim, podem ser também identificados enquadramentos "partidários", que são em alguma medida estimulados por articulações dos atores políticos e não raramente apresentam uma posição (ou conjunto de posições) como sendo correta e outras posições como sendo erradas. Os atores políticos normalmente visam transmitir intactos seus *frames* preferidos ao público. (GAMSON & MODIGLIANI, 1898; NISBET; LAWRENCE, 2010).

Um alerta feito por Porto (2002) diz respeito à necessidade de que as pesquisas não analisem apenas os "enquadramentos dominantes ou de grupos influentes", mas que também voltem a atenção para interpretações excluídas das abordagens midiáticas. Nesse sentido, a orientação do autor vai ao encontro da observação aqui relatada sobre a importância do contexto e da busca de compreensão do que está latente.

Compreendendo esses posicionamentos, a tarefa de eleger o tipo de frame com que se vai trabalhar talvez se complexifique. Visando cumprir os critérios de "coerência e transparência" defendidos por Bauer (2011) ao escolher o nível de análise que será realizado – que tipo de enquadramento, a partir de qual entendimento –, tento simplificar tais escolhas explicitando-as e justificando-as.

Seguindo os procedimentos estabelecidos por vários autores (KRIPENDORF, 1990; ENTMAN, 1993, 2010; HANSEN, 1998; HERSCOVITZ, 2007; BARDIN, 2008; D'ANGELO & KUYPERS, 2010; BAUER, 2011), detalho na próxima seção desta tese os seguintes passos: definição do problema de pesquisa, das hipóteses; dos objetivos e do método; escolha do corpus, mídia e amostra; delimitação do período da análise; pré-identificação dos enquadramentos que podem ser mais úteis; elaboração das categorias analíticas, construção dos formulários de codificação (ou livro de códigos), realização dos testes de codificação e de confiabilidade; análise.

Até aqui tentei demonstrar a construção histórica dessas metodologias, bem como alguns dos questionamentos por elas enfrentados e também os dilemas que foram superados. Um exemplo de dilema é o que envolvia a dicotomia entre análises quantitativas e qualitativas. O fundamento apresentado aqui é o de ser possível realizar análise de conteúdo em estudos qualitativos, bem como aliar preocupações amostrais e estatísticas com intenções de cunho social e contextual. Cabe agora, articular os conceitos apresentados com os objetivos empíricos deste trabalho.

3.4 **Procedimentos analíticos**

Esta seção apresenta os passos adotados na análise de conteúdo. Primeiramente, delimito o problema de pesquisa, que consiste na seguinte questão: Como o jornalismo brasileiro cobriu assuntos relativos à ditadura durante o funcionamento da CNV? Buscando responder tal questionamento – que tem no termo "como" uma peça-chave para as configurações do trabalho –, são formuladas três hipóteses principais:

(1) Haverá crescimento da cobertura noticiosa da ditadura e da CNV durante os trabalhos, mas ela será predominantemente reativa em lugar de investigativa. Ou seja, em vez de atuarem como "*watchdogs*", cobrindo as atividades da CNV de forma independente, antecipando-se ao calendário de divulgações do colegiado quando necessário e realizando investigações autônomas, os meios de comunicação serão pautados pela agenda de atividades da comissão e pelos marcos de rememoração (como os 50 anos do golpe, o primeiro ano da CNV, etc.).

(2) O enquadramento episódico será privilegiado na cobertura, valorizando um enfoque factual que enfatiza eventos em lugar do debate mais substantivo de temas políticos ou da contextualização mais abrangente das atividades da comissão.

(3) As narrativas jornalísticas serão dominadas pelo discurso oficial, privilegiando fontes governamentais ou da própria comissão da verdade. Desse modo, a cobertura abrirá poucos espaços à disseminação de vozes e perspectivas alternativas, como aquelas apresentadas pela sociedade civil.

Visando melhor articular tais hipóteses ao problema de pesquisa, traço os objetivos, conforme descritos a seguir:

- Mensurar o espaço fornecido pelos meios de comunicação à ditadura durante o funcionamento da CNV e, consequentemente, aos trabalhos da comissão;

- Identificar as principais recorrências temáticas, os enquadramentos majoritários e a maneira como a ditadura militar brasileira volta a ser noticiada;

- Verificar como as estratégias comunicativas são utilizadas por esse tipo de política pública pela memória.

Para alcançar tais objetivos, entendo que a conjugação de algumas ferramentas se faz necessária. Utilizo a análise de conteúdo, porque o método permite o estudo sistemático dos conteúdos de mídia e de grande quantidade de textos. Contudo, ao perceber que sua aplicação clássica não seria suficiente para atender aos anseios desta pesquisa, decido incorporar alguns

elementos qualitativos, como a identificação de enquadramentos noticiosos, elementos textuais e fontes de informação. Conduzir a análise de enquadramentos por meio do método da análise de conteúdo é algo já utilizado por diversos autores da área de comunicação política, conforme descrito amiúde na seção anterior, e também por pesquisadores que estudaram a repercussão midiática de comissões da verdade em outros países.

Em estudo que buscou compreender como a mídia impressa cobriu a comissão da verdade criada para investigar as denúncias de violações de direitos humanos no sistema das Escolas Residenciais Indígenas no Canadá, Rosemary Nagy e Emily Gillespie (2015) também aplicam a análise de enquadramentos.

> O enquadramento é uma prática comum no jornalismo, e não necessariamente significa que os jornalistas estão "inclinando" uma história ou enganando suas audiências. Em vez disso, enquadramento é um meio necessário para simplificar histórias complexas de forma a "jogar" com as estruturas cognitivas existentes. Robert Entman explica que "enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de modo a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, mais avaliação, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito" (NAGY, GILLESPIE, 2015, p.11, tradução nossa[79]).

Assim como a proposta de Nagy e Gillespie (2015), também opto por restringir a análise à construção da mensagem, focada no texto e suas implicações sociais e culturais, sem mensurar os efeitos de mídia. Contudo, por acreditar que uma maneira de aperfeiçoar a análise de enquadramento de notícias consiste em compreender a prática jornalística, identificando suas rotinas, as relações dos profissionais com as fontes e as noções culturais aplicadas para enquadrar seus personagens, contar uma história e explicar as questões (NISBET, 2010), recorro também às entrevistas semiestruturadas em profundidade. O intuito é melhor sistematizar as disputas políticas, o funcionamento da cobertura jornalística, a atuação dos profissionais de imprensa e a percepção que os comissários têm do processo comunicacional no decorrer da CNV. Por isso, entrevisto jornalistas que cobriram o tema, profissionais da comunicação que atuaram como assessores da comissão e os próprios comissários.

Porém, antes de apresentar a análise e as entrevistas propriamente, delimito o corpus geral e a amostra da pesquisa (estipulando o tipo de material, o período de análise, quantidade

[79] Framing is a standard practice in journalism, and it does not necessarily mean that journalists are "spinning" a story or deceiving their audiences. Rather, framing is a necessary means of reducing complex stories in ways that "play into existing cognitive structures". Robert Entman explains, "[t]o frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, more evaluation, and/or treatment recommendation for the item described".

de veículos, edições de determinados dias da semana) para proceder à separação de todo o material referente ao evento em questão. Conforme já dito, este trabalho tem como ponto de partida o *clipping* institucional elaborado pela equipe de comunicação da CNV. Antes que se possa fazer qualquer crítica a essa escolha, é preciso compreender algumas dificuldades do processo.

Considerando o impacto da internet na alteração dos procedimentos de produção, partilha e recepção dos conteúdos, o corpus desta pesquisa inclui notícias de meios impressos, audiovisuais e digitais disponíveis no ambiente on-line. Essa foi a forma encontrada para tentar abarcar de forma ampla as variadas representações da produção jornalística brasileira sobre o tema da ditadura e o acontecimento "Comissão Nacional da Verdade". Mas como realizar tal estudo sem delimitar os veículos com os quais se quer trabalhar? Como escolher entre tantos e diversos conteúdos disponíveis na internet sem proceder de forma tendenciosa?

Diante dessas questões, inicialmente tentei identificar o material jornalístico em buscadores convencionais, como Google, realizando busca textual pelos termos "ditadura", "comissão da verdade" e "comissão nacional da verdade". Contudo, logo a tentativa se demonstrou insatisfatória, devido aos filtros e às limitações de se trabalhar com busca "manual" em datas específicas, cuja escolha poderia levar a distorções. Outra tentativa foi buscar materiais a partir do banco de dados ProQuest, mas este se demonstrou limitado em relação à disponibilidade de conteúdo proveniente dos veículos brasileiros, por incluir poucos jornais impressos e não englobar material audiovisual.

O acesso diário ao *clipping* elaborado pela assessoria da CNV, a partir de material ofertado pela Gerência de Monitoramento e Análise de Mídias da EBC Serviços[80] e distribuído aos assinantes, apresentou ser a oportunidade de construir um banco de dados a partir de uma amostra de registros jornalísticos mais representativa e sistemática. Como o *clipping* era elaborado institucionalmente, eliminava alguns problemas: as instituições em geral têm interesse em tudo que sai na mídia sobre elas e seu objeto de trabalho, portanto dificilmente haveria material desperdiçado; o *clipping* incluía tanto notícias provenientes de veículos impressos quanto de rádio, televisão e internet, disponibilizando *links* para a versão on-line do material. O *clipping* se torna então um instrumento importante para a coleta de dados para a pesquisa.

[80] "A Gerência de Monitoramento e Análise de Mídias, subordinada diretamente à Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços da EBC, é responsável por toda a prestação de serviços de clipagem de jornais, revistas e emissoras de televisão, além da produção de sinopses, monitoramento de Internet com envio de boletins e de serviços de transcrição de áudio e vídeo para clientes (estes dois últimos sob demanda)" (EBC, 2016).

A análise leva em consideração todo o período de funcionamento da CNV, tendo como marcos as datas de início efetivo das investigações e de conclusão dos trabalhos – 7 de julho de 2012 a 16 de dezembro de 2014[81] (dias que marcam o primeiro e o último *clippings* elaborados), o que totaliza coleta de material durante 30 meses. A análise foi desenvolvida em três etapas, sendo elas: (1) mapeamento geral da cobertura, apresentado as principais recorrências e frequências; (2) identificação de enquadramentos e termilogias privilegiadas pelo noticiário a partir da seleção dos veículos que mais cobriram a temática e do método de semana composta[82]; (3) identificação das fontes de informação, a partir da verificação das citações entre aspas, e dos episódios emblemáticos. As entrevistas realizadas permeiam as três etapas.

Reitero aqui que o objetivo não é elaborar um estudo sobre jornalismo on-line, mas sim sobre o jornalismo brasileiro diante de uma iniciativa de significado importante para o fortalecimento democrático, o desenvolvimento da justiça de transição e a valorização dos direitos humanos, que é o estabelecimento de uma comissão da verdade. Mas, considerando ser inegável que o jornalismo brasileiro encontra-se em período de mudanças, cada vez mais adaptado às redes e novas mídias, não poderia ignorar esse fenômeno. E o primeiro recorte para composição do material de análise advém justamente daí. Apenas o material jornalístico disponível na internet e com link válido na etapa de investigação é considerado. Dessa maneira, de um total de 8.857 registros jornalísticos extraídos do *clipping* da CNV, 8.422 passam a compor o corpus da análise.

Escrevo registros jornalísticos ao me referir de forma genérica ao material do *clipping*, pois ele apresenta diversos formatos – é composto tanto por notas e notícias como por entrevistas, reportagens, comentários e artigos de opinião. Para compreender os relatos e as narrativas em sua totalidade, o corpus englobará essa diversidade de material.

> Defendemos a utilização de notícias e de artigos não noticiosos, alegando que não devemos distinguir nitidamente entre a escrita "objetiva" e "subjetiva", e, além disso, que os jornais optam por publicar artigos particulares, editoriais ou artigos de

[81] A CNV é instalada em maio de 2012, mas os comissários e a equipe começam as investigações de fato em julho de 2012, devido ao período inicial de estruturação do órgão. O relatório final da CNV é entregue em 10 de dezembro de 2016, mas o clipping prossegue sendo realizado por mais uma semana, até que o colegiado deixou efetivamente de existir.

[82] Conforme Hansen et al. (1998), a estratégia de amostragem frequentemente utilizada para obter amostra representativa da cobertura utiliza uma semana contínua (de segunda a domingo) conjugada com a semana composta (*rolling week* ou *composite week*), que analisa o material veiculado na segunda-feira da primeira semana, terça-feira da segunda semana, quarta-feira da terceira semana e assim por diante. Outra estratégia usada é a da seleção randômica, que seleciona aleatoriamente uma data de início para a amostra e, a partir daí, coleta material de cada enésimo dia após a data inicial até que todo o período de análise seja contemplado.

> notícias como parte do processo de enquadramento (e agenda-setting). Abordamos qualquer potencial "distorção" dos dados em nossas descobertas analisando as diferenças entre os tipos de artigos (NAGY, GILLESPIE, 2015, p.13, tradução nossa[83]).

Com as matérias que farão parte da análise selecionadas, parte-se para a definição das unidades de análise (ou de registro). A partir das questões "como os jornais definem a ditadura?", "como abordam a atuação da CNV?", "que tipo de temáticas se fizeram presentes?", "quais enquadramentos podem ser identificados?", "há privilégio do enquadramento de agenda – episódico – da comissão?", "que vozes são utilizadas nas narrativas?", defino que a principal unidade de análise é o artigo jornalístico. Assim, parto dela para identificar os temas principais, os enquadramentos, os trechos e as palavras que representem escolhas léxicas e como a ditadura é abordada (de forma acusatória ou leniente? Usando mais eufemismos ou palavras enfáticas para tratar do tipo de regime?). Além disso, a pesquisa define as citações entre aspas presentes no texto como outra uma unidade de análise, buscando identificar as fontes e seu peso na cobertura. Busca-se assim conhecer quais foram as fontes de informação utilizadas, quem foram os jornalistas que mais se dedicaram ao tema e também questões relativas aos enquadramentos e às formas de narrar a ditadura e a atuação da CNV.

Bardin (2008) pondera que o contexto da mensagem e também o ambiente exterior a ela são extremamente importantes para localizar "quem fala" e em "que circunstâncias". Mas, diante da subjetividade dos objetos de pesquisa na área das ciências sociais (o que inclui o campo de pesquisa da interface comunicação e política), a análise proposta sugere o estabelecimento de alguns critérios objetivos, para que seja possível observar um mesmo objeto por prismas variados. Esses critérios são chamados de categorizações, que podem ser temáticas, sintáticas, léxicas, estéticas, entre outras possibilidades. Assim, o objeto pode ser submetido a várias dimensões de análise. A partir da seleção dos dados a serem trabalhados e da respectiva classificação (elaboração de indicadores ou variáveis), questionamentos, inferências e comparações são feitos na tentativa de responder às indagações suscitadas pela pesquisa.

O próximo passo é definir as categorias analíticas. Se uma das tarefas da análise de conteúdo é examinar uma seleção de textos e classificá-los de acordo com algumas dimensões

[83] "We defend the use of News and non-news articles on the grounds that we should not sharply distinguish between "objective" and "subjective" writing and, moreover, that newspapers choose to run particular op-eds, editorials or news articles as part of the framing (and agenda-setting) process. We address any potential "skewing" of the data in our findings by analyzing differences between the article types."

predeterminadas (HANSEN et al., 1998), essas dimensões nada mais são do que as categorias apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias analíticas

Categorias iniciais
1. Data (dia, mês e ano)
2. Veículo (nome)
3. Tipo de mídia (impresso, TV, rádio...)
4. Editoria (onde é publicada)
5. Título
6. Autor/repórter
7. Link na internet

Fonte: A autora

Tais categorias foram aplicadas a todas as 8.422 matérias, com o intuito de criar um amplo mosaico que permitisse compreender as dimensões gerais da cobertura, mas também como forma de organização e separação do material. No Apêndice 1, é possível visualizar uma tabela que exemplifica a forma como tais categorias foram aplicadas e organizadas. Devido à extensão do material, a elaboração das tabelas mensais de análise contou com o auxílio de bolsistas do projeto de extensão Memórias Possíveis[84].

Na segunda e terceira etapas da análise, o corpus foi limitado a uma amostra, aplicando o já citado instrumento da semana composta. Assim, inicio a coleta do material no primeiro dia de veiculação de notícia contida no *clipping*, 7 de julho de 2012, que caiu em um sábado. Separo então os registros dos dias subsequentes das próximas semanas – domingo, dia 15 de julho de 2012; segunda-feira, dia 23 de julho de 2012; e assim sucessivamente até alcançar a última semana de cobertura da CNV, em dezembro de 2014. Desse modo, alcanço uma amostra de 404 registros jornalísticos, aos quais limito a análise de enquadramentos noticiosos. Nessa segunda etapa, replico ao material amostral todas as categorias analíticas anteriores (Quadro 2) e adiciono as dimensões dispostas no Quadro 3.

[84] O projeto de extensão Memórias Possíveis foi desenvolvido na UFJF com o intuito de compreender o funcionamento das comissões da verdade e auxiliar os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, da qual também fiz parte. As bolsistas que me auxiliaram na elaboração das tabelas foram Caroline Ferreira, Fernanda Gutierrez, Leiliane Germano, Lorena Pérola, Luanda Garcia e Sabrina Carter, às quais sou extremamente grata.

Quadro 3 – Outras categorias analíticas

Categorias - segunda e terceira etapas
8. Formato jornalístico (notícia, reportagem...)
9. Terminologias utilizadas (golpe, regime, ditadura...)
10. Enquadramentos

Fonte: A autora

Na terceira etapa da análise, a unidade de registro deixa de ser os artigos jornalísticos e passa a ser as citações entre aspas de cada texto. Isso permite estimar não apenas quais e quantas fontes de informação foram usadas, como também os tipos de fontes (se oficiais, personagens ou testemunhas) e como elas enquadraram os mesmos fatos analisados sob outra perspectiva. Segundo Hansen (1998), a análise de personagens, atores e fontes usados nas matérias jornalísticas é importante tanto para uma perspectiva narrativa quanto sociológica mais articulada da representação da mídia e do papel que ela exerce nas relações de poder. Nesse sentido, Aldé e Lattman-Weltman (2000, p.2) defendem que "a mídia nunca opera no vazio; as narrativas que produz são resultado de sua interação com os eventos e seus protagonistas – sua matéria-prima".

Nas três etapas da análise, utilizo o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para o processamento dos dados. Cada categoria foi codificada a partir de formulários de codificação e de coleta de dados (também chamados de livro de códigos).

O formulário de codificação (que pode ser visualizados na íntegra no Apêndice 2) é o esquema de códigos usado pelo pesquisador para categorizar o material. Trata-se de uma lista com todas as categorias analíticas e os respectivos códigos que indica as possibilidades de categorizá-las. Já o formulário de coleta (Apêndice 3) é a lista ou tabela em que o pesquisador deve inserir os dados. Tratam-se de quadros em branco com as categorias, cujos campos devem ser preenchidos com os referentes números (códigos) identificados no livro de códigos.

Antes de iniciar de fato o procedimento analítico, realizo testes que são necessários para verificar a viabilidade da aplicação. Hansen (1998) alerta que, sem os testes prévios e a adequação do material aos objetivos, os resultados podem ser inconsistentes e comprometer toda a pesquisa. Os testes foram aplicados em uma pequena amostra do material, composta

por aproximadamente 20 registros jornalísticos de datas distintas, de forma que, quando aplicada à metodologia de trabalho, fosse possível identificar erros e inadequações.[85]

Um exemplo das inconsistências identificadas na aplicação do "modelo-piloto" ocorreu porque, inicialmente, criei o mesmo formulário de codificação para analisar unidades de registro distintas (no caso, artigos jornalísticos e citações entre aspas). A estratégia não funcionou, já que um mesmo artigo pode apresentar várias citações entre aspas, o que promoveria incompatibilidade na inserção dos dados (ou não haveria como inserir os códigos de todas as citações, ou os artigos precisariam ser replicados no *coding schedule* pela quantidade de citações, o que levaria a uma distorção do total de notícias). Assim, a alternativa encontrada foi desmembrar a análise em mais uma etapa e analisar os artigos jornalísticos e as citações a partir de formulários de codificação distintos.

Um segundo passo para garantir a confiabilidade da pesquisa se deve à aplicação de testes de confiança dos resultados, que, conforme Krippendorff (1990), Hansen (1998) e Neuendorf (2002), são essenciais na análise de conteúdo e podem ser executados por caminhos diferentes. Para Neuendorf, a confiabilidade pode ser definida como a medida em que um procedimento de aferição produz os mesmos resultados a partir de aplicações repetidas. Quando o próprio pesquisador atua como codificador, a confiabilidade é testada quando outra pessoa utiliza os mesmos procedimentos em uma amostra (em geral 10% do material), comparando-se posteriormente os resultados. A concordância ou correspondência entre os resultados desses codificadores é o que indica o grau de confiança. Os procedimentos contribuem então para minimizar os efeitos da inevitável sujetividade na análise.

A mensuração dos coeficientes de correlação entre os resultados dos testes aplicados por diferentes codificadores (ao menos duas pessoas) não é uma unanimidade na bibliografia consultada, mas Krippendorff e Popping recomendam que o coeficiente seja igual ou superior a .80 (NEUENDORF, 2002).

> Dois tipos principais de teste de confiabilidade podem ser usados. O *agreement* [acordo] analisa se os codificadores concordam ou não com os valores precisos atribuídos a uma variável em um conjunto de unidades – ele analisa os acertos e os erros. A covariação avalia se os *scores* atribuídos pelos codificadores (unidades de classificação em número ordinal, intervalo ou medida de proporção) sobem e descem, e não necessariamente em acordo preciso. No campo da comunicação e da administração, os pesquisadores parecem relatar o acordo sem reportar covariação. [...] A melhor situação, é claro, seria aquela em que as pontuações codificadas

[85] Tais testes foram realizados com o auxílio do professor Mauro Porto, orientador do meu estágio doutoral na Tulane University. Realizamos várias mudanças nas categorias e no *coding scheme* até que chegássemos ao modelo final.

> demonstram ter tanto concordância alta quanto covariação alta (NEUENDORF, 2002, p.144, tradução nossa[86]).

A bibliografia também alerta para a existência de variedade de coeficientes capazes de medir o nível de concordância ou correspondência entre os resultados dos testes aplicados pelos codificadores. Utilizo nesta pesquisa o teste da "porcentagem bruta" (*crude agreement* ou *measure of crude association*). Segundo Neuendorf (2002), a porcentagem bruta pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$PA_o = A / n$$

Na fórmula, PA_o representa a Proporção de Concordância Observada, A é o número de resultados correspondentes – ou em concordância – entre os dois codificadores e *n* é o número total de unidades que foram testadas pelos dois, sendo que essa estatística varia de .00 (não há concordância) a 1.00 (concordância total). Como resultado dos testes aplicados por mim e pela pesquisadora Aline Brandão[87], foram alcançadas as seguintes PA_o: para cada variável de análise: Veículo (1.00), data (1.00), tipo de mídia (1.00), editoria (1.00), autoria/repórter (0.93), gênero e formato (0.93), terminologia (0.90), enquadramento (0.85). Estes resultados atestam a confiabilidade dos procedimentos adotados na análise de conteúdo.

[86] "Two main types of reliability assessment can be used. Agreement looks at whether or not coders agree as to the precise values assigned to a variable across a set of units - it looks at hits and misses. Covariation assesses whether the scores assigned by coders (rating units on an ordinal, interval, or ratio measure) go up and down together, not necessarily in precise agreement. In communication and business research, researchers seem to report agreement without reporting covariation. (...) The best situation, of course, would be one in which coded scores are shown to have both high agreement and high covariation".

[87] Aline Brandão é doutoranda do PPGCom da Uerj e também integra o grupo de pesquisa Tecnologias de Comunicação e Política, coordenado pela professora Alessandra Aldé, orientadora desta tese.

4 **A COMISSÃO E A DITADURA NO NOTICIÁRIO**

Este capítulo é dedicado à análise e discussão dos resultados e está estruturado em quatro seções, divididas da seguinte maneira:

A primeira apresenta os dados gerais do sistema de mídia brasileiro e os resultados obtidos no monitoramento da cobertura a partir da análise de conteúdo dos registros jornalísticos sobre a ditadura e a comissão da verdade entre julho de 2012 e dezembro de 2014. A intenção é mensurar o espaço destinado pelo jornalismo ao tema estudado, identificar os momentos de maior ênfase e apontar quais assuntos sobressaíram.

A seção 5.2 detalha a segunda fase da análise de conteúdo, aplicada a uma amostragem do material, selecionada a partir de aplicação da semana composta e da identificação dos veículos que mais cobriram o assunto. O propósito é compreender como as narrativas jornalísticas foram construídas e enquadradas. Nessa etapa são verificadas três características: gêneros/formatos jornalísticos, terminologias e enquadramentos.

Na seção, 5.3, o foco é a identificação das fontes de informação privilegiadas. A análise é realizada a partir da mesma amostra selecionada anteriormente. O próprosito é dimensionar quais foram as vozes valorizadas nas narrativas jornalísticas.

Já a última seção è dedicada à avaliação dos episódios emblemáticos da comissão (ainda não discutidos nas seções anteriores) destacados pelos entrevistados desta pesquisa, visando compreender a relevância atribuída aos episódios pelos atores do processo (comissários, assessores e jornalistas). A partir da identificação desses momentos emblemáticos, seleciono exemplos de registros jornalísticos veiculados na ocasião (o que inclui os editoriais dos jornais), para ilustrar o que foi privilegiado pela cobertura e como os veículos de comunicação se posicionam editorialmente.

4.1 **Monitoramento da cobertura**

O sistema jornalístico-midiático brasileiro é composto principalmente por emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas impressos, sites noticiosos e portais na internet.

Conforme o Mídia Dados Brasil 2014[88] (2014), no período de interesse desta análise, o país tinha 4.741 emissoras de rádio, sendo 1.777 de ondas médias e 2.964 de frequência modulada. Havia também 732 geradoras e retransmissoras de TV atreladas a nove emissoras comerciais (Globo, SBT, Record, RedeTV!, Band, TV Cultura, CNT, Record News e TV Gazeta).

Quadro 4 – Número de emissoras comerciais de TV

Emissoras	Geradoras	Geradoras + Retransmissoras
Rede Globo	122	122
Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)	98	114
Rede Record de Televisão	54	108
RedeTV!	52	ND
Rede Bandeirantes de Televisão	43	101
Rede TV Cultura	28	60
Central Nacional de Televisão (CNT)	8	72
Rede Record News	8	107
TV Gazeta São Paulo	1	48
TOTAL	414	732
Rede TV Educativa (ABEPEC)	24	-

Fonte: Mídia Dados 2014

Enquanto a cobertura da Globo alcançava quase a totalidade dos municípios brasileiros, o SBT respondia por 85%, a Record por 79% e a Band por 64%.

Quadro 5 – Abrangência da cobertura geográfica

Rede	Municípios		Domicílios com TV (mil)	
	NA	%	NA	%
Globo	5.490	98,56	60.737.575	99,60
SBT	4.763	85,51	57.640.373	94,52
Bandeirantes	3.567	64,04	54.709.401	89,72
Record	4.417	79,30	56.638.841	92,88
RedeTV!	3.157	56,68	48.050.223	78,80
CNT	271	4,87	22.329.584	36,62
Gazeta	243	4,36	15.212.413	24,95
Total	5.570[89]	100	60.979.032*	100

Fonte: Mídia Dados 2014

Considerando a participação de mercado em relação à audiência[90] e os dados de 2013, a audiência da Globo correspondia a 38%, seguida da Record (13%) e do SBT (12%).

[88] Disponível em: <http://sunflower2.digitalpages.com.br/html/reader/119/38924>. Acesso em: 19 dez. 2016.

[89] *Total de municícios e de domicílios com TV não corresponde à soma das coberturas, pois um mesmo município e um mesmo lar podem ter cobertura de mais de uma rede de televisão.

Gráfico 1 – Participação no share nacional das redes de TV

Fonte: Mídia Dados 2014

O Mídia Dados 2014 aponta que, nos dias de semana, 26% da programação da Globo (das 7h às 18h) era dedicada ao jornalismo, 32% a variedades, 17% a filmes e séries. No mesmo período, o jornalismo das demais correspondia a: SBT (18%), Band (22%), Record (21%). Já durante a programação noturna, das 18h à meia-noite, a proporção do jornalismo da Globo caía para 19% enquanto 50% do conteúdo era referente a novela. Já nos outros canais a participação do jornalismo à noite foi de: SBT (18%), Band (25%) e Record (57%).

Em relação aos impressos, a pesquisa mostra que 270 títulos foram auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) em 2013, sendo que a revista *Carta Capital* possuía circulação média de 30 mil exemplares por edição entre 2011 e 2013, *Veja* um milhão, *Época* 390 mil e *IstoÉ* 330 mil. Quanto aos jornais, a tiragem do popular *Super Notícia* foi de 302 mil, já *Folha de S. Paulo* alcançou 294 mil, *O Globo* 267 mil e *O Estado de S. Paulo* 234 mil.

Quadro 6 – Circulação dos principais títulos auditados pelo IVC

Jornal	Cidade	Média por edição (em milhares)		
		2011	2012	2013
Super Notícia	Belo Horizonte	300,2	306,5	302,5
Folha de S. Paulo	São Paulo	297,2	298,1	294,8
O Globo	Rio de Janeiro	264,1	267,5	267,5
O Estado de S. Paulo	São Paulo	254,2	241,5	234,9
Extra	Rio de Janeiro	238,6	233,2	225,7
Zero Hora	Porto Alegre	188,0	186,1	183,8
Daqui	Goiânia	151,7	171,0	162,0
Diário Gaúcho	Porto Alegre	167,1	165,8	159,5
Correio do Povo	Porto Alegre	151,5	150,3	140,2
Meia Hora	Rio de Janeiro	149,4	136,0	125,2

Fonte: Mídia Dados 2014

O Mídia Dados divulga também a circulação dos 24 títulos com edição digital[91] auditados pelo IVC, mas, neste caso, não fica clara a forma como ela é contabilizada pelo IVC

[90] No horário matutino (das 7h às 12h).

[91] O instituto considera edição digital como a versão similar da publicação impressa que foi distribuída eletronicamente. É levada em conta a circulação controlada: quantidades de edições digitais que tenham o

(se por número de assinantes, de acessos únicos ou por outra forma de cálculo). A circulação total média por edição desses veículos foi de 231 mil em 2013.

Quadro 7 – Circulação dos principais títulos com edição digital auditados pelo IVC

Jornal Edição Digital	Cidade	Média 2013 (em milhares)
Folha de S.Paulo	São Paulo	54,93
O Estado de S. Paulo	São Paulo	46,05
O Globo	Rio de Janeiro	39,38
Extra	Rio de Janeiro	24,81
Estado de Minas	Belo Horizonte	14,27
O Tempo	Belo Horizonte	11,46
Correio Braziliense	Brasília	8,61
Valor Econômico	São Paulo	8,12
Correio	Salvador	7,43
Jornal do Commercio	Recife	3,81

Fonte: Mídia Dados 2014

Considerando essa composição do mercado brasileiro, passo agora à análise de como os principais meios noticiosos cobriram assuntos relativos à ditaduta e ao funcionamento de CNV. Desde que foi criada até quando encerrou suas atividades, a comissão ocupou o noticiário e contribuiu para ampliar o debate sobre a ditadura. Mas quão ampla foi essa cobertura? Como ela se desenvolveu? Que temáticas foram mais recorrentes? Quais veículos deram mais espaço à comissão? Como os jornalistas cobriram o assunto? Quais enquadramentos foram privilegiados?

Buscando responder aos questionamentos desta pesquisa e aos objetivos traçados, a alternativa encontrada foi monitorar o que era veiculado nos meios de comunicação cotidianamente. Conforme já foi justificado no capítulo anterior, não elejo previamente os veículos com os quais gostaria de trabalhar, mas sim os seleciono após o monitoramento, para compreender o espaço por eles destinado e analisar em profundidade as narrativas daqueles veículos que mais se dedicaram à temática.

Desse modo, o acesso ao *clipping* elaborado pela assessoria de comunicação da CNV foi fundamental. É importante frisar que o *clipping* da CNV consistia em atividade cotidiana coordenada pela assessoria, sendo enviado aos comissários e demais interessados diariamente. Nele está contido todo tipo de material jornalístico que trata da ditadura ou da comissão, seja advindo de jornais impressos, portais noticiosos, rádio ou televisão. Ainda que não seja capaz de abranger a totalidade do que foi publicado no país sobre o assunto, estimamos que garanta

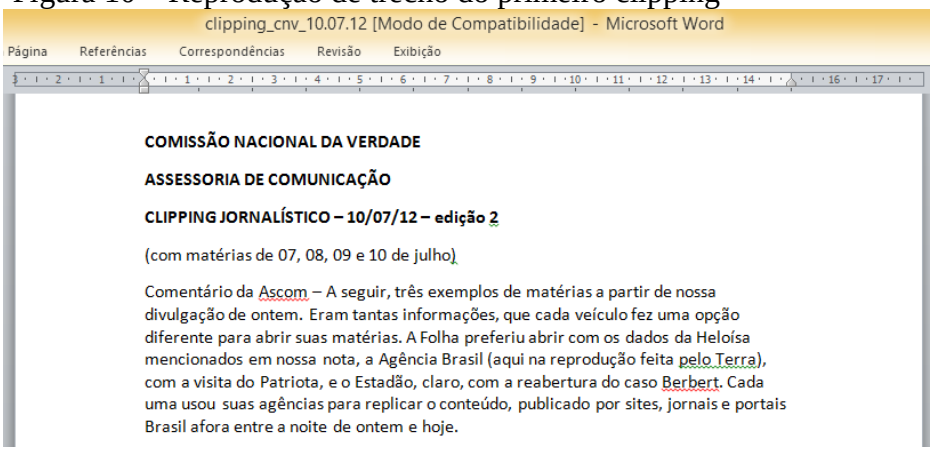
acesso do leitor comprovado (pelo número de usuários cadastrados a partir de criação de login e senha). (IVC, 2015).

uma amostra significativa do universo total, visto a quantidade de material e a diversidade de veículos que inclui (mais de oito mil matérias de mais de 60 veículos).

Segundo o coordenador da assessoria de comunicação da CNV, Marcelo Oliveira, o *clipping* específico da comissão era elaborado a partir de dois processos: o primeiro consistia em separar o material de interesse contido na Mídia Impressa[92] (sistema de monitoramento de notícias dos Três Poderes elaborado profissionalmente pela EBC Serviços) e o segundo em realizar busca ativa na internet, seja por meio de buscadores convencionais ou por acesso direto aos sites dos veículos que tinham demandado alguma informação sobre a CNV à assessoria. Assim, o material inicial contido no Mídia Impressa era complementado.

A montagem do *clipping* era de responsabilidade de estagiários da assessoria de comunicação, sob supervisão do coordenador da equipe. Inicialmente – meses de julho a setembro de 2012 –, o clipping era elaborado de forma mais "amadora", em arquivo de Word e contendo observações do profissional que o produziu, como demonstra o trecho contido na Figura 10:

Figura 10 – Reprodução de trecho do primeiro clipping



Fonte: *Clipping* CNV, 10/07/2012

Em setembro são feitos testes e mudanças no *clipping* e, a partir de outubro de 2012, é notável a profissionalização na execução do material, que passa a ser apresentado em suporte

[92] A Mídia Impressa foi criada em 1985 e é considerada um dos mais tradicionais produtos de monitoramento de mídia do país. É elaborada diariamente a partir de seleção de notícias dos assuntos de interesse dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Até 2014, uma versão impressa com toda a seleção de notícias era entregue no início da manhã aos órgãos "assinantes" sediados em Brasília, mas depois os clippings passaram a ser disponibilizados eletronicamente (e o serviço passou a chamar Mídia Digital). Na ocasião (ano de 2014), eram feitas sínteses e transcrições do noticiário dos principais jornais impressos (*Brasil Econômico*, *Estado de Minas*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, *Valor Econômico* e *Zero Hora*), telejornais noturnos (Jornal Nacional, SBT Brasil, Jornal da Record, Jornal da Band e Repórter Brasil), portais e agências de notícias (G1, iG, UOL, Agência Brasil, Estadão on-line, Ansa, BBC, Reuters, El País e EFE) e programas de rádio (CBN, Band News e Voz do Brasil).

Portable Documento Format (PDF), sem impressões pessoais daqueles que o realizaram. O clipping passa a ter cabeçalho padronizado, índice, marcação e separação das mídias originárias (impresso/internet, rádio e TV) de onde os conteúdos foram retirados, e a incluir os *links* para as respectivas matérias, de forma a facilitar a consulta.

Figura 11 – Reformulação do clipping da CNV

Fonte: *Clippings* CNV, 26/09/2012 e 01/10/2013

A partir do acesso a todos os arquivos de *clipping* da CNV, a primeira fase da análise de conteúdo é desenvolvida, conforme os procedimentos já detalhados no Capítulo 4. O material coletado serve de base para um banco de dados com mais de oito mil registros jornalísticos (entre notas, notícias, reportagens, editoriais, colunas e artigos de opinião) veiculados em mais de 60 veículos de comunicação entre julho de 2012 (quando o *clipping* começa a ser produzido pela equipe da CNV) e dezembro de 2014.

A primeira etapa envolve a análise de características gerais do universo, buscando identificar os períodos de maior visibilidade, os veículos que noticiaram, a forma como o assunto foi tratado editorialmente (em que editoria foi publicado?), os temas gerais que ganham mais destaque, os principais autores dos registros jornalísticos identificados e se os *links* para o conteúdo originário estão acessíveis nos *sites* dos veículos.

Para organizar os dados resultantes, foram montadas planilhas (alguns exemplos estão disponíveis nos Apêndices) e criadas sete categorias de análise: data, tipo de mídia, nome do veículo, editoria, título, autoria/repórter, *link*. Dessa forma, é possível identificar uma série de variáveis. Entre elas, as quantidades e datas do material, que permitem verificar o espaço garantido à temática da ditadura durante o funcionamento da CNV. Para compreender como se deu a distribuição dos registros jornalísticos por ano de cobertura, foi contabilizado o total por ano, conforme representado no Quadro 8 e Gráfico 2.

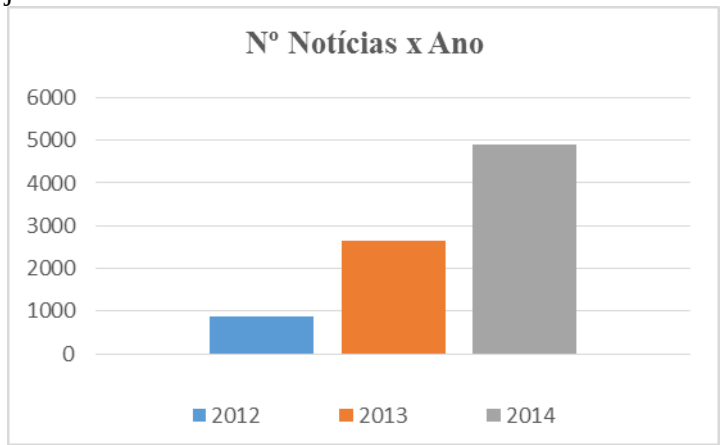
Quadro 8 – Distribuição do número de registros jornalísticos por ano

Ano[93]	Frequência	Porcentagem
2012	878	10,4
2013	2643	31,4
2014	4901	58,2
Total	**8422**	**100,0**

Fonte: A autora

Ao iniciar o estudo, suspeitava-se que haveria crescimento da cobertura enquanto os trabalhos se desenvolvessem, mas que a linha de crescimento acompanharia o desenrolar das atividades do colegiado, atingindo seu ápice com a entrega do relatório final. Contudo, apenas a avaliação da frequência de conteúdo anual não é suficiente para verificar tal proposição, sendo necessários o desenvolvimento de gráficos e o maior detalhamento das informações. O que os números anuais demonstram é que a cobertura em 2014 equivale a 58,2% do total, sendo, portanto, superior à soma dos anos 2012 e 2013.

Gráfico 2 – Distribuição da frequência de registros jornalísticos



Fonte: A autora

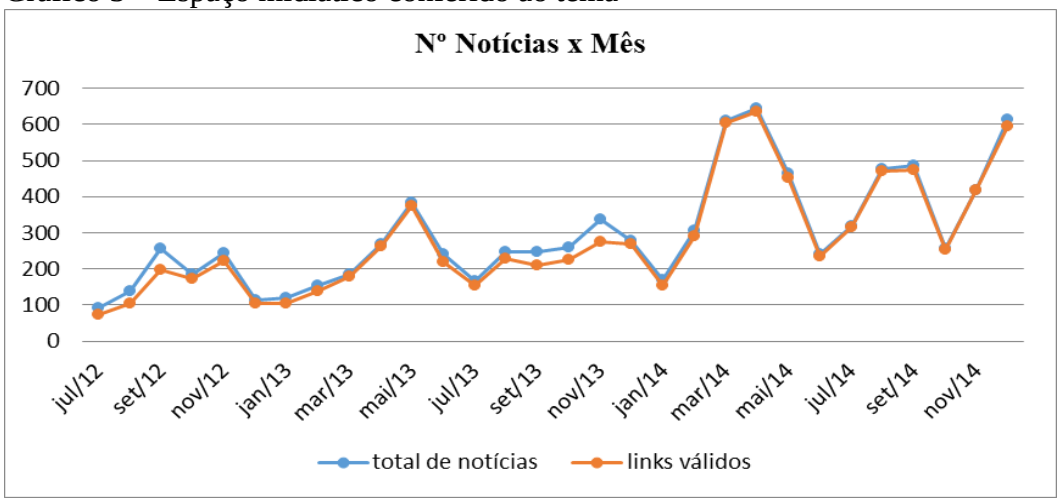
Já era esperado que a cobertura em 2012 fosse menor do que nos outros anos, pois a comissão é instalada apenas em maio e o trabalho de investigação só se inicia de fato em julho, quando o *clipping* começa a ser elaborado. Por essa razão, a análise não leva em conta os meses de maio e junho e se restringe, então, a seis meses daquele ano, o que tornaria a quantidade de registros menor. Entretanto, a discrepância entre os números de 2012 (878 notícias) e os de 2013 (2.643) e 2014 (4.901) indica que outros fatores contribuem para que a

[93] Em 2012, os dados são de julho a dezembro.

comissão apareça menos na mídia no primeiro ano de atividades do que nos anos subsequentes.

Em busca de elementos que justifiquem encontrar tais números, trabalho com os dados referentes à data das notícias a partir da distribuição mensal do conteúdo veiculado, para que seja possível verificar o progresso e as variações da cobertura. O Gráfico 3 demonstra a quantidade de notícias veiculadas no decorrer do funcionamento da CNV. No eixo vertical, está o número de notícias e, no eixo horizontal, a distribuição mensal das mesmas.

Gráfico 3 – Espaço midiático conferido ao tema



Fonte: A autora

A linha azul representa o total de notícias mês a mês e a linha laranja representa as notícias cujos links na internet ainda encontram-se válidos. Por critério, apenas o material ainda disponível no ambiente on-line é considerado, desprezando-se o conteúdo cujos links estão corrompidos ou inacessíveis.

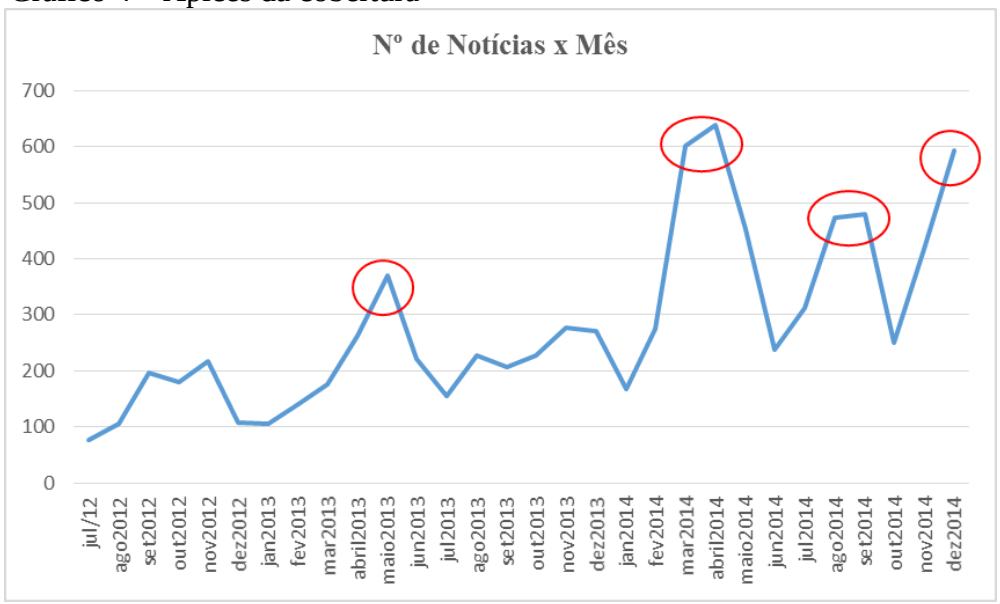
Conforme já explicado, do total de 8.857 registros jornalísticos extraídos do clipping da CNV, 8.422 passam a compor o corpus da análise, visto que 435 não contêm mais os *links* válidos nos sites em que foram originariamente publicados. Quanto a esse aspecto, é importante mencionar que a disponibilização de conteúdo jornalístico na internet de forma aberta não é uma constante. Tal questão remete, inclusive, aos aspectos teóricos do jornalismo como "guardião" da memória e da internet como um novo espaço de memória, discutidos no Capítulo 2. Isso porque, ainda que a internet facilite o acesso à informação e ressignifique as fronteiras de espaço e tempo, permitindo que a informação disponível seja acessível globalmente, uma parcela dos veículos da grande mídia ainda não tem consciência de sua função social e democrática ao disponibilizar seus acervos.

A falta de legislação e regulação específicas sobre a temática permite que os veículos possam tirar seus conteúdos, ou parte deles, "do ar" quando bem entenderem, sem entendimento de que a produção jornalística deveria ser considerada material de interesse público e, que, portanto, todo o conteúdo deve estar disponível e acessível à população ao menos algum tempo depois da publicação. Isso implica considerar que a ideia de que a internet é um amplo ambiente de abertura, acesso livre e democracia se transforma em sonho utópico quando se tem a consciência de que os produtores de conteúdo do *mainstream* são também detentores das memórias que serão guardadas e ficarão facilmente disponíveis on-line e daquelas que podem ser apagadas ou retiradas de circulação.

Ainda assim, é preciso considerar dois pontos positivos. O primeiro deles é que as 435 notícias indisponíveis representam apenas 5% do total do material coletado, demonstrando que grande parte continua acessível na rede. O segundo ponto é que os principais jornais impressos do país, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* já possuem seus acervos completamente digitalizados e disponíveis na internet, o que facilita a busca e localização de material.

Retomando a tentativa de verificar o crescimento da cobertura no decorrer dos trabalhos da CNV e quais fatores podem ter influenciado nesse aspecto, é válido identificar em que momentos a cobertura se destacou e por quais motivos. Ao observar a linha que descreve a variação na quantidade de notícias publicadas, chamam a atenção quatro momentos, que representam os ápices da cobertura.

Gráfico 4 – Ápices da cobertura



Fonte: A autora

Considerando os ápices de cobertura que surgem na metade superior do gráfico (acima de 350 publicações), o primeiro momento observado ocorre justamente quando a CNV completa um ano de atividades, em maio de 2013. Tal período coincide também com a crise interna instalada no colegiado, que culminou com a saída do comissário Cláudio Fonteles do grupo em junho daquele ano. Já o segundo pico, entre março e abril de 2014, corresponde ao 50º aniversário do golpe civil-militar de 1964. A cada cinco ou dez anos do ato, os jornais costumam elaborar cadernos e reportagens especiais relembrando e revendo os fatos. A diferença é que, em 2014, a cobertura foi mais ampla[94], o que se justifica pelo simbolismo da data – 50 anos –, mas também por haver uma comissão da verdade em funcionamento no país. Um outro fator que influenciou nesse momento foi a morte de Paulo Malhães[95], considerado um marco na trajetória da CNV pelos que atuaram no colegiado.

> Quando teve o assassinato do Paulo Malhães – que havia deposto na Comissão em 25 de março [de 2014] –, que foi na data da audiência pública sobre o caso da Casa da Morte em Petrópolis. Ele foi assassinado um mês depois. E ali foi o momento em que a curiosidade em relação à Comissão transcendeu o limite social tradicional da classe média, das pessoas que se interessavam. Foi a hora que um crime de sangue envolvendo uma pessoa que tinha prestado depoimento, por mais que a Polícia Civil tenha apurado que não teve relação entre a morte dele e o depoimento à Comissão. Evidentemente, na cabeça das pessoas, esta correlação se estabeleceu. Isso gerou enorme curiosidade (DALLARI, 2015).

O assessor de comunicação da CNV considera o episódio da morte de Malhães como um divisor de águas em relação ao trabalho de divulgação da comissão. Isso não só porque soava estranha a morte do militar reformado um mês após o depoimento ao colegiado, mas também devido à percepção das pessoas de que ele se parecia com Saddam Hussein, o que transformou o caso policial em viralização de piadas e memes na internet. “Por ironia, Malhães impressionou pela semelhança física com outro tirano, o ex-ditador iraquiano

---

[94] No artigo “*Traumatic Past: O Globo newspaper coverage on the Brazilian military dictatorship*”, apresentado com Juliana Gagliardi, em novembro de 2015, no Congresso Global Fusion, Texas A&M University (EUA), analisamos as coberturas dos aniversários do golpe no jornal *O Globo* entre 1965 e 2014, e comprovamos que, após a redemocratização, o espaço foi substancialmente ampliado nos 50 anos do golpe, em 2014. Enquanto no aniversário de 30 anos do golpe *O Globo* dedicou 28 páginas ao tema, em 2014 foram 45.

[95] O tenente-coronel reformado Paulo Malhães, 76 anos, foi agente do Centro de Informações do Exército e assumiu em depoimento à comissão da verdade ter realizado práticas de tortura durante a ditadura. Ele foi encontrado morto em sua residência em Nova Iguaçu aproximadamente um mês depois de prestar depoimento à CNV. A principal suspeita era queima de arquivo, mas o inquérito policial foi concluído descartando essa hipótese e indiciando três suspeitos (incluindo o caseiro de Malhães) por latrocínio, por terem sufocado a vítima – que faleceu em decorrência de enfarte – após o roubo de armas e computador. Para outras informações: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445454-coronel-paulo-malhaes-que-assumiu-torturas-e-encontrado-morto-no-rio.shtml>; < http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-06-30/policia-conclui-que-coronel-paulo-malhaes-foi-vitima-de-latrocinio.html>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Saddam Hussein (1937-2006)" dizia a *Folha de S. Paulo* em reportagem[96] do dia 26 de abril de 2014.

Figura 12 – Paulo Malhães e Saddam Hussein

Fonte: Folha de S. Paulo (Foto1: Daniel Marenco/Folhapress) e G1 (Foto2: Chris Hondros/Pool/AFP)

Oliveira conta que estava em Dourados, no Mato Grosso do Sul, quando soube da notícia que Malhães havia morrido. "Foi um momento decisivo para a CNV, foi a história que viralizou". Conforme Oliveira, Paulo Malhães foi chamado de Saddam nas redes sociais, "'Parece o Saddam! Não sei o quê...' E aquilo explodiu no nosso Facebook. Nosso Facebook passou para outro patamar, e isso nos ajudou" (OLIVEIRA, 2016). O episódio sugere que a disseminação dos assuntos debatidos na rede e a sua consequente "viralização" estão menos sujeitas ao controle dos emissores de informação autorizados. No Caso Malhães, aspectos como o desfecho policial da morte inesperada e a sua semelhança com uma figura notória chamaram mais a atenção dos usuários das redes sociais do que o seu depoimento revelador sobre como as torturas ocorriam.

O terceiro pico da cobertura, entre agosto e setembro de 2014, é influenciado pelo fato de a CNV ter realizado em julho uma série de coletas de depoimentos de agentes da ditadura. Em duas semanas, o colegiado convocou 21 pessoas e divulgou informações importantes reveladas por suspeitos de terem cometido ou testemunhado violações dos direitos humanos. Ainda em agosto, a líder do grupo Avós da Praça de Maio reencontrou o neto que havia sido sequestrado pela ditadura argentina há 36 anos[97]. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira e alimentou as esperanças dos familiares de desaparecidos políticos daqui.

[96] Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445843-coronel-paulo-malhaes-temia-represalias-contra-seus-familiares.shtml> Acesso em: 30 dez. 2016.

[97] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/08/1496929-ativista-argentina-das-avos-de-maio-encontra-seu-neto-pela-primeira-vez.shtml>; < http://globotv.globo.com/globo-news/estudio-i/v/avo-reencontra-neto-desaparecido-ha-36-anos-durante-ditadura-militar-argentina/3546092/>. Acesso em: 29 ago. 2014.

A conjunção desse fato com a divulgação pela CNV, no fim de agosto e início de setembro, da localização dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira ajudou a dar amplitude midiática aos trabalhos do colegiado[98]. Epaminondas era considerado até então desaparecido, mas já se suspeitava de que ele tivesse sido morto em 1971, por ter atuado em oposição à ditadura. Sua ossada foi a única localizada e identificada como de desaparecido político pela CNV. A corrente de iniciativas em prol da localização de corpos culminou com o anúncio, em setembro, de que o trabalho de identificação das ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco (também conhecido como cemitério de Perus), em São Paulo, suspenso há 24 anos, seria retomado[99].

Conforme a entrevista de Marcelo Oliveira, assessor de comunicação da CNV, o caso Epaminondas é um exemplo de como em algumas circunstâncias o colegiado conseguia pautar a imprensa e desenvolver ações que pudessem manter o assunto na agenda. Segundo ele, todas as informações sobre a identificação do corpo já estavam disponíveis desde maio de 2014, mas, devido à proximidade com o aniversário do golpe e ao objetivo de preparar melhor a divulgação e destacar a ação, que poderia receber pouca atenção em meio à efeméride, o anúncio oficial só ocorreu quatro meses depois.

Ainda em setembro de 2014, a CNV deu prosseguimento às convocações de militares para depor e realizou viagem a Marabá, região do Pará que se tornou conhecida devido à Guerrilha do Araguaia. Todos esses acontecimentos repercutiram nos meios de comunicação e ajudaram a constituir o terceiro ápice.

O último ponto alto da cobertura foi identificado no mês de dezembro de 2014, devido ao encerramento das atividades e entrega do relatório circunstanciado da comissão. O relatório é o primeiro documento de autoria do Governo brasileiro que assume a tortura como uma política de Estado e divulga nomes de perpetradores. A repercussão do documento foi grande, tanto no país quanto no exterior, confirmando a proposição de que o encerramento dos trabalhos foi um dos ápices da cobertura. Contudo, a extensa cobertura do aniversário do golpe colocou os dois eventos quase que em "pé de igualdade", fazendo com que o aniversário, quantitativamente, recebesse ainda mais atenção. Isso acaba por refutar parte da

[98] Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3596743/>; Acesso em: 29 dez. 2016.

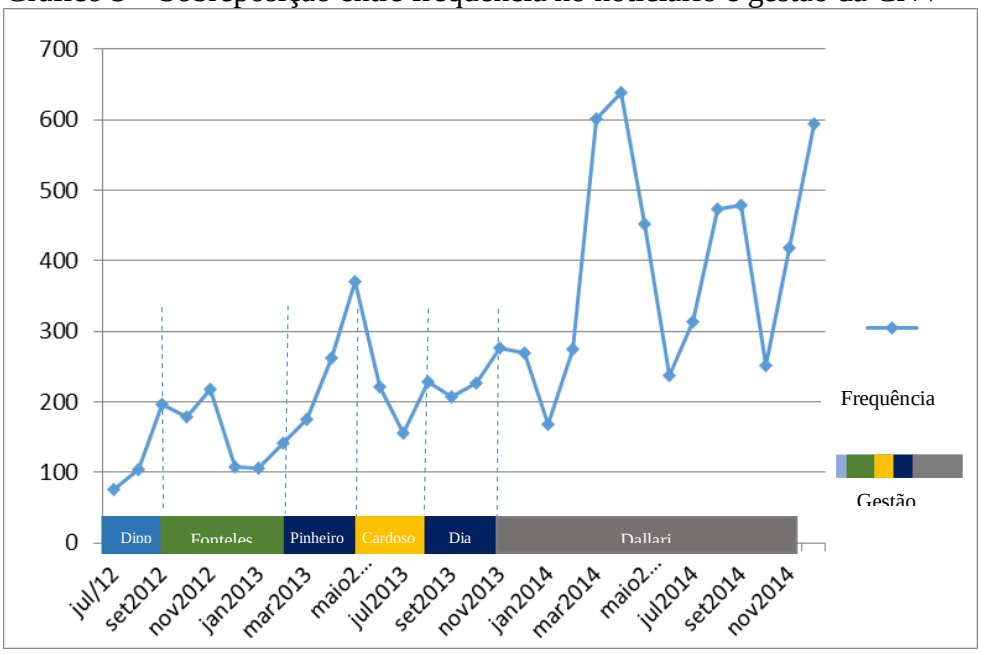
[99] A retomada da análise do material encontrado foi acordada em convênio firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09/apos-24-anos-identificacao-das-ossadas-de-perus-sera-retomada>. Acesso em 29 dez. 2016.

proposição, já que a entrega do relatório não representa um ápice exclusivo, mas sim compartilhado com o ato de rememoração.

Mas, além dos marcos celebratórios e dos trabalhos da CNV, um outro fator chama a atenção após a realização de entrevistas com integrantes e assessores do colegiado e com jornalistas que cobriram a temática: a possibilidade de que as mudanças de gestão na comissão também pudessem influenciar a cobertura. Conforme foi detalhado no Subcapítulo 3.3, a CNV passou por momentos de fechamento e abertura e, como foi coordenada por personalidades com diferentes visões sobre o aspecto comunicacional, as políticas de comunicação com a sociedade são modificadas com o decorrer do tempo, o que também pode promover impactos na cobertura, já que, em algumas gestões, o relacionamento com a imprensa foi mais aberto do que em outras.

Enquanto o eixo vertical do Gráfico 5 representa a quantidade de registros jornalísticos, o horizontal descreve 30 meses de funcionamento da CNV e a barra horizontal localizada na parte inferior do gráfico separa quem foi o coordenador da comissão em cada período. Sendo o primeiro período, da gestão Gilson Dipp, representado pela cor azul claro, seguido das gestões de Cláudio Fonteles (outubro de 2012 a fevereiro de 2013), Paulo Sérgio Pinheiro (fevereiro de 2013 a maio de 2013), Rosa Cardoso (maio de 2013 a agosto de 2013), José Carlos Dias (agosto de 2013 a novembro de 2013) e, por fim, Pedro Dallari, que permaneceu por mais tempo à frente da CNV (novembro de 2013 até o encerramento da comissão).

Gráfico 5 – Sobreposição entre frequência no noticiário e gestão da CNV



Fonte: A autora

A linha que representa a frequência do conteúdo divulgado demonstra que, apesar da pouca cobertura no início dos trabalhos (ainda que, se dados de maio de 2012 estivessem presentes no levantamento, provavelmente, demonstrariam que seria relevante a cobertura, já que todos os veículos consultados noticiaram por vários dias a instalação da CNV), a curva é crescente na gestão de Gilson Dipp, atingindo um primeiro marco com a entrada de Fonteles na coordenação e um segundo ponto de destaque em novembro de 2012, quando uma série de ações do colegiado começa a ser divulgada. Entre elas estão os anúncios de que a morte de Anísio Teixeira[100] e as violações aos indígenas e trabalhadores rurais seriam investigadas.

Um outro episódio que contribui com esse momento de mais notícias não tinha inicialmente relação direta com a comissão. Tratou-se do assassinato do coronel reformado do Exército Júlio Miguel Molinas Dias, em 1º de novembro de 2014. Durante as investigações do caso pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, foram encontrados documentos inéditos sobre o caso Rubens Paiva[101] na residência do coronel. O repasse desses documentos para a CNV foi crucial para desvendar novas pistas e provas sobre a morte de Rubens Paiva. Sobre este episódio, o jornalista Roldão Arruda (2016), que à época atuava no *Estado de S. Paulo*, percebe que, apesar de a morte de Molinas não ter qualquer relação com a comissão, "o período [de funcionamento da CNV] acaba estimulando uma série de coisas. A comissão acaba sendo um fator meio desencadeador, catalisador".

Os meses de dezembro e janeiro demonstram queda natural da cobertura sobre a ditadura e a comissão, já que são períodos de recesso nos órgãos públicos e de festividades de fim de ano. Por isso, exceto pela divulgação do relatório em dezembro 2014, esses períodos representaram menores índices de noticiabilidade, conforme pode ser observado no Gráfico 5.

Algo que chama a atenção, contudo, é o fato de que – apesar da avaliação da assessoria de comunicação e dos jornalistas entrevistados de que a gestão de Fonteles foi mais aberta e a de Pinheiro mais fechada –, sob a coordenação de Pinheiro a cobertura foi mais ampla do que na coordenação anterior, principalmente influenciada pelo relatório preliminar divulgado quando a CNV completou um ano. Isso demonstra que, ao contrário do que possa

[100] Anísio Teixeira foi educador e reitor da Universidade de Brasília (UNB), cassado pela ditadura em 1964.

[101] Rubens Paiva foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962 e, em fevereiro do ano seguinte, participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada na Câmara dos Deputados para examinar as atividades do IPES-IBAD. Em 1º de abril de 1964, discursou contra o golpe na Rádio Nacional e criticou o governador paulista, Ademar de Barros, apoiador dos militares. Em abril de 1964 tem o mandato cassado após o Ato Institucional nº1 e sai do país como exilado. Em 1969 volta ao Brasil e em 1971 é preso no Rio de Janeiro e depois morto. Um acidente de carro é forjado para fazer transparecer que Paiva havia sido sequestrado por militantes da esquerda armada, mas a CNV comprovou que ele foi morto após sessões de tortura e a suspeita é que o corpo, jamais encontrado, tenha sido jogado ao mar (CNV, 2014).

parecer, a atuação da coordenação do colegiado não influenciava diretamente na publicação de conteúdo jornalístico sobre ele. Ou seja, mesmo em momentos de menor divulgação ativa por parte da comissão, a imprensa continuou cobrindo os trabalhos.

Um outro motivo que deve ser levado em conta é que a principal crise interna na CNV (amplamente discutida na seção 3.3) ocorreu a partir da gestão de Pinheiro, demonstrando que o conflito, juntamente com a efeméride do aniversário de um ano da comissão, ganhou mais espaço no noticiário do que outras ações que a CNV participou no período (como a redescoberta do Relatório Figueiredo[102] e também a localização de fotos e a elaboração de laudo pericial que desconstruíam as versões de suicídio – até então oficiais – dos ex-militantes Ângelo Cardoso da Silva, do grupo M3G, e Luiz Eurico Tejera Lisbôa, da Ação Libertadora Nacional – ALN). Isso revela que a opção de "fechar" a comissão ao escrutínio público e evitar manter a imprensa cotidianamente informada pode ter surtido efeito contrário ao desejado, pois restou à imprensa noticiar a crise, que poderia ter sido minimizada diante de outras divulgações mais positivas.

A jornalista Marsílea Gombata (2016) nota esse impasse ao observar que "um grande problema da Comissão Nacional da Verdade é que eles gastaram muita energia brigando entre si. Quem mandava mais, quem era o coordenador e quem não era, qual linha ia seguir... E de repente essa energia podia ter sido gasta com outras coisas". Os repórteres Roldão Arruda (2016) e Evandro Éboli (2016) reforçam essa ideia. Na avaliação deles, os conflitos não eram o principal a ser noticiado, mas, por falta de material e pelo fato de alguns veículos, como *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, investirem nesse tipo de cobertura, os editores cobravam em algumas ocasiões que os jornalistas abordassem mais as divergências do colegiado.

> [...] A comissão tinha muito material, ela gostaria que aquele material tivesse mais destaque, mas muita coisa já era conhecida, então não sei, era difícil convencer o editor sobre o material, porque ele queria sempre coisas novas, muito daquele material era baseado quase que exclusivamente em depoimentos, ou seja, faltavam documentos, provas, então, eu ficava muito tempo lendo, acompanhando a comissão, mas, quando você ia espremer assim, notícia, notícia, era uma coisa bem menor. Isso criava algum atrito com a comissão, porque eles pensavam "nós te demos tanta coisa e você...", mas era mais essa dificuldade de compreensão do que era notícia, o que não é notícia. Outra dificuldade em relação ao trabalho jornalístico é você brigar com o seu editor, porque ele está querendo que você traga mais coisas de conflito da comissão. Dizendo "não é só isso, tem mais coisas..." (ARRUDA, 2016).

[102] Documento com mais de sete mil páginas, elaborado pelo procurador federal Jáder Figueiredo entre 1967 e 1968, que denunciava violações cometidas por agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

A comissária Rosa Cardoso também salienta essa dimensão em sua entrevista. Ao destacar alguns aspectos do relacionamento da CNV com a imprensa, ela pondera que, embora tenha existido interesse e que, no geral, a cobertura possa ser considerada equilibrada, no momento em que o colegiado não soube como reagir à crise e se relacionar com a mídia, alguns veículos se aproveitaram da situação para investir no sensacionalismo. "Muitas matérias eram editadas de forma leviana, deixando de discutir o mais importante, as questões políticas, para dar importância e relevo muito grande a questões de natureza operacional, a vida no âmbito da comissão" (CARDOSO, 2014).

Um outro dado que a análise nos permite inferir se refere ao tipo de mídia em que o material foi publicado. Ainda que todo o conteúdo esteja disponível na internet, parte dele é proveniente de jornais impressos, parte de sites noticiosos, mas também há conteúdo audiovisual extraído de sites de programas de rádio e televisão. O Quadro 9 e o Gráfico 6 demonstram esse aspecto.

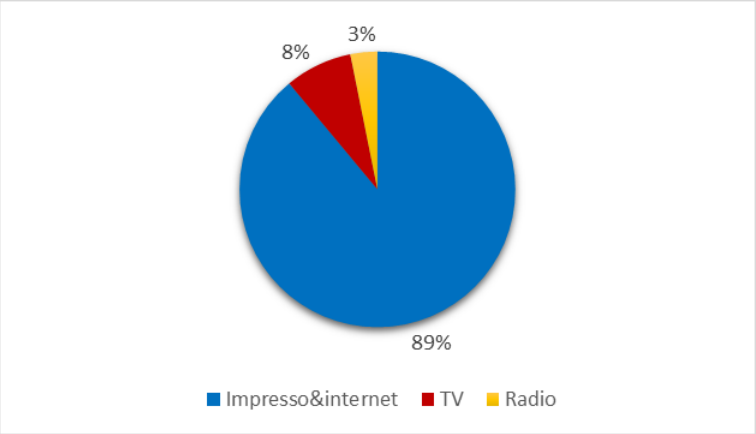
Quadro 9 – Tabulação cruzada: Ano x Tipo de Mídia

		Tipo de Mídia			
Ano		**Impresso & internet**	**TV**	**Rádio**	**Total**
2012	Contagem	793	68	17	878
	% em tipo de mídia	10,6%	10,2%	6,4%	10,4%
2013	Contagem	2479	136	28	2643
	% em tipo de mídia	33,1%	20,5%	10,5%	31,4%
2014	Contagem	4220	460	221	4901
	% em tipo de mídia	56,3%	69,3%	83,1%	58,2%
Total	Contagem	7492	664	266	8422
	% em tipo de mídia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: A autora

Enquanto 7.492 registros jornalísticos (89% do total) foram veiculados em jornais impressos e sites noticiosos, apenas 664 representam produto audiovisual (8%) e 266, conteúdo radiofônico (3%).

Gráfico 6 – Distribuição do conteúdo entre as mídias



Fonte: A autora

Esse predomínio do impresso e da internet se deve a dois fatores: a diferença de formato e a variedade de conteúdo disponibilizado no *clipping*. A diferença de formato é justificável pelo fato de que sites e jornais impressos costumam ter mais espaço do que telejornais e programas jornalísticos das rádios incluídas no *clipping*. Quanto ao conteúdo disponibilizado, cabe ressaltar que também há muito mais jornais e sites de abrangência nacional do que canais de televisão e rádio. Além disso, o *clipping* inclui poucos veículos radiofônicos quando comparados aos outros meios de comunicação (o que também é atribuído às dificuldades operacionais de acesso a tal material, já que nem todas as rádios disponibilizam seus conteúdos na íntegra na internet, o que remete à questão já discutida sobre a memória na *web*).

Justificada a variação na quantidade de veículos de mídias distintas, é preciso retomar a afirmação de que não há nesta tese a pretensão de comparar tais mídias, mas sim de utilizar os conteúdos disponibilizados nelas para formar um mosaico mais amplo possível daquilo que representa o jornalismo praticado no país. Ou seja, mais relevante que comparar a diferença entre o jornalismo praticado nesta ou naquela plataforma é buscar compreender como o jornalismo brasileiro se portou diante do acontecimento representado pela Comissão Nacional da Verdade.

Diante do exposto, entre os dados do Quadro 9, é possível destacar variação da cobertura anualmente por tipo de mídia. As porcentagens revelam que, apesar da diferença no quantitativo absoluto, todos os tipos de mídia apresentaram crescimento da cobertura com o passar do tempo. O ano de 2014 foi o mais expressivo, com 53% de todo o conteúdo de impresso e internet disponível, 69% do total de televisão e 83% do total de rádio. Enquanto a

cobertura[103] do impresso e on-line triplicou, a de televisão duplicou e a de rádio aumentou 65% entre 2012 e 2013. Já entre 2013 e 2014, o aumento foi de 70% no primeiro grupo, 238% no segundo e 690% no terceiro. Isso indica que, embora impresso e internet tenham produzido mais conteúdo em números absolutos, a ampliação da cobertura registrada entre 2013 e 2014 foi muito mais expressiva na televisão e no rádio (aumento de 238% e 690% na quantidade de materiais veiculados, respectivamente).

A primeira dúvida ocasionada quando me deparei com esses números foi: será que o *clipping* foi aprimorado em relação a rádio e TV em 2014? Pois isso poderia influenciar os dados sobre a cobertura. Tal questionamento foi feito ao assessor de comunicação da CNV, Marcelo Oliveira, que garantiu que não houve mudanças na forma de execução do *clipping* em relação às mídias, mas sim na condução dos trabalhos da CNV, do relacionamento com a imprensa e do interesse desses veículos pelos assuntos da comissão. Isso se deu não apenas por conta dos 50 anos do golpe, mas também porque, conforme contextualizado na seção 3.3, no último ano, a comissão desenvolve um cronograma de divulgação de relatórios preliminares, transfere boa parte das coletivas de imprensa para o Rio de Janeiro, investe em produção de material próprio para auxiliar os jornalistas (como, por exemplo, vídeos) e desenvolve uma iniciativa que foi considerada um marco tanto pela imprensa quanto pelos comissários, que foram as visitas às instalações militares para que as vítimas reconhecessem os locais de tortura.

Oliveira (2016) explica: "o foco mudou, mas é um conjunto de fatores. De divulgação, de plano, conforme o Pedro [Dallari] falou para você, de reforçar a TV". O investimento em atrair a Rede Globo para a cobertura também é considerado crucial para estimular a veiculação por outros canais e outras mídias. O jornalista Roldão Arruda (2016) recorda o momento em que a Globo passa a investir mais na cobertura e, com isso, atrai a atenção de outros veículos. "A Globo pauta as redações. É impressionante. Quando passa das 20h está todo mundo vendo *Jornal Nacional*."

Oliveira, no entanto, acredita que a atuação, em especial, de duas jornalistas contribuiu para que os temas relativos à CNV fossem mais noticiados na televisão. Segundo ele, Mônica Sanches, repórter de rede da Globo, e Míriam Leitão, comentarista de economia da Globo, colunista do Panorama Econômico do jornal *O Globo* e apresentadora do canal de TV por assinatura GloboNews, influenciaram nesse processo. "O programa dela [da Miriam Leitão] é

[103] Considerações feitas em relação aos 8.422 registros jornalísticos extraídos do *clipping* da CNV e, portanto, não correspondem a tudo que pode ter sido publicado sobre ditadura no período. Contudo, devido à amplitude do material e dos dados extraídos, estima-se que possa representar uma amostra bem próxima da realidade.

de economia. Ela faz 52 programas por ano e ela conseguiu abrir oito vezes para falar de ditadura. [...] Isso é muito importante. E, na verdade, a GloboNews é que impulsiona e traz a Globo para a cobertura" (OLIVEIRA, 2016).

Apesar de ter sido um veículo importante na divulgação de temas relativos à ditadura durante o funcionamento da CNV, o canal de TV por assinatura GloboNews também não deixa disponível todos os materiais produzidos. Principalmente algumas matérias mais antigas não se encontram acessíveis no site, até mesmo para consulta por assinantes. A reprodução de uma tentativa de acesso malsucedida é demonstrada na Figura 13.

Figura 13 – Reprodução de conteúdo não disponível no site da GloboNews

Fonte: www.g1.com/globo-news

Por conta desse fator, estima-se que o canal GloboNews tenha veiculado mais do que as 107 notícias com links disponíveis e consideradas para a análise (ver Quadro 10).

Tal aspecto também foi notado em relação ao Correio Braziliense, que, seja por possuir um buscador pouco eficiente, seja talvez por retirar as matérias do ar, foi de todos os veículos aquele em que se teve mais dificuldade de encontrar links ainda válidos. Em algumas situações, foi possível acessar o material no início da pesquisa, mas, depois de algum tempo, os links se tornavam inválidos.

Tais observações sobre o impacto de determinados veículos na cobertura e a relevância a eles atribuída pela comissão estimulam a resposta a outra questão desta pesquisa: Quais foram os veículos que mais cobriram a temática? O próximo quadro apresenta a quantidade total de materiais provenientes de cada veículo do *clipping*, bem como o quanto isso representa proporcionalmente em relação à totalidade da cobertura.

O *clipping* contém material advindo de dezenas de veículos e, por isso, o procedimento adotado foi: nomear aqueles que aparecem no clipping em pelo menos quatro ocasiões e excluir os que não tinham registros jornalísticos disponíveis on-line, isso resultou na identificação dos 60 veículos que mais garantiram espaço ao assunto, sendo todos os demais reunidos em "outros". No Quadro 10 estão listados 25 veículos selecionados de acordo com o volume da cobertura (a listagem completa encontra-se no Apêndice 2).

Quadro 10 – Quantidade de registros jornalísticos por veículo

Veículo	Nº Notícias	Porcentagem
Folha de S.Paulo	867	10,3
O Globo	747	8,9
Estadão	739	8,8
Portal Vermelho	669	7,9
G1	509	6,0
Agência Brasil	478	5,7
Assessorias de Com. e sites inst.	341	4,0
Rede Brasil Atual	309	3,7
Carta Capital	231	2,7
TV Globo	277	3,3
Portal Terra	183	2,2
TV Brasil	171	2,0
Correio Braziliense	133	1,6
Estado de Minas	128	1,5
Rádio CBN	118	1,4
GloboNews	107	1,3
Zero Hora	107	1,3
Radioagência Nacional	103	1,2
EBC/NBR	96	1,1
R7	95	1,1
Diário de Pernambuco	84	1,0
Jornal do Brasil	75	,9
Jornal do Commercio	72	,9
iG	68	,8
Uol	61	,7
O Dia	55	,7
Outros	1599	19,0
Totais	8422	100,0

Fonte: A autora

A partir da visualização dos dados, torna-se perceptível que a *Folha de S. Paulo* foi o jornal que mais cobriu a temática, tendo veiculado, durante o período de funcionamento da

CNV, 867 conteúdos ainda disponíveis on-line, seja como notas, notícias, reportagens, editoriais, ou como artigos de opinião. Apenas as publicações da *Folha* representam 10% de tudo o que foi coletado sobre o assunto. Em seguida, aparece *O* Globo, com 747 registros e *O Estado de S. Paulo*, com 739. Tanto a cobertura de *O Globo* quanto a do *Estadão* representam, cada, quase 9% do material total. É interessante notar que os cinco primeiros meios de comunicação listados foram responsáveis por 42% de toda a cobertura.

Ainda que a maioria dos veículos que lideram o "*ranking*" façam parte do *mainstream*, chama a atenção o fato de dois sites considerados "alternativos" – o *Portal Vermelho*[104] e o da *Rede Brasil Atual*[105] – ocuparem posição de destaque na listagem e terem conseguido repercutir o assunto tanto quanto os de grande circulação e acesso. Enquanto o *Vermelho* acumulou 669 inserções (quase 8% do total veiculado por todas as mídias), a *Rede Brasil Atual* somou 309 (3,7%).

Segundo a jornalista Patrícia Britto, que era repórter da *Folha de S. Paulo* à época, isso demonstra que outros veículos passam a desenvolver material competitivo e a realizar boas coberturas, frequentemente apresentando uma visão distinta da usualmente apresentada pela grande imprensa.

> Havia interesse não só dos grandes jornais, mas também de sites menores. Eles tinham menos restrição de espaço talvez, não sei. Na época o iG cobria muito bem. [...] Rede Brasil Atual cobriu bem também na época. Claro, alguns, às vezes, tinham um viés mais ideológico, dependendo do estilo do veículo. Mas a cobertura foi boa (BRITTO, 2016).

A presença de tantos meios de comunicação repercutindo as ações da CNV demonstra que, mesmo que os trabalhos do colegiado apareçam por apenas uma vez em determinados veículos, as atividades das comissões locais e o interesse dos meios de comunicação de pequena circulação contribuem para que o tema seja noticiado até nas regiões mais afastadas do país. De alguma forma, isso faz com que pessoas que tinham pouco ou nenhum

[104] O Portal Vermelho é um site noticioso de esquerda criado em 2002 e mantido pela Associação Vermelho, entidade sem fins lucrativos, em convênio com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/interna.php?pagina=quemsomos.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

[105] O site Rede Brasil Atual integra a Rede Brasil Atual (RBA), de propriedade da Editora Gráfica Atitude, que também é responsável por Revista do Brasil, Rádio Brasil Atual e jornais sindicais. Ainda que a RBA seja originada do movimento sindical e mantida por movimentos sociais e sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), não se considera atrelada editorialmente à CUT, mas sim a uma rede de jornalismo independente cuja "política editorial é assumidamente de esquerda, humanista, voltada para o estímulo à participação social, à defesa intransigente dos direitos humanos, à busca da cidadania plena para as maiorias da população e às minorias oprimidas por preconceitos nefastos, à construção de um novo modelo de desenvolvimento que viabilize o planeta para as gerações futuras." Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/A-Rede-Brasil-Atual-e-o-direito-de-incomodar/12/33286>. Acesso em: 11 jan. 2017.

conhecimento sobre a ditadura tenham ao menos o primeiro contato com novas informações daquele período.

Essa percepção é compartilhada por Maria Rita Kehl (2015), integrante da CNV, ao afirmar que "a imprensa cobriu muito" e que a comissão não pode reclamar de desinteresse por parte do jornalismo *mainstream*, pois "qualquer coisinha saía no *Jornal Nacional* [...] *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*", nem dos veículos do interior do país. "Jornal local sempre saía [...]. Cada cidadezinha que a gente ia, saía na capa do jornal local."

As revistas impressas, no entanto, divulgaram pouco conteúdo sobre a ditadura e a CNV. Dos 25 principais veículos incluídos na listagem dos que mais cobriram, entra apenas a revista *Carta Capital*, com 231 registros. Já as outras principais revistas informativas do país apresentam índices menores. Foram encontrados no *clipping* 40 registros com links ainda válidos da revista *IstoÉ*, 19 da *Época* e 17 da *Veja*. Que os números das revistas fossem menores do que os dos veículos de circulação diária, já era esperado, pois todas são de circulação semanal, contudo, a grande diferença entre a divulgação feita pela *Carta Capital* em relação às demais é uma novidade, que pode ser justificada pelo fato de a *Carta* se reconhecer como veículo de esquerda, o que a aproxima das preocupações com as violações dos direitos humanos e, consequentemente, com os temas tratados por comissões da verdade.

Entretanto, o baixo índice de registros encontrados no *clipping* para a *Veja* chama a atenção e me leva a questionar a assessoria da CNV e pesquisar no site da revista o conteúdo disponível sobre "comissão da verdade". A busca simples no site (usando como marco temporal o mesmo período utilizado pelo *clipping*) origina 51 resultados sobre a temática, que foram checados um a um. Isso demonstra que, mesmo assim, a *Veja* não estaria entre os 25 veículos listados no Quadro 10 e, por isso, tal divergência não comprometerá a análise dos enquadramentos que será feita adiante. Ainda que, desde o início, tenha sido enfatizado que o *clipping* seria incapaz de compreender a totalidade do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação do país, cabe aqui fazer a ressalva. Portanto, encaramos a imensidão de conteúdo conseguida por meio do *clipping* (8.422 registros jornalísticos), como um retrato parcial, uma espécie de "amostragem" de um todo que, obviamente, é mais amplo.

Uma outra ressalva que deve ser feita é que o *clipping* oficial Mídia Impressa, produzido pela EBC e utilizado pela comunicação da CNV, não inclui material proveniente de semanários impressos, por isso, todo o conteúdo advindo das revistas foi acrescentado pela assessoria da CNV, à medida que eram verificados nas publicações ou que os veículos demandavam o órgão. Como, de fato, as revistas noticiaram pouco o tema em suas edições impressas, a consequência é que o conteúdo incluído pela assessoria se limitou basicamente a

este material disponibilizado simultaneamente nas duas mídias (impresso e internet). A própria jornalista Marsílea Gombata, que era responsável pela cobertura da CNV quando estava na *Carta Capital*, afirma que a maior parte do que produzia era divulgada no site e não na versão impressa, ainda que a revista tivesse interesse pelo assunto.

Outro fator que pode ter contribuído para a baixa frequência de conteúdo divulgado pela *Veja* no *clipping* é o fato de a revista ter se posicionado de forma extremamente crítica à CNV desde o início dos trabalhos, sendo o então colunista Reinaldo Azevedo o principal responsável por elaborar artigos combativos e destrutivos em relação ao papel da comissão.

Ao ser perguntado se havia alguma resistência da comissão ao conteúdo de *Veja*, o assessor Marcelo Oliveira diz que não, mas é enfático em afirmar que "a *Veja* não procurava a CNV e eu não procurava a revista". Conforme Oliveira, em geral "as revistas, exceto a Carta Capital, e umas duas matérias do Alan Rodrigues na *IstoÉ*, nada publicavam. A *Época* era um veículo das Organizações Globo que destoava do restante. Não dava absolutamente nada" (OLIVEIRA, 2016).

As informações sobre o espaço destinado pelos veículos sugerem uma série de novas questões, que envolvem também identificar como eles cobriram o assunto. O primeiro passo para tal é verificar as principais editorias às quais o conteúdo foi vinculado.

Quadro 11 – Editorias em que o conteúdo está vinculado

Editoria	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Política/Poder/Eleições	1898	22,5	28,0
Brasil/Nacional/Pais	1232	14,6	18,2
Localidades (Rio, SP, MG...)	733	8,7	10,8
Cidadania/D.Humanos	583	6,9	8,6
Artes/Cultura/Ilustrada/ Entretenimento	404	4,8	6,0
Opinião/Colunistas	381	4,5	5,6
Internacional/Mundo/ A.Latina	357	4,2	5,3
Blogs	123	1,5	1,8
Repórter Brasil[106]	101	1,2	1,5
Economia/Negócios/ Mercado	42	,5	,6
Justiça	31	,4	,5
Outras	898	10,7	13,2
Não se aplica	1639	19,5	-
Total	8422	100,0	-

Fonte: A autora

[106] Repórter Brasil não é exatamente uma editoria, mas a forma como a EBC editorializava o conteúdo de interesse nacional veiculado no programa *Repórter Brasil* – da TV Brasil – disponibilizado no site.

Se antes a ditadura parecia ser assunto apenas das páginas de política, uma das observações a ser feita é que, durante o funcionamento da CNV, passa a ser pauta nas mais diversas editorias, abrangendo desde viés relativo à economia e à cultura, até temas de interesse local ou regional. Contudo, 46% do conteúdo classificado em algum tipo de editoria é referente às seções de política, pois, na maioria dos veículos, as editorias de Nacional, Brasil e País (caso do jornal *O Globo*) também tratam de política ou, ainda que não se atenham apenas às ações dos Três Poderes, cobrem outros temas relacionados à área e às políticas públicas de interesse nacional.

Merece destaque ainda o fato de 6% do conteúdo total atrelado a alguma editoria terem sido publicados nos cadernos de cultura. Isso demonstra também como a ideia de "ciclos de memória cultural" (ver pág.89), apresentada por Rebecca Atencio (2014), faz sentido no período de funcionamento da CNV. Isso porque a CNV influenciou e foi influenciada por ações e manifestações culturais dos mais variados tipos, auxiliando na constituição de ambiente propício para o desenvolvimento de um novo ciclo.

A autoria dos relatos jornalísticos é a última variável analisada nesta primeira fase. O objetivo, ao incluir esse dado, é destacar aqueles jornalistas que mais assinaram matérias sobre o assunto e contribuir para as discussões sobre o papel exercido por tais profissionais na cobertura. Como o levantamento origina mais de mil nomes, listamos inicialmente 470 autores que publicaram duas matérias ou mais e, depois, reduzo a listagem até chegar ao que apresento no Quadro 12, que representa apenas os jornalistas que assinaram 20 ou mais matérias.

Quadro 12 – Jornalistas que mais cobriram o tema

Autor / Repórter[107]	Frequência	Porcentagem
Roldão Arruda (Estadão)	141	1,6
Evandro Éboli (O Globo)	84	1,0
Elaine Patrícia Cruz (Agência Brasil)	61	,7
Chico Otavio (O Globo)	56	,7
Luciano Nascimento (Agência Brasil)	56	,7
Marsílea Gombata (Carta Capital)	48	,6
Tatiana Farah (O Globo)	43	,5
Juliana Dal Piva (O Globo)	41	,5
Patrícia Britto (Folha)	37	,4
Vitor Nuzzi (Rede Brasil Atual)	36	,4
Ancelmo Gois (O Globo)	35	,4

[107] Os nomes destacados em negrito concederam entrevista para a pesquisadora.

Leonencio Nossa (Estadão)	34	,4
Matheus Leitão (Folha)	31	,4
Bernardo Mello Franco (Folha)	30	,3
Isabela Veira (Agência Brasil)	30	,3
Wilson Tosta (Estadão)	28	,3
Lucas Ferraz (Folha)	26	,3
Wilson Lima (iG)	25	,3
Erikson Walla (Vermelho)	23	,3
Monica Bergamo (Folha)	23	,3
Thaise Constancio (Estadão)	23	,3
Akemi Nitahara (Agência Brasil)	22	,3
Ivan Richard (Agência Brasil)	22	,3
Flavia Villela (Agência Brasil)	21	,2
Tadeu Breda (Rede Brasil Atual)	21	,2
Monica Sanches (TV Globo)	21	,2
Daniel Mello (Agência Brasil)	20	,2
Marcelo Brandão (Agência Brasil)	20	,2
Vasconcelo Quadros (iG)	20	,2
Vinicius Lisboa (Agência Brasil)	20	,2

Fonte: A autora

Os jornalistas listados no Quadro 12 são aqueles que mais publicaram conteúdo assinado sobre a temática. Após os nomes, estão entre parênteses os veículos nos quais atuaram durante o período de funcionamento da CNV (alguns atuam hoje em locais ou funções diferentes). Quem lidera a lista é Roldão Arruda, então repórter e colunista de *O Estado de S.Paulo*, que assinou 141 registros obtidos no levantamento. Ele é um dos entrevistados desta pesquisa e explica que, em parte, o motivo para tamanho investimento na temática se deve ao espaço garantido pelo jornal. "[...] O Estadão deu boa cobertura, eu tive bastante espaço e, mais de uma vez, me disseram 'o tema nos interessa', 'traga coisas, porque nos interessa'."

Por outro lado, o interesse pessoal do jornalista também contribuiu. "Acho que, desde lá atrás, eu tinha uma sensibilidade para tratar do assunto", afirma Roldão ao contar que, enquanto estudante secundarista e universitário, fez parte do movimento estudantil e foi crítico do regime ditatorial. "A ditadura para mim era uma coisa muito presente. E, quando eu estava terminando a faculdade, eu recebi uma proposta para vir trabalhar no jornal *O Movimento*, que era um jornal alternativo de oposição ao regime." Roldão explica que, desde quando atuou no jornalismo alternativo até suas passagens por veículos da "grande mídia", como as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Exame* e os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (neste último ele permaneceu por 25 anos), sempre cobriu "os grandes temas nacionais fora

do Congresso" e os movimentos populares. "[...] Eu cobria muito periferia, Igreja, os Sem-Terra, a questão indígena e os direitos humanos. Então essas coisas foram se aproximando." Devido a todos esses fatores, ele conta que acabou envolvido com a comissão da verdade e acompanhou o tema desde a proposta de criação até o último dia dos trabalhos. "Eu acho que eu fui o primeiro jornalista que deu que a comissão seria instalada" (ARRUDA, 2016).

O segundo nome da lista é do repórter da sucursal de *O Globo* em Brasília, Evandro Éboli, que compartilha da opinião de Roldão, de que o interesse dos jornalistas pelo assunto contribui com a cobertura. Por 16 anos, ele atuou na seção Nacional, na qual, segundo o próprio jornalista, "entra o que não é especificamente política ou economia – cobre políticas públicas, saúde, educação, Ministério da Justiça, Polícia Federal, questões indígenas...", mas está atrelada à editoria de País (política). Por cobrir há muitos anos a Comissão de Anistia – "a gente brinca até que eu sou setorista de lá" –, Éboli diz que as histórias dos familiares de mortos e desaparecidos da ditadura sempre chamaram sua atenção e permearam seu trabalho. Assim, atuar na cobertura da CNV em Brasília surgiu como algo natural. "Foi interesse pessoal. Tomei para mim esse assunto, e ficou até hoje assim... Tenho certa responsabilidade sobre o assunto, você acaba conhecendo muita gente, as pessoas te procuram... Peguei o assunto no sentido de que me interessava e naturalmente ficou comigo na editoria." Satisfeito com o trabalho desenvolvido, Éboli considera "um coroamento da profissão poder cobrir uma comissão da verdade".

Além de Roldão e Éboli, destacam-se também na cobertura jornalistas da *Agência Brasil*, como Elaine Patrícia Cruz e Luciano Nascimento, e da *Folha de S. Paulo*, como Patrícia Britto, Lucas Ferraz, Bernardo Mello Franco e Matheus Leitão. Este último, foi ganhador do Prêmio Esso em 2003 por uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia e de menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog em 2013, juntamente com o também repórter da *Folha* Rubens Valente, pela série "Os arquivos ocultos da ditadura".

Assim como eles, o também premiado repórter Leonêncio Nossa, de *O Estado de S. Paulo*, autor do livro *Mata!*, que revela informações do arquivo pessoal do major Curió, conhecido como um dos protagonistas da repressão da ditadura militar à Guerrilha do Araguaia, é outro que se destaca na cobertura.

No jornal *O* Globo, aparecem ainda Chico Otávio, vencedor de seis prêmios Esso e autor do livro *Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar* (em parceria com Aloy Jupiara), Tatiana Farah e Juliana Dal Piva, além do colunista Ancelmo Gois. Na revista *Carta Capital*, a repórter Marsílea Gombata foi a responsável pela maior parte da cobertura. Já na TV Globo, a jornalista que mais teve reportagens no levantamento foi Mônica Sanches,

que se diz uma apaixonada por história. “Toda vez que tinha uma coisa histórica, eu fui me envolvendo. [...] É uma coisa que eu gosto. Então, o que me chamou a atenção na comissão da verdade foi essa questão histórica.” De acordo com a jornalista, a possibilidade de descobrir novos personagens e ouvir pessoas que nunca haviam falado sobre o assunto também foi um estímulo. “Eu adoro personagens históricos em geral. E algumas das pessoas que foram à comissão da verdade são personagens históricos brasileiros, fundamentais” (SANCHES, 2016).

Para conseguir o concorrido espaço dos principais telejornais da Rede Globo e emplacar o que produzia sobre as investigações da comissão da verdade, Mônica Sanches conta que investia na produção de suas reportagens, com utilização de gráficos, documentos e material de acervo da emissora. “O único propósito em transformar tudo em algo tão atraente e claro é que as pessoas tomem conhecimento do que aconteceu e do que qualquer extremismo ou falta de democracia nos leva em última análise, porque só o conhecimento vai nos redimir” (SANCHES, 2016).

Ao defender como função do jornalismo o esclarecimento e a defesa dos direitos humanos, Mônica Sanches, assim como Evandro Éboli e Roldão Arruda, integra um grupo de jornalistas considerado pelos comissários da CNV como “engajado”. Para Rosa Cardoso (2014), é “um grupo de jornalistas que se dedica à cobertura dos direitos humanos, que tem uma visão muito construtiva, interessados que realmente haja expansão da proteção desses direitos. Isso tem que ser destacado”. Cláudio Fonteles (2016) faz a mesma observação ao considerar tais profissionais como “missionários”. “Eu sentia nesses profissionais um envolvimento. Não era simplesmente cobrir para a Juliana Dal Piva, o Chico Otávio [...]. Muito além disso, se doaram numa missão jornalística. Você pode ser um burocrata e ir cobrir um fato, ou transcender. O bom profissional é um missionário.” Além desses nomes, Fonteles destaca também o da jornalista Míriam Leitão e justifica a percepção por considerar que “os jornalistas missionários não caíram na vala comum da imprensa”.

Fonteles acredita que a cobertura da comissão da verdade representa um momento de exceção, por considerar que, de maneira geral, a mídia está “muito mais preocupada com o informativo superficial do que com o formativo”. No caso da cobertura de temas relativos à ditadura, ele diz que “a larga maioria dos profissionais que se dedicaram a fazer matérias, o fizeram no sentido formativo. Claro que tem a manchete. Tem. Mas o trabalho desses jornalistas não foi ditado pelo manchetismo, foi ditado para revelar uma situação e informar”.

Para Evandro Éboli, “as coberturas dos temas diversos, para além da questão desse assunto, dependem muito do envolvimento dos jornalistas. Envolvimento não de ser contra ou

ser a favor. Do interesse, e de não se contentar só com o que está posto". Mas, no caso específico do jornalista que cobre assuntos relativos aos direitos humanos, ele nota uma diferença em relação aos outros temas.

> A gente que trabalha com direitos humanos está junto com o tema, do lado do tema. Não é algo que a gente vá contestar. Contestar que eu digo é que não é um assunto assim... como da Previdência, que há um embate. Não é algo como cobrir economia. Na cobertura dos direitos humanos, você está do lado, porque concorda com aquilo e você quer as informações (ÉBOLI, 2016).

As observações e o perfil dos jornalistas que aparecem em destaque na listagem permitem afirmar que os principais conteúdos produzidos sobre a CNV e a ditadura envolvem, majoritariamente, dois tipos de profissionais: jornalistas experientes, alguns com perfil investigativo, e repórteres novos e promissores que se interessavam pelo assunto ou viram nele uma oportunidade de crescimento profissional.

Nesse último grupo, enquadram-se, por exemplo, as jornalistas Marsílea Gombata e Patrícia Britto, também entrevistadas para esta pesquisa. Com poucos anos de experiência no mercado quando foram contratadas pela *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo*, respectivamente, elas foram inseridas na cobertura política por ocasião e, a partir do interesse pessoal e da oportunidade oferecida, logo se destacaram na cobertura da comissão da verdade.

Diante do exposto, são identificados os autores de parte das narrativas sobre a ditadura e a comissão da verdade na contemporaneidade e é demonstrado como, além dos constrangimentos envolvidos com a cultura profissional e impostos pelas práticas editoriais dos veículos –, a atuação e o interesse pessoal dos jornalistas pelas temáticas abordadas também devem ser considerados para que haja percepção de aspectos opacos do processo.

A aplicação da primeira fase da análise de conteúdo proporciona a visualização dos aspectos gerais da cobertura e responde a parte dos questionamentos desta pesquisa, cumprindo com alguns dos objetivos traçados. É preciso, contudo, aprofundar um pouco mais em "como" tais narrativas jornalísticas se deram para, inclusive, compreender melhor quais outros temas foram noticiados, como foram enquadrados e de que maneira o jornalismo abordou os momentos-chave da cobertura (a partir da interpretação dos picos de divulgação apresentada anteriormente). Por não haver necessidade de identificar os enquadramentos noticiosos das 8.422 notícias, já que a seleção de uma amostra representativa atende ao método, trabalho então com uma amostra que será detalhada adiante, usando como um dos critérios para estabelecê-la a quantidade de registros noticiosos por veículo apresentada nesta seção.

4.2 **Enquadrando a comissão nacional da verdade**

A partir dos dados e dos resultados das análises apresentados na seção 5.1 foi possível mensurar o espaço destinado pela cobertura jornalística à ditadura e à Comissão Nacional da Verdade, os momentos de maior ênfase e quais assuntos sobressaíram. Contudo, mais do que identificar as principais recorrências temáticas e quando elas ocorreram, outro objetivo desta pesquisa é analisar como elas foram narradas e quais enquadramentos foram acionados. Desse modo, nesta segunda etapa da análise, incorporo três características (gêneros/formatos jornalísticos, terminologias utilizadas e enquadramentos).

O Quadro 13, a seguir, apresenta a mesma listagem de veículos que se destacaram na cobertura, porém, nela estão destacados em negrito os sete veículos com os quais vou trabalhar nesta etapa. Mesmo que a intenção não seja a comparação de conteúdo audiovisual com textual ou multimídia, a proposta de seleção se justifica pela intenção de construir um conjunto amostral que seja representativo do corpus geral identificado inicialmente (que envolve registros jornalísticos disponibilizados na internet advindos de vários tipos de mídia).

Quadro 13 – Quantidade de registros jornalísticos por veículo

Veículo	Nº Notícias	Porcentagem
Folha de S.Paulo	867	10,3
O Globo	747	8,9
Estadão	739	8,8
Portal Vermelho	669	7,9
G1	509	6,0
Agência Brasil	478	5,7
Assessorias de Com. e sites institucionais	341	4,0
Rede Brasil Atual	309	3,7
Carta Capital	231	2,7
TV Globo	277	3,3
Portal Terra	183	2,2
TV Brasil	171	2,0
Correio Braziliense	133	1,6
Estado de Minas	128	1,5
Rádio CBN	118	1,4
GloboNews	107	1,3
Zero Hora	107	1,3
Radioagência Nacional	103	1,2
EBC/NBR	96	1,1

R7	95	1,1
Diário de Pernambuco	84	1,0
Jornal do Brasil	75	,9
Jornal do Commercio	72	,9
iG	68	,8
Uol	61	,7
O Dia	55	,7
Outros	1599	19,0
Totais	8422	100,0

Fonte: A autora

Essa seleção foi feita adotando como critério a identificação de sete veículos comerciais do *mainstream* (três jornais impressos, uma revista, uma emissora de TV, uma rádio e um site de notícias) que mais cobriram o assunto. Feito este primeiro corte, aplico o instrumento da semana composta para selecionar as matérias desses veículos que vão incorporar a amostragem em que será aplicada a análise de enquadramento. Isso faz com que o material total a ser analisado seja reduzido de 8.422 para 404 registros.

É interessante observar que, da lista total de mais de 60 veículos identificados, apenas os sete selecionados e destacados no Quadro 13 (*Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de S. Paulo, G1, Carta Capital, TV Globo* e *Rádio CBN*) foram responsáveis por 41,4% de toda a cobertura. Apesar de o histórico de alguns desses veículos já ter sido abordado na seção 2.2 e seus índices de circulação e audiência demonstrados na seção 5.1, retomo aqui, de forma sucinta, os dados gerais sobre eles.

A *Folha de S. Paulo* pertence ao Grupo Folha[108] (fundado por Octavio Frias de Oliveira e considerado o terceiro maior conglomerado midiático do Brasil) e foi criada em 1921 com o nome *Folha da Noite*. Após a supressão de três títulos do mesmo grupo e a reunião deles em um só jornal, passou a receber o nome de *Folha de S. Paulo* na década de 1960. A circulação média em 2013 era de 294,8 mil exemplares por edição (PINTO, 2012; MÍDIA DADOS, 2014; GRUPO FOLHA, 2016).

O jornal *O Globo* (circulação média de 267,5 mil exemplares por edição em 2013), fundado em 1925 por Irineu Marinho e sediado no Rio de Janeiro, é – assim como a TV Globo, o portal de notícias *G1* e a rádio *CBN* – pertencente ao Grupo Globo, considerado o

[108] Proprietário também dos jornais Agora, Alô Negócios e Valor Econômico (este último até 2016, juntamente com as Organizações Globo), da agência de notícia Folhapress, das gráficas Plural (resultado de uma *joint venture* entre o Grupo Folha e a Quad/Graphics USA) e FolhaGráfica, das empresas de transporte, distribuição e logística Transfolha e São Paulo Distribuição e Logística (esta última em parceria com o Grupo Estado), da livraria on-line Livraria da Folha, do portal Uol, da empresa de internet e TI para solução de pagamentos Pagseguro e do instituto de pesquisa Datafolha, entre outras empresas.

maior conglomerado midiático da América Latina. Além da emissora de televisão aberta TV Globo (com suas 122 geradoras e retransmissoras e alcance em 98,56% dos municípios brasileiros), o Grupo Globo também possui a Globo Internacional (*Globo International Television*) e dezenas de outros veículos e empresas[109] (MÍDIA DADOS, 2014; MEMÓRIA GLOBO, 2016; GRUPO GLOBO, 2016).

O Estado de S. Paulo (234,9 mil exemplares por edição em 2013) foi fundado em 1875 com o nome *A Província de São Paulo* e passou a ser de propriedade da família Mesquita em 1902, integrando atualmente o Grupo Estado. O conglomerado também engloba as rádios *Estadão* e *Eldorado*, a *Agência Estado* e o portal *Estadao.com.br*, entre outras empresas[110]. (MÍDIA DADOS, 2014; ACERVO ESTADÃO, 2016; GRUPO ESTADO, 2017).

Já a revista *Carta Capital* (30 mil exemplares por edição em 2013) foi criada em 1994 por Mino Carta (também idealizador de *Veja* e *IstoÉ*) e é impressa pela Editora Confiança[111] – que nasceu em 2001, quando a revista deixou de ser quinzenal para ter periodicidade semanal. Diferentemente dos outros veículos incluídos nesta etapa da análise, a *Carta* não faz parte de um conglomerado (MÍDIA DADOS, 2014; CARTA CAPITAL, 2016).

A partir da identificação dos veículos e das datas extraídas da semana composta, uma nova base de dados é criada com os 404 registros jornalísticos que atendem a esses dois critérios. A eles são aplicadas as variáveis que buscam identificar primeiramente os gêneros e formatos jornalísticos prioritários (conforme o Quadro 14). Como já foi mencionado, tanto o gênero opinativo quanto o informativo foram considerados e as principais formas em que aparecem identificadas.

---

[109] Entre as empresas do Grupo Globo estão os jornais *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico* (este último foi fruto de sociedade com o Grupo Folha até 2016, quando os 50% do Grupo Folha foram adquiridos pelo Grupo Globo), as revistas Auto Esporte, Época, Galileu, Marie Claire, a Editora Globo, o serviço de TV por satélite e a cabo Globosat, a empresa de TV por assinatura via satélite Sky Brasil, a gravadora Som Livre, a coprodutora de cinema Globo Filmes, a produtora de TV Endemol Globo (em parceria com a produtora holandesa Endemol), o portal de notícias G1, o portal Globo.com, o portal de anúncios classificados Zap (em parceria com O Estado de S. Paulo), as rádios Globo, CBN, Inconfidência, BH FM e Savassi, e a Fundação Roberto Marinho.

[110] A OESP Mídia (edição musical e comercialização fonográfica), a OESP Digital (serviços publicitários), a OESP Empreendimentos e Participações (venda e locação de bens próprios), a Eldorado Sistema de TV, a São Paulo Distribuição e Logística (parceria com Grupo Folha).

[111] A empresa edita ainda dois títulos voltados para professores, Carta na Escola (ensino médio) e Carta Fundamental (ensino fundamental), mantém o site CartaCapital e uma unidade produtora audiovisual, a TV Carta.

Quadro 14 – Gêneros e formatos jornalísticos identificados

***Coding scheme* – Gênero/formato**		
1	Informativo	Nota
2		Notícia
3		Reportagem
4		Entrevista
5	Opinativo	Artigo de opinião
6		Crítica cultural (p.ex. crítica literária, resenha)
7		Comentário (em geral de TV)
8		Crônica
9		Outros

Fonte: A autora

É considerada nota a notícia curta, que apresenta os fatos de forma sucinta, sem aprofundamento. No telejornalismo, as notas podem ser "secas", quando são apenas narradas pelo apresentador, ou "cobertas", quando há uso de imagem para ilustrar (cobrir) o que é narrado. Já a notícia é o relato dos fatos em texto informativo, iniciado em geral com as informações consideradas mais importantes, visando responder às seguintes questões: O quê? Quando? Quem? Por quê? Onde? Como? A reportagem é o relato ampliado dos acontecimentos, mediante cobertura aprofundada de um fato ou abordagem exaustiva de um tema. Já a entrevista é tanto um instrumento básico do jornalismo, servindo de subsídio para a confecção de notícias e reportagens, quanto pode ser o produto final, ou seja, um formato – caso aqui em questão – em que é apresentado o diálogo de perguntas (feitas pelo jornalista) e respostas (emitidas pelo entrevistado), seja no formato PR (ou pingue-pongue), seja como texto do jornalista com a opinião do entrevistado.

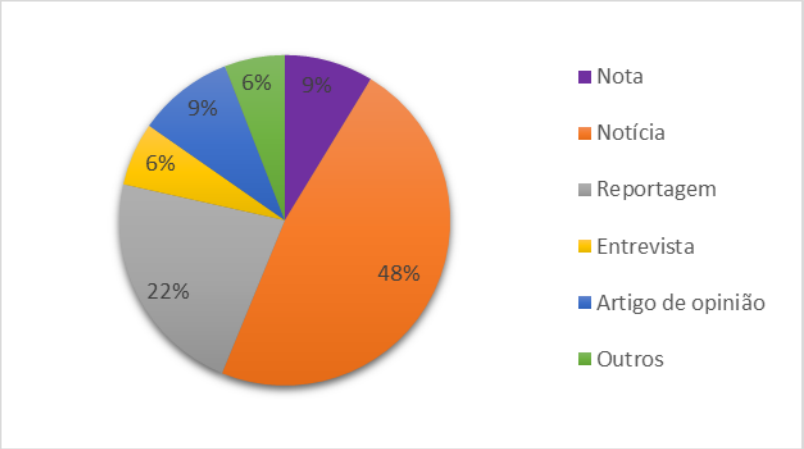
O editorial[112] é um texto sem assinatura em que o veículo exprime suas opiniões, sendo geralmente publicado na página de Opinião dos jornais impressos ou narrado pelo âncora do telejornal ou da rádio. É considerado artigo de opinião o texto dissertativo-argumentativo, assinado, em que o autor expõe seu posicionamento diante de algum tema. A crítica é a avaliação feita por especialistas sobre um produto, acontecimento ou evento, sendo frequentemente utilizada para avaliar a produção artística, como filmes, livros e exposições. O comentário é a avaliação de especialista ou jornalista com a finalidade de analisar e emitir opinião sobre assunto apresentado no noticiário. Já a crônica é o relato informativo-narrativo do cotidiano, que expõe temas corriqueiros que chamaram a atenção do cronista. A crônica,

[112] O editorial não está incluído no Quadro 14 por não ter sido identificado nenhum exemplo na amostragem. Contudo, sua conceituação foi utilizada já que na última etapa da análise estudo momentos específicos da cobertura que vão além da amostra e faço uso de editoriais.

cujo próprio nome remete ao termo grego “cronos” (tempo), tem estreito vínculo com o momentâneo, o fato presente (VIVALDI, 1993; PENA, 2005; MELO, ASSIS, 2016).

Dos 404 registros, 35 são considerados notas (9% do total), 192 notícias (48%), 90 reportagens (22%), 25 entrevistas (6%), 38 artigos de opinião (9%), sete críticas (1,7%), três comentários (0,7%), uma crônica (0,2%) e 13 foram classificados em outros formatos (3,2%). Nenhum editorial sobre o assunto foi identificado na amostra.[113]

Gráfico 7 – Distribuição dos gêneros/formatos



Fonte: A autora

O número expressivo de notícias, consideradas o produto básico do jornalismo, demonstra que a cobertura sobre a ditadura e a CNV privilegiou mais o relato dos acontecimentos do que a abordagem exaustiva dos fatos e temas. Ainda assim, a ocorrência de 90 reportagens, que representam 22% da amostra, é significativa, pois demonstra que quase um quarto do material pesquisado tratou do tema a partir de desdobramento e aprofundamento dos fatos, propondo contextualização, análise e reflexão, que são características da reportagem jornalística. Sem dúvida, esse é um aspecto positivo da cobertura.

Um outro elemento observado nesta segunda etapa da análise de conteúdo diz respeito ao uso de terminologias que referenciem os processos históricos representados pelo golpe de 1964 e pela ditadura militar. Conforme apresentado nos capítulos iniciais, há uma disputa político-ideológica pela fixação de sentidos dominantes sobre os termos históricos. Se, há algumas décadas, “revolução” e “regime militar” eram as expressões predominantes nos textos jornalísticos, ensinadas nas escolas e repercutidas na vida cotidiana, atualmente, a partir de luta travada por militantes dos direitos humanos e estudiosos do período, parcelas da

[113] Utiliza-se como referência a conceituação de Marques de Melo, que considera nota, notícia, reportagem e entrevista como formatos de gênero informativo e editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica como formatos do gênero informativo (MELO, ASSIS, 2016).

sociedade passaram a incorporar termos que pudessem corresponder de maneira mais enfática à violência de episódios históricos como esses. Isso significa que, apesar das disputas narrativas e discursivas ainda existentes – pincipalmente na academia –, já existe a disseminação da ideia de que "revolução" e "regime militar" são, mais do que expressões polissêmicas, termos amenizadores para se abordar um golpe de estado e uma ditadura.

A atenção para o uso dessas expressões se transformou em notícia do jornal O Globo em 5 de abril de 2013, depois que o então pré-candidato à Presidência da República Aécio Neves chamou o golpe de "revolução" e provocou alvoroço na internet.

> No momento em que a presidente Dilma Rousseff cobra da Comissão da Verdade mais visibilidade em crimes cometidos na ditadura militar, o senador mineiro Aécio Neves, pré-candidato do PSDB ao Palácio do Planalto, cometeu ontem um deslize que gerou grande repercussão nas redes sociais. Em discurso sobre os problemas do atual pacto federativo, em encontro com prefeitos de São Paulo, o tucano referiu-se ao golpe militar como "revolução de 1964", termo utilizado por defensores da ditadura brasileira. Nas redes sociais, internautas criticaram a gafe do tucano e lembraram o papel do seu avô, o ex-presidente Tancredo Neves, no processo de redemocratização.
> – É ditadura, revolução, como quiserem. É um regime militar contra o qual lutamos muito para que fosse vencido. Eu tive orgulho de ter participado pelo menos no final da luta pela reconquista da democracia no Brasil. Uma ditadura que não queremos que se repita – justificou o senador, ao ser questionado sobre o motivo de ter utilizado o termo revolução, em vez de golpe (URIBE, 2013, p.10).

No dia 19 de fevereiro de 2014, o Estadão publicou artigo de opinião do general de Exército Rômulo Bini Pereira, que foi chefe do Estado Maior de Defesa. O texto, que se inicia e se encerra chamando o golpe de 64 de "revolução democrática", é uma nítida tentativa de se contrapor à visão hoje majoritária e crítica à intervenção militar[114], como bem reconhece o autor. Criticando as comissões da verdade, que, segundo ele, surgiram para "denegrir o fato histórico", o governo de Dilma Rousseff, que "demonstra ser incapaz de governar com seriedade, equilíbrio e competência", e os Três Poderes, que estariam atolados pela "corrupção e mordomias", o general consegue reunir em um só texto alguns dos principais argumentos usados pela extrema direita para questionar o então governo petista e subsidiar o processo de impeachment[115].

---

[114] Pesquisa do instituto Datafolha indica que aproximadamente dois terços (62%) dos brasileiros acreditam que a democracia é sempre melhor do que qualquer outro regime de governo. Disponível em: < http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>. Acesso em: 9 fev 2017.

[115] As primeiras manifestações populares contrárias ao governo Dilma Rousseff se iniciaram em 2013, mas foi em 2014, logo após o resultado das eleições em que a governante foi reconduzida ao cargo que alguns grupos de oposição se apropriaram da cena numa campanha em prol do *impeachment* a qualquer custo. Ainda que os protestos fossem "contra a corrupção", alguns grupos inseridos nos movimentos carregavam faixas já pedindo o *impeachment* ou a intervenção militar.

> Na área militar nota-se ainda repulsa aos atos das citadas comissões. Ela é flagrante, crescente e de silenciosa revolta. Pensam que os integrantes das Forças Armadas - quietos, calados e parecendo subservientes - assistem passivamente aos acontecimentos atuais com sua consciência adormecida. Não é bem isso que está acontecendo! [...] Também não aceitarão e, se necessário, confrontarão regimes que ideólogos gramscistas queiram impor à sociedade brasileira, preconizados pelo Foro de São Paulo, órgão orientador do partido que nos governa e de alguns países da América do Sul que se dizem democratas (PEREIRA, 2014).

Numa nítida disputa de sentido, Pereira não usa em nenhum momento os termos "golpe" ou "ditadura", mas faz uso de eufemismos e do termo "revolução" repetidamente, no sentido de lutar pela versão que acredita, chegando ao extremo de dizer que a "revolução democrática" deve ser saudada, sem, em qualquer momento, citar os custos de uma ditadura.

Perceber que, em pleno século XXI, ainda existam militares e civis no Brasil dispostos a defender abertamente o golpe e o regime autoritário como vias bem-sucedidas leva a crer que, apesar de se tratar de uma narrativa hoje minoritária e dissonante, ainda não se estabeleceu no país uma memória capaz de minar os holofotes e a publicidade das versões que já foram dominantes e que ainda hoje se fazem presentes em círculos sociais conservadores.

Dois anos antes da publicação desse artigo do general, o sociólogo Luiz Eduardo Soares, que participou em 2012 de mesa sobre autoritarismo realizada na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), falou à colunista Sonia Racy, também de *O Estado de S. Paulo*, sobre como enxerga essa postura dos militares e das alas conservadoras.

> Não chamam ditadura pelo nome, não chamam tortura pelo nome. É uma "docilização" do que é feio e sujo, como se estivéssemos num colégio de moças e todas as referências sujas fossem consideradas evasivas. Criamos um vocabulário oficial cheio de pudor, mas não há pudor para um general que vai à TV e diz que não sabe se houve tortura no Brasil. A polícia continua torturando e cometendo execuções extrajudiciais. Há muita tolerância com a prática no Brasil. Isso, em parte, se deve ao fato de que nós varremos para debaixo do tapete o que aconteceu na ditadura (RACY, 2012).

Diante do exposto, identificar como essas expressões aparecem nas narrativas jornalísticas é significativo para vislumbrar se o jornalismo se adaptou a essas mudanças sociais ou se continua sendo conservador no uso dos termos. Assim, a criação da categoria "terminologias" serve para mensurar esse aspecto e foi aplicada conforme a utilização dos termos golpe, regime, ditadura, repressão, revolução, entre outros, pelos jornalistas.

Quadro 15 – Terminologias utilizadas nas narrativas

Definições e terminologias	Frequência	Porcentagem
Golpe	10	2,5
Ditadura/ Ditadura Militar/ Governo ditatorial	138	34,2
Regime autoritário / repressão	4	1,0
Utiliza apenas termos acusatórios / que enfatizam a natureza autoritária (golpe, ditadura, regime autoritário, repressão)	72	17,8
Revolução	-	-
Regime/ Regime militar/ Governo Militar	11	2,7
Utiliza apenas termos amenizadores / polissêmicos (regime militar, governo militar, movimento, revolução)	2	0,5
Misto (usa tanto termos acusatórios quanto amenizadores)	132	32,7
Não se aplica	35	8,7
Total	404	100,0

Fonte: A autora

O Quadro 15 demonstra a frequência com que o noticiário fez uso dessas expressões e indica que 55,5% do material analisado usou apenas expressões de cunho acusatório (como golpe, ditadura e repressão). Já as matérias que fizeram uso somente de termos amenizadores (com menor nível de explicitação do caráter autorirário do regime) se restringiram a 3,2%. Fizeram uso misto de terminologias 32,7% dos registros, por se referirem aos episódios das duas formas (usando no mesmo texto os dois tipos de expressões).

A partir dos resultados, podemos fazer duas afirmações. A primeira é que o termo "revolução" foi praticamente suprimido das publicações, sendo utilizado somente em falas de entrevistados (em geral militares) ou para justamente reforçar o seu desuso ou a sua impropriedade. No caso da amostra de 404 registros jornalísticos utilizados nesta fase, o termo não apareceu sozinho (como única expressão do tipo usada no texto) nenhuma vez. Já as expressões "regime" e "regime militar" continuam sendo usadas com recorrência (foram identificadas em cerca de um terço do material), mas é notório que raramente como primeira opção. Em geral, são usadas juntamente com os termos que enfatizam a natureza autoritária, não aparecem no *lead* ou no título e sugerem ser um recurso para evitar a repetição de palavras, como explica a jornalista Patrícia Britto.

> [...] A Folha aceitava usar o termo golpe, ditadura e ditadores também. Essa era uma coisa que a Folha tinha, não sei se tinha uma orientação nem a partir de que momento foi isso, mas, quando eu estava, esses termos eram os utilizados, pois sabemos que para os militares não era golpe nem ditadura, né!? Agora, em relação a estilo de linguagem, acho que nos outros veículos ocorria a mesma coisa, não vi nenhum fazendo alguma ponderação. Acho que, quando a gente usava "regime militar", não era porque não queria chamar de "ditadura", era para não repetir no

> texto a palavra "ditadura" mil vezes. Quem vê de longe pode achar que tem uma intenção, mas, se você notar, no mesmo texto, tem as duas coisas (BRITTO, 2016).

Ainda que, conforme os jornalistas entrevistados, os veículos tenham preferência pelas expressões que valorizem a natureza autoritária dos episódios históricos, o uso de termos polisssêmicos ou amenizadores, ainda que não intencionalmente, demonstra como definições e terminologias aparentemente já superadas estão arraigadas em nossas expressões e manifestações culturais, sendo aceitas socialmente. Não se trata d defender aqui a completa abolição de algumas expressões, como "revolução" e "regime militar", mas sim de estimular que haja reflexão sobre tal uso. Pois, ao usar determinadas terminologias "sem pensar" – existindo outros termos que podem ser usados como sinônimos e evitar as repetições das palavras (como regime ditatorial, regime autoritário, repressão, governo autoritário, entre outros) –, os jornalistas podem acabar por repetir valores ideológicos ainda não superados. "Porque esses termos, a gente escreve, isso vai sendo reproduzido e vira verdade", destaca a jornalista Marsílea Gombata (2016) ao refletir sobre sua própria atuação.

Um outro detalhe interessante observado é que, em algumas circunstâncias, há preocupação editorial com alguns aspectos, mas outros passam despercebidos pelas redações. Conforme Gombata, a *Carta Capital* adotou a postura editorial de usar o termo "ditadura civil-militar" em vez de apenas "ditadura militar". Contudo, conforme demonstrado pela análise, o termo "regime militar" continuava sendo utilizado, o que merece observação. Ou seja, o veículo se preocupou em demarcar bem que a ditadura era respaldada por movimentos civis, não sendo meramente criada e mantida apenas pelos militares, mas não se deu conta que nos textos o termo ainda culturalmente fixado "regime militar", que poderia minimizar (ou tornar menos aparente) o aspecto violento do regime, continuava a ser aplicado.

O jornalista Roldão Arruda (2016) revela que a experiência na área o levou a ser mais cuidadoso com as terminologias com o passar do tempo. "No começo, eu acho que eu usava as duas coisas [ditadura e regime]. Com o tempo, acho que cobrindo a comissão e vendo com mais clareza, eu fui definindo. A comissão me ajudou nisso também, a ficar mais nítido o que era o regime daquela época". Ele explica que "trabalhar num jornal muito conservador" acabou por influenciar em ser "muito rigoroso com os temas, ou assuntos". No entanto, diz que começou a refletir e se preocupar mais em questionar: "qual termo define melhor?". Segundo ele, "era uma ditadura mesmo, não tinha outro [termo]. Mas, se você olhar, um pouco no começo, eu usava regime militar e tal. Com o tempo, vai definindo."

Para complementar a análise da cobertura, a última característica verificada nesta etapa diz respeito aos enquadramentos noticiosos. A partir da discussão teórica apresentada

nos capítulos anteriores e de leitura preliminar de todos os registros jornalísticos, são identificados enfoques que representam três tipos principais de enquadramentos:

1) Episódico: Dedicado à cobertura de acontecimentos, fatos e agenda de atividades das comissões, do governo, de outras instituições ou relativas à ditadura (por exemplo, notícias focadas apenas em descrever o que ocorreu em uma audiência pública ou a divulgar um evento para relembrar o aniversário do golpe de 1694). Trata-se de notas, notícias e artigos que não se aprofundam em temáticas específicas, costumam ser descritivas e abordam os temas expostos de forma superficial ou centrada apenas nos marcos celebratórios e nos registros de eventos e manifestações.

2) Conflito: Diz respeito à cobertura que privilegia o aspecto de embate entre forças políticas ou entre grupos de cidadãos; principalmente entre a CNV (ou outras comissões) e personalidades e instituições com visão crítica a ela. Tal enquadramento pode envolver momentos de crise, conflitos internos da comissão (como disputas entre integrantes), conflitos entre a CNV e outras comissões, entre a CNV e o governo, entre a CNV e as Forças Armadas ou entre militantes de grupos opostos (militantes de direitos humanos e de extrema direita, por exemplo).

3) Temático: Privilegia o tratamento substantivo dos assuntos, evidenciando em profundidade aquilo que é essencial para a compreensão do fato, por exemplo, um problema, suas causas, consequências e possíveis desdobramentos. Assim, envolve majoritariamente notícias mais amplas, reportagens e artigos de maior densidade, que se voltam para temáticas relevantes, tratam de contextualizá-las e de estimular reflexões, cobranças e atitudes em relação aos temas expostos.

Tais tipos de enquadramentos foram criados visando categorizar a forma como a maioria dos registros jornalísticos salienta determinado aspecto de um tema. Inicialmente foram criados cinco tipos, porém a análise revelou que os três mencionados acima são de fato priorizados na cobertura, sendo os outros dois (enquadramento de apoio explícito às comissões da verdade e de disputa eleitoral) coadjuvantes, e, portanto, excluídos da listagem dos principais enquadramentos. Ainda assim, eles foram considerados nos registros em que ocorreram (ver Quadro 17).

Como tais categorias contêm variações – e produtos jornalísticos sobre o mesmo tema podem ser enquadrados de maneira distinta, buscou-se delimitar de forma mais detalhada cada tipo de enquadramento considerado importante aos anseios da pesquisa e, a partir dessa definição, parte-se para a codificação da análise de enquadramentos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 16 – Detalhamento dos principais enquadramentos

***Coding scheme* – Enquadramento**	
1	Episódico CNV (agenda, eventos, fatos)
2	Episódico outras comissões e/ou instituições públicas (agenda, eventos, fatos)
3	Episódico ato "celebratório" ou de rememorção/ homenagem a vítimas ditadura/aniversário do golpe
4	Episódico Protestos / manifestações populares (agenda, eventos, fatos)
5	Episódico Manifestações e abordagens artísticas / culturais (agenda cultural, exposições, lançamentos)
6	Episódico Outros
7	Conflito interno CNV
8	Conflito interno outras comissões
9	Conflito entre comissões e CNV
10	Conflito CNV e Governo
11	Conflito CNV e Poder Legislativo
12	Conflitos CNV e Poder Judiciário
13	Conflito CNV e Forças Armadas
14	Conflitos em geral envolvendo as Forças Armadas
15	Conflitos Outros
16	Temático Investigações/Resultados CNV
17	Temático Investigações/Resultados outras comissões
18	Temático Ações e investigações outras instituições (MP, PF, partidos, Justiça…)
19	Temático Investigação/denúncia própria imprensa
20	Temático Contextualização histórica e/ou aniversário golpe ou de outro evento
21	Temático Críticas, questionamentos e decepção com trabalhos da CNV ou de outras comissões
22	Temático Lei de Anistia e/ou punição a violadores
23	Temático Abordagens artístico-culturais
24	Temático Outros
25	Apoio a CNV, defesa explícita ao trabalho da CNV e voto de confiança
26	Apoio a outras comissões, defesa explícita ao trabalho e voto de confiança
27	Disputa eleitoral / perfil pregresso dos candidatos
28	Outros enquadramentos

Fonte: A autora

A aplicação do método sistemático da análise de conteúdo para a identificação dos enquadramentos, bem como a definição detalhada de cada tipo de enquadramento possível de ser classificado, auxilia no processo de codificação e, consequentemente, evita que a pesquisa possa se tornar tendenciosa. Desse modo, após variadas leituras das 404 matérias, cada uma delas foi codificada levando em consideração o enquadramento preponderante no texto. Os resultados são apresentados no Quadro 17.

Quadro 17 – Ocorrência de cada tipo de enquadramento

Enquadramento	Frequência	%
Episódico CNV	43	10,6
Episódico outras comissões	35	8,7
Episódico Manifestações artísticas / culturais	29	7,2
Episódico Outros	20	5,0
Episódico Protestos / manifestações populares	10	2,5
Episódico ato "celebratório" / rememorativo da ditadura ou do aniversário golpe	5	1,2

TOTAL Episódico	**142**	**35,2**
Conflito CNV e Forças Armadas	19	4,7
Conflitos Outros	14	3,5
Conflitos em geral envolvendo as Forças Armadas	8	2,0
Conflito interno CNV	3	0,7
Conflito entre comissões e CNV	3	0,7
Conflito CNV e Governo	1	0,2
TOTAL Conflito	**48**	**11,9**
Temático Resultados/Investigações CNV	38	9,4
Temático Resultados/Investigações outras comissões	9	2,2
Temático Ações e investigações outras instituições (MP, PF, Partidos…)	25	6,2
Temático Investigação/denúncia própria imprensa	8	2,0
Temático Contextualização histórica/aniversário golpe	60	14,9
Temático críticas, questionamentos e decepção com trabalhos da CNV	6	1,5
Temático Lei de Anistia e punição a violadores	17	4,2
Temático Abordagens artístico-culturais	19	4,7
Temático Outros	24	5,9
TOTAL Temático	**206**	**51**
Apoio a CNV, defesa explícita ao trabalho da CNV e voto de confiança	2	0,5
Disputa eleitoral / perfil pregresso dos candidatos	6	1,5
Total	404	100,0

Fonte: A autora

Contrariando a hipótese traçada inicialmente, de que a maioria do conteúdo veiculado no período de funcionamento da CNV seria enquadrada de forma episódica, 51% dos registros jornalísticos adotaram o enquadramento temático. Apenas dois veículos apresentaram cobertura com maior ênfase no enquadramento episódico: o *G1* (55,35% episódico, 35,7% temático e 25% de conflito) e a *Rádio CBN* (47% episódico, 41,17% temático e 11,76% de conflito). Todos os demais privilegiaram o temático, sendo necessário destacar a cobertura do jornal *O Globo* (61,7% temático), da *TV Globo* (61,2%) e da *Carta Capital* (60%). *Folha* e *Estadão* dividiram melhor os enquadramentos, mas, ainda assim, usaram o enquadramento temático em 50% do material analisado, sendo o *Estadão* o veículo que mais valorizou o enquadramento de conflito (20% do total por ele publicado).

Considerando apenas o enquadramento temático, o tipo que mais ocorreu foi o temático voltado à contextualização histórica da ditadura, seja elegendo um tema específico para rememorar ou partindo de marcos "rememorativos", como o aniversário de 50 anos do golpe. A reportagem "Que fim levou Tenório?", publicada no dia 16 de fevereiro de 2013, no site do jornal *O Estado de S. Paulo* (LEITE, 2013), serve como exemplo do uso do enquadramento temático. O tema da reportagem é o fato de a família do pianista desaparecido

Tenório Júnior procurar a Comissão Nacional da Verdade para pedir ajuda na localização de informações ou até mesmo do corpo do artista. O enquadramento temático se estabelece através da contextualização histórica dos acontecimentos, incluído o desaparecimento de Tenório Júnior, na Argentina. A rememoração por meio da contextualização ocorre ainda quando a reportagem associa os atos de exceção cometidos no Brasil aos praticados naquele país, ao enfatizar o papel da Operação Condor.

> Desaparecido há quase 40 anos nas trevas de uma nascente e sanguinária ditadura argentina, o pianista brasileiro Tenório Júnior continua como um dos casos mais notórios da lista de vítimas dos anos de chumbo cujo paradeiro é totalmente desconhecido dos registros oficiais. Mulher e filhos do exímio pianista que sumiu em 1976 após um show com Vinicius de Moraes e Toquinho procuraram a Comissão da Verdade recentemente com a esperança de que alguma informação nova surja nos milhões de documentos militares agora acessíveis no Arquivo Nacional e outras instituições que receberam papéis dos órgãos de repressão. [...] Numa madrugada argentina, Tenório deixaria de ser assunto musical para virar personagem político. [...] Passados quase 40 anos, o que aconteceu com Tenório depois que a trupe voltou para o hotel continua um mistério. Segundo relatos publicados na época, o pianista teria deixado um bilhete aos colegas dizendo que sairia para comer um sanduíche, comprar um remédio e que voltaria logo. Nunca mais foi visto. A mobilização para tentar encontrá-lo nos dias seguintes incluiu incursões de Vinicius nos meios diplomáticos e rondas dos músicos e outros integrantes da excursão por delegacias, hospitais e necrotérios. Tudo em vão. Cinco dias depois, quando o Estadão noticiava que o golpe na Argentina era iminente, uma nota na mesma página reportava o desaparecimento de Tenório e que Vinicius impetrara um habeas corpus em favor do músico. A essa altura já se temia pelo pior. [...] A ser verdade o que o ex-agente da repressão argentina Claudio Vallejos contou ao repórter Maurício Dias, da extinta Revista Senhor, o pianista brasileiro desaparecido em Buenos Aires, Tenório Junior, foi vítima da Operação Condor, o consórcio formado pelas ditaduras sul-americanas para caçar opositores que se refugiavam em países vizinhos. O relato cheio de detalhes de Vallejos, amparados em supostos documentos, é tétrico. Detido nas proximidades do hotel em Buenos Aires, Tenório teria sido torturado por vários dias por agentes argentinos e brasileiros (LEITE, 2013).

O trecho acima, retirado da mencionada reportagem de *O Estado de S. Paulo*, demonstra a intenção de rememorar os acontecimentos passados e recontá-los a partir de contextualização histórica, vinculando-os também aos avanços democráticos como a abertura dos arquivos e o funcionamento da comissão da verdade. Um outro exemplo do uso do enquadramento temático de contextualização histórica está na série de depoimentos de artistas que viveram o período da ditadura publicada pelo O Globo em março de 2014, por ocasião de um especial elaborado para os 50 anos do golpe. O trecho que se segue é do depoimento do cineasta Silvio Tendler.

> No dia 31 de março de 1964, eu era um garoto de classe média de Copacabana. Tinha 14 anos de idade e voltava do Colégio Andrews, na Praia de Botafogo, quando chegaram as primeiras notícias sobre um levante em Minas Gerais. Eu vivia

> em um meio bastante conservador. Meu pai, na minha rua, era um dos poucos caras com pensamento liberal. Quase todos eram lacerdistas. Entre meus colegas de colégio, a maioria também era lacerdista. As notícias, naquela época, eram muito mais lentas. O tempo passava, e não existia nada de muito concreto. No dia do golpe, fui dormir sabendo que havia um levante militar, mas sem grandes preocupações. O dia seguinte, no entanto, acordou diferente. Foi feriado. Sem aula. País paralisado. Copacabana reagiu como sempre: todas as donas de casa foram aos mercados comprar feijão. Antes que qualquer coisa acontecesse, o melhor era abastecer a dispensa de casa. [...] A classe média fazia festa. A memória que guardo até hoje é a dos porteiros dos edifícios. Cabisbaixos, com o radiozinho de pilha no ouvido, tentando ouvir notícias. Naquele caminho, voltando para casa, vi quem tinha ganhado e quem tinha perdido (TENDLER, 2014).

O enquadramento temático que enfatiza as ações das comissões da verdade também é bastante utilizado, representando 11,6%[116] do total de registros jornalísticos analisados. Nesse tipo de enquadramento, foram identificados artigos que se aprofundam em alguma investigação ou resultado da CNV ou de outras comissões da verdade locais e estaduais que funcionaram em período concomitante.

Reportagem[117] de Mônica Sanches sobre visita da CNV a instalações militares no Rio de Janeiro, veiculada em 23 de setembro de 2014, no *Jornal da Globo*, da Rede Globo, foi enquadrada desse modo. Isso porque a matéria não se restringe ao episódio das visitas e ao agendamento da comissão (que poderia fazer com que fosse considerada episódica), mas resgata os números de mortos e torturados nos locais e também a tentativa da comissão e dos familiares de vítimas de conseguirem documentos referentes às unidades que possam esclarecer os fatos. Como a repórter não pôde acompanhar a visita, exibe imagens cedidas pela CNV do momento em que os ex-presos políticos reconhecem os locais de tortura e também trechos de entrevistas deles, contando como foi reviver o passado ao acompanhar a comissão na diligência.

Outro detalhe relevante desse material do *Jornal da Globo* é que a repórter resgata na reportagem o Caso de Raul Amaro, pouco conhecido em comparação a outros personagens que também foram mortos pela ditadura, como Stuart Angel, Rubens Paiva e Vladimir Herzog. Em entrevista para esta pesquisa, Mônica Sanches diz que se sensibilizou com o caso de Amaro quando descobriu que era tão brutal e ao mesmo tempo tão pouco divulgado.

> O caso do Raul Amaro foi um que me chamou muita atenção. O Raul Amaro era um estudante de engenharia e ele não tinha envolvimento, digamos assim. Para falar um termo genérico. [...] E o Raul Amaro era um menino de classe média alta, promissor engenheiro, que já estava com emprego na Holanda, ia sair do país. Um garoto, digamos, muito inserido nesse capitalismo mundial imperialista. Só que ele morava

[116] Soma dos enquadramentos que enfatizam ações da CNV e de outras comissões da verdade.

[117] Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3649941/>. Acesso em 8 jan. 2017.

> em Santa Tereza, deu carona para alguém no seu fusquinha, uma história confusa... A polícia faz uma blitz, acha alguma coisa no fusquinha dele, leva o Raul Amaro para uma instalação, batem, batem, batem nele e ele não entrega ninguém. Mas ele conhece alguém, que conhecia alguém, que tinha envolvimento. E a polícia chega lá através dele, mas isso só piora a situação dele. E ele continua apanhando. Então levam ele para aquele hospital da Aeronáutica, ali perto da estação triagem do metrô Benfica, ali perto da TV Record tem o Hospital Central do Exército. Levam ele para o hospital e o que se descobre? Que ele foi torturado no hospital, até morrer, na cama. Então assim, esse foi um caso que... E eu chegava na redação e falava assim: "Vai ter comissão da verdade na sexta-feira" e eles perguntavam "mas o que vai ser?", e eu falava "é o caso do Raul Amaro". "Mas o que é isso?" Ninguém sabe. Aí eu contava as histórias e as pessoas falavam: "Pelo amor de Deus!" Era muito interessante porque o Jornal da Globo, na figura do William Waack, topava tudo. Porque o Jornal da Globo começou a perceber que eu destrinchava, que eu ia, aí eu começava a "vender" as pautas mesmo (SANCHES, 2016).

Apesar de Raul Amaro ser citado na reportagem veiculada em um telejornal da maior emissora de TV do país, a TV Globo, o caso, assim como diversos outros episódios da ditadura, a exemplo dos referentes às violações sofridas por camponeses e indígenas, mostram que nem tudo foi amplamente divulgado pelos veículos de comunicação. Mesmo que as comissões da verdade trouxessem informações e novos personagens, aqueles mais conhecidos e os casos emblemáticos continuam sendo os que ganham mais visibilidade. Isso explica, por exemplo, a repórter conseguir emplacar a matéria em questão no último telejornal diário da emissora (que vai ao ar por volta da meia-noite) e, provavelmente, não em outros telejornais de maior audiência.

O "silenciamento" ou a pouca notoriedade de algumas narrativas da ditadura são um indicador de que, não só para a imprensa, mas também para a comissão e para a sociedade, choca (ou interessa) mais informações sobre personalidades já conhecidas, os movimentos de resistência urbanos e as vítimas que se transformaram em lideranças políticas ou são ligadas às classes médias. Isso é o que percebe também a integrante da CNV, Maria Rita Kehl (2015): "Eu dizia na comissão e continuo dizendo. Eles não gostavam, mas eu vou dizer. Havia mortos de primeira classe e de segunda classe." Os militantes urbanos seriam os de "primeira classe" e teriam valor político diferente, não só por terem de fato combatido o sistema de autoritarismo e, em alguns casos, respondido a isso com a própria vida, mas também porque integravam famílias mais engajadas, conhecedoras dos direitos, escolarizadas, em alguns casos mais abastadas, e, por todos esses fatores ou pela conjugação de alguns deles, foram capazes de alcançar maior mobilização.

"Claro que eles têm um enorme valor político. E depois, [...] eles têm familiares na cidade, articulados, informados, que mantiveram durante esses 40 anos a procura", reforça Maria Rita Kehl (2015). Contudo, ela acredita que, apesar de alguns camponeses terem

conseguido manter a militância, as narrativas sobre a luta deles e a exploração que a eles foi imposta não ganha a mesma repercussão. Ela cita como exemplo o caso de Manoel da Conceição, "líder lá do Maranhão, importantíssimo", que foi torturado, "mas continuou politizado", e também dos camponeses do Araguaia, que, apesar de menos condições de lutar pelos seus direitos do que alguns militantes das regiões urbanas, conseguiram ser anistiados.

> Mas tem muitos movimentos camponeses que foram completamente extintos, que nós só conseguimos pesquisar pelos livros. As famílias, por exemplo, do João Pedro Teixeira, Nego Fuba, e do Pedro Fazendeiro, que eram os líderes da Liga de Sapé, na Paraíba, também são famílias articuladas, e nós tivemos audiências públicas muito importantes. Mas isso tem repercussão local. Ninguém sabe quem são essas pessoas (KEHL, 2015).

Um outro enquadramento que pode ser destacado na cobertura é o episódico, especialmente o focado na agenda e nos eventos realizados pelas comissões da verdade. Somados, esses enquadramentos codificados como 1 e 2 no Quadro 16, ocorreram em 19,3% do material. Voltados à cobertura de acontecimentos, são em geral de caráter descritivo ou apenas dedicados à divulgação de fatos, como a notícia "Trabalho da Comissão da Verdade será focado em violações dos direitos humanos por agentes públicos"[118] veiculada em 17 de setembro de 2012, na Rádio CBN. Focada em uma resolução da CNV publicada no Diário Oficial da União, a notícia de 50 segundos se limita a apresentar as principais informações do documento, como a decisão de concentrar as investigações nas violações praticadas por agentes públicos.

Ainda que tenha sido verificada maior recorrência de enquadramentos temáticos do que episódicos, refutando a segunda hipótese, a questão de *agenda setting*[119] implicada na primeira hipótese traçada – de que os jornalistas atuaram menos como "*watchdog*" e mais de forma reativa, pautados pela agenda de trabalhos da comissão, pelas investigações de casos já notórios e pelos marcos de rememoração – não pode ser totalmente descartada. Isso porque, se forem considerados os registros jornalísticos episódicos e temáticos voltados às ações das comissões (códigos 1, 2, 16 e 17 no Quadro 16), eles correspondem a 31% de todo o material.

[118] Disponível em: < http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2012/09/17/TRABALHO-DA-COMISSAO-DA-VERDADE-SERA-FOCADO-EM-VIOLACOES-DOS-DIREITOS-HUMANOS-POR-AGEN.htm#ixzz4VDiZOJPS>. Acesso em: 8 jan. 2017.

[119] Uma das conceituações mais disseminadas de *agenda setting* partiu de estudo de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), na década de 1970, para defender a ideia de que as notícias contribuem para definir os assuntos que se tornam importantes e passam a ser repercutidos pela opinião pública. O avanço nas pesquisas do campo da comunicação demonstra que, além da projeção de tópicos, o jornalismo ajuda a enquadrá-los.

Ou seja, um terço do que foi veiculado teve como enquadramento principal as iniciativas dos colegiados.

Essa característica também foi admitida por alguns jornalistas que atuaram na cobertura. Para Roldão Arruda (2016), "a comissão era um fato" e por isso pautava grande parte da imprensa em determinadas ocasiões. Evandro Éboli (2016) concorda e diz que, para os repórteres que precisavam acompanhar as comissões cotidianamente, era mais complicado desvendar fatos novos que ainda não tivessem sido divulgados ou levar adiante uma grande investigação independente.

Segundo Mônica Sanches (2016), é natural que isso ocorra quando uma comissão é criada justamente para investigar. "Até por juntar todos os casos, todas as provas, ela [a CNV] apurou, ela investigou, ela fez esse trabalho investigativo também. Então ela te abastecia de informações." Mas a repórter diz que, até por essa característica, os jornalistas acabavam por tentar se antecipar em alguns temas ou preparar material diferenciado, para fugir da regra comum que a maioria dos veículos seguiria de noticiar apenas o divulgado pela assessoria da CNV. Ela cita como destaque nesse tipo de cobertura o jornalista Chico Otávio, d'*O Globo*, que não se restringia aos assuntos levantados pelas comissões e conseguia se adiantar e confrontar algumas versões.

> A assessoria ajudava bastante. A assessoria de imprensa da comissão nacional fazia um trabalho muito bom e, quando começou a perceber que iria ter aquele canal de comunicação com a imprensa, o Marcelo [Oliveira], por exemplo, enviava release cobrindo bem, muito bons e tal, mas tinha coisas ali que eles também queriam segurar, para colocar só no relatório final e até mesmo para não correr o risco de soltar para um veículo e não para outro. Você sabe que, na imprensa, em geral, se quer o furo, né, então a gente contava também com fontes por fora, para não ficar contando apenas com a divulgação oficial da comissão (BRITTO, 2016).

Marsílea Gombata (2016) também percebe que a comissão pautou a imprensa em alguns momentos, mas diz que existia "o esforço para você dar o furo, dar o material diferente do seu concorrente", e que, por isso, o jornalismo "acabou conseguindo sair um pouco do que só queria a comissão". Como exemplo, ela cita uma reportagem[120] em que denunciava, a partir de relatos de uma colaboradora da CNV, a possibilidade de que o capítulo dedicado à Guerrilha do Araguaia ficasse fora do relatório final da comissão.

[120] Em agosto de 2013, a Carta Capital publicou a reportagem "Relatório final da Comissão da Verdade pode ficar sem capítulo sobre o Araguaia", de Marsílea Gombata. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-final-da-comissao-da-verdade-corre-o-risco-de-ficar-sem-capitulo-sobre-a-guerrilha-do-araguaia-893.html>. Acesso em: 21 dez. 2016.

Contudo, o baixo índice (apenas 2%) de conteúdo que privilegie o enquadramento temático de investigação ou denúncia da própria imprensa (sem que isso seja desdobramento de alguma ação das comissões da verdade ou de outros órgãos, como o Ministério Público Federal), indica que, apesar do esforço para conseguir o "furo jornalístico" e para ir além do que a comissão, as iniciativas populares e institucionais agendavam, pouco se avançou em termos de jornalismo investigativo[121] durante o período de funcionamento da CNV.

Tal constatação pode ser justificada por algumas características gerais apontadas pelo pesquisador Silvio Waisbord (2001) sobre o jornalismo investigativo e por outras questões mais específicas da América Latina. Entre os elementos gerais que dificultam esse tipo de prática nos mais diversos países estão a alta concentração da propriedade dos meios de comunicação, as pressões comerciais e a necessidade de muito tempo para a apuração das reportagens, profissionais experientes e investimentos financeiros mais altos, além da ampliação das possibilidades de haver processos judiciais contra as empresas de comunicação. Especificamente na América Latina, há uma tendência de o jornalismo investigativo se concentrar nos casos de corrupção, até por conta das debilidades de instrumentos de prestação de contas e transparência.

Porto (2011) também menciona a diferença entre jornalismo de denúncia e jornalismo investigativo para contextualizar a experiência brasileira. Segundo o autor, a configuração do mercado midiático brasileiro, a independência da interferência estatal no conteúdo e a profissionalização do setor são elementos que contribuíram para o crescimento do jornalismo investigativo no país a partir da década de 1980, marcada pela redemocratização. Contudo, o pesquisador ressalta que a relação próxima entre os jornalistas e os atores políticos com o objetivo de trocar informações e conseguir favorecimentos é algo que merece reflexão.

> Como os jornalistas tendem a confiar em funcionários do governo e nas elites políticas para obter informação privilegiada e ter acesso a segredos e evidências, eles desenvolvem uma relação ambivalente com os políticos que deveriam monitorar. Por um lado, as investigações colocam os jornalistas numa posição adversa ou mesmo hostil em relação aos políticos. Por outro lado, os jornalistas precisam de cooperação de funcionários para descobrir o delito. (PORTO, 2011, p. 109, tradução nossa[122]).

[121] Conforme Waisbord (2001), o jornalismo investigativo se difere da prática de denuncismo, focada apenas em revelar delitos e criar escândalos em detrimento do interesse público. As denúncias ocasionadas pelo jornalismo investigativo, ao contrário, são fruto de trabalho e investigação dos próprios profissionais, e não de vazamentos de informação, com o objetivo de apontar um problema e, a partir das ações que provoca, contribuir para a governança democrática.

[122] "Since journalists tend to rely on government officials and political elites to obtain inside information and to get access to secrets and evidence, they develop an ambivalent relationship with the politicians they are supposed to monitor. On the one hand, investigations put journalists in an adversarial or even hostile position in relation to politicians. On the other hand, journalists need cooperation of officials to uncover wrongdoing."

Porto (2011) utiliza de forma irônica as expressões "*watchdog*" (cão de guarda) e "cão que ladra não morde" para dizer que, em boa parte dos casos, o jornalista se comporta como o cão que "late" e cria escândalos midiáticos, mas não como aquele que "morde" e contribui de fato para ampliar a *accountability*.

Durante o funcionamento da comissão, contudo, é possível afirmar que houve exceções, no sentido de que não existiu grande investimento da comissão nem dos jornalistas (como já apontado na seção 3.3) em transformar o funcionamento do colegiado em alta exploração midiática. Como mencionado, isso tem pontos positivos e negativos. O lado positivo é que houve uma cobertura séria – ainda que muito embasada no agendamento proporcionado pelas comissões da verdade e pelos militantes de direitos humanos –, que não teve como enfoque prioritário o sensacionalismo. O lato negativo é que, como indicado por Waisbord (2000; 2001) e Porto (2011), por conceber equivocadamente o jornalismo investigativo como sendo sinônimo da prática denunciativa e concentrar esforços em casos de corrupção, sobra menos investimento e disponibilidade para as reportagens investigativas alinhadas com outras temáticas, como a dos direitos humanos. Ainda mais quando tal tema não tem a visibilidade de um escândalo político-midiático.

Ainda assim, as exceções foram percebidas em alguns materiais produzidos por repórteres que há anos investem pessoal e profissionalmente em novas descobertas sobre a ditadura. A série de reportagens "Sangue político", de Leonêncio Nossa, publicada como um caderno especial de 11 páginas no jornal *O Estado de S. Paulo* em outubro de 2013, é exemplo desse trabalho investigativo. Após 17 meses de apuração do repórter, o especial revela que crimes políticos permanecem ocorrendo no Brasil, mesmo no período democrático.

> Levantamento inédito do Estado revela as faces de uma barbárie silenciosa que já provocou 1.133 mortes com motivação política desde a Lei da Anistia. Em três décadas, um assassinato a cada 11 dias. A escalada de crimes não ocorre apenas nos grotões. Alcança várias esferas de poder. É ignorada pelos caciques nacionais. Prospera devido à impunidade e às dificuldades de se transpor pressões políticas para iniciar ou dar prosseguimento a investigações policiais. É um Brasil que se esconde em plena democracia (NOSSA, 2013).

A série, que foi vencedora dos prêmios Vladimir Herzog e Esso de 2014, menciona a fase final da ditadura, após a entrada em vigor da Lei de Anistia, mas concentra-se no período contemporâneo para demonstrar como resquícios autoritários ainda fazem parte da sociedade brasileira.

Ao conjugar essas reflexões e os relatos dos jornalistas com a comparação dos dados. é possível afirmar que, apesar de grandes reportagens e especiais investigativos, como esse de Leonêncio Nossa, terem sido constatados em uma ou outra ocasião, as práticas do jornalismo investigativo não foram verificadas em quantidade de material relevante, além da conclusão que se chega de que, de modo geral, a imprensa foi mais pautada pela comissão do que o contrário. Ainda que a CNV tenha buscado adaptar sua rotina de divulgações à realidade dos meios de comunicação, visando ampliar a cobertura, não foi possível verificar que ela tenha se adaptado aos assuntos noticiados, ou seja, alterado os resultados ou a forma de investigar por conta de novos achados jornalísticos. Pelo contrário, os resultados indicam que, em grande parte da cobertura, o jornalismo é que seguiu a agenda do colegiado.

Mas a comissão dialogou com jornalistas mais experientes e envolvidos na cobertura da temática, sendo que alguns procuraram o colegiado voluntariamente para auxiliar na contextualização de episódios que haviam sidos investigados anteriormente por eles ou para sugerir caminhos de pesquisa, como foi o caso de Marcelo Godoy e Leonêncio Nossa.

Sem dúvida, o que os veículos de comunicação noticiaram ajudou a dar ressonância aos temas e a trazer a ditadura novamente para a pauta de discussões da sociedade. Os apontamentos feitos por Cláudio Fonteles (2016) e Pedro Dallari (2015) de que aquilo que era divulgado atraía mais pessoas a colaborar com a comissão e fazia com que o assunto permanecesse constantemente em evidência sugerem que o jornalismo foi importante para esse processo.

A observação de Rosa Cardoso (2014), ao abordar os inúmeros eventos que ocorreram em 2014 por ocasião do aniversário de 50 anos do golpe de 1964, chama a atenção para o agendamento, mas também para o fenômeno dos "ciclos de memória" referenciado pela pesquisadora Rebecca Atencio (2014). A coincidência do funcionamento da comissão com esse marco de rememoração e com a demanda de parcelas da sociedade por eventos e narrativas que lembrem dos episódios traumáticos da ditadura promoveu essa "onda" de atividades emaranhadas nas expressões culturais contemporâneas sobre o passado.

> Avalio como envolvimento muito grande da sociedade civil e da mídia nesse desejo de esclarecimento do passado. Por que não buscar outros fatos? Por que não trabalhar em torno de ficção científica ou da comunicação na internet? Metade do que a mídia faz é inventado, no sentido de que é fruto da imaginação criadora. Porque os dados não falam. É a inteligência e a criatividade humana que vai lá, enxerga alguma coisa e transforma em material de comunicação importante, em forma de melhorar a convivência e o interesse. Se a mídia está se dedicando tanto a recuperar esse golpe [de 1964], isso é muito significativo, é porque ela está envolvida. Não é só a mídia. São todos, a sociedade civil, as universidades... A universidade não está fazendo evento para chamar de revolução, vai dizer que o

> golpe dá início a uma ditadura. Temos que considerar que isso é um momento de esclarecimento que a sociedade brasileira está vivendo (CARDOSO, 2014).

A mistura de momento político favorável (presidente ainda com popularidade, situação econômica mais controlada e nenhum grande escândalo de corrupção em andamento), demanda social e de grupos de interesse por avanços democráticos e políticas de memória, marco "celebratório" com grande repercussão midiática e proliferação de diversas manifestações culturais com temática relacionada contribui por inserir a CNV como tópico do agendamento midiático e em um novo "ciclo de memória cultural"[123].

É também por esses fatores que não seria correto afirmar que a CNV tenha sido a grande incentivadora de todo esse debate. Conforme Atencio (2014), a proximidade e simultaneidade dessas ações estimula que mídia e sociedade criem conexões entre elas. Ou seja, ligações passam a ser estabelecidas entre as produções culturais e as iniciativas institucionais que têm surgimento simultâneo e assim elas desenvolvem vinculação imaginária, estímulo recíproco e capacidade de propagação de novas iniciativas relacionadas. Desse modo, essa etapa do terceiro momento da justiça de transição brasileira, que apresentei com detalhes no Subcapítulo 3.2, pode ser perfeitamente considerada como um novo ciclo.

Por fim, um terceiro tipo de enquadramento que sobressai, ainda que com menos intensidade do que o temático e o episódico, é o de conflito (11,9%). Tal enquadramento, que busca privilegiar o embate e as desavenças entre instituições ou grupos de interesse distintos, é percebido majoritariamente nos artigos jornalísticos que abordam a atuação das Forças Armadas (neste caso, a ocorrência foi de 6,7% do total). A entrevista[124] de Bernardo Mello Franco com a cientista política Maria Celina D'Araujo, intitulada "Silêncio de militares não é compatível com a democracia" e publicada em 23 de março de 2014 na *Folha de S. Paulo*, demonstra esse aspecto. A reportagem[125] "Investigações sobre a ditadura são travadas pelas Forças Armadas", de Lucas Ferraz e Bernardo Mello Franco, publicada na mesma data, também na *Folha de S. Paulo*, tem a mesma característica. "As Forças Armadas têm se recusado a responder dezenas de ofícios da Comissão Nacional da Verdade e do Ministério Público Federal travando a investigação de crimes da ditadura (1964-85)", diz o texto. Em

[123] Conceito de Atencio (2014) apresentado na página 89 desta tese, que diz respeito aos momentos nos quais podem ser identificadas quatro fases de interação entre as produções culturais e as iniciativas institucionais: surgimento simultâneo, ligação imaginária entre os eventos, alavancagem e propagação.

[124] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429529-silencio-de-militares-nao-e-compativel-com-a-democracia.shtml>. Acesso em: 9 jan. 2017.

[125] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429520-investigacoes-sobre-a-ditadura-sao-travadas-pelas-forcas-armadas.shtml>. Acesso em: 9 jan. 2017.

outro trecho, a matéria diz que levantamento solicitado pelo jornal indica que, desde que foi criada, a comissão não havia recebido "informação relevante do Exército, Marinha ou Aeronáutica", mas que, "oficialmente, o discurso é outro: o Ministério da Defesa e as três Forças afirmam que estão colaborando". O texto é finalizado informando que, "embora sejam dos órgãos federais os que mais respondem aos pedidos da Lei de Acesso à Informação (índice superior a 95%, de acordo com a Controladoria Geral da União), as três Forças adotam tática protocolar de apresentar informações superficiais ou incompletas" (FERRAZ, FRANCO, 2014).

Tanto os jornalistas quanto os comissários concordam quanto a um aspecto, os militares foram solícitos nas mais diversas ocasiões, receberam a Comissão Nacional da Verdade, atenderam a imprensa, mas, quando eram questionados sobre algo ou solicitados documentos, a resposta costumava ser padrão ou as informações enviadas não eram suficientes para ajudar a esclarecer os fatos.

> Embora tenhamos tido um relacionamento muitas vezes tenso, porque cobramos documentos, sempre tivemos um relacionamento respeitoso institucionalmente. [...] Porque a gente sabia que tinha que construir um canal de relacionamento com as Forças Armadas institucionalmente. O primeiro relatório preliminar de pesquisa é direcionado primeiramente às Forças Armadas, quando a gente pede que eles instaurem as comissões de sindicância. Ou seja, a gente converte investigado em colaborador da investigação. Exatamente porque nós entendíamos e entendemos que as Forças Armadas só teriam a ganhar com a verdade e a memória. Se de um lado ficaria evidente um conjunto de eventos ruins, ficaria também evidente como um evento episódico, como algo que não é condizente com as Forças Armadas atuais. E eu lamento que as Forças Armadas não tenham entendido isso e não tenham aproveitado melhor este momento. Eu falava para o ministro Celso Amorim: "Ministro, nós não somos um problema. Somos a solução. Porque nós estamos criando um relacionamento institucional respeitoso. Nós estamos fazendo reconstrução fática, portanto não há prejulgamento, não há nada." [...] Eu lamento que as Forças Armadas não tenham aproveitado este momento para avançar mais. Elas avançaram, pelo menos não negam mais que houve... Porque elas negavam que havia uma política sistemática de repressão. Não negam mais, mas ainda não reconhecem (DALLARI, 2015).

A falta de colaboração das Forças Armadas com as investigações foi mencionada por 11 dos 14 entrevistados desta pesquisa e, conforme os jornalistas ouvidos, foi um dificultador da cobertura, já que nem mesmo a Lei de Acesso à Informação e a existência de uma comissão da verdade foram suficientes para que as Forças Armadas revelassem alguns arquivos da época. Para o último coordenador da CNV, Pedro Dallari (2015), principalmente no último ano de atividades, diante da ampliação da divulgação sobre o assunto e dos eventos que marcaram os 50 anos do golpe, "[...] aquilo começou a tornar a discussão sobre o que estava sendo investigado em algo presente no cotidiano das pessoas. Tanto isso é verdade que,

em 31 de março, no Cinquentenário do golpe, não teve comemoração no Brasil". Dallari considera que o fato de o Clube Militar ter que fazer celebração em local fechado, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, indica o quanto a sociedade passou a rechaçar as iniciativas de valorizar o golpe e a ditadura, devido à conscientização de que a violência sistemática que acompanhou esses atos não justifica qualquer comemoração.

Na tentativa de preservar a imagem das Forças Armadas em relação aos atos passados, Dallari (2015) supõe que elas "adotaram uma estratégia de comunicação", que pregava não falar sobre o assunto "e de explicitamente dizer que não falava". Assim, a narrativa dos militares, que, até a primeira década pós-ditadura, predominou disseminada em diversos setores sociais (quem frequentou instituição de ensino básico ou "científico" no Brasil entre 1969 e 1993 deve se recordar das disciplinas de Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, que se tornaram obrigatórias nesse período e eram regidas pelas narrativas do regime autoritário[126]), passou a ser silenciada. Ou seja, se não podem mais se manifestar como gostariam sobre os episódios históricos, as Forças Armadas preferem não falar sobre o assunto.

> Então toda a matéria do Jornal Nacional aparecia com o William Bonner dizendo no final: o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica informaram que não se manifestam sobre a Comissão da Verdade. Aquilo foi corrosivo, porque a própria expressão... Se você recuperar as matérias do Jornal Nacional, veja a expressão do Bonner. Ficava evidente que era uma coisa inadequada. Porque a Comissão Nacional da Verdade não era uma ONG. Era um órgão do Estado Brasileiro, constituída por lei, votada no Congresso Nacional. Com pessoas nomeadas pela presidente da República. Era um órgão de Estado. Como não comenta? E aquilo começou a gerar um desgaste (DALLARI, 2015).

A expressão "as Forças Armadas informaram que não se pronunciam sobre os trabalhos da Comissão da Verdade" [127] se tornou recorrente nos textos jornalísticos e também é lembrada por Mônica Sanches (2016): "As Forças Armadas não comentam. Enfim, não comentam a comissão da verdade. Era sempre isso. O William Bonner sempre falava isso depois das matérias. Ele fazia até uma carinha... [Ela imita expressão de decepção]. Era sempre essa frase na nota pé, para falar o lado deles." A jornalista também se recorda de outro episódio ocorrido durante diligência da CNV na Base Aérea da Ilha das Flores.

---

[126] As duas matérias se tornaram obrigatórias a partir do Decreto-Lei 869, de 1969, que foi revogado pela Lei 8.663, de 1993, assinada pelo então presidente Itamar Franco. A lei desobrigou as escolas de ministrá-las e transformou alguns dos assuntos por elas abordados em responsabilidade das áreas de ciências humanas e sociais, ao critério das instituições de ensino.

[127] Ver em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/comissao-indentifica-militar-que-torturou-e-matou-rubens-paiva.html>. Acesso em 9 jan. 2017.

> E, ao ir às instalações, eles faziam uma coisa muito interessante. Por exemplo, na Ilha das Flores, eles deixavam a gente entrar, parar o carro, arrumavam um lugar para a gente ficar, serviam biscoito, café, água, mas você ficava ali naquela área reservada. A comissão da verdade entrava, ia nos lugares que tinham a ver com os fatos da época e tal, às vezes filmava, depois voltava e dava entrevista para a gente. Esse dia na Ilha das Flores foi incrível porque a gente ficou lá comendo biscoito, conversando e tal. Dali a pouco, eles voltam [integrantes da comissão] e começa a entrevista ali dentro da instalação militar. E chega uma hora que a gente começa a perguntar... Por que, o que aconteceu no caso da Ilha das Flores? Na época, alguns militares se revoltaram com a tortura que estava acontecendo lá dentro e começaram a denunciar e foram perseguidos. E, quando [durante a entrevista] a coisa chegou naquele assunto, que ficou quente, os militares interromperam a coletiva. Interromperam. Mas não interromperam assim, acabou, ponto. A coletiva já estava rolando e eles já estavam de olho no relógio, tem que acabar e tal, agora chegam, e nessa hora, acabou o tempo. Eles já vinham antes falando e, nesse momento, acabou (SANCHES, 2015).

Na avaliação do integrante da CNV José Paulo Cavalcanti Filho, o comportamento das Forças Armadas abrange "dois campos absolutamente distintos". Se, por um lado, eram gentis e colaboradores, "eles mandaram sempre como assessores pessoas enormemente preparadas, bem preparadas, foram extremamente cordiais, absolutamente cooperativos, portanto, foi uma participação exemplar das Forças Armadas", por outro, "havia situações tabus". "Por exemplo, onde estavam os arquivos do tempo da repressão. Nós estávamos convencidos de que alguns desses arquivos ainda existem. Existem hoje. Com relação a isso, a participação foi pífia. Eles jamais admitiram que existia" (CAVALCANTI FILHO, 2016).

> A impressão que tenho é que as Forças Armadas de hoje não têm nada a ver com as Forças Armadas daquela época. Digo que não têm nada a ver sobre a formação, a visão de mundo, sobre o papel, sobre o regime democrático etc. Temos visto que elas têm se mantido em absoluto silêncio. Agora, elas guardam sim um corporativismo, ou seja, não querem que sua instituição seja acusada ou manchada por qualquer ato do passado. E esses documentos que retratam as mortes, por exemplo, tu tens dúvida que existem? "Ah, foram incinerados..." Tudo bem, foram incinerados? Mas as Forças Armadas têm uma disciplina que até ato de incineração deve estar documentado, tem uma ata. Então, eu não acredito. E essa falta de cooperação, apesar de, eu conheci os comandantes, uma gentileza, apesar de que, efetivamente, quando se pedia documentos, vinha um caixote de papéis que não se sabia nem como classificá-los. E, até hoje, há um sentido de preservação das Forças Armadas. Crítica? Não, entendo. Mas cooperação com a busca da verdade, nenhuma (DIPP, 2016).

As falas demonstram que, por mais que a postura dos comandantes militares não tenha sido uma surpresa, tanto a comissão quanto os jornalistas que cobriam a temática criaram alguma expectativa de que as Forças Armadas poderiam, em algum momento, revisar a conduta adotada e até mesmo se desculpar pelas atrocidades praticadas por alguns de seus

servidores, em nome do Estado. Entretanto, algumas reações de militares da reserva já indicavam que isso não estava nos planos.

Em matéria publicada pelo jornal *O Globo* em 23 de setembro de 2014, o general da reserva Augusto Heleno Pereira contestou publicamente até mesmo a posição do Ministério da Defesa. Na ocasião, o então ministro Celso Amorim respondeu a um ofício da CNV reconhecendo que as Forças Armadas praticaram tortura durante a ditadura. O documento não foi bem aceito pelo círculo militar e, apesar de as Forças Armadas estarem subordinadas ao ministério e à Presidência da República, Heleno informou que a resposta da pasta ao ofício da CNV não correspondia ao posicionamento das Forças Armadas.

> — Pelo que li do ofício, em nenhum momento as Forças Armadas reconhecem a tortura. O reconhecimento aconteceu por parte do Ministério da Defesa. Esta história de querer que as Forças Armadas peçam desculpa... é lógico que ninguém vai aceitar isso aí. Não tem sentido essa orquestração. Eles vão pedir desculpas pelos inocentes que eles mataram? Anistia é esquecimento. A partir dali, começa vida nova. Não adianta resolver o passado só com um lado da história. Tudo isso é esquecido para transformar as Forças Armadas em vilã — afirmou o general Heleno (ARAÚJO, KAPA, 2014).

Na mesma notícia, é exposta a visão do procurador da República Antônio Cabral, integrante do Grupo de Trabalho de Justiça de Transição do Ministério Público Federal do Rio, que investigou os crimes de violação dos direitos humanos durante a ditadura:

> — As torturas e violações dos direitos humanos em instalações militares ficaram comprovadas em várias das nossas investigações. Não vemos, diante de tantas provas, como negar tal situação. Isso se contrapõe às alegações das Forças Armadas. Em toda sociedade, após conflitos, um tema importante é a reconciliação. Não adianta só punir os criminosos, sem pensar numa autorreflexão institucional. Acho que um reconhecimento das Forças Armadas, um pedido de desculpas, seria algo importante — disse Cabral (ARAÚJO, KAPA, 2014).

Cabral se posiciona contrariamente à postura das Forças Armadas, atribuindo à resistência delas em revisar o papel da instituição durante o regime da ditatorial parte das dificuldades ainda enfrentadas pela sociedade brasileira de conviver com suas memórias traumáticas. O comportamento dos militares, todavia, é complexo e não pode ser generalizado, já que, conforme demonstrado, do mesmo modo que foi republicano no tratamento das instituições, o alto escalão se silenciou diante da necessidade de reconhecimento público dos atos passados e as alas militares mais conservadoras da reserva entraram em choque com setores progressistas, demonstrando que ainda há dificuldade de reconciliação e memórias mal resolvidas no Brasil.

4.3 **As vozes do jornalismo**

Diante das reflexões acerca da abordagem de conflito envolvendo as Forças Armadas e a Comissão Nacional da Verdade, uma outra perspectiva sobre os acontecimentos surge a partir da ideia de "abuso de memória" destrinchada por Ricœur (2007). Tal perspectiva pode ser relacionada às considerações sobre a Lei de Anistia e o quanto essa norma, editada há tantos anos, é, por vezes, considerada um "tabu", sendo tratada sem a profundidade que merece, e, por outras, um assunto resolvido e "ponto pacífico", ainda que esteja na interpretação dada a ela parte da motivação dos conflitos narrados midiaticamente e ainda hoje existentes. Sem dúvida, a existência da CNV contribuiu para novamente colocar tais assuntos em pauta. E é por isso que, além de identificar os momentos e os enquadramentos mais valorizados na cobertura durante os trabalhos da comissão, a inspiração da ideia do "abuso de memória" é utilizada nesta parte da análise voltada a observar quais vozes sobressaíram ou ficaram obscuras nas narrativas midiáticas.

Assim, a última etapa da análise de conteúdo realizada é aqui apresentada a partir da verificação de outros elementos que podem ajudar a melhor compreender as vozes repercutidas no noticiário, dimensionando tanto o posicionamento editorial dos veículos de comunicação sobre tais temas quanto a atuação dos jornalistas e o acionamento das fontes de informação. Quem ganhou mais espaço na cobertura contemporânea sobre a ditadura? Foram as fontes oficiais, as vítimas, os militares? Que episódios marcaram a trajetória dos comissários? E quais temas sensibilizaram mais os repórteres? A linha editorial dos veículos se portou de que maneira diante dos trabalhos da comissão?

Para responder a esses questionamentos, procedo de duas maneiras: A primeira é identificar na amostragem de 404 registros jornalísticos quais foram as principais fontes de informação acionadas pelos repórteres. O propósito é testar a hipótese de que entre as vozes ouvidas, o jornalismo recorre majoritariamente ao discurso oficial, que, durante o funcionamento das comissões da verdade, passa também a ser exercido por elas. O segundo passo é verificar, além das vozes acionadas pelos jornalistas, qual é o posicionamento editorial dos veículos analisados. Incluo alguns editoriais que não aparecem na mencionada amostra, mas estão no *corpus* geral da pesquisa, para demonstrar como esses meios de comunicação se portaram diante do funcionamento de uma comissão da verdade de âmbito nacional no Brasil. Paralelamente, são identificados eventos a partir dos momentos de maior repercussão midiática (já apresentados na seção 5.1) e depois é realizado cruzamento com as

análises das entrevistas, que permite identificar quais momentos e episódios foram mais marcantes na avaliação dos entrevistados. A partir desse cruzamento, seleciono os fatos ou temas de destaque que ainda não foram explorados nas seções anteriores para demonstrar como se dá a cobertura atribuída a eles.

Nas primeiras fases da análise, foram identificadas as fontes de informação que apareciam com recorrência no *corpus* geral da pesquisa. Esse passo serve de subsídio para a criação de um formulário de codificação específico para as citações entre aspas utilizadas nos textos jornalísticos. Desse modo, nesta etapa, a unidade de registro analisada deixa de ser a notícia para ser a fala (citação) das fontes. Esse procedimento é aplicado aos 404 registros jornalísticos da amostra, de onde são extraídas todas as citações entre aspas. Ao todo, foram identificadas 807 citações de fontes de informação referenciadas na íntegra (entre aspas) pelos repórteres. Os artigos de opinião foram excluídos desta fase, já que o propósito é identificar quais são as fontes acionadas pelos profissionais da imprensa e utilizadas em seus textos. Entre as 807 citações, 226 foram publicadas por *O Globo*, 191 pela *Folha de S. Paulo*, 169 por *O Estado de S. Paulo*, 87 pela *TV Globo*, 82 pelo *G1*, 44 pela *Carta Capital* e 8 pela *CBN*.

Essas 807 falas são classificadas conforme o tipo de fonte do qual são provenientes (fontes oficias ou institucionais, fontes especializadas e personagens[128]). Entre as fontes oficiais identificadas estão a CNV, os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais instituições públicas ou de interesse público e seus representantes. Entre as especializadas estão historiadores, jornalistas, economistas e demais profissionais que se especializaram no período ditatorial ou em temas correlatos, assim como advogados de vítimas da ditadura e de perpetradores, organizações não governamentais[129] e movimentos sociais voltados à defesa dos direitos humanos. São identificados com personagens as vítimas do regime autoritário e seus familiares, testemunhas do período, violadores ou suspeitos de cometer violação em nome do Estado.

[128] Fontes oficiais e institucionais são aquelas que detêm o poder, exercem função ou cargo público ou agem em nome do interesse público. Representam instituição de algum dos poderes constituídos ou organizações (representativas de grupos sociais organizados e formalmente reconhecidos) das quais estão habilitadas a falar oficialmente em nome. Fontes especializadas são aquelas que dominam algum conhecimento específico, detêm notório saber que permite analisar fatos e seus desdobramentos de forma profissional. Em geral, são especialistas ou peritos em determinado assunto. Personagens são fontes de caráter testemunhal, ou seja, indivíduos que relatam alguma experiência ou vivência capaz de contribuir para ilustrar o que é contado pelo repórter.

[129] As ONGs são consideradas por Nilson Lage (2001) como fontes independentes. Contudo, por acreditar, assim como Traquina (2008), que não existem fontes desinteressadas, e por considerar, neste caso, que as ONGs e outros movimentos sociais que trabalham com direitos humanos possuem expertise no assunto, prefiro tratá-las também como fontes especializadas, já que são acionadas a se posicionar devido ao conhecimento de causa.

A verificação de cada citação contida nos registros jornalísticos permite afirmar que as fontes mais valorizadas são as oficiais e as vítimas e seus parentes. Das 807 citações, 395 são provenientes de fontes oficiais, o que representa 49% do total analisado. Entre elas, as comissões da verdade são as que mais se destacam, tendo sua voz pronunciada 173 vezes (21,5% do total de citações) em 106 das 404 notícias sobre a ditadura.

Há diversos tipos de referência às comissões, que envolvem trechos de notas oficiais e de entrevistas dos comissários, falas de seus pesquisadores ou respostas oficiais da assessoria. Uma das citações, considerada como ilustrativa dos trabalhos realizados pela CNV, é extraída do portal *G1* e se refere à fala do policial federal Daniel Lerner, que atuou como assessor do colegiado. Em notícia sobre as investigações para identificação de um corpo no Maranhão, ele explica que "o motivo é dar continuidade aos trabalhos da comissão no caso Epaminondas Gomes de Oliveira, que é um desaparecido político no Brasil, uma pessoa dessa região. Fizemos uma exumação em Brasília e agora viemos para a região para dar continuidade ao trabalho"[130].

Outro exemplo de citação oficial ocorre em notícia do *Estadão* em que a presidente Dilma Rousseff retruca o diplomata brasileiro Eduardo Saboia, que comparou a situação que um asilado político vivia no ano de 2013 na embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia, com a que presos políticos enfrentavam na época da ditadura. A presidente foi taxativa ao contrariá-lo, mencionando sua experiência pessoal como vítima de tortura ao afirmar: "Não há nenhuma similaridade. E eu estive no DOI-Codi. Eu sei o que é o DOI-Codi. E asseguro a vocês: é tão distante o DOI-Codi da embaixada brasileira lá em La Paz, como é distante o céu do inferno. Literalmente, isso."[131] Apesar de ter sido acionada na matéria pelo fato de ser uma fonte oficial, autorizada a falar sobre assuntos de política externa, nesta citação específica, e também em outras circunstâncias, a figura da presidente comporta ambiguidade, visto que ela foi vítima da ditadura e faz uso de uma experiência pessoal para falar de uma questão de Estado. Ou seja, nesse caso, é autoridade, mas também personagem.

Matéria da *Agência Brasil* publicada pela *Carta Capital* em 31 de março de 2014, destaca trechos do pronunciamento de Dilma Rousseff em decorrência dos 50 anos do golpe.

> Cinquenta anos atrás, na noite de hoje, o Brasil deixou de ser país de instituições ativas, independentes e democráticas. [...] Hoje podemos olhar para esse período e aprender com ele, porque o ultrapassamos. [...]Aprendemos o valor de eleger por

[130] Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/10/comissao-da-verdade-realiza-audiencias-em-porto-franco-ma.html>. Acesso em: 8 jan. 2017.

[131] Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,doi-codi-e-tao-distante-da-embaixada-quanto-o-ceu-do-inferno-diz-dilma,1068368>. Acesso em 8 jan. 2017.

> voto direto e secreto, de todos os brasileiros, governadores, prefeitos. De eleger, por exemplo, um ex-exilado, um líder sindical que foi preso várias vezes e uma mulher que também foi prisioneira (CARTA CAPITAL, 2014).

Ainda que a presidente não se referisse com recorrência ao seu histórico pessoal, em datas significativas como a da instalação e do encerramento da CNV e a dos 50 anos do golpe, é comum observar que sua experiência de vida foi valorizada. Citações da presidente, aliás, são usadas 26 vezes (3,2%) na amostra analisada.

Quadro 18 – Detalhamento das fontes acionadas conforme a frequência das citações

Fontes		Frequência	Porcentagem
Oficiais	CNV	120	14,9
	Outras comissões da verdade	53	6,6
	Ministérios / Ministros	27	3,3
	Dilma Rousseff	26	3,2
	Ministério Público Federal	23	2,9
	Judiciário	19	2,4
	Clube Militar	16	2,0
	Entidades internacionais (ONU, embaixadas...)	16	2,0
	Deputados	11	1,4
	Prefeituras e governos estaduais	7	0,9
	Forças Armadas	7	0,9
	OAB	7	0,9
	Polícias	7	0,9
	Senadores	6	0,7
	Comissões e órgãos oficiais de defesa dos dir. humanos	4	0,5
	Outras fontes oficiais	46	5,7
Especializadas	Historiador	34	4,2
	Jornalista	30	3,7
	Advogado / jurista	21	2,6
	Economista	21	2,6
	Pesquisador/estudioso de outras áreas	20	2,4
	ONGs e Mov. Sociais	13	1,6
	Integrante Forças Armadas (pronunciando pessoalmente)	3	0,4
	Outras fontes especializadas	51	6,3
Personagens	Vítima	80	9,9
	Familiar de vítima	42	5,2
	Testemunha	32	4,0
	Perpetrador/suspeito de violação	28	3,5
	Manifestantes	7	0,9
	Militar da reserva (pronunciando individualmente)	5	0,6
	Outros personagens	17	2,1
	Outras fontes	8	1,0
	Total	807	100,0

Fonte: A autora

Entre os integrantes da CNV mais acionados como fonte pelos jornalistas estão Pedro Dallari (26 vezes), José Carlos Dias (23) e Rosa Cardoso(20). Os que aparecem menos no noticiário são José Paulo Cavalcanti Filho (4) e Maria Rita Kehl (3). É preciso mencionar que essas mesmas fontes podem ter sido acionadas e contribuído com os jornalistas em outras ocasiões, contudo, por ter sido feita menção indireta às falas delas e não utilizadas citações entre aspas na amostra em questão, que é o alvo deste estudo, não podem ser consideradas. Ao todo, foram contabilizadas 120 citações de integrantes da CNV e seus assessores (15% do total). Já as comissões estaduais ou locais da verdade se pronunciaram 53 vezes (6,6%).

No caso das comissões setorizadas, as principais fontes foram Wadih Damous, da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) e Gilberto Natalini, da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de São Paulo. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" também foi referenciada, porém as fontes variam entre o deputado estadual Adriano Diogo (PT) e o ex-preso político Ivan Seixas, que presidiram o colegiado.

Os resultados permitem confirmar a hipótese de que as vozes acionadas pelo jornalismo na cobertura da ditadura entre julho de 2012 e dezembro de 2014, período de funcionamento da CNV, privilegiam o discurso oficial, que, nesse período, passa também a ser exercido pelas comissões da verdade e, em especial, pela CNV. Isso pode ser comprovado pelo fato de que 49% das citações analisadas são consideradas advindas de fontes oficiais/institucionais e o restante é dividido entre especializadas (24%) e personagens (26%). Outro aspecto que auxilia nessa comprovação é que o número de citações referentes à CNV (15% do total) é maior até mesmo do que o número de vítimas que têm seus relatos divulgados (10%). Isso demonstra que as comissões da verdade passaram a assumir de alguma forma o discurso oficial sobre o período autoritário, sendo autorizadas a falar em nome do Estado e consideradas autoridade sobre o assunto.

Quadro 19 – Frequência de citações entre aspas por tipo de fonte

Fonte	Frequência	Porcentagem*
Oficial	395	49%
Especializada	193	24%
Personagem	211	26%
Outras	8	1%

*valores arredondados
Fonte: A autora

É preciso destacar que apesar da maior concentração de citações entre aspas advindas das fontes oficiais, se as meções daqueles que falam em nome das comissões forem consideradas separadamente das fontes oficiais tradicionais, é possível observar que a cobertura foi equilibrada nesse aspecto (27,5% das citações são de fontes oficiais tradicionais; 26% de personagens; 24% de fontes especializadas; e 21,5% de comissões da verdade).

Ainda que muitas outras vozes tenham sido acionadas na cobertura, como de ministros, de representantes do Poder Judiciário, pesquisadores e integrantes de movimentos sociais, elas não predominaram tanto quanto as das comissões.

Entre as fontes oficiais, o Poder Legislativo (2% das citações) sobressaiu pouco em relação às citações dos poderes Executivo (7,5%) e Judiciário (5,5%). Ainda que algumas comissões tenham sido criadas em âmbito das casas legislativas, como a "Rubens Paiva", de São Paulo, e, por isso, parlamentares que a compunham tenham sido ouvidos pelos jornalistas, eles foram acionados pelo fato de integrarem uma comissão da verdade, que se difere em objetivo e atuação das tradicionais comissões parlamentares, e não pelo fato de serem legisladores. Além disso, muitas dessas comissões foram criadas pelo Poder Legislativo, mas funcionaram com representação da sociedade civil.

Desse modo, é possível sugerir algumas circunstâncias observadas que podem ter contribuído com esse processo. A primeira delas é que os parlamentares mais engajados com a causa em geral estavam envolvidos com a criação das comissões (tendo sido mais ouvidos durante as articulações do que após a instalação das mesmas, e por isso aparecem menos no período da análise). A segunda é que pelo fato de a CNV ter surgido após imensa composição política, envolvendo articulação de diversos partidos e dos ex-presidentes, conforme já demonstrado, houve o objetivo do Governo federal de dar a ela *status* de "política de Estado" e não de um partido só, de forma que a ideia foi apropriada pelas empresas jornalísticas, que não garantiram certos espaços aos atores políticos do Legislativo como forma de evitar o uso político-eleitoral dos colegiados. Por fim, talvez os parlamentares estivessem mais preocupados com outras questões – como as manifestações de 2013 e as eleições de 2014 – do que de fato com os temas tratados por comissões da verdade. Contudo, alguns legisladores já mencionados, como Adriano Diogo e Gilberto Natalini, ganharam voz na cobertura, assim como o senador João Capiberibe (PSB/AP), que, durante o período, presidia a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça do Senado.

Cabe destacar também que, entre as fontes oficiais, as que menos sobressaíram foram as dos militares, talvez não por propósito da imprensa, mas devido à própria postura das Forças Armadas de evitar se pronunciar sobre os trabalhos das comissões da verdade, não ter

colaborado com as investigações conforme era esperado pela CNV e não ter assumido formalmente que suas instalações serviram de práticas abusivas e de violações de direitos no período ditatorial. Essa postura – já discutida na seção 5.2 – corrobora com os resultados. Juntos, os pronunciamentos das Forças Armadas e do Clube Militar (associação de direito privado sem fins lucrativos, de caráter representativo, assistencial e social constituída pela associação de militares da Marinha, Exército e da Força Aérea e de seus dependentes) representam 3% do total de citações. Já falas de militares em atuação ou da reserva de forma individual e independente das corporações ocorreram em 1% do material. É sintomático ainda que os militares da reserva (por meio do Clube Militar ou de forma independente) tenham se pronunciado mais do que as Forças Armadas oficialmente e, quando se pronunciavam, sempre seguiam no caminho da crítica às comissões e na defesa da instituição, justificando de alguma maneira os atos passados exercidos pela corporação e por seus integrantes. As violações costumam ser vistas como "excesso" e não como prática sistemática do período autoritário por esses militares que optaram pelo "ataque" às comissões.

Em um dos momentos interessantes da cobertura estão registros jornalísticos que abordam o embate entre tais grupos e as comissões. A consideração do presidente do Clube de Aeronáutica, brigadeiro Ivan Frota, que classificou a Comissão Nacional da Verdade como "uma afronta à verdade"[132], publicada pelo *Estado de S. Paulo,* é um exemplo.

Na mesma notícia, é dito que, durante cerimônia para marcar os 50 anos do golpe civil-militar, realizada a "portas fechadas" e distante do Centro do Rio de Janeiro, para evitar chamar a atenção de críticos, o presidente do Clube Naval, almirante Paulo Frederico Dobbin, alegou haver "quase um massacre a um episódio da história que foi a participação dos militares [...]. Nosso poder de comunicação é ínfimo diante da mídia, mas será a briga de Davi e Golias. A contrapropaganda é o que nos resta".

Em uma das raras falas oficiais por parte das Forças Armadas, repercutida em vários jornais em decorrência do encerramento dos trabalhos da comissão, em dezembro de 2014, o comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, afirmou que a CNV "cumpriu o papel dela. Fez um relatório sobre o qual nós ainda não tivemos oportunidade de nos debruçar"[133]. Depois do episódio e de tempo suficiente para estudar o documento, nada foi dito.

---

[132] Disponível em: < http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-evitar-protestos-militares-celebram-golpe-longe-do-centro-do-rio,1147415>. Acesso em: 9 jan. 2017.

[133] Disponível em: < http://oglobo.globo.com/brasil/comandante-da-marinha-comissao-da-verdade-cumpriu-papel-dela-14817117> e em: < http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cnv-cumpriu-papel-e-relatorio-sera-analisado-diz-comandante-da-marinha,1606074>. Acesso em: 9 jan. 2017.

A percepção do almirante Dobbin – de que os meios de comunicação passaram a divulgar outras interpretações dos episódios históricos e de que a versão antes defendida pelas Forças Armadas não tem mais a ressonância social almejada –, a princípio, choca-se com a postura oficial das corporações de se "calarem" oficialmente. Contudo, para além da superficialidade com que pode ser analisada em uma primeira leitura, ela demonstra que a estratégia de não se pronunciar ou de conceder respostas rasas é na verdade um ato de protesto. Diante das demandas da comissão e dos jornalistas para respostas e mais informações sobre os episódios investigados, a realidade é que as Forças Armadas optaram por respeitar a lei e estabelecer relação "diplomática" sem, contudo, contribuir de fato com as investigações e assumir oficialmente o que ocorreu em suas instalações. Essa foi a forma de protesto adotada.

A proibição por parte do comandante do Exército, general Enzo Peri, de que os quartéis colaborassem com investigações sobre as violências praticadas em suas dependências durante a ditadura tomou proporções quando a CNV e o Ministério Público Federal (MPF) se deram conta do ato. Ao solicitar prontuários médicos do Hospital Central do Exército (HCE), os órgãos foram informados de que a unidade estava proibida de encaminhar os documentos. O ato provocou reação do MPF e, na ocasião, o procurador da República Sérgio Suiama considerou "lamentável que o comando atual do Exército de um Estado Democrático de Direito esteja tão empenhado em ocultar provas e proteger autores de sequestros, torturas, homicídios e ocultações de cadáver"[134].

A atuação enérgica e combativa do MPF não apenas nesse caso, como durante toda a cobertura também merece ser ressaltada. Há citações do órgão ou de seus procuradores em 23 ocasiões (3% do material) e os próprios jornalistas e integrantes da CNV reconheceram em suas entrevistas que o papel do MPF foi fundamental no decorrer dos trabalhos das comissões.

Roldão Arruda (2016) faz esse reconhecimento: "Eu acho que, no embalo dessa coisa, o Ministério Público também começou a se dedicar mais aos direitos humanos, a pesquisar mais aqueles casos, tanto que várias coisas que acontecem nesse período não saem da comissão, mas do Ministério Público." A afirmação colabora com o resultado da análise de que uma parcela dos perpetradores suspeitos foi ouvida em investigações do MPF e não em audiências das comissões, que, por lei, não tinham função de denunciar nem julgar os crimes.

---

[134] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/anos-de-chumbo-comandante-impoe-silencio-ao-exercito-13690198>. Acesso em: 9 jan. 2017.

No total, as falas dos suspeitos de cometer violação que falaram ao MPF, às comissões ou concederam entrevista à imprensa correspondem a 3,5% do material analisado.

Um dos suspeitos de ter contribuído com as violações da época, o coronel reformado Wilson Machado, que se feriu no atentado à bomba do Riocentro, manteve-se em silêncio desde o episódio. A jornalista Mônica Sanches (2016) lembra de tê-lo procurado em diversas ocasiões, sem nunca ter obtido sucesso. "Eu tinha fixação por ir atrás desse [então] capitão [Wilson Machado]." Mônica diz que o perfil de "terrorismo de estado" que envolve o atentado do Riocentro e o caráter "escandaloso" de ter sido executado em momento de abertura política, em 1981, fizeram com que ela buscasse por muitos anos ouvir Wilson Machado.

> Eu lembro uma vez que ele estava escondido e alguém descobriu que ele estava morando num apartamento na Praia do Flamengo, há uns 15 anos. E eu lembro de fazer plantão na porta desse apartamento junto com o Geneton. O Geneton Moraes Neto. E eu fiquei em plantões e mais plantões ali, na porta, tentando falar com esse cara, tentando pegar esse cara indo à padaria. E nada. E aí eu lembro do dia que o Pedro Dallari falou que ia ter audiência no Rio e que esse capitão [Wilson Machado] ia estar presente. [...] E aí eu pedi duas câmeras e falei: "nós vamos filmar o cara chegando, saindo, falando. [...] E, quando acabava a audiência, não era uma coisa comum a gente levantar partindo para cima de depoente com microfone na mão, gritando, não. Era mais de saber antes se vai falar, não vai falar... [...] Enfim, mas, neste dia, eu até avisei: "Assim que acabar, eu vou pular em cima desse cara!" (Risos) "Porque esse cara não vai querer falar, não dá." [...] Porque não dá para não atirar umas perguntas. Uma coisa meio Geneton. Eu lembrava muito do Geneton. Ele ainda estava vivo na época e eu falei para ele: "Eu tentei, eu vi o cara." [...] E eu fui atrás dele para perguntar algo do tipo: "O senhor estava preparado para matar centenas de pessoas?", "O senhor sabia que poderia assassinar centenas de pessoas?" E eu vou atrás, é até legal ver essa passagem no Jornal Nacional[135]. Eu vou atrás, e aí tem uma hora que ele vira assim e dá uma risada. Eu lembro que eu liguei para a redação e disse que tinha esta cena, e tinha em duas câmeras, e, quando eu cheguei na redação, o [William] Bonner disse: "Eu não acreditei naquela imagem. A gente vai usar na escalada do Jornal Nacional." [...] Algumas pessoas precisam ser confrontadas de alguma forma, elas têm muito que explicar e a gente tem que perguntar.

Apesar de nada ter dito em palavras, a imagem de Machado rindo cinicamente do questionamento sobre um episódio trágico que matou um de seus colegas e o deixou ferido, podendo ter atingido milhares de pessoas que celebravam o Dia do Trabalho no Riocentro, é simbólica. A reportagem de Mônica Sanches na ocasião conta ainda com a fala do almirante Julio de Sá Bierrenbach, que, em depoimento à CNV[136], contrariou o inquérito do Riocentro e afirmou categoricamente que os militares "fizeram o atentado".

---

[135] Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/militar-que-sobreviveu-atentado-no-riocentro-se-recusa-responder-cnv.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.

[136] "Acabado o inquérito, eles [militares envolvidos – ou coniventes – no atentado do Riocentro] [...] fizeram um show para a imprensa para dizer que foram vítimas do atentado. Vítimas uma ova! Eles fizeram o atentado. Se

Já Wilson Machado só falou sobre o caso ao MPF. As falas dele são pela primeira vez divulgadas em reportagem[137] de Lília Teles para o *Fantástico*, da Rede Globo, em fevereiro de 2014. A partir de autorização judicial, a equipe jornalística teve acesso às imagens de Machado sendo interrogado pelo MPF e, entre as citações extraídas da reportagem estão as falas dele negando a participação no episódio. "Não adianta que não vão me incriminar. Não vão porque eu não estou metido nisso" e "eu nunca carreguei nenhum explosivo [...]".

Na mesma reportagem, o procurador da República Antônio Passos afirma que as investigações conduzidas pela Justiça Militar à época dos fatos foram forjadas: "Peritos foram pressionados, testemunhas foram ameaçadas, provas foram suprimidas do local do crime. Então, a gente não tem dúvida de que a primeira investigação no Riocentro foi direcionada para que o caso fosse acobertado, que não se descobrisse a verdade."

O detalhamento das citações por tipo de fonte acionada (Quadro 18) demonstra ainda que, apesar de terem recebido menos espaço do que as fontes oficiais, vítimas da ditadura e seus familiares ocupam a segunda posição se for considerado cada tipo de fonte em separado.

Juntos, as vítimas e seus parentes estão representados em 122 citações entre aspas, o que significa cerca de 15% da amostra analisada. O número fica atrás apenas das citações das comissões da verdade, que ocorrem, conforme já mostrado, 173 vezes (em 21% dos casos).

As reportagens com foco nas vítimas, em geral, buscam demonstrar a dor e o sofrimento por elas vivenciados e também a luta dos familiares em busca de direitos e justiça. Ainda que o enquadramento prioritário de algumas dessas reportagens tenha sido temático voltado às ações e investigações das comissões, ou voltadas à contextualização histórica, elas também contribuem para dar voz aos que sofreram naquele período. É o caso de reportagem do *G1* focada na contextualização histórica e publicada no dia 31 de março de 2014, em decorrência dos 50 anos do golpe. Ao resgatar as recordações de mulheres catarinenses que foram vítimas da ditadura e encontraram na militância uma forma de ajudar a preservar a

---

eles conseguem pegar aquela bomba e colocar lá no palco onde estava o festival [...] Festival que havia público lá. Irresponsáveis. [...] Houve o inquérito, completamente... Procuraram camuflar coisas de todo jeito, entendeu? Foi para a auditoria e eu sei que escolheram a dedo a auditoria que devia cair para ser distribuído, e já lá não apuraram nada na Auditoria em primeira instância e foi para o Tribunal [Militar] já o [pedido de] arquivamento, que o auditor de primeira instância tinha achado e o juiz tinha aprovado também. [...] O inquérito foi uma vergonha! [...] Aquele capitão [Wilson Luís Alves Machado] que estava junto com o sargento [no Puma] nunca prestou depoimento na auditoria. [...] E eu não sei como ele foi promovido a major, tenente-coronel e tal, porque ele, enquanto era capitão, não tinha condições físicas. Há poucos dias, eu vi numa reportagem ele mostrando os ferimentos que teve na barriga. Com aqueles ferimentos, ele não iria a major na ativa de jeito nenhum." [Trecho do depoimento do Almirante Julio de Sá Bierrenbach à CNV em 25/4/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kKJVjF1Tx9w>. Acesso em: 13 nov. 2016.

[137] Disponível em: < http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/02/envolvido-no-atentado-no-riocentro-diz-que-intencao-dos-militares-era-matar-astros-da-musica-brasileira.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.

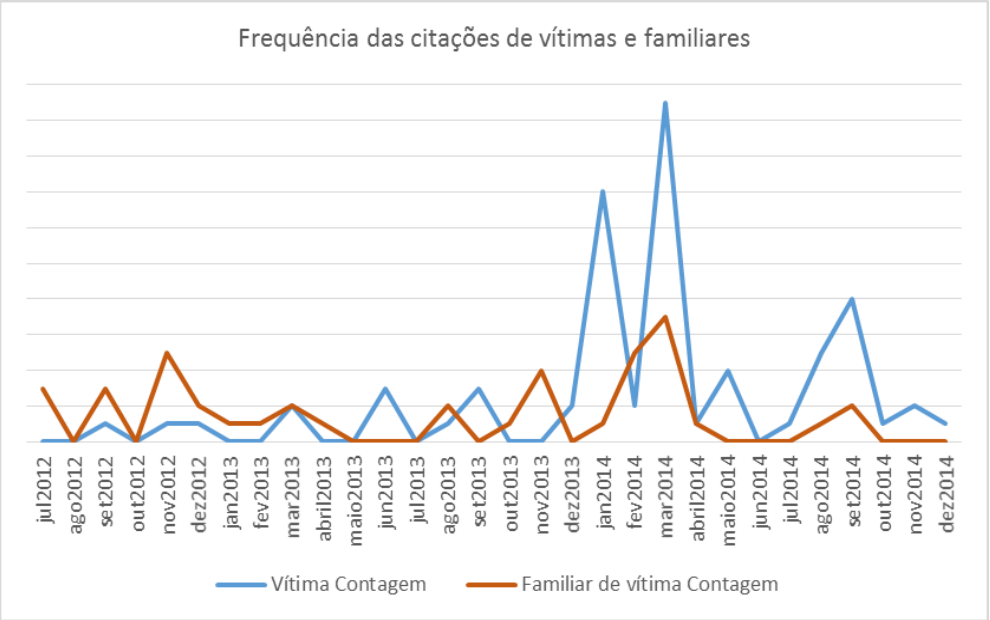
memória do período, a repórter Janara Nicoletti destaca a fala de uma personagem, Derlei Catarina de Luca, que narra como foi sua tortura:

> A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau-de-arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido. Quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e [o] pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando. Ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram (NICOLETTI, 2014).

Além de relatos fortes e dramáticos, como o de Derlei, as citações de personagens também mencionam episódios em que as vítimas conseguiram se safar da perseguição, como demonstra a fala de José Maria Rabelo, que era dono do jornal Binômio na época do golpe, em reportagem[138] do telejornal *Bom Dia Brasil*, da TV Globo. "Eles foram me deter no dia 29, às 11h. [...] Quando eles subiram por um dos elevadores do prédio, eu descia pelo outro. O porteiro disse: 'Seu Zé Maria, cai fora porque os homens estão te procurando'. Eu digo que esse foi o conselho mais sábio que eu recebi na minha vida".

Aliás, quando a frequência da utilização de citações de vítimas e familiares é observada mês a mês, torna-se nítida a maior concentração em março de 2014 (ver Gráfico 8), período em que a maioria das séries especiais sobre os 50 anos do golpe foi editada.

Gráfico 8 – Variação da quantidade de citações de vítimas e familiares por mês



Fonte: A autora

[138] Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/03/nova-geracao-de-brasileiros-conhece-ditadura-pelas-historias-de-familia.html>. Acesso em: 9 jan. 2017

Por conta dessa efeméride, todos os veículos analisados privilegiaram em alguma circunstância dar voz àqueles que vivenciaram a ditadura e sofreram suas consequências. O jornal *O Globo*, por exemplo, publicou uma série de depoimentos de artistas vítimas do regime autoritário. Entre eles, o relato da atriz Fernanda Montenegro revela um episódio sobre o qual ela falou poucas vezes desde o fim da ditadura:

> [...] Não posso deixar de narrar uma situação de terror extremado pela qual passamos durante a temporada, em São Paulo, de "É...", também de Millôr. Através de constantes telefonemas anônimos, fomos ameaçados de um ato extremista: eu sofreria um atentado em cena. Um tiro certeiro na testa. Em pânico, nos perguntávamos se devíamos parar a temporada, voltar ao Rio e reconstruir a vida. Mas permanecemos. Pedimos segurança à polícia (época louca: a polícia era o sistema). [...] Representamos mais de um mês com as luzes da plateia acesas e quatro seguranças em cada ângulo da sala. [...] No início de uma madrugada, nesse mesmo período dos telefonemas, hospedados eu e Fernando na casa do diretor e amigo Celso Nunes, estávamos já no nosso quarto, no segundo andar, quando uma bala estilhaça o vidro da nossa janela e fica cravada na madeira do teto. Um carro, da rua, arranca em disparada. Celso Nunes é testemunha desse fato pouco divulgado (MONTENEGRO, 2014).

O depoimento da atriz ilustra a tentativa de divulgar fatos pouco conhecidos. Ou seja, explorar os personagens no sentido de que, a partir do distanciamento temporal, eles pudessem revisitar suas memórias e contar detalhes que em outros momentos eles evitaram mencionar. Nota-se que, nas datas rememorativas (como os 50 anos do golpe), o aspecto do sofrimento humano é valorizado pelas narrativas.

Proposta semelhante, de dar voz aos artistas, foi adotada em reportagem[139] de Mônica Sanches veiculada no *Jornal Hoje*, da TV Globo, em que eles puderam falar sobre a censura e sobre como era protestar pelas entrelinhas, pelos não ditos. O musicólogo Ricardo Cravo Albin contou exatamente esse ponto de vista: "Nas minhas pesquisas, eu, que lutei tanto contra a censura, achei em torno de 1,2 mil músicas censuradas, ou na íntegra ou por palavras, e por quê? Porque os compositores usavam de metáforas, ainda assim os censores decepavam impiedosamente as metáforas".

Além das vítimas de violência física, persecutória e da censura, os familiares de mortos e desaparecidos políticos também mereceram espaço na cobertura. Suas falas representam mais de 5% do total. Contudo, justamente eles, que representam de alguma forma a razão para que as investigações do período persistam, receberam proporcionalmente menos espaço do que alguns tipos de fontes oficiais. Isso não quer dizer que foram preteridos, mas

[139] Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/03/artistas-relembram-repressao-e-censura-na-epoca-da-ditadura-militar.html>. Acesso em 15 dez. 20

pode indicar outras possibilidades, como a dificuldade de alguns de falar sobre o sofrimento ou o fato de que muitos familiares são também vítimas, como é o caso de Ivan Seixas, que foi preso no DOI-Codi de São Paulo juntamente com seus familiares ainda quando adolescente, aos 16 anos, e ouviu de uma sala próxima os gritos do pai nas sessões de tortura que o levaram à morte. Ele é uma das fontes frequentemente acionadas pelos jornalistas. Além de ser vítima direta e ter perdido o pai, Seixas se tornou militante da causa, colaborou com os trabalhos das comissões da verdade e, por isso, serve de exemplo de fonte que é acionada pelos jornalistas como vítima, como familiar de mortos e desaparecidos ou como fonte oficial (devido à atuação como coordenador da comissão "Rubens Paiva" de São Paulo).

O mesmo ocorre com Maria Amélia Teles, conhecida também como Amelinha. Em 1972, enquanto militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ela foi presa, juntamente com o marido, na Operação Bandeirante (Oban) e os filhos Edson e Janaína, na ocasião com 4 e 5 anos, foram sequestrados e levados para assistirem às sessões de tortura dos pais. Toda a família tem histórico de militância na defesa dos direitos humanos, sendo que Amelinha integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e foi assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Por conta desse histórico de sofrimento e engajamento político, ela é ouvida em algumas circunstâncias como vítima, como em reportagem[140] de O Globo na qual ela indica um dos nomes de quem a torturou: "[Aparecido Laertes] Calandra, que tinha o codinome de Capitão Ubirajara, me torturou de maneira física e psicológica. Era um homem que procurava convencer para obter informações. Algumas vezes, pressionava." Já como militante ou fonte oficial, Amelinha costumava ser ouvida por conhecer a fundo o sistema de repressão e pela sinceridade, que fez com que não poupasse críticas ao funcionamento da CNV, como demonstra esta citação em notícia do *G1*[141]: "A gente já vinha preocupado também com o fato de as audiências [da CNV] serem sigilosas. Entendemos que o princípio da transparência exige publicidade de todas as audiências porque a construção da verdade é coletiva."

No caso específico dos familiares, foram especialmente acionados os parentes das vítimas de casos emblemáticos, como os netos de João Goulart, os filhos de Rubens Paiva e a esposa e o filho de Vladimir Herzog.

Considerando as entrevistas com jornalistas para esta pesquisa, é válido ressaltar o quanto as narrativas do ponto de vista das vítimas ou dos personagens que ouviram os

[140] Disponível em: < http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-convocara-acusado-de-tortura-10190253>. Acesso em 15 dez. 2016.
[141] Disponível em: < http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/ex-ministro-reconhece-falhas-em-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

tocaram de forma distinta dos casos relatados pelas fontes oficiais ou especializadas. Entre vários casos em que atuaram, todos eles mencionaram nas entrevistas personagem ou história considerada de algum modo especial. Evandro Éboli se recorda até hoje de um personagem que descobriu em 2009, um homem que, na época da ditadura, tinha 10 anos e foi usado tanto a serviço do regime autoritário quanto dos guerrilheiros do Araguaia. Marsílea Gombata foi tocada pelos casos de Maria Amélia Teles e Ivan Seixas. Mônica Sanches se sensibilizou com a história de Raul Amaro. Patrícia Britto se recorda de ter entrevistado uma vítima que, aos 2 anos, foi fichada como subversiva e separada dos pais. Roldão Arruda, diante dos muitos casos de que se lembra, impressionou-se com os escrachos "aterrorizantes" organizados pelo Levante Popular da Juventude, que, de uma hora para outra, colocam aqueles que outrora foram violadores e sustentáculos do poder em condição de personagens acuados.

É também interessante observar que a forma com que os veículos fazem uso das fontes e dão espaço às suas falas não é equânime. Enquanto *G1*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* foram os que mais publicaram citações de fontes oficiais (cerca de 50% das citações nos três casos), o noticiário da *TV Globo* garantiu mais voz aos personagens. Já o jornal *O Globo*, apesar de também ter valorizado mais as fontes oficiais, distribuiu melhor o espaço destinado a elas, tendo publicado quase 30% das citações entre aspas provenientes de fontes especializadas e aproximadamente o mesmo quantitativo de personagens.

Quadro 20 – Cruzamento da quantidade de citações por tipo de fonte e veículo

Totais	**Porcentagem das citações por veículo**						
Fontes acionadas	*Carta Capital*	*Rádio CBN*	*O Estado de S.Paulo*	*Folha de S.Paulo*	*Portal G1*	*O Globo*	*TV Globo*
Fontes oficiais	40,9%	25%	50,9%	52,9%	53,7%	38,5%	32,2%
Fontes especializadas	18,2%	50%	16,6%	26,2%	26,8%	27,9%	20,7%
Personagens	22,7%	25%	21,3%	16,2%	19,5%	29,6%	56,3%
Outras	18,2%	0	11,2%	4,7%	0	4%	0

Fonte: A autora

A surpresa neste caso é decorrente do material proveniente da revista *Carta Capital*. Por se autoafirmar como veículo de esquerda, que tenderia a valorizar a voz dos oprimidos em relação ao discurso oficial, imaginava-se que os personagens ganhariam mais espaço nas narrativas, o que não ocorreu ao menos no material analisado. Nesse caso, o espaço às fontes oficiais pode se justificar pelo fato de a revista se alinhar às temáticas programáticas dos governos petistas. Entretanto, essa visão de que o veículo poderia garantir espaço diferenciado às vítimas e aos seus familiares, agora contestada de alguma maneira em relação a esta

cobertura específica, também faz parte do imaginário construído sobre o periódico, como é relatado pela repórter Marsílea Gombata (2016): "Acho que a *Carta* se coloca como veículo de esquerda, e nisso existem coisas boas e ruins. A boa é que a gente vai primeiro escutar o oprimido, aquela história do oprimido e do opressor."

Ainda em relação à forma como a *Carta* fez uso das citações, há uma proximidade entre ela e o *Estadão* no que tange ao uso dos "outros tipos de fontes". Essas outras fontes, na verdade, são informações extraídas de documentos da ditadura (como processos, inquéritos, relatórios e trocas de correspondência oficial), além de trechos de jornais de época.

Já o número de citações relativas à rádio *CBN* foi considerado, porém representa resultado inexpressivo (apenas oito citações) diante do *corpus* de 807 menções entre aspas. Isso se deve ao fato já mencionado de haver menor quantitativo de material referente à rádio do que às outras mídias e também à característica percebida, nesta cobertura da CBN, de o assunto ser em geral apresentado e discutido por comentaristas e nem tanto em notícias e reportagens, que costumam usar falas de entrevistados para "ilustrar" o que é apresentado.

A cobertura também lançou mão de fontes especializadas – principalmente historiadores, jornalistas, economistas e advogados – para discutir a temática. Suas citações foram acionadas 193 vezes em 23,9% dos casos. Entre os historiadores que ajudaram na construção das narrativas jornalísticas sobre a ditadura estão os professores da Universidade Federal Fluminense Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Fico. Os três são especialistas no assunto e suas entrevistas foram usadas como relato de autoridade para analisar fatos e desdobramentos, tanto em reportagens de contextualização histórica quanto em pautas episódicas ou de crítica aos trabalhos das comissões da verdade. Quando acionadas no primeiro caso, as falas destacadas são as que buscam contar ou detalhar um episódio histórico, como o golpe civil-militar de 1964:

"[...] Houve uma operação militar de um golpe, mas também houve um golpe do poder legislativo ao depor [João] Goulart, estando em território nacional. E, logo depois, o Áureo Moura Andrade empossa na Presidência da República o Ranieri Mazzilli [...]", diz Jorge Ferreira em reportagem do *Jornal Nacional*[142]. Em outras circunstâncias, os historiadores também são chamados a analisar os processos históricos brasileiros e a compará-los com medidas contemporâneas, como a própria Comissão Nacional da Verdade. Em entrevista ao

[142] Disponível em: < http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/03/golpe-militar-de-1964-completa-50-anos-relembre.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Estadão[143], o historiador americano Kenneth Serbin afirma que "as comissões da verdade chegaram tarde demais (ao Brasil). Deveriam ter sido feitas nos anos 90. Com o tempo, o povo começa a esquecer o que foi o regime militar". Já a historiadora e professora da UFRJ Maria Paula Araújo avalia na *Folha* que "a justiça de transição no Brasil deu ênfase à questão da reparação, em detrimento de outros aspectos, como a verdade e a justiça; e uma reparação com um forte cunho indenizatório". A pesquisadora considera ainda que "[...] o processo de reparação não foi suficiente para revelar a verdade (ou as verdades), promover justiça e permitir uma reconciliação nacional" (BRITTO, 2013).

Ainda nessa ideia de avaliar os processos brasileiros, a professora Pilar Lacerda, do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aborda outro "entrave" em reportagem de *O Globo*[144] sobre o Festival de História de Diamantina, que ela é curadora. Segundo Pilar, a história do país ainda é contada pela narrativa dos vencedores. "Nas escolas, as crianças aprendem a disciplina do ponto de vista de quem venceu. E, além disso, existe uma grande parte dela que, simplesmente, não é pesquisada ou revelada."

Majoritariamente, as citações dos historiadores fortalecem o entendimento de ser necessário rever algumas das versões fixadas socialmente sobre os fatos históricos e questionar as narrativas remanescentes que ainda valorizam o autoritarismo ou minimizam seu impacto, no sentido de propor novas reflexões e de compreender as complexidades dos processos históricos e das políticas de memória. Nesse sentido, é possível considerar que as narrativas jornalísticas que privilegiam essas fontes contribuem para propor outros olhares sobre a ditadura, conforme discutido no primeiro capítulo.

Esses olhares são estimulados pela existência das comissões da verdade, mas também pela "onda" de atividades e discussões promovidas pela sociedade civil e, especialmente, pelos movimentos sociais. Na já citada reportagem de *O Globo*, a historiadora Pilar Lacerda reconhece esse emaranhado de novas interpretações e realizações em prol das memórias traumáticas: "Esse momento que o Brasil vive de rever a ditadura nos entusiasmou [...]. A gente acha que um festival tem a obrigação de trazer novas abordagens, não adianta ser mais do mesmo. A gente quer mais do que é inédito, do que foi silenciado."

A citação de Pilar, utilizada para explicar as motivações para a escolha do tema do festival de história de 2013, corrobora mais uma vez a ideia dos "ciclos de memória" (descrita

[143] Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,oficio-indica-que-reitoria-da-usp-ajudava-a-repressao,1077031>. Acesso em: Acesso em: 20 jan. 2017.

[144] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/festival-de-diamantina-mostrara-otica-dos-derrotados-8103237>. Acesso em 8 dez. 2016.

na página 89 deste trabalho) e faz sentido quando se observa que integrantes de movimentos sociais, ONGs, cineastas e outros artistas são acionados como fontes especializadas para falar das mais diversas manifestações culturais organizadas para abordar a ditadura durante o período de funcionamento da CNV.

As notícias mostram que não faltaram protestos, exibições e festivais de cinema, peças de teatro e lançamentos de livros para debater o tema da ditadura. É o caso de reportagem[145] do caderno de moda *Ela*, publicado por *O Globo*¸ em que são acionados como fontes historiador de moda, estilista e familiar de vítima para falar sobre uma exposição lançada em 2014 sobre a trajetória artística e política de Zuzu Angel, vítima da ditadura, morta na década de 1970 e mãe do desaparecido político Stuart Angel.

É, contudo, importante frisar que, apesar de haver muitos registros jornalísticos sobre manifestações em favor da rememoração da ditadura, como essas mobilizações culturais e também os já citados "escrachos", em geral, tais temas são tratados de forma episódica na cobertura. Quando enquadrados de forma temática, privilegiam o uso de citações das fontes oficiais e especializadas – no caso, historiadores, jornalistas, advogados e economistas foram valorizados – em detrimento de integrantes de movimentos sociais independentes, organizações não governamentais em defesa dos direitos humanos e manifestantes, cujas citações identificadas correspondem apenas a 2,5% do total.

Sobre as manifestações populares de junho de 2013 (ver CASTELLS, 2013; HARVEY, 2013; SINGER, 2013), poderia-se supor a correlação entre conteúdos que abordassem os protestos e a temática da ditadura em questão nesta pesquisa, mas o resultado é inexpressivo. Na amostra de 404 notícias, apenas dez abordavam de modo episódico manifestações de rua, sendo que parte delas tratava dos escrachos e não demonstrou vínculo direto com os protestos de junho. Nenhuma enquadrada de modo temático foi veiculada em junho com esse vínculo. Em relação ao enquadramento de conflito (que poderia ser identificado em artigos que abordassem conflito entre grupos minoritários que pediam interveção militar e pessoas pensam de modo distindo), também não houve resultado significativo. Sem essa correlação referente à amostra, tento ainda identificar nos dados gerais de junho de 2013 (220 matérias extraídas do *clipping*) se houve matérias sobre as manifestações que abordassem temática relativa à ditadura. Foram identificados apenas 18 registros, que incluem críticas da Comissão da Verdade do Rio ao uso de violência contra os

[145] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/ela/moda/trabalho-de-zuzu-angel-estilista-do-desfile-protesto-volta-cena-nos-50-anos-do-golpe-militar-16951260>. Acesso em: 20 jan. 2017.

manifestantes e o anúncio de que a CNV, percebendo a repressão aos protestos, incluiria no relatório recomendações referentes à necessidade de mudar a estrutura das forças policiais.

4.4 **Os episódios emblemáticos da CNV**

Já tendo identificado as principais fontes acionadas na cobertura, resta compreender como os atores diretamente envolvidos no processo (comissários, assessores e jornalistas) perceberam os episódios emblemáticos da comissão. Na avaliação deles, quais eventos foram mais importantes e, por isso, ganharam mais espaço midiático? A partir das entrevistas concedidas para a pesquisa, identifiquei na fala de cada um deles o que destacaram como episódio ou assunto emblemático. Em seguida, ordenei aqueles eventos que foram mencionados por mais entrevistados (Quadro 21).

Quadro 21 – Relação entre episódios e importância a eles atribuída

Episódios marcantes	Nº de entrevistados que cita
Debate sobre Lei de Anistia	10
Embate com as Forças Armadas	10
Crise interna	8
Encerramento / Relatório CNV	8
Visita instalações militares	7
Instalação CNV	6
Caso Rubens Paiva	5
Depoimento e morte Malhães	5
Caso Riocentro	5
Guerrilha do Araguaia	5

Fonte: A autora

Como o propósito é compreender a relevância atribuída aos episódios pelos atores do processo e garantir reflexão aprofundada dos momentos emblemáticos, não restrinjo esta etapa apenas ao material advindo da amostra, por considerar que ele seria insuficiente para as discussões que pretendo travar. Como não foram identificados, por exemplo, editoriais na amostra de 404 registros jornalísticos utilizada como base da análise iniciada na seção 5.2, incluo, nesta etapa, os editoriais veiculados nos *sites* dos três jornais impressos que incorporam a análise qualitativa (*Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) como

forma de compreender o posicionamento editorial sobre os tópicos que serão tratados. Os exemplos de registros jornalísticos incluídos aqui foram veiculados na ocasião dos episódios destacados e têm a intenção de ilustrar o que foi privilegiado pela cobertura e também como os veículos de comunicação se posicionam editorialmente.

Entre esses episódios destacados pelos entrevistados, houve maior recorrência as lembranças do debate sobre a Lei de Anistia, do embate com as Forças Armadas, da crise interna, das cerimônias de abertura e encerramento dos trabalhos da CNV, das visitas às instalações militares realizadas pelo colegiado, entre outros episódios. Como vários desses fatos já foram apresentados ou discutidos nos tópicos anteriores da tese, procuro agora refletir apenas sobre três temas que merecem ser mais bem explorados. O primeiro é a discussão sobre a Lei de Anistia promovida pelos jornais, que permanecia de certa forma "silenciada" desde 2010, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) movida pela OAB. O segundo é a cobertura sobre a instalação da CNV e o terceiro a cobertura do encerramento dos trabalhos. Inicio então com a avaliação da cobertura sobre a Lei de Anistia e depois discutirei de forma conjunta os dois tópicos restantes.

1) A Lei de Anistia em pauta:

Dos 404 registros jornalísticos analisados na amostra, 5% tiveram como principal enquadramento o temático voltado a debater a lei e a punição dos violadores. Mas, além desses, diversas outras notícias abordaram o assunto, ainda que de forma superficial. Isso demonstra que, de alguma maneira, os trabalhos da CNV contribuíram ao menos para colocar novamente o tema em pauta na arena pública.

Partindo das contextualizações dos estudos sobre memória (Freud, 1996; Bergson, 2006; Ricœur, 2007; Huyssen, 2014) apresentadas no Capítulo 2, é possível considerar que os resultados da Lei de Anistia se transformaram em espécie de "memória impedida" para as vítimas e os familiares de mortos e desaparecidos, que ainda não conseguem cicatrizar a ferida aberta diante da sensação de que a anistia, da forma como é concebida, não representa de fato justiça. De outro modo, a sociedade também é vítima de uma "memória manipulada", instrumentalizada nas relações de poder e nas narrativas midiáticas. Uma memória que tenta apagar as dificuldades de setores sociais em admitir os erros do passado e em reinterpretá-los e que é sustentada na ideia de que a pacificação já foi feita quando a Lei de Anistia entrou em vigor, sendo a reconciliação uma consequência natural. Isso é o que prega trecho do editorial de *O Estado de S. Paulo* de 11 de dezembro de 2014 em severa crítica ao relatório da CNV:

> Constituiu-se, assim, uma comissão que se arrogou o papel de tribunal da história para efetuar um julgamento que, segundo entendem seus promotores, foi indevidamente protelado pela Lei de Anistia. Por essa razão, o relatório final diz considerar que a anistia a agentes do Estado que participaram de crimes "é incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional". Entendem seus autores que há "total impossibilidade de lei interna afastar a obrigação jurídica do Estado de investigar, processar e punir" essas violações, pois são crimes contra a humanidade. Nessa interpretação, o Estado brasileiro não é soberano para lidar com seus conflitos internos. Em relação a tal absurdo, o Supremo Tribunal Federal já havia se pronunciado em 2010, quando informou que revogar a Lei de Anistia significaria ferir cláusulas pétreas da Constituição. Ademais, convém novamente lembrar qual é o espírito daquela lei. Não se tratava de perdoar crimes, mas de deixá-los no passado, no âmbito da história, para que a transição do regime militar para a democracia se desse de forma pactuada, evitando o revanchismo que inviabilizaria a reconciliação. Não foi esse o espírito que moveu a Comissão da Verdade (ESTADÃO, 2014).

O jornal *O Globo*, já no título do editorial de 11 de dezembro de 2014, lançava: "Comissão extrapola ao pedir limitação da Lei da Anistia". Apesar de criticar esse aspecto do relatório, o editorial não poupou elogios ao pronunciamento da presidente Dilma – destacando a informação de que o Governo não seria revanchista – e, assim como o *Estadão*, reafirmou ter sido a transição brasileira pacífica e sem violência. Ao ignorar que a transição democrática não foi tão serena, porque custou vidas e eliminou sonhos de uma parcela da sociedade que lutou desde os primeiros anos contra a repressão, o posicionamento do jornal *O Globo* acaba por também reafirmar a ideia de que a reconciliação é algo que ocorre naturalmente a partir do pacto estabelecido.

> Presa e torturada, por atuar em um grupo armado de resistência ao regime, Dilma deu demonstração de extremo equilíbrio ao afirmar, na solenidade de recebimento do relatório, que "a verdade não significa revanchismo [...], nem deve ser motivo para ódio ou para acerto de contas". Serviu para dar a sensata mensagem de que não partirá do Executivo qualquer ação para rever o passado. "Valorizamos pactos políticos que nos levaram à democracia" — completou Dilma, de forma ainda mais clara. Escapou a cinco dos seis componentes da CV que a Lei da Anistia, de 1979, vai além do perdão recíproco: ela é a expressão legal do entendimento entre militares e oposição em torno de um projeto de redemocratização sem violência. Que deu certo, felizmente, e, por óbvio, não pode ser revisto (O GLOBO, 2014).

Mas não só a conciliação com o passado e com os traumas históricos não é natural, como depende de "trabalho de memória" e de avanços democráticos para que de fato haja apaziguamento. Ainda que o Estado tenha reconhecido o seu "dever de memória" ao pedir desculpas públicas e promover reparação, o fato de a interpretação da Lei de Anistia desrespeitar acordos internacionais subscritos pelo Brasil[146] e de as Forças Armadas se

[146]Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pelo desaparecimento de 62 pessoas durante a guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974. A sentença representa a primeira condenação internacional de crimes cometidos na ditadura militar e contraria o

valerem dessa interpretação – reforçada pelo Judiciário na última decisão do STF sobre o tema – para não assumir as práticas de violações cometidas por agentes públicos sob sua tutela continua deixando o processo de justiça de transição brasileiro debilitado. Como afirmam os estudiosos de justiça de transição referenciados nesta pesquisa (MEZAROBBA, 2003; TELES, 2005; FREEMAN, 2006; ARTHUR, 2011; HAYNER, 2011; REÁTEGUI, 2011), sem justiça o processo não se concretiza.

Em editorial mais ameno do que o do *Estadão*, a *Folha de S. Paulo* também defendeu, em 12 de dezembro de 2014, que a anistia continue válida nos moldes atuais, sob a alegação de que tratados internacionais não podem se sobrepor à soberania nacional e de que a democracia brasileira foi calcada na Lei de Anistia. "Por mais que seus efeitos [da Lei de Anistia] possam ser repugnantes do ângulo humanitário, sobretudo para os atingidos pela violência ditatorial, a anistia irrestrita é um dos pilares sobre os quais se apoia a democracia brasileira" (FOLHA, 2014). Em outro trecho, o editorial defende abertamente a manutenção da anistia aos perpetradores, mas sugere que as Forças Armadas revisem sua atuação: "A anistia deve ser preservada. O passado precisa ser conhecido e debatido. Para superá-lo de vez, falta às Forças Armadas divulgar os documentos retidos e reconhecer os abusos praticados" (FOLHA, 2014).

Ora, mas se, nem mesmo com o favorecimento da Lei de Anistia e com a criação de um órgão de Estado para investigar o período, as Forças Armadas reconheceram as violações praticadas ou favoreceram o acesso à documentação da época, e os suspeitos de atuarem como perpetradores ainda vivos contaram o que sabem ou revelaram detalhes importantes, como fazer com que o destino dos 243 corpos desaparecidos seja revelado ou que outros registros dos fatos apareçam sem que tais personalidades sejam processadas? Como as famílias terão paz sem poder enterrar os corpos de seus mortos? Como o Brasil verá a justiça e poderá vivenciar a reconciliação mantendo as vítimas reféns da impunidade?

O posicionamento editorial verificado corresponde à avaliação do jornalista Roldão Arruda (2016) de que "os jornais, de maneira geral, se você olhar os editoriais, eles são contrários à revisão da Lei de Anistia". Roldão lembra que como o tema era "muito presente dentro da comissão", estimulou que "grupos de pessoas ligadas aos direitos humanos"

---

entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria (também de 2010, mas anterior à decisão da Corte). Conforme a sentença da Corte, por ser signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Brasil deve respeitá-la e de forma alguma permitir que as disposições da Lei de Anistia impeçam a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos. Diante da incompatibilidade entre as duas interpretações (do STF e da Corte), o Psol entrou com nova arguição por descumprimento de preceito fundamental (ADPF 320) no STF em 2014, solicitando reavaliação da aplicabilidade da Lei de Anistia para casos de graves violações de direitos humanos.

projetassem na comissão, além da função de "revelação e investigação desse passado, a oportunidade de trazer à tona este grande debate da revisão da lei da anistia".

Na mesma *Folha de S. Paulo*, cujo posicionamento editorial na ocasião do encerramento das atividades da CNV foi contrário à revisão da Lei de Anistia, houve publicação de notícias e colunas de opinião em que as fontes se posicionam a favor da medida. Ainda em 2013, em matéria[147] sobre o lançamento do livro *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*, é usada citação do historiador Carlos Fico afirmando que "a lei de 1979, que beneficiou oposicionistas mas também foi uma autoanistia, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade".

Ainda que a reação dos jornais à recomendação do relatório final da CNV no que tange à Lei de Anistia tenha sido diferente do conteúdo informativo que divulgavam no decorrer da cobertura, é possível observar que o tema costuma ser abordado por conta do caráter controverso, mas sem grande aprofundamento sobre as complexidades que envolvem a questão.

> Eu acho que a grande imprensa, ela e muitas pessoas também, mantém essa posição [de que a interpretação da lei deve ser mantida]. Eu acho que o [ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos] Paulo Vannuchi, apesar de ter perdido um irmão, o Alexandre Vannuchi, no DOI-Codi e tudo mais, ele defende que a anistia não necessariamente é uma coisa ruim, a lei. E a grande imprensa, pelo que eu vejo e o que eu noto, eles apoiam, pois acham que sem isso não teria sido possível. Então, acho que também não era de interesse muito grande ficar debatendo se foi acertado ou não, se anistiou os torturadores antes de qualquer coisa, entendeu? Ou se foi autoanistia... E esse é um debate importante. Porque eu vou lá, cometo um monte de crime, meus capangas, meus agentes do Estado, e aí eu falo, então tudo bem, vou perdoar vocês e vocês têm que me perdoar. Porque quem levou adiante a lei foi o Estado e era do interesse dele. Mas acho que não tem essa vontade de debater se foi autoanistia ou não, o que implicaria rever isso etc. A Carta [Capital], particularmente, sim, acha que tem que ir a julgamento, mas até algumas pessoas na comissão, nem todas defendiam o julgamento (GOMBATA, 2016).

Em março de 2014, a *Folha* divulga resultado de pesquisa do Datafolha indicando que "maior parte da população quer anular Lei da Anistia" e, na mesma reportagem, apresenta a avaliação do ex-ministro da Justiça José Gregori de que o apoio crescente à punição de torturadores "é produto dos fatos aterrorizadores que têm vindo à baila na Comissão da Verdade". Contudo, outra citação de Gregori se faz presente, afirmando que isso não modifica a posição dele "de que a Lei da Anistia deve ser mantida como está". Ainda conforme o ex-ministro, a lei é proveniente de uma "fase de muita complexidade. E, embora não seja

[147] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1304812-justica-de-transicao-priorizou-indenizacoes-mas-nao-a-reconciliacao-diz-historiadora.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2017.

perfeita, cumpriu um papel importante para a redemocratização ser pacífica" (MENDONÇA, 2014).

Sempre que a comissão realizava visita às instalações militares ou audiências públicas com a presença de suspeitos de atuar como perpetradores durante a ditadura, os comissários eram questionados pelos jornalistas sobre a questão da Lei da Anistia. Em uma dessas ocasiões, o então coordenador da CNV Pedro Dallari declarou ao *O Globo* que "a CNV não tem atribuição em relação à Lei de Anistia. Nós não processamos ou julgamos ninguém. Nossa finalidade é levantar os fatos"[148]. O objetivo da comissão era de alguma forma deixar claro que ela não tinha atribuição para punir, mas que, ao "levantar os fatos", poderia concluir e recomendar ações para que a sociedade brasileira e suas instituições avançassem no processo de justiça de transição.

Os editoriais publicados pelos jornais, no entanto, não compreenderam tal postura e consideraram que a CNV extrapolou suas funções quando incluiu recomendação acerca da Lei de Anistia no relatório final. Outros editoriais desses veículos também demonstraram a reiteração de valores autoritários. Segundo Allana Vieira e Teresa Neves (2015, p.45), que analisam alguns dos editoriais mencionados: "o enquadramento reiterado de certos aspectos de nossa realidade produz um excesso de memória, enquanto o esquecimento de outros assuntos acarreta uma insuficiência de memória. Ambas as circunstâncias são indesejáveis". Ao fazer essa afirmação, as autoras defendem que tanto a imposição de memórias dominantes ou remanescentes quanto a falta de variedade de enquadramentos sobre tais memórias são problemáticas por não permitirem reflexão ou debate que considere em amplitude pontos de vista distintos.

Enquanto *O Globo* e *Folha* publicaram editoriais admitindo como erro o apoio editorial ao golpe de 1964, o *Estadão* não foi capaz de fazer a mesma revisão. No editorial "Meio século depois", publicado em 31 de março de 2014, o jornal utiliza o termo "movimento civil-militar" para se referir ao golpe e "regime" para a ditadura, demonstrando um descompasso com a tendência observada – e comprovada no Subcapítulo 5.2 – de os veículos de comunicação adotarem terminologias acusatórias e mais apropriadas desses processos.

> Ao completarem-se 50 anos do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, é possível ter uma visão mais serena e objetiva, tanto das condições que levaram a ele como dos primórdios do regime então implantado e o seu desvio do curso original

[148] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-nacional-da-verdade-pericia-antigas-instalacoes-do-doi-codi-14022620>. Acesso em: 29 dez. 2016.

> imaginado, em especial, pelas lideranças civis. [...] O quadro se completa com a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, e com a dos marinheiros, em 25 de março de 1964, que, atingindo em cheio a disciplina, espinha dorsal das Forças Armadas, colocou os militares em choque direto com o governo e precipitou sua intervenção. A reação de lideranças civis e da maioria da população ficou evidente na grande "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo, em 19 de março. Em 13 de março, no famoso Comício da Central, no Rio, em defesa das reformas de base, Goulart reunira bem menos apoiadores - 150 mil. Marchas semelhantes foram feitas em outras capitais. E sua deposição foi comemorada por 1 milhão de pessoas no Rio, no dia 2 de abril (ESTADÃO, 2014a).

Além disso, o *Estadão* conta os episódios históricos sem dar o peso que se deve ao apoio civil e à própria atuação do veículo na ocasião. Sobre o citado editorial, Vieira e Neves afirmam:

> O texto atenua as responsabilidades civis na condução do regime à sua fase mais implacável, restringindo este ônus histórico à face militar da política ditatorial. No restante do artigo é traçado um contexto da época, de forma a justificar a quartelada, conferindo, mais uma vez, destaque aos avanços econômicos e ao "perigo comunista" (VIEIRA, NEVES, 2015, p.49).

Primeiro a revisar seu posicionamento, o Grupo Globo o fez com a publicação de um editorial que foi divulgado em todos os meios de comunicação jornalísticos do conglomerado, como os telejornais da *TV Globo*, o jornal *O Globo* e os respectivos *sites* noticiosos. A divulgação se deu em 31 de agosto de 2013, em meio às manifestações iniciadas em junho daquele ano que tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras. Ainda que a motivação inicial dos protestos estimulados pelo Movimento Passe Livre (MPL) tenha sido pressionar os governos contra o aumento das passagens do transporte coletivo, outros movimentos e setores sociais foram se apropriando das mobilizações para protestar a favor de outras pautas, que incluíam também o combate à corrupção. Como inicialmente a *TV Globo* cobria os protestos de forma enviesada e adotando como um dos enquadramentos prioritários os atos de violência dos participantes sem dar o mesmo espaço à repressão desproporcional utilizada pelas forças policiais, menosprezando de alguma forma os movimentos, a emissora de TV começou também a ser alvo dos manifestantes. Ao questionar a atuação do conglomerado, eles faziam questão de frisar em coro: "A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura" (O GLOBO, 2013; FONSECA, 2013; SINGER, 2013; HARVEY, 2013).

Diante desse cenário, o editorial foi publicado reconhecendo o apoio e dizendo se tratar "de uma verdade dura" e de um erro. O texto informa que "já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo [hoje Grupo Globo] reconhecem" esse erro e

lamentam o fato de não terem publicado antes em suas mídias o texto em que se redime por ele.

> A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como "O Estado de S.Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã", para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma "república sindical" — e de alguns segmentos das Forças Armadas (O GLOBO, 2013).

Contudo, ao se desculpar e assumir o erro, o grupo da mesma forma justifica a adoção do apoio editorial na época, o que foi criticado inclusive pela integrante da CNV Rosa Cardoso, que afirmou, na ocasião, que o jornal estaria se valendo de oportunismo. Em entrevista para esta pesquisa, no entanto, Rosa Cardoso (2014) acredita que agiu errado ao criticar de tal forma o Grupo Globo, por considerar melhor se desculpar do que nem isso fazer, como é o caso de *O Estado de S. Paulo*.

> Uma questão que deve ser salientada é a postura que a Globo assumiu. Eu mesma faço autocrítica, porque, em algum momento, em entrevista recente, eu, ao ter conclamado as Forças Armadas a pedirem desculpas, lembrando a autocrítica que a Globo fez, mas dizendo, registrando, que não importava se a Globo fez a autocrítica por oportunismo ou razões de mercado. Pensando melhor e revendo a entrevista, não acho correto falar de oportunismo da Globo. São razões de oportunidade que levam uma pessoa a reconhecer que teve posturas equivocadas no passado. Considerar oportunismo alguém que pede desculpas pelo passado é desestimular que os outros o façam. O que não faz nenhum sentido. E quem somos nós para julgar? Para projetar uma decisão de uma empresa? Se o motivo é mesquinho, a prática é democrática. Então, a prática da autocrítica ajuda a construir a democracia. Inconsequente e injusto é dizer que foi por oportunismo (CARDOSO, 2014).

Cabe ressaltar que o editorial do Grupo Globo privilegiou o uso dos termos "golpe" e "ditadura", enquanto *Estadão* optou pelos amenizadores e *Folha* fez uso repetido dos dois tipos de expressões. No caso da *Folha*, o editorial em questão, cujo trecho replico abaixo, foi publicado em 30 de março de 2014 e intitulado "1964".

> O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou. [...] Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso. Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa. [...] Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos

> de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias (FOLHA..., 2014a).

Em artigo que se refere a este mesmo editorial da *Folha de S. Paulo*, Vieira e Neves (2015, p.49) afirmam que, ao "relativizar os danos causados pelo regime militar, apontando o grande crescimento econômico do país no período, entre outros 'avanços'", o jornal acaba por não favorecer as revisões sociais do período e por corroborar com as narrativas dos "vencedores" de outrora, que justificam o emprego da violência ao relatar como saldo os hoje tão questionados avanços econômicos. "Assim como fez *O Globo*, o jornal [*Folha*] deixa claro que hoje considera o apoio ao golpe um erro, mas avalia que tal atitude à época parecia ser a melhor escolha."

É por conta dessa dificuldade dos setores que apoiaram as articulações golpistas e a manutenção da ditadura em realizar autocrítica que as narrativas sobre os aspectos ainda controversos do período, como o debate acerca da Lei de Anistia, continuam opacas e são incapazes de alcançar as esferas políticas que precisam se mobilizar ao menos para rediscuti-las.

2) Abertura e encerramento dos trabalhos:

Os outros dois episódios selecionados para aprofundar a análise são referentes à cobertura do início e da conclusão das atividades da CNV. Todavia, como, na data da cerimônia de instalação e posse dos seus integrantes, a comissão ainda não estava efetivamente em funcionamento, consequentemente não havia elaboração do *clipping* e, por isso, a cobertura do mês de maio de 2012 não incorporou a análise. Considero que, ainda assim, seria imprudente não incluir tal material na pesquisa, devido à importância do ato e à repercussão que ganhou. Não faltou atenção ao momento em que a presidente Dilma Rousseff instalou a comissão. Isso pode ser comprovado por meio de consulta aos *sites* noticiosos usando como parâmetro de busca a data da cerimônia, 16 de maio de 2012, e os dias precedentes e subsequentes à instalação, mas também a análise das entrevistas. Dos 13 comissários e jornalistas que citaram o evento de posse, seis o consideraram como um marco. Conforme já apontado em capítulos anteriores, todos os veículos do *mainstream* noticiaram de alguma maneira o fato.

Como forma de fazer um apanhado mais detalhado desse momento cobertura, uso como procedimento específico para esta circunstância realizar busca pelos registros jornalísticos disponíveis nos *sites* dos sete veículos utilizados na segunda fase da análise (*Carta Capital*, *CBN*, *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *G1*, *O Globo* e *TV Globo* – limitada aqui ao *Jornal Nacional*).

A *CBN* veiculou várias matérias e também comentários sobre a posse da comissão. Entre eles, o comentário de Roseann Kennedy[149] no dia 16 de maio de 2012, focado em analisar os bastidores políticos da instalação e o que o Governo federal decidiu priorizar.

> A preocupação foi em transformar o ato e essa criação da comissão da verdade em realmente um ato de Estado, deixar claro que não foi algo definido e decidido por ela, mas algo de Estado, que começou a ser trabalhado lá atrás, como ela mesmo citou, ainda no governo Collor, quando abriu os arquivos do Dops. E aí citou também os ex-presidentes, presentes aqui inclusive, Lula, Fernando Henrique Cardoso, a colaboração de Fernando Henrique, a colaboração do ex-presidente Lula, mostrando o que cada um fez para chegar neste momento. [...] É um momento histórico (CBN, 2012).

No dia seguinte, na coluna "Época em destaque", espaço da rádio *CBN* dedicado às notícias e análises sugeridas pela equipe da revista Época, também pertencente ao Grupo Globo, o comentário de Elmano Silva[150] pode ser alinhado ao enquadramento de conflito, já que é voltado a destacar a resistência de parcelas dos militares em aceitar a criação da CNV. "Eu acho que os militares, embora estejam resistindo um pouco, bastante, na verdade, eles deveriam colaborar com a comissão da verdade. Não há muita razão para hoje, passados 40 anos, que eles continuem guardando segredos." Silva faz questão de frisar que a resistência não ocorre apenas por parte de integrantes das Forças Armadas ou militares da reserva, mas também por "civis que participaram do aparato repressivo". Segundo ele, "ainda há muito rancor ideológico por parte dessas pessoas que participaram dessa repressão. Eles têm a ideia fixa de que, em nome do combate ao comunismo, poderiam torturar, matar, desaparecer com corpos de pessoas que lutaram contra a ditadura". E, entre tantas formas de colaboração que esses grupos resistentes à comissão poderiam adotar, elege o auxílio no fornecimento de informações sobre os corpos desaparecidos como a mais importante.

---

[149] Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/roseann-kennedy/2012/05/16/COMISSAO-DA-VERDADE-E-UMA-QUESTAO-DE-ESTADO-E-NAO-UMA-BRIGA-PESSOAL-DE-DILMA.htm>. Acesso em: 5 jan. 2017.

[150] Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/colunas/epoca-em-destaque/2012/05/17/COMISSAO-DA-VERDADE-CAUSA-MUITO-DESCONFORTO-AOS-MILITARES.htm>. Acesso em: 5 jan. 2017.

Figura 14 – Site da rádio CBN repercutiu instalação da CNV

Fonte: Reprodução *site* CBN

Já no dia 18 de maio, foi a vez de Míriam Leitão eleger o pronunciamento da presidente como "destaque da semana" em seu espaço dedicado às análises econômicas na rádio *CBN*.

> Míriam Leitão: Esta semana, foi instalada a comissão da verdade. É um assunto polêmico, mas importante. E foi uma cerimônia muito bonita, em que a presidente fez o discurso certo, foi uma cerimônia republicana, no sentido de que estavam lá todos os presidentes do período civil, independentemente de gostar ou não. Estavam lá Sarney, Collor, Fernando Henrique, Lula e Dilma. Esses três últimos, vamos lembrar, foram perseguidos pelo regime militar, mas estavam lá sem ódio, sem rancor, sem revanchismo, sabendo o que é preciso ser feito. Outros países fizeram. Esse encontro é doloroso, não é simples, não é fácil, mas precisa ser feito. A comissão foi muito bem composta, com pessoas até que pensam de forma diferente, isso é bom. São pessoas equilibradas, que estão há muitos anos na área dos direitos humanos. Então, só posso, como cidadã e brasileira, esperar que a comissão tenha sucesso. E até agora foi tudo bem, e a presidente fez um discurso absolutamente perfeito e a cerimônia foi muito bonita. Hoje entrou em vigor também, esta semana, a Lei de Acesso à Informação Pública, que expande, melhora e aperfeiçoa a democracia brasileira [...] (LEITÃO, 2012).

Os comentários de Míriam e Roseann são claramente enquadrados como de apoio à CNV, dando um voto de confiança ao colegiado e defendendo a importância de sua criação.

Em notícia[151] de 16 de maio que pode ser enquadrada como episódica, o *G1* concentrou-se na descrição da solenidade de posse dos comissários, destacando as presenças dos ex-presidentes bem como menção da presidente de que a comissão da verdade não teria propósito de vingança. Intitulado "Comissão da Verdade não é movida por 'ódio' ou 'revanchismo', diz Dilma", o texto descreve os momentos do ato considerados mais importantes.

[151]Disponível em:<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/comissao-da-verdade-nao-e-movida-por-odio-ou-revanchismo-diz-dilma.html>. Acesso em: 2 jan. 2017.

Já o *Estado de S. Paulo* publicou, na mesma data, matérias na editoria Nacional. A maior delas[152], também disponibilizada no dia seguinte no *site*, é temática e iniciada rememorando o histórico de militância de Dilma Rousseff, "presa política e torturada durante o regime militar", diz o texto, focado basicamente nas declarações da presidente e em sua atuação para a instalação do colegiado. Análise de Roldão Arruda publicada conjuntamente também confere destaque à presidente, dizendo ser possível avaliar "que Dilma conhece e sabe explorar melhor do que o antecessor [Lula] os limites do possível". Os textos ainda abordaram a Lei de Anistia, tendo como principal viés a declaração da comissária Rosa Cardoso de que uma possível revisão da norma dependeria mais da opinião pública do que da CNV.

O jornal *O Globo* publicou matérias em cinco páginas do impresso, parte delas também disponibilizadas na versão *on-line*, optando por focar a comissão como "política de Estado" e a solenidade "carregada de emoção". Em uma das notícias disponibilizadas no *site* e considerada episódica, tratou de descrever a participação dos ex-governantes no ato:

> Ao chegar na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade nesta quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff desceu a rampa do Palácio do Planalto ao lado de Lula e Fernando Henrique, seguidos por José Sarney e Fernando Collor. Em seu discurso, ela mencionou atos de seus antecessores que ajudaram a levar à criação da Comissão da Verdade. Fernando Henrique elogiou o fato de Dilma ter lembrado os outros governos como parte do processo que levou à criação da Comissão (LIMA, PEREIRA, 2012).

O Globo dedicou ainda uma página quase inteira de sua edição impressa para transcrever na íntegra o pronunciamento da presidente na cerimônia de instalação, demonstrando desse modo o apoio editorial à medida. O jornal noticiou ainda o desconforto dos militares de alto escalão presentes na solenidade.

A *Folha*, que dedicou duas páginas do impresso à cobertura (disponíveis na internet[153]), também conferiu enquadramento episódico em sua notícia principal e usou como linha condutora da narrativa a declaração da presidente de que, assim como não há proposta de revanche, as violações dos direitos humanos não são perdoáveis. Nesse sentido, a cobertura que, por um lado, tem a mesma perspectiva das demais – de ser construída tendo como fio condutor o pronunciamento da presidente –, por outro, diferencia-se das demais por explicitar

[152]Disponível em:< http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dilma-enaltece-comissao-da-verdade-mas-destaca-pacto-da-redemocratizacao-imp-,874014>. Acesso em: 2 jan. 2017.

[153] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/43331-dilma-diz-que-nao-havera-revanche-nem-perdao-para-ditadura.shtml> e <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/43335-na-estreia-grupo-tenta-esfriar-divergencias.shtml>. Acesso em 2 jan. 2017.

que o posicionamento mediador de Dilma Rousseff não previa a aceitação do esquecimento institucionalizado. Já a outra reportagem veiculada no dia 17 de maio, que privilegia o enquadramento de conflito, aborda as possíveis divergências entre os comissários no que diz respeito às possibilidades de se investigar somente os crimes praticados por agentes do Estado ou à inclusão da análise dos episódios atribuídos aos participantes da luta armada.

> No dia em que tomaram posse, os integrantes da Comissão da Verdade buscaram ontem abrandar a primeira divergência pública do grupo: a possibilidade de investigar violações de direitos humanos cometidas não só pela ditadura, mas também pela guerrilha que a combateu. [...] Para a advogada Rosa Maria Cardoso, "cada um tem a sua compreensão dos fatos, mas a comissão precisa ter uma voz só". Ela defendeu Dilma Rousseff na ditadura e já disse ser contra a apuração de atos da esquerda armada. Na solenidade de instalação da comissão, o advogado José Paulo Cavalcanti Filho evidenciou o mal-estar com a divergência pública. Afirmou que ninguém sabe a fórmula para o trabalho dar certo, mas que "para dar errado, é só cada um dos membros começar a dar sua opinião". [...] O ex-ministro da Justiça José Carlos Dias já havia dito que a comissão deveria analisar a apuração de casos de violações tanto da ditadura quanto da luta armada. Único dos sete integrantes da comissão a discursar na posse, ele afirmou ontem que é "fundamental dizer que abusos cometidos por cidadãos na luta contra a ditadura não justificam os atos de violência praticados pelos agentes do Estado". Já o pesquisador Paulo Sérgio Pinheiro disse ao jornal "O Globo" que "é bobagem" apurar crimes da esquerda, uma vez que o foco deve ser na opressão estatal. Posição semelhante tem a psicanalista Maria Rita Kehl (FERRAZ, MATTOS, 2012).

A reportagem cita ainda a presença dos comandantes das Forças Armadas e mostra imagem da plateia aplaudindo o ato e dos quatro representantes agindo de modo diferente.

Figura 15 – Fotografia das autoridades presentes aplaudindo a instalação da CNV

Os comandantes Julio Moura (Marinha), Enzo Peri (Exército), Juniti Saito (Aeronáutica) e José Carlos de Nardi (chefe do Estado-Maior), no canto direito, não acompanham os aplausos da plateia após Dilma exaltar militantes que "lutaram pela democracia enfrentando bravamente" a ditadura

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo 17/05/2012

"A história que a Comissão da Verdade precisa contar" foi o título usado na matéria[154] da *Carta Capital* sobre a instalação do colegiado disponibilizada em seu *site* em 16 de maio. Fazendo uso da imagem dos ex-governantes reunidos com Dilma Rousseff, a revista, já no subtítulo, torna nítido o seu posicionamento editorial de que o país não poderia "confundir crimes cometidos por civis, e já julgados, com violações dos direitos humanos provocadas pelo estado de exceção". Utilizando-se do enquadramento temático de conflito, a reportagem trata da primeira "celeuma" enfrentada pelos comissários – o que investigar? – e apresenta os argumentos das personalidades contrárias e a favor da inclusão de investigação sobre crimes praticados por adeptos da luta armada. No texto a *Carta*, retoma as divergências sobre a questão que já haviam provocado troca de acusações entre dois ministros do Governo Lula, Nelson Jobim e Paulo Vannuchi.

No Jornal Nacional de 16 de maio[155], reportagem de 2min9s de Júlio Mosquéra destacou a presença dos ex-presidentes ao lado de Dilma Rousseff e mencionou que a comissão representava um momento de "celebração de uma maturidade política construída com a ajuda de cada um dos presidentes que governaram o país após a ditadura militar". Imagens do pronunciamento de Dilma também foram mostradas e foi destacado o trecho em que ela diz "não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições". A edição também inclui o momento do discurso em que a presidente se emociona ao citar que aqueles que perderam amigos e parentes durante a ditadura "merecem a verdade", por continuarem sofrendo "como se eles morressem de novo e a cada dia". Em seguida, mostra-se a imagem de Dilma tentando segurar o choro e da plateia aplaudindo-a. A matéria é encerrada com uma fala de Gilson Dipp, que foi escolhido o primeiro coordenador do colegiado.

[154] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-historia-que-a-comissao-da-verdade-precisa-contar>. Acesso em: 2 jan. 2017.

[155] Disponível em: < http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/integrantes-da-comissao-da-verdade-tomam-posse-em-brasilia/1950657/>. Acesso em: 2 jan. 2017

Figura 16 – *Frame* de reportagem do Jornal Nacional sobre a CNV

Fonte: Reprodução *site* <www.g1.globo.com/jornal-nacional>

Apesar de muito próxima do enquadramento episódio, por ser iniciada com uma mera descrição da cerimônia, no decorrer do texto, o repórter acaba por enquadrá-la de forma temática, já que apresenta outros elementos e imagens – como a primeira reunião do colegiado após a posse –, cita o período de funcionamento da comissão, que inicialmente seria de dois anos (prazo que depois foi prorrogado em sete meses), explica os objetivos da CNV e também as primeiras indefinições sobre a extensão das investigações.

Nenhuma das coberturas se atentou criticamente para o trecho do pronunciamento da presidente em que ela tenta reforçar os "mitos" culturalmente fixados sobre o caráter de cordialidade e negociação atribuído ao povo brasileiro. "Tanto quanto abomina a violência e preza soluções negociadas para as suas crises, o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns"[156]. Apesar do grande mérito na iniciativa de unir ex-governantes e políticos de diferentes matizes por uma causa, Dilma Rousseff tenta salientar no discurso qualidades que talvez nem existam de fato (abominar a violência) ou que representem uma das maiores dificuldades do processo de justiça de transição no país (as soluções da forma como são negociadas). Como afirma Carmen Abreu (2015), "a criação da CNV tenciona o passado político brasileiro e revela que esse passado ainda não foi resolvido ou compreendido para que o país possa prosseguir."

Nos dois eventos – de abertura e fechamento dos trabalhos –, houve um elo: o choro da então presidente Dilma Rousseff. Ali, nos dois atos, as memórias dos traumas pessoais

[156] Discurso disponível na íntegra em: < http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>. Acesso em: 5 jan. 2017.

uniam em uma só figura a imagem da estadista e da militante de resistência presa e torturada. De todos os problemas e desacertos que seu governo possa ter passado, um dos maiores legados, sem dúvida, foi a coragem de instituir uma comissão da verdade. O choro, como episódio de visibilidade espetacular, como ato inesperado de uma governante que ficou conhecida pela firmeza, foi a imagem mais valorizada pelos veículos analisados.

Figura 17 – Manchete do Estadão sobre instalação dos trabalhos

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1874 - 1927) RUY MESQUITA (1925 - 1992) Diretor

Quinta-feira 17 DE MAIO DE 2012 R$ 3,00 ANO 133. Nº 43311 EDIÇÃO DE 21H30 estadão.com.br

Caderno2
Guitarra deslizante
Roy Rogers, que participa de festival em Paraty, fala ao Estado

Guia ESPECIAL
Brasileirão/2012
As tabelas, os times e a história do maior campeonato do País

Paladar
Chegou o kimchi
Tradição na Coreia, conserva picante começa a fazer sucesso no Brasil

Comissão da Verdade não será revanchista, diz Dilma

Presidente descarta 'confrontos inúteis' e afirma que grupo respeitará 'pactos nacionais' pela democracia

A presidente Dilma Rousseff instalou ontem, oficialmente, a Comissão da Verdade, que vai investigar violações dos direitos humanos cometidas sobretudo pelo regime militar. Ex-presa política, Dilma chorou ao discursar. Disse que a comissão não será movida por revanchismo, evitando "confrontos inúteis", e que respeitará os "pactos políticos que nos levaram à redemocratização", em referência à Lei de Anistia. No entanto, a presidente enfatizou que "o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito que muitas famílias têm de prantear e sepultar seus entes queridos, vitimados pela violência praticada pela ação do Estado ou por sua omissão". Presentes, os comandantes militares se mostraram constrangidos. Seus aplausos foram tímidos e, ao final, eles evitaram declarações à imprensa. NACIONAL / PÁGS. A4 e A6

DILMA ROUSSEFF
PRESIDENTE
"Não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu"

Emoção. Dilma chora ao discursar

Fonte: Reprodução capa Estado de S. Paulo 17/05/2012

Na avaliação do coordenador de comunicação da CNV, Marcelo Oliveira (2016), "a extinção da CNV, ao final do mandato e num mês de dezembro", prejudicou o legado e a cobertura do relatório. "O choro de Dilma, no dia 10 de dezembro [de 2014], idem". Marcelo ressalta que, apesar de a comissão ter sido manchete de todos os grandes jornais brasileiros, exceto o Correio Braziliense, o destaque foi dado, "em alguma medida, ao choro de Dilma".

Figura 18 – Choro da presidente também ganha destaque no fim da CNV

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2014 · Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho · oglobo.com.br

Campanha de Dilma

Procuradoria quer aprovar contas com ressalvas

O vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, enviou parecer ao TSE recomendando a aprovação, com ressalvas, das contas de campanha da presidente Dilma Rousseff. A área técnica do tribunal tinha recomendado a rejeição. O relator é o ministro Gilmar Mendes. PÁGINA 9

Repetindo Figueiredo

Roseana renuncia e não passa faixa

Repetindo o gesto do general Figueiredo contra José Sarney, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, renunciou para não passar o cargo ao sucessor. PÁGINA 7

Commodities em queda

Petróleo e minério caem no exterior

Pela 1ª vez em cinco anos, a

CRIMES DA DITADURA

Comissão responsabiliza 377, e Dilma defende Lei da Anistia

Relatório diz que violações de direitos humanos eram política de Estado

Resultado de dois anos e sete meses de trabalho, documento da Comissão da Verdade, com mais de 4 mil páginas, cita 243 desaparecidos e 191 mortos, além de revelar 30 formas de tortura usadas contra presos políticos

Após dois anos e sete meses de trabalho, a Comissão Nacional da Verdade apresentou seu relatório final, no qual responsabiliza 377 pessoas por violações de direitos humanos na ditadura militar (1964-1985), inclusive os generais que se tornaram presidentes da República durante o período. O grupo fez 29 recomendações, entre elas a desmilitarização das PMs e a responsabilização criminal de torturadores e agentes públicos, impedida pela Lei de Anistia, de 1979. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria absoluta, votou pela manutenção da Anistia, também defendida ontem pela presidente Dilma Rousseff, que foi perseguida e torturada na ditadura. Dilma defendeu os "pactos políticos" que levaram o país à redemocratização" e chorou ao falar do trabalho da comissão e relembrar o período. "A verdade não significa revanchismo, não deve ser motivo para ódio ou para acerto de contas", afirmou a presidente. O documento, com 4.328 páginas, traz relatos detalhados de vítimas, cita o treinamento de torturadores brasileiros numa escola no Panamá e elenca 30 formas de tortura aplicadas contra presos políticos. PÁGINAS 12 a 14

EDITORIAL

Comissão extrapola ao pedir limitação da Anistia

PÁGINA 18

Fonte: Reprodução capa O Globo 11/12/2014

Figura 19 – Capa da Folha estampa emoção de Dilma

FOLHA DE S.PAULO

Desde 1921 · UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL · folha.com.br

QUINTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Crimes da ditadura

QUAL FOI A CONCLUSÃO Comissão trabalhou por dois anos e sete meses

Comissão da Verdade pede punição a 377 por abusos durante a ditadura

RELATÓRIO LISTA 434 VÍTIMAS E DIZ QUE ANISTIA NÃO IMPEDE PROCESSOS ★ CINCO GENERAIS PRESIDENTES SÃO ACUSADOS ★ DILMA CHORA E NEGA REVANCHISMO ★ MILITARES VEEM EQUÍVOCO

A Comissão Nacional da Verdade responsabilizou, em relatório final, 377 pessoas por violação dos direitos humanos de 1946 a 1988, principalmente na ditadura militar (1964-85). O texto inclui, entre os citados por abusos, cinco generais que presidiram o Brasil.

Para a comissão, a Lei da Anistia — aprovada em 1979, incorporada à Constituição de 1988 e confirmada pelo STF em 2010 — não deve impedir que se julguem os responsáveis pelos crimes. Caberá ao Ministério Público propor ações judiciais. O texto apontou 72 novos casos de vítimas — 66 deles na ditadura —, elevando o total para 434. Mas frustrou parentes por pouco contribuir para esclarecer o que aconteceu com os corpos.

Presa e torturada no regime militar, a presidente Dilma chorou ao discursar no Planalto. Ela ressaltou que "a verdade" não pode significar "revanchismo".

O presidente do Clube Militar considerou o documento um "equívoco grande". O Ministério da Defesa e as Forças Armadas não se pronunciaram.

Fonte: Reprodução capa *Folha de S. Paulo* 11/12/2014

Além da emoção da presidente e da grande repercussão midiática, os dois eventos não tiveram muito em comum. Pelo contrário, sequer se pareceram ser destinados a uma mesma comissão. Enquanto o ato que marcou a posse dos sete integrantes representava um momento de união e foi cuidadosamente planejado, a solenidade de entrega do relatório foi decidida às pressas e não recebeu o mesmo impacto político. “Curioso que a TV NBR, de Dilma, às 9h30 de 10 de dezembro de 2014, ainda não tinha certeza se a cerimônia de entrega do relatório seria transmitida ao vivo. Também, pudera, somente na sexta-feira que antecedeu a entrega do relatório foi definido que a cerimônia seria pública”, recorda Marcelo Oliveira (2016).

A forma como o encerramento dos trabalhos foi conduzido pelo Governo federal também surpreendeu os comissários. Para Gilson Dipp (2016), parece não ter havido interesse do Executivo em conduzir o fechamento como foi a abertura, já que "o momento não era de fazer apologia à entrega do relatório da comissão da verdade. Por quê? Por que era momento pós-eleitoral, que não se queria tocar nesses assuntos sensíveis". José Carlos Dias (2015) lembra que, até bem próximo do encerramento dos trabalhos, a CNV não sabia se teria algum evento público organizado pelo governo. "Tivemos notícia na véspera que seria reunião fechada, absolutamente fechada. Em que só estaríamos nós, e eu não sei se alguns ministros. Mas seria numa sala fechada. Houve uma reação, mesmo na imprensa houve uma reação. Aí ela abriu."

Em 8 de dezembro, Roldão Arruda anunciava no *Estadão*: "Relatório da Comissão da Verdade será entregue em sala fechada. Evento discreto programado para amanhã contrasta com cerimônia de 2012, quando grupo que apura abusos da ditadura foi instalado por Dilma" (ARRUDA, 2014). Ampliando a ideia de conflito entre a comissão e o governo, o texto mencionava ser esperado até então que o encerramento receberia ainda mais atenção do que a instalação pelo fato de a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendar a realização de "grandes eventos públicos" no dia 10 de dezembro, "para lembrar a importância do respeito aos direitos humanos". Arruda ainda cita que o fato de a cerimônia ser fechada levou a comissão a articular, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma solenidade pública para divulgação do relatório, planejada para ocorrer após o encontro com a presidente, e finaliza o texto informando que "a assessoria da Presidência não respondeu aos questionamentos do Estado sobre o evento de entrega do relatório" (ARRUDA, 2014).

Ao publicar algumas notas sobre a decisão da Presidência, a colunista da *Folha de S. Paulo* Mônica Bergamo lembra aspectos da cerimônia de nomeação dos comissários. "Integrantes da comissão ficaram frustrados com a notícia de que Dilma, ao menos até ontem, tinha optado pela reunião 'clandestina'. Em 2012, o ânimo era outro. [...]. Ex-guerrilheiros, familiares de desaparecidos e ativistas de direitos humanos lotaram o Planalto" (BERGAMO, 2014). A jornalista também menciona a "inquietação" de militares da ativa e da reserva em relação ao que poderia constar no relatório final da CNV.

Oliveira (2016) explica que, além das condicionantes políticas, que realmente não eram tão favoráveis à presidente, ainda que ela tivesse acabado de ser reeleita, outra situação provocou o certo "descaso" com a cerimônia que marcava o fim das atividades. Segundo ele, a comissão escolheu como data o dia 10 de dezembro sem consultar previamente a Presidência da República. Além disso, Dilma queria ter lido o relatório com antecedência, o

que não foi possível devido aos prazos. Como resultado, houve desgaste das relações com o Palácio do Planalto.

> [...] O Pedro [Dallari] anunciou publicamente a data de entrega do relatório. Ele que delimita o dia 10, muito sagazmente, porque é o Dia Mundial dos Direitos Humanos, poxa. Então, isso não houve negociação com o Planalto, e eles ficaram putos. Isso foi a primeira parte. Segunda parte, Dilma queria ler, o sonho dela era ler o relatório. E aí explicaram para ela "não tem condições da presidente ler o relatório, o que a gente pode fazer é uns eventos públicos e explicar mais ou menos como o relatório vai ser e ela tem acesso aos *briefings* disso aí". [...] Não tinha tempo hábil. A Dilma queria ler, tinha essa pressãozinha. [...] Ficou chateada e falou que ia fazer [a entrega] fechada. Aí mandou isso para a gente, "vai ser uma cerimônia fechada, a Dilma vai ler no gabinete e depois ela vai refletir e fazer algum anúncio, alguma coisa". Aí a Mônica Bergamo deu uma nota destruindo, dizendo que era uma decisão absurda, que como é que pode, porque o governo fez um puta lançamento e depois mata a comissão dessa maneira. Não sei quem vazou. Não fui eu. Mas eu vibrei quando vi. Isso foi numa quinta-feira. Quando foi sexta-feira, à noite, às 18h, ou foi na quinta, o intervalo era pouco, chega um comunicado do gabinete da presidente dizendo "mandem uma lista de 50 nomes, de pessoas que devem estar na cerimônia, vai ser público, mas vai ser comedido" (OLIVEIRA, 2016).

O encerramento dos trabalhos, que deveria ser o momento áureo de todo o esforço reunido em prol da existência de uma comissão da verdade, passou a ser interpretado como mera formalidade necessária. Não faltaram críticas da imprensa e dos militantes dos direitos humanos, ainda que o Governo federal tenha voltado atrás e decidido fazer um evento público "comedido" e que a presidente tenha reconhecido na solenidade que, ao entregar o documento a ela no mesmo momento em que divulgava à sociedade, a CNV demonstrava que o trabalho foi isento de interferências e resultado de uma decisão do Estado. A presença limitada de familiares de mortos e desaparecidos e de atores políticos do alto escalão, assim como a ausência de representantes das Forças Armadas, foi notada e, diante de todo o impasse ocasionado, o impacto que se imaginava causar na sociedade acaba sendo menor do que o esperado. A imprensa, que poderia estar se dedicando "prioritariamente" ao conteúdo do relatório, acaba desviando a atenção para as ocorrências de bastidores e revelando a desorganização interna no planejamento das atividades do Executivo. Ainda assim, a CNV e seu relatório conquistaram grande destaque em todos os veículos de circulação nacional.

Em consulta ao banco de dados inicial desta pesquisa (com 8.422 registros noticiosos), 218 foram publicados entre 10 de dezembro de 2014 (data de divulgação oficial do relatório) e 12 de dezembro de 2014. Restringindo esse total ao conteúdo divulgado pelos veículos que venho até aqui analisando em profundidade (*Carta Capital, CBN, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, G1, O Globo* e *Jornal Nacional*), o número de registros reduz para 98 unidades de análise, representando 45% da divulgação nesses dias. Dos 98 registros, *Folha* foi

responsável por 35 (35,7%), *O Globo* por 23 (23,5%), *Estadão* por 12 (12,3%), *G1* por dez (10,2%), *Carta Capital* por dez (10,2%), *CBN* por sete (7,1%) e *Jornal Nacional* por um (1%).

As discussões sobre a identificação de perpetradores (listados por nome pela CNV), a Lei de Anistia e a relação conflituosa entre Forças Armadas e comissão permearam 42% do material analisado, evidenciando que, somados, os aspectos "conflitivos" (22,5%) e "temáticos" relativos ao debate sobre anistia e punição dos violadores (19,5%) sobressaíram na cobertura.

Como exemplos, podem ser citadas a matéria "Relatório registra relação atribulada entre Comissão e as Forças Armadas", da *Folha*, a cobertura do portal *G1* sobre a tentativa frustrada de grupos militares que almejavam suspender a divulgação do relatório e a passagem a seguir, também divulgada pela *Folha*:

> O governo Dilma antevê uma reação pesada [por parte das Forças Armadas] ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade. De acordo com auxiliares presidenciais, o documento conclusivo é "duríssimo" por, aos olhos da equipe palaciana, acusar de crimes presidentes e comandantes militares e relativizar o alcance da Lei da Anistia (NERY, 2014).

A *Folha de S. Paulo*, aliás, foi o veículo que mais fez uso dos enquadramentos de caráter conflitivo e temático voltado à punição dos violadores, dedicando 13 matérias a eles, o equivalente a mais de um terço do total de inserções que veiculou.

O aspecto de reconhecimento e valorização da importância da comissão foi perceptível em 27 notícias e reportagens (26,5%) que foram enquadradas como temáticas – voltadas às investigações e aos resultados –, por rememorarem o percurso da comissão e destacarem ações consideradas relevantes, ou como apoio à CNV, por defenderem explicitamente as atividades do colegiado e valorizarem suas descobertas, como é possível ver no trecho extraído do jornal *O Globo*:

> A Comissão dá ainda um passo à frente ao responsabilizar o Estado por oito suicídios cometidos por ex-presos políticos. Alguns se mataram no exílio, outros no período democrático. Na interpretação dos comissionados, as mortes foram provocadas pelas torturas e violências sofridas na época da ditadura. Para as vítimas, teria sido penoso demais viver carregando consigo aquelas lembranças. O relatório tenta transformar essas lembranças pessoais tão doloridas em memória coletiva do país (SANCHES, 2014).

Parte dessas matérias ressaltou também o fato de a presidente Dilma ter se emocionado durante a solenidade. Contudo, é preciso assinalar que outras narrativas

semelhantes foram consideradas episódicas, por centrarem-se apenas no fato em si – o choro e a emoção da presidente – sem conferir destaque ao que a comissão representou e ao que recomendou, como se pode observar no texto da Folha, "Dilma recebe relatório da Comissão da Verdade e chora ao lembrar mortos":

> A presidente Dilma Rousseff se emocionou e chorou durante a cerimônia de entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, realizada na manhã desta quarta-feira (10) no Palácio do Planalto. [...] "Vou repetir o que eu disse quando lançamos a Comissão Nacional da Verdade. Disse que o Brasil merecia a verdade, as novas gerações mereciam a verdade, e principalmente aqueles que perderam... [chora] Que continuam sofrendo como se eles morressem de novo a cada dia", disse a presidente, que foi longamente aplaudida neste momento. Dilma foi presa e torturada durante a ditadura. Após dois anos e sete meses de trabalho, a CNV concluiu o relatório, com cerca de 2.000 páginas. O documento foi entregue a Dilma pelo coordenador da CNV, Pedro Dallari. [...] A cerimônia foi acompanhada por ministros e demais autoridades do governo, além de integrantes de entidades ligadas aos direitos humanos, vítimas do período militar e familiares dos que já morreram (HAUBERT, MAGALHÃES, 2014).

Mas o relatório da CNV também recebeu críticas. Uma delas foi feita por Merval Pereira[157], comentarista de política de vários veículos do Grupo Globo. Na *CBN*, Pereira dedicou 9min23s no dia 11 de dezembro de 2014 para questionar o fato de a comissão ter investigado "apenas um lado", não ter incluído o número de militares e civis que possam ter sido mortos pela resistência armada e ter recomendado a revisão da Lei de Anistia. Tal condenação é feita até mesmo por um integrante da comissão, José Paulo Cavalcanti Filho, que, desde o início dos trabalhos, colocou-se contra essas medidas.

> O meu maior desapontamento foi não ter contado os dois lados. A visão diferente da minha, porque eu não era majoritário, na verdade fiquei sozinho nisso, é que isso não seria justo, porque nunca teve censura para que as Forças Armadas relatassem tudo o que estava ocorrendo. Esse pedaço da história não apareceu, porque as Forças Armadas não queriam. Nunca quiseram. O outro lado é que tinha as interferências da censura, da proibição. Mas, apesar disso, sempre defendi que deveríamos contar os dois lados. Fui vencido e concordei com isso, por razão prática. À medida que os trabalhos foram se desenvolvendo, a gente percebeu que não daria tempo nem mesmo de contar o lado oculto (CAVALCANTI FILHO, 2016).

Parte da cobertura também se revelou descrente em relação às consequências que o relatório poderia provocar, chegando a duvidar da acuidade com que as atividades foram conduzidas, como no editorial do *Estadão* "O trabalho de uma comissão", publicado em 11 de dezembro:

---

[157] Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/merval-pereira/2014/12/11/RELATORIO-DA-COMISSAO-DA-VERDADE-TEM-FALHAS-IDEOLOGICAS.htm>. Acesso em: 13 jan. 2017.

> Se a pretensão da Comissão da Verdade era reproduzir os fatos ocorridos durante o regime militar "em sua plenitude, sem ocultamentos", como disse a presidente Dilma Rousseff ao instalá-la, há dois anos e sete meses, esse objetivo não foi atingido. Mas que ninguém se surpreenda, pois estava claro desde o princípio que todo esse processo, cujo resultado é o relatório ora entregue pela comissão, tinha o objetivo de reescrever a história daquele período conforme uma narrativa que não só ignora os crimes da esquerda armada, como a transforma em mártir da democracia – embora agisse sob inspiração (e em alguns casos com financiamento e treinamento) de ditaduras comunistas (ESTADÃO, 2014b).

O editorial do Estadão alega, injustamente, que os nomes que compuseram a comissão contribuíram para a "contaminação ideológica" das atividades, mencionando dois dos oito nomes que compuseram a comissão como ligados ao PT. Os nomes apontados pelo jornal são das únicas duas mulheres integrantes da comissão, Maria Rita Kehl – que inclusive foi colunista do jornal – e Rosa Cardoso, provavelmente escolhidas por Dilma Rousseff.

> A escolha dos integrantes da comissão ajudou a criar a atmosfera propícia para que o trabalho fosse contaminado por interesses ideológicos. Entre os sete comissários estavam, por exemplo, uma psicanalista conhecida por sua aguerrida militância petista e uma advogada que defendeu Dilma durante a ditadura. Não eram acadêmicos preocupados com a exposição exata de acontecimentos históricos (ESTADÃO, 2014b).

Contudo, o editorial não menciona que a comissão foi composta também por ex-ministros dos governos Sarney e FHC, nem que dois deles, José Carlos Dias e Paulo Sérgio Pinheiro, foram a favor da recomendação sobre a revisão da Lei de Anistia, assim como os demais integrantes, com exceção de José Paulo Cavalcanti Filho.

Tal texto revela a pertinência de se refletir sobre a ideia de "verdades possíveis", visto que apesar das políticas de memória implementadas recentemente, a "verdade" eleita pelo jornal indica a incompreensão em relação ao que significam os procedimentos de justiça de transição e a demonstração de que os valores "anticomunistas" e conservadores que justificaram o apoio ao golpe civil-militar de 1964 continuam presentes no posicionamento editorial do grupo, cuja posição ideológica também reverbera nos silêncios que adota. O *Estadão* parece não ter revisado criticamente sua atuação perante as conspirações que culminaram no golpe e durante os primeiros anos de ditadura, louvando-se ainda seu papel no período pós AI-5, em que corajosamente enfrentou o regime ao protestar contra a censura.

Críticas também vieram de outras comissões da verdade, como a "Rubens Paiva", de São Paulo. Atrelada ao enquadramento de conflito – entre a CNV e outras comissões –

reportagem veiculada na *CBN*[158] também no dia 11 de dezembro de 2014 trazia à tona a discordância entre a CNV e a comissão de São Paulo acerca das investigações da morte do ex-presidente Juscelino Kubitscheck (JK). Integrantes deste colegiado acusaram a comissão nacional de se basear em perícias feitas pelas Forças Armadas, cujos laudos eles suspeitam de terem sido manipulados, para afirmar que a morte de JK não foi arquitetada pelos militares. A comissão de São Paulo defende o contrário e reuniu uma série de depoimentos e dados que colocam em xeque tal interpretação.

Na reportagem "Comissão da Verdade pede às Forças Armadas que reconheçam crimes da ditadura"[159], publicada em 10 de dezembro e considerada temática – voltada aos resultados do colegiado –, a *Carta Capital* menciona que, conforme o relatório, "a admissão da culpa poderia 'reconciliar' o Brasil" e que a "CNV sugere adoção de cartilha ensinando direitos humanos e democracia aos novos recrutas de Marinha, Exército e Aeronáutica". Responsável por uma série de matérias sobre os resultados e as recomendações da comissão, a revista relaciona, em outra reportagem, os problemas atuais da segurança pública com os resquícios do autoritarismo e da militarização.

> A necessidade de reforma é justificada pelos dados de violência que o País produz. Responsável por um em cada dez assassinatos no planeta, o Brasil ocupa a 16ª posição no ranking de países mais violentos do mundo, de acordo com o Estudo Global sobre Homicídio 2013. Por dia, 82 jovens são mortos em território brasileiro, segundo a Anistia Internacional, sendo uma parte deles mortos em situações de conflito com as forças de segurança. Apenas a Polícia Militar matou mais de 11 mil pessoas entre 2009 e 2013. A fim de comparação, a polícia estadunidense levou 30 anos para matar o número de pessoas que a polícia brasileira matou em apenas cinco. Além disso, o País também possui a terceira maior população carcerária do planeta, sendo que 40% estão presos sem julgamento. A superlotação dos presídios e os relatos de tortura dentro deles completam o cenário caótico da segurança no Brasil. Em face disso, das 29 recomendações do documento, oito delas são diretamente relacionadas à segurança pública: a desmilitarização da Polícia Militar; a reforma curricular nas academias de polícia; o fim dos autos de resistência; a desvinculação do Instituto Médico Legal (IML) das secretarias de segurança pública e da estrutura policial; a ampliação da Defensoria Pública; a extinção da Justiça Militar estadual; a exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal; o fim da Lei de Segurança Nacional, de 1983 (PELLEGRINI, MARTINS, 2014).

Retomando as ideias de Nietzsche (2009), de que somente elaborando as memórias traumáticas, (re)lendo-as criticamente e (res)significando o vivido é possível esquecer, de Rousso (2002), sobre o "trabalho de memória", e de Huyssen (2000, 2014), de que a

[158] Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/12/11/ACIDENTE-DE-JUSCELINO-KUBITSCHEK-FOI-CAUSADO-POR-MILITARES.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

[159] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-pede-as-forcas-armadas-que-reconhecam-crimes-da-ditadura-9470.html>. Acesso em 11 set. 2016.

ressignificação é o que torna possível fazer uso positivo da memória traumática e do esquecimento a partir da aplicação em uma mudança que afete o presente, é possível afirmar que os resultados expressos pela Comissão Nacional da Verdade apontam na mesma direção. O objetivo é demonstrar os resquícios de práticas de violações na atualidade para, a partir da rememoração, indicar caminhos possíveis para vencê-las.

> Embora não ocorra mais em um contexto de repressão política – como ocorreu na ditadura militar –, a prática de detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres não é estranha a realidade brasileira contemporânea. Relativamente a atuação dos órgãos de segurança pública, multiplicam-se, por exemplo, as denúncias de tortura [...]. Esse quadro resulta em grande parte do fato de que o cometimento de graves violações de direitos humanos verificado no passado não foi adequadamente denunciado, nem seus autores responsabilizados, criando-se as condições para sua perpetuação (RELATÓRIO DA CNV, 2014, p. 964).

"As conclusões do relatório são enfáticas ao diagnosticar certa 'indigestão' que acomete a sociedade brasileira, cujo sintoma se manifesta na dificuldade em, de fato, deixar para trás o passado doloroso, uma vez que não houve decantação nem expurgo do que foi traumaticamente vivido" (SANGLARD, NEVES, 2015, p.7).

Diante dessas observações, esperava-se que o enquadramento do tipo temático voltado a debater as recomendações e cobrar por sua implementação[160] sobressaísse. Contudo, correspondeu a 8% do material, enquanto, juntos, os enquadramentos preponderantes, "temático – investigação e resultados", "temático – Lei da Anistia e punição a violadores", de "conflito – entre CNV e forças armadas" e de "apoio à CNV", correspondem a cerca de 70% do material analisado, sendo o restante dividido em menor escala em diversos outros tipos de enquadramentos temáticos e episódicos.

Dois dos oito textos identificados que podem servir de exemplo de narrativas que cobram a aplicação das recomendações têm vieses distintos. Enquanto matéria do *Estadão* pode ser considerada pessimista ao afirmar que "o futuro dos quase três anos de trabalho da Comissão Nacional da Verdade ainda é incerto"[161], por não haver garantias legais para que as recomendações sejam adotadas, centrando a crítica na CNV e na arena política em que está inserida, a coluna de Bernardo Mello Franco na *Folha de S. Paulo* toca na questão de forma

[160] Codificado como "temático outros" devido à pouca expressividade quando comparado ao corpus geral da amostragem de 404 notícias que originou a codificação.

[161] Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,efeito-pratico-de-recomendacoes-e-incerto-imp-,1605251>. Acesso em 10 jan. 2016.

mais positiva ao apontar que “a nova etapa” envolvida no prosseguimento ou não das recomendações depende do país: ou seja, do governo e da sociedade.

> O encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade escreve uma página importante na história do Brasil. Com quase três décadas de atraso, o Estado reconhece oficialmente, nesta quarta (10), os crimes praticados em seu nome durante a ditadura militar. Agora começa uma nova etapa, na qual o país terá que decidir o que fará com as conclusões do relatório. Há duas opções: tratar o documento como um registro histórico, a ser guardado nas bibliotecas, ou usá-lo como ponto de partida para o próximo passo. A comissão escolheu a segunda alternativa por cinco votos a um, como o "Painel" antecipou em novembro. Vai defender a responsabilização criminal de quem torturou e matou presos políticos [...] (MELLO FRANCO, 2014).

Ao que tudo indica, a comissão escolheu tal caminho, mas o governo brasileiro (ao menos até aqui) não. O ato de conclusão dos trabalhos promovido pela Presidência no Palácio do Planalto[162], restrito a poucos ministros, convidados, imprensa e CNV, já indicava que o governo não garantiria o apoio político necessário às ressignificações almejadas. Ainda que a divulgação do relatório final tenha tido grande repercussão midiática, faltou vontade política para transformá-lo em ação duradoura. Se, em um governo legitimado pelo voto popular e engajado com a causa, tendo uma vítima da repressão como presidente, assumir tal custo político foi inviável, em um governo que assume após grave crise política que levou ao *impeachment* e sem, até o momento, se engajar em grandes causas dos direitos humanos, é improvável que avanços significativos sejam alcançados em curto espaço de tempo.

No dia 16 de dezembro de 2014, a CNV foi oficialmente extinta e, em seguida, foi criada a Estrutura Temporária para Organização do Acervo da Comissão Nacional da Verdade, com estrutura administrativa mínima e sete servidores com o objetivo de encaminhar – até julho de 2015 – todo o acervo documental e multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da CNV ao Arquivo Nacional, para integrar o Projeto Memórias Reveladas.

Desde então, as últimas notícias (que já não fazem parte do corpus analítico desta tese) dão conta da ampliação de vozes que valorizam as narrativas da extrema-direita e de decisões políticas que vão na contramão de alguns avanços conquistados no campo dos direitos humanos. Um exemplo é o caso do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC), que fez apologia à tortura ao enaltecer o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra durante o pronunciamento do voto a favor da cassação da presidente Dilma Rousseff na sessão de admissibilidade do

[162] Além da solenidade no Palácio do Planalto, a CNV realizou ato público com participação de militantes dos direitos humanos e movimentos sociais na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Brasília.

processo de *impeachment* no Congresso. Ele foi acusado de quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética, mas nenhuma sanção ocorreu[163].

Em maio de 2016, ainda como presidente em exercício devido ao afastamento da presidente eleita por conta do transcorrer do processo de *impeachment*, Michel Temer indicou o general Sérgio Westphalen Etchegoyen para assumir o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional – pasta que passou a subordinar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Conforme coluna de Míriam Leitão publicada no *Globo* em 31 de maio de 2016, a nomeação foi um erro e um atraso, pois:

> O general foi aquele que soltou uma nota virulenta contra a Comissão da Verdade por ter colocado seu pai, o general Leo Etchegoyen, na lista dos 377 envolvidos com tortura. Mesmo sendo da ativa, quando são limitadas as possibilidades de manifestação política, o general disse que a Comissão da Verdade era "leviana", porque "estabeleceu a covardia como norma e a perversidade como técnica acusatória" e definiu como "patético" o esforço da Comissão de "reescrever a história". Não achando suficiente, ele está processando a Comissão da Verdade (LEITÃO, 2015).

O cientista político e integrante da CNV Paulo Sérgio Pinheiro também criticou a decisão do governo em artigo de opinião publicado na *Folha de S. Paulo*, em 25 de maio de 2016. No texto, Pinheiro, que também foi ministro da Secretaria de Direitos Humanos do governo de Fernando Henrique Cardoso, diz que "ao fim e ao cabo, a chegada do PMDB ao poder representa a tentativa de sobrevivência da base mais profunda que deu sustentação democrática à nossa transição democrática lenta, gradual e, como agora vemos, insegura".

Uma atitude pouco noticiada, mas que provocou reações dos militantes dos direitos humanos, diz respeito à Comissão de Anistia, que, por prática, sempre foi composta por nomes aprovados internamente e também pelos grupos de familiares de mortos e desaparecidos. Com o *impeachment* de Dilma Rousseff, alguns integrantes entregaram os cargos e o então Ministro da Justiça do governo Temer, Alexandre de Moraes, em medida autocrática, resolveu nomear novos membros para essas e outras vagas da comissão sem o respaldo popular. Pelo menos sete integrantes foram exonerados sendo todos os substitutos – um deles suspeito de ter colaborado com a ditadura – indicados pelo ministro[164].

---

[163] Disponível em: < http://oglobo.globo.com/brasil/conselho-de-etica-livra-bolsonaro-de-processo-por-apologia-tortura-20440386>. Acesso em: 12 jan. 2017.

[164] Disponível em: < http://oglobo.globo.com/brasil/ex-ministro-de-jango-almino-afonso-vai-presidir-comissao-de-anistia-20038767>; < http://oglobo.globo.com/brasil/nomeado-para-comissao-da-anistia-aparece-como-colaborador-da-ditadura-20043410>. Acesso em 22 dez. 2016.

A proposta também contida no relatório final da CNV, de se construir um museu da memória, como já existe em outros países, para homenagear as vítimas e os combatentes e contar de forma interativa os "anos de chumbo" para as novas gerações, também não se transformou ainda em realidade.

O balanço do que ocorre desde o encerramento dos trabalhos da comissão demonstra que, além de alguns retrocessos, as principais recomendações não foram cumpridas e as proposições do relatório podem se transformar em letra morta se não forem amplamente divulgadas, defendidas por setores sociais e incorporadas por projetos políticos.

Na avaliação do jornalista Roldão Arruda (2016), a forma como setores militares "entraram na campanha do *impeachment*" demonstra que, em algum momento, "essa gente se sentiu acuada" pelas iniciativas de rememoração e se aproveitou do momento de fragilidade política para "soterrar" os resultados da CNV. "Ninguém está discutindo as recomendações. Se eu tivesse ficado no jornal [*O Estado de S. Paulo*], eu já teria feito umas dez matérias falando 'e as recomendações da comissão?'" Roldão questiona também as razões de os recentes episódios de violência e violações dos direitos humanos ficarem encobertos pelo tema da corrupção, sem que se discutam as recomendações, como, por exemplo, a questão da desmilitarização da polícia. "Tudo isso ficou magicamente soterrado."

> De um lado, existe muito mais gente, muito mais jovens, que sabem mais coisas daquele tempo do que sabiam antes. A comissão teve um papel didático muito importante. Eles podem não ter conseguido fazer as mudanças substanciais, mas mais gente no país ficou sabendo do que aconteceu naquele período. O que acho é que a comissão teve um efeito tão forte, que teve uma reação do lado de lá. Aglutinou as forças de extrema direita, tipo "ou a gente se defende ou a gente se lasca". E esse se lascar deles nem é ir para a cadeia. É, de repente, o Estado chegar e dizer "olha, você não tem direito a esta pensão, pois você é um criminoso e nós vamos cortar". É o grande pavor deles, de perder benefícios financeiros. E era o que podia ser feito, inclusive. Não precisava prender ninguém, mas mostrar que o Estado não deixaria eles impunes (ARRUDA, 2016).

As manifestações contrárias ao governo Dilma Rousseff que incluíram, em menor escala, grupos que pediam a intervenção militar como solução do problema da corrupção também chamaram a atenção da integrante da CNV Maria Rita Kehl (2015).

> Quer dizer, o tema voltou à tona e essas pessoas falaram: "Ahan, militares! Boa ideia, heim!" Não é que essas pessoas já não fossem de direita, não é que elas já não fossem talvez conservadoras, não é que elas já não apoiassem a ditadura de algum jeito, achassem que foi isso mesmo, "livrou o país do perigo dos comunistas". Tudo entre muitas aspas. Mas... [...] Isso que eu lamento muito. O mais louco é que as pessoas pensam que a intervenção militar acabaria com a corrupção. Quando, na verdade, isso não foi nosso tema de pesquisa, mas acho que você pode ver o Elio Gaspari, você deve conhecer os autores que escreveram sobre isso. A corrupção

> sistematizada começa com as grandes estatais, em governos militares onde não tiveram liberdade de imprensa nenhuma, não havia nenhuma investigação. O que se enriqueceu... E as pessoas pensam que eles, que uma ditadura que ia acabar, justamente quando é um governo democrático que está acabando com a corrupção. É claro que é muito chocante ver todas essas notícias, né (KEHL, 2015).

Nesse aspecto, as políticas de memória até então estabelecidas podem não ter conseguido alcançar os objetivos almejados e inverter a lógica da "memória manipulada". O jornalista de *O Globo* Evandro Éboli (2016) também considera que, de algum modo, a grande preocupação com temas ligados à corrupção faz com que parcela da população se despreocupe das garantias de respeito aos direitos humanos, já que este é um assunto que em geral mais divide do que envolve toda a sociedade.

> Tanto que você vê hoje aí o desencadear de movimentos, ainda que de uma minoria, mas que falam em volta de militar, intervenção, tem o [deputado federal Jair] Bolsonaro, que é um político ligado a isso, com 10% de intenção de voto para presidente... Alguma coisa está acontecendo. Mas vejo mais essa questão do argumento de volta de militares como associado a [sanar a] corrupção. "Volta os militares que isso não vai acontecer." Isso é uma mentira, porque também tinha corrupção na ditadura militar, e igual ou bem pior que a corrupção foram as atrocidades cometidas (ÉBOLI, 2016).

Apesar do crescimento de alguns movimentos de extrema direita, não só no Brasil como no mundo, Éboli (2016) considera que a comissão "foi uma oportunidade histórica, por mais que não tenha alcançado o resultado que se imaginou". O fato de ter provocado discussões e reações é avaliado como um saldo positivo pelo repórter. "Teve uma variedade de informações, contentamentos e descontentamentos, e o relatório final, que hoje é um documento, um documento de consulta. Há um arcabouço de informações e detalhes muito grande."

Diante de cobertura que pode ser considerada positiva no sentido de ter sido ampla, valorizado o enquadramento temático, abordado variedade de vozes e relatos – ainda que as fontes oficiais tenham sido privilegiadas, um novo olhar foi proporcionado ao incluir e dar prioridade às comissões entre as fontes oficiais –, surpreende que, em momentos-chave da cobertura, as vozes mais conservadoras ganhem respaldo no posicionamento editorial de alguns dos principais veículos noticiosos do país – como foi demonstrado a partir dos editoriais publicados. Ainda que, ao tratar da ditadura, todos os veículos analisados atuem de maneira a condenar as violações e jamais tenham dado – no período em questão – qualquer apoio a esses movimentos que insistem em pedir nova intervenção militar, a dificuldade em romper com as memórias impedidas e manipuladas ainda se faz presente.

CONCLUSÃO

Quando em maio de 2012 a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada e a imagem dos presidentes Sarney, Collor, FHC, Lula e Dilma – lado a lado por ocasião da solenidade – estampou os noticiários pelo país, já havia um indicativo sobre a importância daquela comissão. No mês seguinte, quando uma série de reportagens do jornal Estado Minas trouxe detalhes das sessões de tortura pelas quais passou a então presidente Dilma Rousseff, narrativa que foi repercutida não só no país, mas também no exterior, tornava-se ainda mais nítida para mim a relevância daquela ocasião. Dilma havia prestado seu depoimento há aproximadamente dez anos e seu relato encontrava-se inédito até que a repórter Sandra Kiefer decidiu remexer o passado e, de algum modo influenciada pelo ciclo de rememoração que se iniciava, buscar entre os documentos da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT), vinculada ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh), o processo referente à presidente. Os vínculos entre as criações de comissões da verdade no Brasil e as revelações sobre fatos desconhecidos do grande público ficavam cada vez mais explícitos.

Quantas outras memórias estariam adormecidas ou afastadas da cena pública e poderiam ser trabalhadas pela CNV ou pela imprensa? O quantitativo de material encontrado (8.422 registros) nos sites noticiosos vinculados aos mais diferentes veículos de comunicação (rádio, TV, impresso e também de veículos exclusivamente on-line) e a frequência cotidiana das publicações demonstrou que de fato a CNV promoveu um momento significativo de rememoração da ditadura. No entanto, esse momento não se deve exclusivamente ao trabalho da comissão. A demonstração das quatro fases do ciclo de memória cultural descrito por Rebecca Atencio (2014) foi sendo construída a cada audiência pública das comissões da verdade espalhadas pelo país, a cada peça de teatro ou festival de cinema sobre a ditadura e a cada nova reportagem que era publicada nos veículos de comunicação. Diariamente, a ditadura voltava a fazer parte da agenda.

Vários desses eventos surgiram simultaneamente, seja por acaso ou intenção, promovndo ligações imaginárias entre as produções culturais e as atividades das comissões da verdade que iam sendo criadas nos estados e municípios paralelamente ao funcionamento da CNV. Como uma ação nem sempre premeditada, os elos criados entre a política pública de memória e os atos de rememoração midiáticos e culturais foram alavancados e serviram de modelo para fomentar uma profusão de outras ações.

Essa constatação de que um novo ciclo de memória cultural foi iniciado, mas também estimulado pela atuação jornalística é um dos acréscimos feitos pela tese aqui defendida ao trabalho de Atencio (2014). A conclusão que se chega é de que políticas públicas e produção cultural (incluindo aí o jornalismo) se retroalimentaram no período de funcionamento da CNV.

Talvez esse ciclo possa ter se desacelerado ou se encerrado com a ruptura institucional que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff e consequentemente à uma agenda política diferente, até mesmo conservadora, pautada por alguns retrocessos no campo dos direitos humanos e com menos valorização às pautas da justiça de transição. Isso é algo que mereceria ser investigado em estudos futuros e que exige algum distanciamento temporal para que tal hipótese seja testada.

Nesta tese, o que posso afirmar é que, apesar da importância da CNV e do ciclo de memória cultural que se desenvolveu de modo imbricado, a mobilização entorno das políticas de memória pareceu ter ficado restrita aos grupos sociais que já tinham interesse pela temática. A ditadura passou a ser mais noticiada, são inegáveis a importância e o vínculo da CNV em relação a esse aspecto, mais pessoas passaram a ter acesso às informações e a documentos do período, mas não houve a comoção pública que ocorreu em outros países, como África do Sul, Argentina e Chile. Essa afirmação pode ser feita a partir da análise das representações jornalísticas, das entrevistas e do acompanhamento das atividades da CNV empreendidos durante esta pesquisa. Todavia, estudos de recepção precisariam ser desenvolvidos para que se possa medir especificamente o impacto dessas iniciativas.

Desenvolvida no campo da comunicação, a pesquisa "Verdade possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade" contempla a interface com a política, a história e os direitos humanos, visando demonstrar como se deu a cobertura jornalística referente ao tema da ditadura durante o funcionamento de uma comissão da verdade de escala nacional. Foram identificados e analisados 8.422 registros jornalísticos veiculados no período de 30 meses e realizadas 18 entrevistas com comissários, assessores e jornalistas. Os resultados aqui apresentados permitem vislumbrar uma série de outras análises e hipóteses não contempladas neste estudo, como a comparação entre a atenção midiática recebida pela CNV e por comissões desenvolvidas em outros países. As discussões sobre noticiabilidade também permitiriam testar outras hipóteses, assim como a lógica de dependência econômica poderia servir de parâmetro para analisar o tipo de cobertura realizada por cada veículo. A partir das conclusões

que chego nesta análise, espero contribuir com dados e reflexões para que outras pesquisas possam avançar nos estudos interdisciplinares como este que se pretendeu realizar.

O problema de pesquisa levantado neste estudo foi: "Como o jornalismo brasileiro cobriu assuntos relativos à ditadura durante o funcionamento da CNV?" Dentre os objetivos, estavam a pretensão de mensurar o espaço fornecido pelos meios de comunicação à ditadura durante o funcionamento da CNV e, consequentemente, aos trabalhos da comissão; identificar as principais recorrências temáticas, os enquadramentos majoritários e a maneira como a ditadura militar brasileira voltaria a ser noticiada e também identificar quais estratégias comunicativas serviram à CNV e como foram usadas por esse tipo de política pública pela memória.

Na busca por responder essa questão e alcançar tais objetivos, testei as hipóteses de trabalho desenvolvendo a pesquisa em três fases, que foram: monitoramento de mídia e levantamento dos dados gerais da cobertura; identificação dos enquadramentos e das terminologias utilizados pelo jornalismo; e identificação das fontes de informação e aprofundamento da análise de temas emblemáticos. Foi utilizada como método a análise de conteúdo atrelada às entrevistas semiestruturadas em profundidade.

A primeira hipótese – de que haveria crescimento da cobertura noticiosa da ditadura e da CNV durante os trabalhos, mas tal cobertura seria predominantemente reativa em lugar de investigativa – foi confirmada. Ou seja, no período de análise, em vez de atuarem como "*watchdogs*", antecipando-se ao calendário de divulgações do colegiado quando necessário e realizando investigações autônomas, os meios de comunicação foram mais pautados pela agenda de atividades da comissão e pelos marcos de rememoração (como os 50 anos do golpe, o primeiro ano da CNV, etc.) do que pautaram o colegiado.

Os ápices da cobertura, que denotam especialmente a influência desses momentos, e o baixo índice de reportagens enquadradas como temáticas voltadas especificamente à investigação da própria imprensa, auxiliam na confirmação de tal hipótese. É válido salientar que apesar desse modelo de cobertura mais reativo, os jornalistas que se destacaram cobrindo a CNV estão atrelados a dois perfis: o dos vinculados ao jornalismo investigativo, e que já tinham experiência prévia em investigações sobre a ditadura e as violações de direitos humanos, e o dos que despontavam como novos nomes nos grandes veículos de comunicação e que tiveram a oportunidade de atuar como setoristas na ocasião. O fato de que, mesmo tendo sido subsídio para a pauta de jornalistas investigativos, o tema da ditadura tenha fomentado poucas investigações desenvolvidas pela própria imprensa no período de funcionamento da comissão pode ser justificado por alguns fatores. O primeiro é que as investigações desse tipo

exigem muitos anos de pesquisa e a CNV funcionou por apenas dois anos e sete meses; o segundo é que a própria comissão avançou pouco em relação aos desaparecidos políticos – sendo apenas um corpo encontrado e identificado no período – e, apesar dos milhares de documentos revelados, sem a colaboração das Forças Armadas no repasse de informações, a localização de outras ossadas ou das áreas específicas onde as mortes ocorreram ficou comprometida. Outro fator diz respeito à constatação de que parte do que a comissão reuniu, organizou e transformou em documento público já era de conhecimento ou já havia sido publicado ou investigado como casos específicos pelos jornalistas (vide caso da Guerrilha do Araguaia). Por fim, esse resultado também pode ser reflexo da redução do número de jornalistas em algumas redações, restando menos mão de obra para esse tipo de investigação dispendiosa.

Partindo para a identificação dos momentos de maior destaque na cobertura, dos enquadramentos e das fontes de informação acionadas pelos jornalistas, a pesquisa buscou entender não só qual foi o espaço garantido, mas também como os veículos de comunicação cobriram o assunto. Quanto à amplitude da cobertura jornalística, o monitoramento permitiu extrair do clipping registros que envolvem desde notas e notícias até grandes reportagens e artigos de opinião. Ainda que tal material não consiga abranger tudo que foi publicado sobre a ditadura no período de funcionamento da CNV, a variedade de veículos e de registros e a constância em que o material foi coletado para compor o clipping indicam que ele foi capaz de reunir, em quantidade e qualidade, conteúdo suficiente para construir um mosaico representativo da dinâmica da cobertura.

Enquanto pelo menos 60 veículos cobriram o assunto de forma rotineira, dezenas de outros noticiaram esporadicamente. Mais de 400 nomes assinaram artigos que foram publicados em diversas editorias, privilegiando as de “política” e “Brasil”, mas também alcançando as páginas de “economia” e “cultura”, entre outros espaços. O jornal Folha de S. Paulo foi o que mais garantiu espaço à temática, sendo responsável por 10% da veiculação do material analisado. Em seguida apareceram O Globo e O Estado de S. Paulo, com 9%. Dentre os portais noticiosos comerciais, o G1 ofertou cobertura mais ampla (6%). Já nos segmentos emissora de TV, revista e radiodifusão comerciais, a Carta Capital, a TV Globo e a Rádio CBN foram as que mais cobriram, respondendo por 3,3%, 2,7% e 1,4% do que foi noticiado, respectivamente. Juntos esses sete veículos foram responsáveis por mais de 40% de todo o conteúdo veiculado. Se considerarmos que alguns desses grupos são também proprietários de agências de notícias cujo conteúdo é replicado em veículos estrangeiros ou nacionais de

menor porte, tem-se a dimensão estimada do quanto esses conteúdos auxiliaram na construção das representações sobre a ditadura e sobre a atuação das comissões da verdade.

A análise do material divulgado entre julho de 2012 e dezembro de 2014 indica ainda que a cobertura realizada em 2014 equivale a 58,2% do total. Dos quatro ápices (momentos de divulgação acima da média) identificados, três ocorreram no ano de 2014 e um em 2013. Esses dados e o acompanhamento das estratégias de comunicação da CNV permitem concluir que o material proveniente de 2014 se sobressaiu tendo como motivos a ampliação das ações da comissão, a proximidade com a conclusão dos trabalhos, a divulgação de resultados preliminares, mas também a coincidência com o marco de rememoração representado pelos 50 anos do golpe civil-militar e com a mudança das estratégias de divulgação da comissão.

Entrevistas com jornalistas que atuaram acompanhando os trabalhos da CNV e com os comissários e seus assessores de comunicação também auxiliaram o entendimento das dinâmicas comunicacionais envolvidas no processo, as disputas políticas em jogo e as relações estabelecidas entre a comissão e a imprensa. Sem dúvida, a comissão proporcionou uma série de novos debates e ressuscitou alguns temas que permaneciam adormecidos e só eram acionados pelos veículos jornalísticos em marcos de rememoração, como os aniversários do golpe de 64.

Em relação à segunda hipótese testada – de que a cobertura dos temas relativos à ditadura e aos trabalhos da CNV seria majoritariamente realizada a partir do enquadramento episódico – os resultados demonstraram algo diferente e a proposição foi refutada. Ainda que tal enquadramento tenha sido muito utilizado, a prevalência do caráter temático indica um diferencial desse tipo de cobertura. Como comprovado, 51% dos 404 registros jornalísticos que incorporaram a amostra foram enquadrados como temáticos. Já os enquadramentos episódico e de conflito representaram cerca de 19% e 12% da cobertura, respectivamente. Sendo assim, pode-se afirmar que a CNV estimulou o debate público e garantiu o espaço midiático necessário à ampliação de vozes acerca do tema. Não foram significativas as ocorrências de notícias sobre a ditadura ou as comissões da verdade que tivessem sido enquadradas como “disputa eleitoral” e, por isso, tal enquadramento vislumbrado de início foi reunido a “outros enquadramentos”.

No que diz respeito especificamente às vozes acionadas pelos jornalistas, a terceira hipótese, de que os veículos recorrem majoritariamente ao discurso oficial e que, durante o funcionamento da CNV, essas narrativas passam a ser assumidas também pelas comissões da verdade é comprovada. Das 807 citações entre aspas usadas nos textos jornalísticos, 395 são provenientes de fontes oficiais, o que representa 49% do total analisado, sendo as comissões

da verdade as que mais se destacam (21,5% do total de citações). Os personagens (o que inclui as vítimas) e as fontes especializadas representam 26% e 24% do total de citações identificadas respectivamente.

Uma ressalva em relação à terceira hipótese merece ser feita. Ainda que tenha havido confirmação, deve-se considerar que as comissões da verdade não são fontes oficiais convencionais e que representam a inserção de uma nova voz nas narrativas sobre a ditadura. Portanto, se forem consideradas em separado, é possível observar que a cobertura apresenta certo equilíbrio. Desse modo, por mais que se tenha valorizado o discurso oficial, abriu-se espaço à disseminação de outras vozes.

Não é possível estabelecer relação direta entre a coordenação dos trabalhos da CNV e a cobertura sobre eles, ainda que essa seja uma característica que mereça ser levada em consideração. Ao contrário do que supunha o assessor da CNV, Marcelo Oliveira, o crescimento ou a redução da cobertura não é diretamente proporcional às ações de abertura (mais divulgação e disponibilidade dos comissários) ou fechamento (menos disponibilidade de material à imprensa) da comissão, visto que, no período de maior fechamento, na gestão Paulo Sérgio Pinheiro, houve um importante ápice do quantitativo de notícias sobre os trabalhos da CNV, devido especialmente ao aniversário de um ano da instalação da comissão, à crise interna e à morte de um militar da reserva exatamente um mês depois de prestar depoimento ao colegiado e assumir atos de tortura.

Dessa forma, as atitudes e estratégias dos coordenadores impactam em alguma medida o comportamento midiático, mas não são os fatores preponderantes, já que, no caso específico desta cobertura, outras variáveis (como datas de rememoração histórica, episódios externos à comissão que vieram a influenciar nas atividades dela – como a morte de Malhães –, o interesse e engajamento dos próprios jornalistas na cobertura) precisam ser consideradas. Talvez o momento em que ações de coordenação da CNV e a cobertura tenham andado mais alinhadas seja após a entrada de Pedro Dallari, no último ano de funcionamento da comissão. Apenas nesse período específico foi possível notar o efeito direto de estratégias de divulgação do colegiado na cobertura jornalística.

As observações feitas no decorrer da pesquisa sobre as dinâmicas de divulgação da CNV e as reflexões sobre o conceito de "ciclos de memória cultural" servem de estímulo para outras reflexões. Elas envolvem a compreensão de que não é correto atribuir à CNV todo o incentivo ao debate sobre a ditadura que se desenvolveu no período de análise. Isso porque, no novo "ciclo de memória" estabelecido, os protestos, os marcos celebratórios, a cobertura jornalística, as atividades culturais e as políticas públicas se fortalecem e se conectam,

incentivando-se mutuamente. Ou seja, a CNV tanto estimulou quanto se "apropriou" de iniciativas e manifestações sociais.

De modo geral, a cobertura sobre a ditadura durante o funcionamento da CNV pode ser considerada positiva e importante para desconstruir algumas versões remanescentes e equivocadas do período histórico. As narrativas jornalísticas que valorizam, entre as fontes especializadas, historiadores que propõem outras reflexões sobre os episódios e questionam a versão dos que negam a ditadura e defendem que os atos de tortura não foram sistemáticos, mas sim excessos isolados, são um exemplo. Contudo, ao abordar alguns temas específicos, como a Lei de Anistia e a opção da CNV por privilegiar a apuração dos crimes de Estado, os veículos do *mainstream* (principalmente os jornais impressos), acostumados a trabalhar com a falta de pluralidade na representação dos fatos políticos e a reivindicar o status de detentores e organizadores das memórias contemporâneas, demonstram resistência a novas formas de expressão e interpretação desses temas. Isso indica que, em alguma medida, há limitação nas verdades possíveis de se publicar.

A ditadura militar, como um dos grandes traumas históricos brasileiros, é um tema que envolve disputas no campo político e também na construção de sentidos. Por muito tempo, a história ensinada nas escolas e repetida por alguns setores sociais, incluindo a mídia, utilizava os termos "revolução" e "regime militar" para designar, respectivamente, o "golpe" e a "ditadura". Tais usos, de algum modo, podem ajudar a reforçar o posicionamento de um grupo – hoje minoritário – que nega os danos do autoritarismo e prefere dizer que não houve no Brasil uma ditadura, mas sim um regime militar inclusive com sucessão de governantes (ainda que eleitos indiretamente por colégio eleitoral e que a oposição fosse consentida). É positivo observar que os jornalistas praticamente aboliram o termo revolução e hoje adotam, até mesmo por orientação dos veículos nos quais atuam, prioritariamente terminologias que carregam carga semântica adequada do que esses episódios históricos representaram. Mais de 50% do material analisado fazem uso exclusivamente de terminologias acusatórias – que enfatizam a natureza autoritária do regime –, enquanto cerca de 30% utilizam termos dos dois tipos – tanto acusatórios quanto amenizadores – e 3% dos registros adotam somente os amenizadores para se referir a esses episódios históricos.

Desolador, no entanto, é ainda perceber que o posicionamento editorial de alguns veículos do *mainstream* continua sendo conservador ao justificar o posicionamento de seus conglomerados midiáticos na articulação do golpe civil-militar de 1964, bem como nas primeiras fases da ditadura. Cabe aqui a ressalva de que o modo como a ditadura e a CNV são tratadas nos editoriais analisados é diferente da maneira majoritariamente progressista como

foram abordadas nas notícias e reportagens. Ou seja, opinativo e informativo, neste caso, tiveram abordagens e enfoques diferentes.

Outra conclusão que se chega é referente à complexidade e singularidade do processo brasileiro, que iniciou as ações de justiça de transição a partir da anistia e da reparação antes de se estabelecer as políticas públicas de verdade e memória, baseadas na abertura de arquivos e em investigações fatídicas do período. Com o estabelecimento da CNV, esse segundo passo – que na maioria das outras experiências internacionais ocorreu primeiro – se concretizou, mas, no que se refere à justiça, o país continua distante de efetivar esta etapa da transição.

Até o momento não se conseguiu resgatar parte dos documentos desse período e raros processos judiciais foram abertos para se desvendar os crimes ainda sem solução, o que também foi um dificultador para as investigações da CNV. Familiares de vítimas continuam com dúvidas sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos e jamais viram a punição dos perpetradores que cometeram violações em nome do Estado. Ainda que a pena não seja a prisão dos violadores ainda vivos, a obrigação de que eles revelem os fatos, apresentem documentos comprobatórios, assumam os erros e peçam desculpas poderia ser um caminho para a reconciliação. Enquanto isso não ocorre, a visão mais disseminada – inclusive pelos conglomerados midiáticos – continua sendo a de que a conciliação foi promovida naturalmente a partir da Lei de Anistia de 1979.

É uma lástima observar como, apesar de serem forjadas na imagem socialmente construída de serem menos abruptas, traumáticas e violentas, as transições dos regimes políticos no Brasil sempre ocorreram de forma lenta e sustentada pelo ideal de "apagamento" das memórias dos traumas históricos. Assim, parcelas da sociedade brasileira ainda acreditam viver num país onde não há preconceito, racismo, homofobia e tortura, mesmo que a realidade se revele cotidianamente bem distinta.

Por mais distantes que tais temas pareçam se localizar do assunto principal desta tese, estão emaranhados em uma trama que depende de vontade política, engajamento e pressão popular para ser rompida. Os números de civis mortos por policiais – e também de policiais ameaçados e mortos –, o desaparecimento de corpos – como o do ajudante de pedreiro Amarildo[165] –, a falta de esclarecimento de crimes de cunho político e a situação dos centros de detenção brasileiros mostram que o país ainda tem muito a avançar na defesa dos direitos humanos, e o jornalismo muito a progredir nesse tipo de cobertura.

[165] Amarildo Dias de Souza desapareceu no dia 14 de julho de 2013 após operação policial na Rocinha, no Rio de Janeiro. Disponível em: < http://oglobo.globo.com/rio/policia-faz-buscas-na-rocinha-para-localizar-amarildo-9192333>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Considerados um pequeno – ainda que importante – avanço, o processo de reparação e as ações das comissões de Mortos e Desaparecidos e de Anistia cumpriram com um dos requisitos para a justiça de transição. Outra condição, no entanto, que envolvia o direito à "memória e verdade", permanecia encoberta e se desenvolve de modo mais consistente apenas com a instituição da CNV em 2012. Mas é de se lamentar que boa parte das conclusões e recomendações propostas pela comissão ainda não tenham encontrado ambiente para serem efetivadas. Abrandar as crises política e econômica costuma ser sempre a prioridade dos atores políticos no alto escalão dos Três Poderes. Eles se esquecem que, vez ou outra, quando abandonam as demandas sociais, elas insistem em bater à porta – ou arrombá-la –, trazendo um problema maior e mais imediato, vide as recentes rebeliões nas penitenciárias das regiões Norte e Nordeste do país (no início de 2017), que resultaram em mais de uma centena de mortos em período de 15 dias.

É também por isso que o trabalho realizado pela comissão da verdade, o debate público que estimulou e o impacto midiático que teve são de extrema importância para o processo de fortalecimento democrático brasileiro e para proporcionar novos olhares sobre o período ditatorial. Apenas vasculhando as memórias e compreendendo as formas de esquecimento socialmente impostas, a população pode lidar melhor com seu passado e construir alternativas que respeitem os direitos humanos a partir dele.

A instituição e aceitação social de uma comissão da verdade de âmbito nacional no Brasil foi fruto de um grande acordo político. Por um lado, isso trouxe vantagens, como a aceitação da proposta de lei por um Congresso ainda conservador, a instituição de uma política de Estado em prol da memória e a disseminação do conceito de justiça de transição por várias partes do Brasil, culminando na criação de aproximadamente uma centena de comissões da verdade de âmbito local e regional. Mas, por outro, o acordo tácito com personalidades e grupos interessados em preservar a imagem de algumas instituições, a desobrigação das Forças Armadas em colaborar efetivamente com os trabalhos de investigação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a Lei de Anistia protege até mesmo os autores de crimes hediondos e imprescritíveis considerados crimes contra a humanidade também deixaram alguns pontos de discussão estagnados.

As reflexões sobre as cerimônias de instalação e de encerramento da CNV, promovidas pelo Palácio do Planalto, também estão inseridas nessas contradições. Se a inauguração das atividades chamou a atenção por revelar um novo momento capaz de reunir todos os ex-presidentes vivos do pós-ditadura por uma causa, a cerimônia de entrega do relatório final representa uma incógnita e, sem dúvida, foi um evento menos impactante,

realizado em meio ao cenário de crise política e econômica e de queda da popularidade do governo. Pressionado pela oposição e pelas manifestações populares, o Poder Executivo não encontrou ambiente para avançar com as principais recomendações do relatório final da CNV, provavelmente para evitar ainda mais desgaste político.

A conjunção dos resultados desta pesquisa com o cenário político atual, marcado pela descrença nas instituições e também pelo crescimento de grupos de extrema direita que negam o passado autoritário e pregam violações de direitos humanos como algo socialmente aceitável, demonstra como as memórias sobre a ditadura ainda se encontram em disputa. Talvez tal batalha não seja vencida por quaisquer das partes em jogo e sirva para demostrar que, apesar de carregar a "verdade" no nome, as comissões são apenas um dos elos desse emaranhado de memórias que representam algumas dentre tantas "verdades possíveis".

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia o Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

_____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ABREU, Alzira Alves de. **A Imprensa na queda de João Goulart**. Portal CPDOC, 2003. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ACERVO ESTADÃO. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____; SOURCE, Anson G. Rabinbach. **Culture Industry reconsidered**. New German Critique, n. 6, Autumn, 1975, p. 12-19.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro "quarto poder": imprensa e compromisso político no Brasil". **Contracampo**, n.4, p. 23-57, 2000.

_____. Another "Fourth Branch": Press and political culture in Brazil. London: Sage Publications, 2005. **Journalism**, v.6, n.4, 2005, pp.486-504.

_____. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. Alceu, v.10, n.20, p.100-115, jan/jun 2010.

_____. **O paralelismo político em questão**. Revista Compolítica, v.2, n.1, jan-jun 2012a.

_____. On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective. In: HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (ed.). **Comparing media systems beyond the western world**. New York: Cambridge University Press, 2012b.

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **O MST na TV**: Sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso "estado de natureza", 2000. Disponível em: < http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/03/MST2.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2017.

ALDÉ, Alessandra; XAVIER, Gabriela; BARRETOS, Diego; CHAGAS, Viktor. Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva. In: **Alceu**, v.5, n.10, p. 186-200, jan./jun. 2005.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. **Tomando partido:** imprensa e eleições presidenciais em 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1688/1432>. Acesso em: 11 jul. 2010.

ARAÚJO, Vera; KAPA, Raphael. Anos de chumbo: general contesta ministro e diz que não haverá pedido de desculpas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 set. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/anos-de-chumbo-general-contesta-ministro-diz-que-nao-havera-pedido-de-desculpas-14017214>. Acesso em 23 out. 2016.

ARENDT, Ronald João Jacques. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. In: **Estudos de Psicologia**, v.8, n.1, p.5-13, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17230.pdf>. Acesso em 30 nov. 2016.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. In: **Tempo e Argumento**. v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009. Florianópolis: PPGH/Udesc, 2009.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). **Brasil: nunca mais**. Vozes, 1985.

ARRUDA, Roldão. Relatório da Comissão da Verdade será entregue em sala fechada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 dez. 2014. Política. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,relatorio-da-comissao-da-verdade-sera-entregue-em-sala-fechada-imp-,1604115>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Entrevista XIII. [dez.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2016. 1 arquivo. mp3 (1h18min09s).

ARTHUR, Paige. Como as "transições" reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ATENCIO, Rebecca. **Memory's turn**: reckoning with dictatorship in Brazil. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2014.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, n.1, p. 88-113, Abril/Maio 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>. Acesso em: 7 jul.2014.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org). **Comunicação e história**: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

BARBOSA, Marialva. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. In: **Comunica-ção**, mídia e consumo. São Paulo: ESPM vol.6, n .16, p. 11 - 27 jul. 2009.

_____. **História da comunicação no Brasil**. Petópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. p.189-217.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador: observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: _____. **Coleção Os Pensadores**: textos escolhidos, vol. XLVIII. São Paulo: Abril, 1975, p. 63-81.

BERGAMO, Mônica. Dilma recebe relatório da Comissão da Verdade em cerimônia mais discreta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 dez. 2014. Colunistas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/12/1559330-dilma-recebe-relatorio-da-comissao-da-verdade-em-cerimonia-mais-discreta.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 27 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**: textos escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERWANGER, Marcos. **A memória coletiva e o ciberespaço na era do conhecimento.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-memoria-coletiva-e-o-ciberespaco-na-era-do-conhecimento/32096/#ixzz2me44ERki>. Acesso em: 5 dez. 2013.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia historia**. vol. 25, n.41, Belo Horizonte Jan/Jun. 2009. pp.269-291. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752009000100014>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation**: understanding new media. Cambridge: MIT Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAHM-WIEBELHAUS, Eric. **Truth commissions and transitional societies**: the impact on human rights and democracy. Abingdon, New York: Routledge, 2010.

BRITO. Alexandra Barahona de.; “Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRITTO, Patrícia. Justiça de transição priorizou indenizações, mas não a reconciliação, diz historiadora. **Folha de S. Paulo**, 2 jul. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1304812-justica-de-transicao-priorizou-indenizacoes-mas-nao-a-reconciliacao-diz-historiadora.shtml >. Acesso em: 8 dez. 2014

_____. Entrevista IX. [nov.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo. mp3. (49min39s).

CANAVILHAS, João Messias. **A Internet como Memória**. Disponível em: <https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/710/1/canavilhas-joao-internet-como-memoria_2004.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2013.

CARDOSO, Rosa. Entrevista I. [fev.2014]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Rio de Janeiro, 2015. 1 arquivo. mp3 (50min).

CARTA CAPITAL. **Dilma: "golpe não pode ser esquecido"**. 31 mar. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-golpe-nao-pode-ser-esquecido-5089.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

_____. Sobre a editora. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASETTI, Francesco; CHIO, Frederico di. **Análisis de la televisión**: instrumentos, métodos y prácticas de investigación. Barcelona: Editorial Paidós, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. Entrevista VII. [nov.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Recife/Juiz de Fora, 2016. 1 arquivo. mp3. (18min07s). 1 arquivo. e-mail.

CBN. **Comissão da verdade é questão de estado e não uma briga pessoal de Dilma**. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/roseann-kennedy/2012/05/16/COMISSAO-DA-VERDADE-E-UMA-QUESTAO-DE-ESTADO-E-NAO-UMA-BRIGA-PESSOAL-DE-DILMA.htm>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (p.1-65).

_____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2001.

CNV. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v.I, II e III. Brasília: CNV, 2014.

COMISSÃO DE ANISTIA. **Institucional**. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/anistia>. Acesso em 18 maio 2015.

COMPOLÍTICA. Diretório de teses e dissertações. Disponível em: <http://compolitica.org/diretorio/index.php/diretorio/index>. Acesso em 1 dez. 2014.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

DALLARI, Pedro. Entrevista III. [ago.2015]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2015. 1 arquivo. mp3 (42min51s).

D'ANGELO, Paul. News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A response to Entman. In: **Journal of Communication**, p.871-888, dez. 2002.

D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (ed.). **Doing news framing analysis**: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

DATAFOLHA. **Dilma mantém aprovação de 62% dos brasileiros**. 2012. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/12/1203094-dilma-mantem-aprovacao-de-62-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em: 12 abril 2016.

_____. **Reprovação à gestão Dilma recua e volta a nível pré-manifestação**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>. Acesso em: 12 abril 2016.

DAYAN, Daniel (org). **O terror espetáculo**: Terrorismo e televisão. Portugal: Edições 70, 2009.

DECRETO 83.993. Constitui a Empresa Brasileira de Notícias, aprova seu Estatuto e dá outras providências. 1979. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=83993&tipo_norma=DEC&data=19790919&link=s>. Acesso em: 1 jul.2014.

DE VREESE, Claes H. Framing the economy: effects of journalistic news frames. In: D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (ed.). **Doing news framing analysis**: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

DIAS, André Bonsanto. **O Presente da memória**: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2012.

DIAS, José Carlos. Entrevista II. [ago.2015]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2015. 1 arquivo. mp3 (48min47s).

DIPP, Gilson. Entrevista VIII. [nov.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Brasília/Juiz de Fora, 2016. 1 arquivo. mp3 (54min9s).

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado**: ação política, poder e golpe de classe. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria cultural**: uma introdução. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

DU GAY, Paul (Org). **Production of culture / Cultures of production**. London: Sage Publications; Open University, 1997.

EBC. Mídia. Disponível em: <http://clipping.ebc.com.br/>. Acesso em: 9 jan. 2016.

ÉBOLI, Evandro. Entrevista XI. [dez. 2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Brasília/Juiz de Fora, 2016. 1 arquivo. mp3 (1h8min9s).

ENTMAN, Robert M. **Democracy without citizens**: media and the decay of American politics. New York: Oxford University Press, 1989.

_____. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. In: **Journal of Communication**, 43(4), pp. 51-58, 1993. Disponível em: <http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/POLI891_Sp11/articles/J-Communication-1993-Entman.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2012.

_____. Framing Bias: Media in the Distribution of Power. In: **Journal of Communication**, 57, pp. 163-173, 2007.

ESTADÃO. Meio século depois. **O Estado de S. Paulo**. 31 mar. 2014a. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>. Acesso em 20 jan. 2017.

_____. O trabalho de uma comissão. **O Estado de S. Paulo**. 11 dez. 2014b. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FADUL, Anamaria. **Indústria Cultural e comunicação de massa**. Série Ideias nº17. São Paulo: FDE, 1994, p.53-59.

FERRAZ, Lucas. MATOS, Kelly. Na estreia, grupo tenta esfriar divergências. **Folha de S. Paulo**. 17 maio 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/43335-na-estreia-grupo-tenta-esfriar-divergencias.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. v.24, n.47, São Paulo, 2004.

_____. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. 1964. **Folha de S. Paulo**, 30mar. 2014a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Página Virada. **Folha de S. Paulo**, 12 dez. 2014b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/199685-pagina-virada.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FONSÊCA, Daniel. You cannot see: the media in the June 2013 demonstrations. In: **Analysis / Friedrich Ebert StiftungBrasil**. São Paulo: FES Brasil, 2013. p. 5-29.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Indústrias culturais e capitalismo no Brasil. In: **Em Questão**. Porto Alegre, v.9 n.2, p.308-326, jul./dez. 2003.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p.280-304.

FONTELES, Cláudio. Entrevista VI. [ago.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo. mp3 (1h19min50s).

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera. **Interações comunicativas**: a matriz conceitual de G.H. Mead. In: PRIMO, Alex; OLIVEIRA, Ana Claudia de; NASCIMENTO, Geraldo Carlos do; RONSINI, Veneza Mayora (org.). Comunicacao e interações. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.71-91.

FREEMAN, Mark. **Truth commissions and procedural fairness**. New York: Cambridge University Press, 2006.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: _____. **Obras completas**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.245-266.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOLDSTONE, Richard J. Foreword. In: FREEMAN, Mark. **Truth commissions and procedural fairness**. New York: Cambridge University Press, 2006.

GOMBATA, Marsílea. Entrevista XII. [dez.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2016. 1 arquivo. mp3 (43min14s).

GONÇALVES, Telmo. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. In: **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, [S.l.], n. 5/6, jul. 2011.

GONÇALVEZ, Carmen. **Comissão Nacional da Verdade**: um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil. 2016. 345f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2016.

GRUPO ESTADO. Demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2014 e relatório dos auditores independentes. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/relatorio-da-administracao/DF%20Dez14%20Combinado%20com%20parecer.pdf>. Acesso em 5 jan. 2017.

GRUPO FOLHA. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GRUPO GLOBO. Disponível em: <http://grupoglobo.globo.com>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems**: Three Models of Media and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HANSEN, Anders; COTTLE, Simon; NEGRINE, Ralph; NEWBOLD, Chris. **Mass communication research methods**. New York: New York University Press, 1998.

HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable truths**: Transitional Justice and the challenge of truth commissions. 2ed. New York: Routledge, 2011.

HARVEY, David. A Liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes**. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p.27-34.

HAUBERT, Mariana; MAGALHÃES, João Carlos. Dilma recebe relatório da Comissão da Verdade e chora ao lembrar mortos. **Folha de S.Paulo**, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560238-dilma-chora-ao-falar-sobre-ditadura.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2016.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HESMONDHALGH, David. **The Cultural Industries**. 3rd. Ed. London: Sage, 2013.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IVC. **Normas técnicas**. Março de 2015. Disponível em: <http://ivcbrasil.org.br/conteudos/normas_tecnicas/Normas_Tecnicas_1_Marco_2015.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1988). **Caso Velásquez Rodríguez**: Sentença de 29 de julho de 1988. Disponível em: < http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/interamericano/2221caso.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The framing of decisions and the psychology of choice. **Science**, n. 211, p.453-458, 1981.

KEHL, Maria Rita. Entrevista IV. [ago.2015]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2015. 1 arquivo. mp3 (10min59s).

_____. Entrevista V. [dez.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2016. 1 arquivo. mp3 (36min44s).

KRABIL, Ron. Symbiosis: mass media and the Truth and Reconciliation Commission of South Africa. In: **Media Culture & Society**. London, Thousand Oaks, New Dehli: Sage, v.23, p. 567-585, 2001.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LASSWELL, Harold. **A linguagem da política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os anos "dourados". In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LAWRENCE, Regina G. Researching political News framing: established ground and new horizons. In: D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (ed.). **Doing news framing analysis**: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

LEAL, Bruno Souza. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Org.). **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEI 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 12 abril 2016.

LEITÃO, Míriam. **Discurso de Dilma na comissão da verdade é o destaque da semana**. Disponível em: < http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/miriam-

leitao/2012/05/18/DISCURSO-DE-DILMA-NA-COMISSAO-DA-VERDADE-E-O-DESTAQUE-DA-SEMANA.htm>. Acesso em 5 jan. 2017.

_____. Erros e atrasos. **O Globo**, 31 maio 2016. Economia. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/erros-e-atrasos.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LEITE, Edmundo. Que fim levou Tenório? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 fev.2013. Cultura. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,que-fim-levou-tenorio,997501>. Acesso em: 8 jan. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**, São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Maria; PEREIRA, Paulo Celso. Ex-presidentes elogiam Dilma por Comissão da Verdade. **O Globo**, 16 maio 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/ex-presidentes-elogiam-dilma-por-comissao-da-verdade-4914390>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LIMA, Venício A. de. **Política de comunicações no Brasil:** novos e velhos atores. 1998. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/18.%20Pol%C3%ADtica%20de%20Comunica%C3%A7%C3%B5es%20no%20Brasil%20novos%20e%20velhos%20atores.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Por que o jornalismo precisa da história?** In: Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Seropédica. XIII Encontro de História Anpuh-Rio - Identidades, 2008. Disponível em: < http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212799222_ARQUIVO_artigoanpuh20082.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, v.36, n.2, 1972, pp.176-187.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MEMÓRIA GLOBO. **Caso Time-Life.** Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life.htm>. Acesso em: 26 dez. 2016.

MENDONÇA, Ricardo. Maior parte da população quer anular Lei da Anistia, aponta Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 31 mar. 2014. Poder. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433374-maior-parte-da-populacao-quer-anular-lei-da-anistia-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 20 jan. 2017.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

MÍDIA DADOS BRASIL 2014. Disponível em: <http://sunflower2.digitalpages.com.br/html/reader/119/38924>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MIÈGE, Bernard. **The capitalization of cultural production**. London: International General, 1989.

_____. As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem sócio-ecomômica. In: **Matrizes**, v.1, n.1, out. 2007.

MONTEIRO, Silvana; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa. **Representação e memória no ciberespaço**. In: Ciência da Informação, v.35, n.3, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/704/595>. Acesso em: 19 dez. 2013.

MONTEIRO, Silvana; CARELLI, Ana Esmeralda. **Ciberespaco, memória e esquecimento**. In: II Seminário em Ciência da Informação - UEL, Londrina, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13257/1/CIBERESPA%25C3%2587O%252C_MEM%25C3%2593RIA_E_ESQUECIMENTO.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula. **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MONTENEGRO, Fernanda. 'O medo e a coragem nos alimentaram. Fomos audaciosos'. **O Globo**, 23 de mar. 2014. Cultura. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/fernanda-montenegro-medo-a-coragem-nos-alimentaram-fomos-audaciosos-11956705>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio palanque**: fazendo política no ar. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MORETZOHN, Sylvia. O mito libertário do "jornalismo cidadão". **Comunicação e Sociedade**, v.9-10, p.63-81, 2006. Disponível em: <http://www.ichca.ufal.br/laboratorio/novasmidias/textos/mitolibertario.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

NAGY, Rosemary; GILLESPIE, Emily. Representing Reconciliation: a news frame analysis of print media coverage of Indian residential schools. In: **Transitional Justice Review**, v.1, n.3, artigo2, p. 1-39, jan. 2015.

NERY, Natuza. Planalto espera reação de militares ao relatório final da Comissão da Verdade. **Folha de S. Paulo**, 10 dez. 2014.Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560260-planalto-espera-reacao-de-militares-ao-relatorio-final-da-comissao-da-verdade.shtml>. Acesso em 10 fev. 2016.

NEVES, Teresa. **Comédias de uma vida arriscada:** risco e riso na crônica brasileira contemporânea. 2013. 221f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2013.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. Thousand Oaks (CA): Sage, 2002.

NICOLETTI, Janara. 50 anos após o golpe militar, presas de SC relatam tortura e detenção. **G1**,31 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/03/50-anos-apos-o-golpe-militar-presas-de-sc-relatam-tortura-e-detencao.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
NISBET, Matthew C. Knowledge into action: framing the debates over climate change and poverty. In: D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (ed.). **Doing news framing analysis**: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1993. p.7-28.

NOSSA, Leonêncio. Sangue Político. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2013. Disponível em: < http://topicos.estadao.com.br/sangue-politico>. Acesso em: 24 out. 2016.

O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.**O Globo**, 31 ago. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 20 jan. 2017.

_____. Comissão extrapola ao pedir limitação da Lei da Anistia. **O Globo**, 11 dez. 2014. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2014/12/comissao-extrapola-ao-pedir-limitacao-da-lei-da-anistia.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

OLIVEIRA, Marcelo de Andrade Cattoni de; GOMES, David. Transições e constitucionalismo: aportes ao debate público contemporâneo no Brasil. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO *et al*. **Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina**. Brasília: UNB; MJ, 2015. p.190-196.

OLIVEIRA, Marcelo. Entrevista XIV. [abr./dez.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. São Paulo, 2016. 1 arquivo. mp3 (59min1s).

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p.13-36.

PALÁCIOS, Marcos. **Jornalismo Online, Informação e Memória**: Apontamentos para debate. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_informacaomemoria.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2013.

PELLEGRINI, Marcelo; MARTINS, Rodrigo. CNV propõe ampla reforma da segurança pública. **Carta Capital**, São Paulo, 10 dez. 2014. Sociedade. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/relatorio-da-CNV-propoe-ampla-reforma-da-seguranca-publica-4888.html>. Acesso em 24 out. 2016.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PILAGALLO, Oscar. Os 90 anos da Folha em 9 atos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2011. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml>. Acesso em: 1 jan. 2017.

PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Grupo Folha. In: Alcino Leite Neto. **Folha**. São Paulo: Publifolha, 2012.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: **Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**, Caxambu- MG, 2002.

_____. Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: **E-papers**, 2007.

_____. The changing landscape of Brazil's News Media. In: LEVY, David A.L; NIELSEN, Rasmus Kleis. **The changing business of journalism and implications for democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, 2010. p.107-123.

_____. The media and political accountability. In: POWER, Timothy J.; TAYLOR, Matthew M. (ed.) **Corruption and democracy in Brazil**: The struggle for accountability. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2011.

_____. **Media power and democratization in Brazil**: TV Globo and the dilemas of political accountability. New York: Routledge, 2012.

POSEL, Deborah; SIMPSON, Graeme. The power of truth: South Africa's Truth and Reconciliation Commission in context. In: POSEL, Deborah; SIMPSON, Graeme (ed.). **Commissioning the past**: understanding South Africa's Truth and Reconciliation Commission. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2002. p. 1-16.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v.15, n.105, fev./maio. 2013, p.181-204.

RACY, Sonia. Di-ta-du-ra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2012. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/di-ta-du-ra/>. Acesso em: 07 set. 2016.

REÁTEGUI, Félix. Introdução. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p.35-44.

REBOUÇAS, Edgard. O discurso/escudo da liberdade de expressão dos "donos" da mídia. In: **Classificação indicativa no Brasil**: desafios e perspectiva. CHAGAS, Claudia Maria de Freitas; ROMÃO José Eduardo Elias; LEAL, Sayonara. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

REESE, Stephen D. Finding frames in a web of culture: the case of the War on Terror. In: D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (ed.). **Doing news framing analysis**: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da Televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

RICŒUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

RINCÓN, Omar. **Narrativas mediáticas**: o cómo se cuenta la sociedad del entretenimiento. Gedisa Editorial, 2006, p.87-129.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo on-line**: modos de fazer. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, 2009.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROTHENBUHLER, Eric W. Fractura simbólica e processo de reparação: as testemunhas do 11 de Setembro. In: DAYAN, Daniel (org). **O terror espetáculo**: Terrorismo e televisão. Portugal: Edições 70, 2009.

ROUSSO, Henry. **The haunting past**: history, memory, and justice in contemporary France. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

SANGLARD, Fernanda Nalon. **A representação da política no Jornal Nacional e a construção das identidades políticas dos jovens juiz-foranos**. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012.

_____; TRISTÃO, Marise Baesso; LEAL, Paulo Roberto Figueira. Jornalismo: do mito da verdade às representações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10., 2013, Curitiba. *Anais*... Curitiba: SBPJor, 2013, p.1-15. Disponível em: <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/view/1978>. Acesso em: 1 dez. 2014.

SANGLARD, Fernanda Nalon; LEAL, Paulo Roberto Figueira; NEVES, Teresa Cristina da Costa; CID, Wilson. Imprensa e Ditadura. In: COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. **Memórias da repressão**: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2016.

SANGLARD, Fernanda Nalon; NEVES, Teresa Cristina da Costa. Memória e esquecimento na CNV: um estudo sobre a (res)significação da ditadura. In: XXV Encontro Anual da Compós, 25, 2016, Goiânia. *Anais*... Goiânia: Compós, 2016, p.1-20. Disponível em: < http://www.compos.org.br/biblioteca/templatexxvcompos_3415.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SANCHES, Mônica. Entrevista IX. [nov.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo. mp3 (1h03min38s).

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: _____. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.44-60.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão, 1982. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993. p.278-293.

SECOM. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/publicidade/textos/comissao-nacional-da-verdade>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas A.; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso (org). **Jornalismo Contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: **Novos Estudos**. n.97, nov. 2013. p.22-42.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. Informação e boato na rede. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas A.; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso (org). **Jornalismo**

Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Helena. **Time-Life/Globo/SIC**: Um caso de reexportação do modelo americano de televisão? Lisboa, 1999. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2691/1/helenasousa_SICGloboSOPCOM_1999.pdf>. Acesso em 26 dez. 2016.

STEINER, George. **No Castelo do Barba Azul**: Algumas Notas para a Redefinição da Cultura. Lisboa: Relógio d`Agua, 1992.

TELES, Edson. **Democracia e estado de exceção**: transição e memória política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015.

TENDLER, Silvio. Silvio Tendler: 'O golpe de 1964 me fez artista', **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/silvio-tendler-golpe-de-1964-me-fez-artista-11956597#ixzz4VCauo66H>. Acesso em: 8 jan. 2010.

TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do jornalismo volume II**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2.ed, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: A Study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

URIBE, Gustavo. Aécio Neves chama golpe militar de 'revolução'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2013, País, p.10.

VAN DIJCK, José. **Mediated Memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

VAN GORP, Baldwin. Strategies to take subjectivity out of framing analysis. In: D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A. (ed.). **Doing news framing analysis**: empirical and theoretical perspectives. New York: Routledge, 2010.

VERDOOLAEGE, Annelies. Media representations of the South African Truth and Reconciliation Commission and their commitment to reconciliation. In: **Journal of African Studies**, 17:2, p.181-199, 2005.

VIANA, Gilney Amorim. **Relatório de atividades do Projeto Direito à Memória e à Verdade (2011-2015) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. 2015. (Anexo 1).

VIEIRA, Allana Meireles; NEVES, Teresa. Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.19, n.2, p.42-52, jul./dez. 2015

VILELA. Thiago Dutra. Entrevista XV. [abr.2016]. Entrevistadora: Fernanda Nalon Sanglard. Juiz de Fora/Brasília, 2016. 1 arquivo. E-mail (3pag.).

VIVALDI, G. Martín. **Géneros periodísticos**. 5.ed. Madrid: Editorial Paraninfo, 1993.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America**: News, Accountability, and Democracy. New York: Columbia University Press, 2000.

_____. Por qué la democracia necesita del periodismo de investigación? In: **Razón y palabra**, Issue 22, 2001.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. In: **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, n.10, p.189-203, 2011.

WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papirus, 1998.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

APÊNDICE A - Análise *clipping* Comissão Nacional da Verdade (outubro/2012)

Análise *clipping* Comissão Nacional da Verdade (outubro/2012)						
Data clipping	**Data notícia**	**Tipo de mídia/veículo original**	**Nome do veículo**	**Editoria**	**Título**	**Autoria/Repórter**
01/10/2012	30/09/2012	Impresso/Internet	Brasil Atual	CIDADANIA	Com retificação de óbitos, país avança no resgate da verdade sobre ditadura	Julia Rabahie
01/10/2012	30/09/2012	Impresso/Internet	Brasil Atual	CIDADANIA	Livro de ex-ministro de Allende provoca debate sobre Comissão da Verdade	Maurício Thuswohl
01/10/2012	01/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Comissão analisa Operação Condor	
01/10/2012	29/09/2012	Impresso/Internet	G1	RIO GRANDE DO SUL	Comissão da Verdade faz reuniões em Porto Alegre	
01/10/2012	01/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	BRASIL	Pelo amor de Deus, entreguem-me à justiça'	Wagner Gonçalves / Nadine Borges
01/10/2012	29/09/2012	Impresso/Internet	O Globo	BRASIL	PCB cobra do Estado anistia e reparação material	Evandro Éboli
01/10/2012	28/09/2012	Impresso/Internet	O Globo	BRASIL	Camponeses em lista de mortos políticos	Evandro Éboli
01/10/2012	01/10/2012	Impresso/Internet	Correio do Povo	Política	Comissão da Verdade solicitará documentos a embaixadas de outros países	
01/10/2012	01/10/2012	Impresso/Internet	Zero Hora	POLÍTICA	Comissão da Verdade passa pela Capital	
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	G1	POLÍTICA	Comissão da Verdade faz parceria com estados para 'aprimorar' trabalho	
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Commercio	Política	Comissões da Verdade definem linha de ação	Fernanda Nascimento
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	O Dia	RIO	Informe do Dia: A verdade no Rio	Fernando Molica
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	BRASIL	Comissão da Verdade formaliza parcerias com entidades estaduais	
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	Portal Terra	Brasil	OAB-RJ consegue apoio de Cabral à criação da Comissão da Verdade	
02/10/2012	29/09/2012	Impresso/Internet	Revista Época	Blog Mulher 7x7	É difícil definir tortura?	Martha M. Batalha
02/10/2012	01/10/2012	Impresso/Internet	Sul 21		GT que investiga Operação Condor inicia atividades pelo RS	Rachel Duarte
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	R7	BRASIL	Comissão Nacional da Verdade define cooperação com comissões estaduais e regionais	
02/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	Brasil	Maurício Grabois, o centenário de um herói do povo brasileiro	Renato Rabelo
02/10/2012	30/09/2012	Impresso/Internet	Zero Hora	Direitos Humanos	Representantes da Comissão da Verdade visitam o RS	
03/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense	Política	Comissão vai apoiar grupos paralelos	Edson Luiz

03/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense	Opinião	A hora da verdade	Edson Luiz
03/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	São Paulo	Protestos marcam 20 anos do massacre do Carandiru	Bruno Paes Manso
03/10/2012	02/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Cotidiano	Intelectuais ligados ao PT fazem desagrado a Maria Rita Kehl por artigo na "Ilustríssima"	
03/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	RIO DE JANEIRO	Em seu centenário, Maurócio Grabois é homenageado na Alerj	Bruno Ferrari
03/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	ASCOM		Filme Dossiê Jango terá pré-estreia neste sábado(6)	
04/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Política	Apesar de perseguição na ditadura, modelo de ensino e pesquisa da UnB prosperou, diz Raupp	Gilberto Costa
04/10/2012	30/09/2012	Impresso/Internet	Carta Capital	Cultura	Uma tarefa irrecusável	Ana Ferraz
04/10/2012	30/09/2012	Impresso/Internet	Carta Capital	Sociedade	A PM não se adaptou ao regime democrático	Pedro Estevam Serrano
04/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense	Blog Tereza Cruvinel	Historiar é preciso...	Tereza Cruvinel
04/10/2012	04/10/2012	Impresso/Internet	O Globo		Ninguém está acima da lei	Flávia Piovesan
04/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Poder	Comissão Nacional da Verdade terá ajuda de grupos estaduais	
04/10/2012	04/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Brasil	País	A importância da Comissão da Verdade no Rio	José Dirceu
04/10/2012	03/10/2012	Impresso/Internet	Portal Imprensa	NOTÍCIAS	Repórter da Folha é afastado após sofrer ameaças	Vanessa Gonçalves
04/10/2012	01/10/2012	Impresso/Internet	Portal Terra	Cinema	Ditadura Militar é tema de quatro documentários no Festival do Rio	Paulo Virgilio
05/10/2012	04/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Nacional	Comissão Nacional da Verdade solicita a governadores criação de comissões da verdade nos estados	Luciano Nascimento
05/10/2012	04/10/2012	Impresso/Internet	Assessoria CNV		Comissão Nacional da Verdade pede apoio de governadores para criação de comissões da verdade nos Estados	
05/10/2012	05/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Comissão da Verdade pede apoio aos governadores para grupos regionais	
05/10/2012	05/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Panorama Político	Redescobrindo o passado	Ilimar Franco
05/10/2012	04/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho		Honduras: Lobo utiliza terror como recurso de controle social	Prensa Latina
08/10/2012	08/10/2012	Impresso/Internet	Diário de Pernambuco	Política	Comissão da Verdade divulga lista preliminar de mortos e desaparecidos pernambucanos vítimas da repressão	
08/10/2012	08/10/2012	Impresso/Internet	Época	Sociedade	Um repórter ameaçado de morte	Eliane Brum
08/10/2012	05/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Poder	Ministro do STJ Gilson Dipp está internado em São Paulo	
08/10/2012	08/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Ilustrada	Roda Viva' recebe o cientista político e diplomata Paulo Sérgio Pinheiro	
08/10/2012	05/10/2012	Impresso/Internet	G1	POLÍTICA	Gilson Dipp, vice do STJ, é internado na UTI de hospital em São Paulo	Fabiano Costa
08/10/2012	08/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S.	Política	Comissão pedirá mudança no ensino das escolas militares	Roldão Arruda

			Paulo			
08/10/2012	08/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	RIO	Democracia é melhor / Aliás...	Marceu Vieira
08/10/2012	07/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	RIO	Empresários da ditadura / Segue...	Ancelmo Gois
09/10/2012	08/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Justiça / Nacional	OAB cria Comissão da Verdade interna	Luciano Nascimento
09/10/2012	09/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		OAB cria Comissão da Verdade para apurar direitos humanos na ditadura	
09/10/2012	09/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Caravana da Anistia analisa caso de vítimas da ditadura	Akemi Nitahara
09/10/2012	09/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Brasil	Rio	Alerj pode criar hoje Comissão da Verdade no Rio	
09/10/2012	09/10/2012	Impresso/Internet	Terra	Política	Rio vota hoje a instauração da Comissão da Verdade estadual	Paula Bianchi
09/10/2012	08/10/2012	Televisão	TV Brasil - Roda Viva		Paulo Sérgio Pinheiro no Roda Viva	
10/10/2012	10/10/2012	Impresso/Internet	ZéDirceu	Blog do Zé	São Paulo vive uma guerra e só o governador finge que não vê	Zé Dirceu
10/10/2012	10/10/2012	Impresso/Internet	Carta Maior	Principios Fundamentais	"A coragem é o que dá sentido à liberdade"	Miruna Genoino
10/10/2012	10/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Política	Condenado pela ditadura e pelo Supremo	
10/10/2012	10/10/2012	Televisão	TV Brasil		OAB Nacional cria Comissão interna da Verdade	Ana Graziela Aguiar
11/10/2012	09/10/2012	Impresso/Internet	Yahoo Notícias	Blogs	Direitos humanos, na Tv e no Cinema	José Guilherme
11/10/2012	10/10/2012	Impresso/Internet	G1	Pernambuco	Em PE, Comissão da Verdade divulga nomes de vítimas da ditadura	Luna Markman
11/10/2012	10/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Brasil	Informe JB	Bolsonaro derruba votação da Comissão da Verdade novamente	Igor Mello
11/10/2012	11/10/2012	Impresso/Internet	Rede Brasil Atual	Política	Serra sai em defesa de coronel tucano que matou 36 e ameaçou jornalista	Redação da RBA
11/10/2012	11/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Comissão atua em mais uma frente	
11/10/2012	11/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Poder	Comissão da Verdade pede informações a 81 universidades	
11/10/2012	11/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Nacional	Na saída, militares aposentados cercam carro de ex-ministro	Fausto Macedo / Vera Rosa
15/10/2012	10/11/2012	Televisão	TV Brasil	Caminhos da Reportagem	Crimes da ditadura	Floriano Filho / Mônica Yanakiew
15/10/2012	11/11/2012	Impresso/Internet	EBC	Sobre a EBC	EBC vence duas categorias e recebe menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog	Gerência de Comunicação Social - EBC
15/10/2012	11/11/2012	Impresso/Internet	Rede Brasil Atual	Política	Ministro Gilson Dipp deixa UTI, mas ainda não tem previsão de alta	Redação da RBA
15/10/2012	12/11/2012	Televisão	TV Brasil	3a1	A Comissão da Verdade discute o diálogo com a sociedade civil	
15/10/2012	13/11/2012	Impresso/Internet	D24am	Blogs	Comissão da Verdade (15) – Almino Afonso (I)	Paulo Figueiredo
15/10/2012	15/10/2012	Impresso/Internet	Correio do Brasil	Brasil	Comissão Nacional da Verdade pede colaboração das universidades públicas	Redação

15/10/2012	15/10/2012	Impresso/Internet	Rondônia Dinâmica	Geral	Comissão da Verdade: Manutenção dos arquivos da Ditadura é alvo de inquérito em Rondônia	
15/10/2012	15/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	Brasil	Comissão da Verdade pede colaboração das universidades públicas	Redação em Brasília
15/10/2012	15/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Brasil	Rio	OAB faz apelo a governador: “crie por decreto a Comissão da Verdade”	
16/10/2012	15/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Comissão Nacional da Verdade começa a ouvir militares perseguidos pela ditadura	Vladimir Platonow
16/10/2012	16/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Documentos obtidos pela TV Brasil mostram que Operação Condor começou antes da criação oficial	Ana Graziela Aguiar
16/10/2012	16/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Economia	Especialistas afirmam que Brasil é omisso em comissão da OEA	
16/10/2012	16/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Rio	Comissão da Verdade investiga violações sofridas por militares contra o golpe	
16/10/2012	16/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	Brasil	Comissão da Verdade começa a ouvir perseguidos pela ditadura	
16/10/2012	16/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Comissão da Verdade investiga crimes contra militares	
17/10/2012	16/10/2012	Televisão	TV Brasil		Luiz Cláudio Cunha faz um histórico da Operação Condor	
17/10/2012	16/10/2012	Televisão	TV Brasil		Cláudio Gutierrez narra o momento em que foi preso pela Operação Condor	
17/10/2012	16/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Documento relata a prisão do ex-coronel do Exército Jefferson Cardin Osório na Argentina	
17/10/2012	16/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Especial: Operação Condor (série 1)	
17/10/2012	16/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Política	Documentos obtidos pela TV Brasil mostram que Operação Condor começou antes da criação oficial	Ana Graziela Aguiar
17/10/2012	17/10/2012	Impresso/Internet	A Crítica	Manaus	Comissão da verdade culpa o regime por extermínio de 2 mil indígenas durante ditadura	Náferson Cruz
17/10/2012	17/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Família chora desaparecimento de militante vítima da Operação Condor	Ana Graziela Aguiar
17/10/2012	17/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense	Notas	Comissão da Verdade quer Dops como memorial	
17/10/2012	17/10/2012	Impresso/Internet	Século Diário		Homero Mafra vai fazer parte da Comissão da Verdade na OAB	Nerter Samora
17/10/2012	17/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Especial: Operação Condor (série 2)	
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense	Ditadura Militar	MPF acusa Ustra de sequestrar ex-fuzileiro	Edson Luiz
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Abandono de função	Luiz Carlos Azedo
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Documentos mostram que Jango era monitorado pela Operação Condor	Ana Graziela Aguiar
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Brasil	País	Comissão da Verdade pede que USP reveja demissão de desaparecida	
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Política	Assembleia do RJ cria Comissão da Verdade local	Alfredo Junqueira
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Política	Ustra é denunciado por outro sequestro	Roldão Arruda
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S.	Política	Interpretação da Anistia foi ‘erro grave’, diz Vannuchi	Roldão Arruda

			Paulo			
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Brasil	Alerj aprova projeto de criação da Comissão Estadual da Verdade	Juliana Dal Piva
18/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	R7		Enquanto a televisão cada vez mais busca o "look" do cinema, o filme chileno No vai na direção oposta	
18/10/2012	18/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Série reabre polêmica sobre morte de Jango	
18/10/2012	18/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Ex-centros de tortura abrigarão museus	
18/10/2012	18/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Lilian Celiberti: "Minha prisão comprometeria o Brasil" (em espanhol)	
18/10/2012	18/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Jair Krischke:"O Brasil foi o criador da Operação Condor"	
19/10/2012	17/10/2012	Impresso/Internet	G1	São Paulo	MPF faz denúncia contra coronel Carlos Ustra por sequestro	
19/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Justiça	Comissão da Verdade pede reparação pública sobre demissão de professora da USP	Camila Maciel
19/10/2012	18/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Justiça	Documentos mostram que Jango era monitorado pela Operação Condor	
19/10/2012	18/10/2012	Televisão	TV Brasil	Repórter Brasil	Mário Neira: "Não sabíamos que a operação tinha a morte de Jango como objetivo"	
19/10/2012	19/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Justiça	Comissão Nacional da Verdade vai buscar informações sobre desaparecidos da Operação Condor	Ana Graziela Aguiar
19/10/2012	19/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Dipp melhora, mas fica no hospital	Edson Luiz
19/10/2012	19/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Commercio	Política	Relatos sobre a tortura e a morte de Odijas	Carolina Albuquerque
19/10/2012	19/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Política	Tese jurídica do mensalão pode ser usada contra Ustra, diz advogado	Roldão Arruda
19/10/2012	19/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Política	Comissão quer revisão de demissão na USP de desaparecida política	
19/10/2012	19/10/2012	Televisão	TV Brasil		Quarta reportagem da série revela trabalhos da Comissão da Verdade	
22/10/2012	19/10/2012	Impresso/Internet	R7	Brasil	Comissão da Verdade da Câmara de SP quer ouvir Delfim Netto, Ustra e Cláudio Guerra	
22/10/2012	19/10/2012	Televisão	EBC	Cidadania	Assista as quatro reportagens da série Operação Condor	
22/10/2012	19/10/2012	Televisão	EBC	Cidadania	Assista a bate-papo com Pádua Fernandes e Christopher Goulart sobre a Operação Condor	
22/10/2012	20/10/2012	Impresso/Internet	Hoje em Dia	Política	Estado vai recuperar documentação da ditadura em Minas	Humberto Santos
22/10/2012	20/10/2012	Impresso/Internet	Tribuna Hoje	Política	Comissão da Verdade não sai do papel em Alagoas	Andrezza Tavares
22/10/2012	22/10/2012	Impresso/Internet	R7	Brasil	Possível condenação do coronel Ustra depende de revogação da Lei da Anistia, diz advogado de defesa	Alexandre Saconi
23/10/2012	22/10/2012	Impresso/Internet	G1	Pará	Comissão da Verdade divulga balanço de visita à região do Araguaia	
23/10/2012	22/10/2012	Impresso/Internet	G1	Minas Gerais	Comissão da Verdade realiza audiência pública em Belo Horizonte	
23/10/2012	22/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Política	Comissão da Verdade analisa inquérito sobre morte de JK	Marcelo Portela

23/10/2012	22/10/2012	Impresso/Internet	OAB Minas Gerais		OAB/MG sedia reunião da Comissão Nacional da Verdade	
23/10/2012	22/10/2012	Televisão	TV Assembleia de Minas Gerais	Repórter Assembleia	Comissão Nacional da Verdade apura casos de tortura em BH	
23/10/2012	22/10/2012	Televisão	TV Globo	MGTV 2ª Edição	Comissão da Verdade realiza audiência pública em Belo Horizonte	
23/10/2012	22/10/2012	Rádio	Rádio Agência Nacional	Viva Maria	Repórter fala sobre reportagem que conquistou o Prêmio Vladimir Herzog	Mara Régia
23/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Brasil Econômico		Poder Online	Tales Faria
23/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Jornal de Brasília		Morte de JK é investigada	
23/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Estado de Minas		Anos de chumbo fazem chorar	Marcelo da Fonseca
23/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Valor Econômico		Comissão da Verdade pretende ouvir empresários	Marcos de Moura e Souza
24/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Rede Brasil Atual	Cidadania	Comissão da Verdade investiga conexão entre as mortes de João Goulart e JK	Raimundo
24/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Poder	Especialistas defendem multiplicação de comissões da verdade	Ricardo Bonalume Neto
24/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	G1	São Paulo	Justiça Federal recebe denúncia contra coronel Ustra por sequestro	
24/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	Portal Terra	Brasil	Comissão da Verdade analisa morte de Juscelino Kubitschek	
24/10/2012	24/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Tortura	Luiz Carlos Azedo
24/10/2012	24/10/2012	Impresso/Internet	Estado de Minas	Política	Anastasia promete avaliar pedido de criação de dois memoriais da ditadura em Minas	Marcelo da Fonseca
24/10/2012	24/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Brasil	Coronel Ustra vai responder por sequestro em São Paulo	Tatiana Farah
25/10/2012	23/10/2012	Impresso/Internet	O Diário de Maringá	Paraná	Comissão julga 40 pedidos de reparação por violações aos direitos humanos no PR	Agência Estadual de Notícias
25/10/2012	24/10/2012	Impresso/Internet	Carta Capital	Política	Justiça Federal aceita denúncia contra Ustra por sequestro durante a ditadura	Redação Carta Capital
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Repressão estudantil	Luiz Carlos Azedo
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Brasil	País	OAB: há 37 anos Herzog era torturado e assassinado no DOI-CODI	
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	MPF	Notícias	MPF/MG recomenda disponibilização de todos os documentos da época da Ditadura	Assessoria de Comunicação Social
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Economia	A presença dos ausentes	Miriam Leitão
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	O Globo		Manter a memória viva	Ilimar Franco
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Estado de Minas		A OAB e a Comissão da Verdade	
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Nacional	Justiça acata ação contra Ustra por sequestro em 1971	Roldão Arruda
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Zero Hora		Justiça aceita ação contra Ustra	
25/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Terra	Brasil	OAB-RJ lembra com tristeza morte de Herzog, ocorrida há 37 anos	

26/10/2012	22/10/2012	Impresso/Internet	Blog do Nassif		A Secretaria de Direitos Humanos deve um túmulo a Virgilio	Luis Nassif
26/10/2012	24/10/2012	Impresso/Internet	Caros Amigos	Cotidiano	Caros Amigos recebe prêmio Vladimir Herzog	Alexandre Bazzan
26/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Agência de Notícias do Paraná	Justiça	Caravana da Anistia inaugura Caminhos da Resistência em Curitiba	
26/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	Paraná	Começou nesta quinta-feira, em Curitiba,a 63ªCaravana da Anistia	
26/10/2012	Outubro de 2012	Impresso/Internet	Revista ADUSP		Comissão da Verdade também na USP	O Editor
26/10/2012	Outubro de 2012	Impresso/Internet	Revista ADUSP		Ditadura matou 47 pessoas ligadas à USP, entre alunos e docentes	Camila Rodrigues da Silva
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Maria Rita Kehl ouve depoimentos de indígenas e camponeses no Araguaia	
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	G1	Pernambuco	Representantes de PE recebem prêmio de direitos humanos no RJ	
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	Cultura	Documentário conta história de família perseguida pela ditadura	
29/10/2012	26/10/2012	Rádio	Rádio Nacional da Amazônia		Maria Rita Kehl aponta relação entre latifundiários e militares na repressão do Araguaia	Maíra Heinen
29/10/2012	27/10/2012	Livro	Cia das Letras		Marighella - O Guerrilheiro Que Incendiou o Mundo	Mário Magalhães
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Ilustrada	Biografia documenta vida de Marighella, 'inimigo número um' da ditadura militar	Mario Cesar Carvalho
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Ilustrada	Biógrafo rejeita tese de traição a Marighella	Mario Cesar Carvalho
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Ilustrada	Crítica: Reportagem evita tanto hagiografia quanto demonização dos personagens	Marcelo Ridenti
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	Folha de S. Paulo	Ilustrada	Crítica: Livro descontrói alguns mitos, mas reafirma outros	Denise Rollemberg
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Economia	A confissão e o jornalista	Míriam Leitão
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Cultura	A vida de Marighella com fôlego de romance	Suzana Velasco
29/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	Cultura	Ciclo reúne autores para discutir sobre a ditadura	Suzana Velasco
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	Valor Econômico		Nos passos de Marighella	Josélia Aguiar
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Cidadania / Nacional	Advogada brasileira é reeleita para o Subcomitê de Prevenção Contra a Tortura das Nações Unidas	Renata Giraldi
29/10/2012	29/10/2012	Impresso/Internet	Carta Capital	Cultura	Com o fogo no coração	Rosane Pavam
29/10/2012	28/10/2012	Impresso/Internet	Carta Capital		A nova ação contra Brilhante Ustra	
29/10/2012	28/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Encontrada mais uma ossada na região do Araguaia	
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	EBC	Cidadania	Grupo de trabalho encontra mais um resto mortal no Araguai	
29/10/2012	28/10/2012	Impresso/Internet	Estado de Minas		Termina expedição 2012	
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	Istoé	Economia	O general e o metalúrgico	Amauri Segalla
29/10/2012	26/10/2012	Impresso/Internet	Istoé	Brasil	O fim da farsa	Alan Rodrigues
29/10/2012	28/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Commercio		Um sonho de Darcy Ribeiro concretizado	

29/10/2012	28/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Aliás	A mesma cela, a mesma cena	Paula Sacchetta
29/10/2012	28/10/2012	Impresso/Internet	Vermelho	Brasil	Guerrilha do Araguaia "deixou marcas que não tem como apagar"	
29/10/2012	26/10/2012	Televisão	TV Globo	Paraná TV 2ª edição	Comissão da Verdade julga processos contra a ditadura militar	
30/10/2012	29/10/2012	Impresso/Internet	Agência Brasil	Nacional	Estado de saúde do ministro Gilson Dipp apresenta melhora	Bruno Bocchini
30/10/2012	30/10/2012	Impresso/Internet	Diário de Notícias Lisboa	Artes	José Paulo Cavalcanti Filho recebe prémio	Dário Castro Alves
30/10/2012	30/10/2012	Impresso/Internet	G1	Mundo	Espanha pede captura e extradição de ex-chefes da polícia política chilena	AFP
30/10/2012	29/10/2012	Impresso/Internet	Sul 21		Retificação de atestado de óbito de Herzog abre espaço para outros casos, diz CNV	Redação
30/10/2012	29/10/2012	Televisão	TV Jornal		Comissão da Verdade em Pernambuco pede ajuda para desvendar crimes da ditadura	
31/10/2012	31/10/2012	Impresso/Internet	DICYT	Ciência	A Comissão da Verdade: um debate necessário	Meghie Rodrigues
31/10/2012	25/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S.Paulo	Blogs	Para acusar Ustra, juiz usa argumento do STF no mensalão	Roldão Arruda
31/10/2012	30/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S.Paulo	Blogs	Comissão da Verdade ouve ex-agente do DOI-Codi	Roldão Arruda
31/10/2012	31/10/2012	Impresso/Internet	O Estado de S. Paulo	Internacional	Justiça ordena prisão de funcionários de Pinochet	
31/10/2012	27/10/2012	Impresso/Internet	D24am	Artigos	Comissão da Verdade (17) – A prisão de Plínio (I)	Paulo Figueiredo
31/10/2012	31/10/2012	Impresso/Internet	O Globo	País	Repressão teria torturado 100 presos em Petrópolis	Chico Otavio
31/10/2012	31/10/2012	Impresso/Internet	Correio Braziliense		Ex-sargento do DOI de São Paulo depõe na Comissão da Verdade	
31/10/2012	30/10/2012	Impresso/Internet	Jornal do Commercio	Política	Caso Ezequias é investigado por comissão	Sérgio Montenegro Filho
					TOTAL DE NOTÍCIAS	**191**
					***NOTÍCIAS COM LINK INVÁLIDO**	**11**
					TOTAL DE NOTÍCIAS COM LINK VÁLIDO	**180**

APÊNDICE B - Formulário de codificação

Formulário de codificação	
Cod.	**VEICULO**
1	Agencia Brasil
2	Agencia EFE
3	Agencia Estado
4	Agencia Reuteurs
5	Agencia Publica
6	BBC Brasil
7	Blog do Nassif
8	Brasil 247
9	Caros Amigos
10	Carta Capital
11	Carta Maior
12	Correio Braziliense
13	CBN
14	CNN
15	Band
16	D24am
17	Diario de Pernambuco
18	Diário do Grande ABC
19	Diario do Para
20	EBC
21	El Pais
22	Epoca
23	Estadao
24	Estado de Minas
25	Exame
26	Folha de Pernambuco
27	Folha de S.Paulo
28	Gazeta do Povo
29	G1
30	Globo News
31	iG
32	Istoe
33	Jornal de Brasilia
34	Jornal do Brasil
35	Jornal do Commercio
36	New York Times
37	Observatório da Imprensa
38	O Dia
39	O Globo
40	Opera Mundi
41	O Povo
42	Pagina 12
43	Portal Imprensa
44	Portal Terra
45	Portal Vermelho
46	R7
47	Radioagencia Nacional
48	Radio Eldorado
49	Radio Nacional da Amazonia
50	Rede Brasil Atual
51	Rede TV
52	Revista Epoca
53	SBT
54	Sul21
55	TV Brasil
56	TV Cultura
57	TV Gazeta
58	TV Globo/JN
59	TV Globo outros telejornais
60	TV Bandeirantes
61	TV Record
62	Uol
63	Valor Economico
64	Veja
65	Yahoo! Noticias
66	Zero Hora
67	Assessorias de Comunicacao e sites institucionais
68	OUTROS

Formulário de codificação	
Cod.	**ANO**
1	2012
2	2013
3	2014

Formulário de codificação	
Cod.	**DATA/MÊS**
1	jul2012
2	ago2012
3	set2012
4	out2012
5	nov2012
6	dez2012
7	jan2013
8	fev2013
9	mar2013
10	abril2013
11	maio2013
12	jun2013
13	jul2013
14	ago2013
15	set2013
16	out2013
17	nov2013
18	dez2013
19	jan2014
20	fev2014
21	mar2014
22	abril2014
23	maio2014
24	jun2014
25	jul2014
26	ago2014
27	set2014
28	out2014
29	nov2014
30	dez2014

Formulário de codificação	
Cod.	**TIPO DE MIDIA**
1	Impresso/internet
2	TV
3	Radio

Formulário de codificação	
Cod.	**EDITORIA**
1	Política/Poder/Eleições
2	Brasil/Nacional/Pais
3	Localidades (Rio,SP,MG,PE…)
4	Cidadania / Direitos Humanos
5	Artes/Cultura/Ilustrada/Entretenimento
6	Repórter Brasil
7	Blogs
8	Justiça
9	Economia / Negócios / Mercado
10	Opinião / Colunistas
11	Internacional / Mundo / A.Latina
12	Outros
99	Não se aplica

Formulário de codificação	
Cod.	**TERMINOLOGIAS**
1	GOLPE
2	DITADURA/DITADURA MILITAR/ GOV DITATORIAL
3	REGIME AUTORITARIO / REPRESSÃO
4	REGIME/REGIME MILITAR/GOV MILITAR
5	MOVIMENTO POLÍTICO/MILITAR
6	REVOLUÇÃO
7	Utiliza apenas termos acusatórios/que enfatizam a natureza autoritária (golpe, ditadura, regime autoritário, repressão)
8	Utiliza apenas termos amenizadores/eufemismos (regime militar, governo militar, movimento, revolução)
9	Misto
99	NÃO SE APLICA

Formulário de codificação	
Cod.	**FORMATO JORNALÍSTICO**
1	Nota
2	Notícia
3	Reportagem
4	Entrevista
5	Artigo de opinião
6	Crítica cultural (p.ex. literária, resenha)
7	Comentário (em geral de TV)
8	Crônica
9	Outros

Formulário de codificação	
Cod.	**ENQUADRAMENTO**
1	Episodico CNV (agenda, eventos, fatos)
2	Episodico outras comissoes e instituições publicas (agenda, eventos, fatos)
3	Episodico ato celebratorio/ homenagem a vítimas ditadura/aniversario golpe
4	Episodico Protestos / manifestacoes populares (agenda, eventos, fatos)
5	Episodico Manifestacoes artisticas / culturais (agenda cultural, exposições, lançamento de livros, filmes...)
6	Episodico Outros
7	Conflito interno CNV
8	Conflito interno outras comissoes
9	Conflito entre comissoes e CNV
10	Conflito CNV e Governo
11	Conflito CNV e Poder Legislativo
12	Conflitos CNV e Poder Judiciario
13	Conflito CNV e Forcas Armadas
14	Conflitos em geral envolvendo as Forcas Armadas
15	Conflitos Outros
16	Tematico Investigações/Resultados CNV
17	Tematico Investigações/Resultados outras comissoes
18	Tematico Ações e investigacoes outras instituicoes (MP, PF, Partidos, Justiça…)
19	Tematico Investigacao/denuncia propria imprensa
20	Tematico Contextualizacao historica e/ou aniversario golpe ou de outro evento
21	Tematico críticas, questinamentos e decepção com trabalhos da CNV ou de outras comissões
22	Tematico Lei de Anistia e/ou punição a violadores
23	Tematico Abordagens artistico-culturais
24	Tematico Outros
25	Apoio a CNV, defesa explícita ao trabalho da CNV e voto de confiança
26	Apoio a outras comissões, defesa explícita ao trabalho e voto de confiança
27	Disputa eleitoral / perfil pregresso dos candidatos
28	Outros enquadramentos

Formulário de codificação	
Cod.	**FONTES**
1	Oficial/institucional
2	Personagem
3	Especializada
4	Outras
99	Nao se aplica

Formulário de Codificação	
Cod.	**FONTES ESPECIALIZADAS**
1	Historiador
2	Jornalista
3	Cientista politico
4	Advogado/Jurista
5	Pesquisador/estudioso
6	Integrante das Forças Armadas
7	Policial
8	Outros

Formulário de Codificação	
Cod.	**PERSONAGENS**
1	Vitima
2	Parente de vitima
3	Testemunha (pessoas que vivenciaram o período sem terem sido vítimas diretas)
4	Suspeito de cometer violação/violador
5	Militar da reserva que atuou no período
6	Misto
7	Outros
99	Não se aplica

Formulário de codificação	
Cod.	**FONTES OFICIAIS/institucionais**
1	CNV (Instituicao/pesquisadores)
2	CNV (Claudio Fontelles)
3	CNV (Gilson Dipp)
4	CNV (Jose Carlos Dias)
5	CNV (Jose Paulo Cavalcanti Filho)
6	CNV (Maria Rita Kehl)
7	CNV (Paulo Sergio Pinheiro)
8	CNV (Pedro Dallari)
9	CNV (Rosa Cardoso)
10	OUTRAS COMISSOES DA VERDADE
11	DILMA ROUSSEFF
12	PRESIDENCIA DA REPUBLICA
13	MINISTERIOS/MINISTROS
14	DEPUTADOS
15	SENADORES
16	OUTROS LEGISLADORES
17	PREFEITURAS E GOV ESTADUAIS
18	FORCAS ARMADAS
19	OAB

20	ENTIDADES INTERNACIONAIS
21	MINISTERIO PUBLICO
22	ORGAOS DE DIREITOS HUMANOS
23	Outros
99	NAO SE APLICA

APÊNDICE C - Formulário de coleta para NOTICIAS

Formulário de coleta para NOTICIAS								
CODIGO DA NOTICIA	**VEICULO**	**ANO**	**MES**	**MIDIA**	**EDITORIA**	**AUTOR/ REPORTER**	**TERMINO-LOGIA**	**ENQUADRA-MENTO**
1	27	1	1	1	1	333		
2	23	1	1	1	1	258		
3	44	1	1	1	2	999		
4	3	1	1	1	99	258		
5	37	1	1	1	99	22		
6	27	1	1	1	5	266		
7	27	1	1	1	1	410		
8	23	1	1	1	10	327		
9	23	1	1	1	5	415		
10	39	1	1	1	2	138		
11	39	1	1	1	2	74		
12	27	1	1	1	1	333		
13	39	1	1	1	2	4		
14	1	1	1	1	8	185		
15	50	1	1	3	99	999		
16	27	1	1	1	1	70		
17	4	1	1	1	2	32		
18	68	1	1	1	99	464		
19	34	1	1	1	2	402		
20	67	1	1	1	12	455		
21	23	1	1	1	1	401		
22	68	1	1	1	99	78		
23	23	1	1	1	1	401		
24	27	1	1	1	1	342		
25	68	1	1	1	99	464		
26	68	1	1	1	12	464		
27	1	1	1	1	8	174		
28	50	1	1	3	99	269		
29	39	1	1	1	10	212		
30	3	1	1	1	1	401		
31	23	1	1	1	1	401		
32	15	1	1	1	2	464		
33	39	1	1	1	2	4		
34	39	1	1	1	2	422		
35	39	1	1	1	10	454		
36	67	1	1	1	12	464		

APÊNDICE D - Quantidade de conteúdo assinado por Autoria

Quantidade de conteúdo assinado por Autoria			
Autoria	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Da Redação	237	2,8	4,4
Roldão Arruda	141	1,6	2,6
Evandro Éboli	84	1,0	1,5
Agencia Brasil	61	,7	1,1
Elaine Patricia Cruz	61	,7	1,1
Chico Otavio	56	,7	1,0
Luciano Nascimento	56	,7	1,0
Marsilea Gombata	48	,6	,9
Tatiana Farah	43	,5	,8
Juliana Dal Piva	41	,5	,8
Patricia Britto	37	,4	,7
Vitor Nuzzi	36	,4	,7
Ancelmo Gois	35	,4	,6
Leonêncio Nossa	34	,4	,6
Agencia Estado/ Estadão Conteúdo	32	,4	,6
Matheus Leitão	31	,4	,6
Bernardo Mello Franco	30	,3	,6
Isabela Veira	30	,3	,6
Wilson Tosta	28	,3	,5
Lucas Ferraz	26	,3	,5
Wilson Lima	25	,3	,5
Erikson Walla	23	,3	,4
Monica Bergamo	23	,3	,4
Thaise Constancio	23	,3	,4
Akemi Nitahara	22	,3	,4
Ivan Richard	22	,3	,4
Flavia Villela	21	,2	,4
Tadeu Breda	21	,2	,4
Monica Sanches	21	,2	,4
Daniel Mello	20	,2	,4
Marcelo Brandao	20	,2	,4
Vasconcelo Quadros	20	,2	,4
Vinicius Lisboa	20	,2	,4
Daniel Bramatti	19	,2	,4
Priscilla Mendes (G1)	19	,2	,4
Cristina Indio do Brasil	18	,2	,3
Marco Antonio Martins	18	,2	,3
Flavio Ilha	17	,2	,3
G1	17	,2	,3
Raphael Kapa	17	,2	,3

Bruno Bocchini	16	,2	,3
Joao Carlos Magalhaes	16	,2	,3
Leandro Melito	16	,2	,3
Gustavo Uribe	15	,2	,3
Miriam Leitao	15	,2	,3
Tania Monteiro	15	,2	,3
Helena Martins	14	,2	,3
Juliana Braga	14	,2	,3
Mario Magalhaes	14	,2	,3
Rubens Valente	14	,2	,3
Vladimir Platonow	14	,2	,3
Camila Maciel	13	,2	,2
CNV	13	,2	,2
Cynara Menezes	13	,2	,2
Felipe Gutierrez	13	,2	,2
Adriano Barcelos	12	,1	,2
Alex Rodrigues	12	,1	,2
Ana Graziela Aguiar	12	,1	,2
Ariel Palacios	12	,1	,2
Clarissa Thome	12	,1	,2
Edson Luiz	12	,1	,2
Etore Medeiros	12	,1	,2
Luiz Cláudio Cunha	12	,1	,2
Maria Clara Prates	12	,1	,2
Paulo Victor Chagas	12	,1	,2
Daiene Cardoso	11	,1	,2
Daniella Cambauva	11	,1	,2
Elio Gaspari	11	,1	,2
folhaPress	11	,1	,2
Ilimar Franco	11	,1	,2
Lisandra Paraguassu	11	,1	,2
Luciana Lima	11	,1	,2
Luciana Nunes Leal	11	,1	,2
Marcelo Rubens Paiva	11	,1	,2
Monica Yanakiew	11	,1	,2
Osni Alves	11	,1	,2
Renata Giraldi	11	,1	,2
Ricardo Chapola	11	,1	,2
Sylvia Colombo	11	,1	,2
Agencia EFE	10	,1	,2
Dario Pignotti	10	,1	,2
Eduardo Machado	10	,1	,2
Elder Ogliari	10	,1	,2
Fabio Grellet	10	,1	,2
Flavia Albuquerque	10	,1	,2
Leandro Kleber	10	,1	,2

Leandro Mazzini	10	,1	,2
Mauricio Meireles	10	,1	,2
Tercio Amaral	10	,1	,2
Tereza Cruvinel	10	,1	,2
Ana Emília Ribeiro	9	,1	,2
Carolina Albuquerque	9	,1	,2
Eleonora de Lucena	9	,1	,2
Gabriela Guerreiro	9	,1	,2
Guilherme Mazui	9	,1	,2
Janaina Figueiredo	9	,1	,2
Janio de Freitas	9	,1	,2
Laura Greenhalgh	9	,1	,2
Leticia Fernandes	9	,1	,2
Lucas Azevedo	9	,1	,2
Luiz Carlos Azedo	9	,1	,2
Maíra Heinen	9	,1	,2
Otavio Batista	9	,1	,2
Paulo Virgilio	9	,1	,2
Pedro Venceslau	9	,1	,2
Thiago Herdy	9	,1	,2
Vannildo Mendes	9	,1	,2
Ricardo Mendonça	9	,1	,2
Alana Gandra	8	,1	,1
Aloy Jupiara	8	,1	,1
Beatriz Thielmann	8	,1	,1
Carlos Heitor Cony	8	,1	,1
Carolina Campos	8	,1	,1
Demetrio Weber	8	,1	,1
Eduardo Maretti	8	,1	,1
Felipe Werneck	8	,1	,1
Guilherme Serodio	8	,1	,1
Jamil Chade	8	,1	,1
Joanne Mota	8	,1	,1
Ligia Souto	8	,1	,1
Luis Nassif	8	,1	,1
Luiz Zanin Oricchio	8	,1	,1
Marcelo da Fonseca	8	,1	,1
Paulo Figueiredo	8	,1	,1
Rodrigo Gomes	8	,1	,1
Thais Barreto	8	,1	,1
Vladimir Safatle	8	,1	,1
Diogo Alcântara	8	,1	,1
Leandro S. Junges	8	,1	,1
Agência Câmara Notícias	7	,1	,1
Alejandro Rebossio	7	,1	,1
Aline Gatto Boueri	7	,1	,1

Andre de Souza	7	,1	,1
Angela Lacerda	7	,1	,1
BBC	7	,1	,1
Cássio Bruno	7	,1	,1
Chico Terra	7	,1	,1
Fernanda Cruz	7	,1	,1
Folha de S. Paulo	7	,1	,1
Iolando Lourenco	7	,1	,1
Italo Nogueira	7	,1	,1
Jailton Carvalho	7	,1	,1
Jose Luis Costa	7	,1	,1
Julia Rabahie	7	,1	,1
Juliana Castro	7	,1	,1
Leonardo Cazes	7	,1	,1
Luiz Garcia	7	,1	,1
Marcelle Ribeiro	7	,1	,1
Marcia Xavier	7	,1	,1
Mino Carta	7	,1	,1
Rede Brasil Atual	7	,1	,1
Roberta Pennafort	7	,1	,1
Sonia Racy	7	,1	,1
Tamara Freire	7	,1	,1
Carlos de Lanoy	7	,1	,1
Cristina Serra	7	,1	,1
Aguirre Talento	6	,1	,1
Antonio Carlos Prado	6	,1	,1
Bruna Borges	6	,1	,1
Cristina Grillo	6	,1	,1
Danilo Macedo	6	,1	,1
Denis Lerrer Rosenfield	6	,1	,1
Felipe Amorim	6	,1	,1
Henrique Coelho	6	,1	,1
Henrique de Almeida	6	,1	,1
Isabel Braga	6	,1	,1
Isadora Peron	6	,1	,1
Jana Sá	6	,1	,1
Karina Cardoso	6	,1	,1
Leticia Lins	6	,1	,1
Marcio Falcao	6	,1	,1
Mariana Oliveira	6	,1	,1
Mariana Timoteo da Costa	6	,1	,1
Mariana Tokarnia	6	,1	,1
Mauricio Thuswohl	6	,1	,1
Tai Nalon	6	,1	,1
Thiago Pimenta	6	,1	,1
Yara Aquino	6	,1	,1

Zé Dirceu	6	,1	,1
Karol Assunção	6	,1	,1
Luiz Carlos Azenha	6	,1	,1
Nathalia Passarinho	6	,1	,1
Agencia France Press (AFP)	5	,1	,1
Alana Rodrigues	5	,1	,1
Alessandra Mello	5	,1	,1
Ana Helena Tavares	5	,1	,1
Andre Richter	5	,1	,1
Anne Vigna	5	,1	,1
Brian Winter	5	,1	,1
Carlos Helí de Almeida	5	,1	,1
Celso Lungaretti	5	,1	,1
Debora Alvares	5	,1	,1
Emir Sader	5	,1	,1
Felipe Bachtold	5	,1	,1
Felipe Canedo	5	,1	,1
Felipe Matoso	5	,1	,1
Felipe Patury	5	,1	,1
Frederico Vasconcelos	5	,1	,1
Gilberto Costa	5	,1	,1
Heloisa Cristaldo	5	,1	,1
Igor Mello	5	,1	,1
Joao Domingos	5	,1	,1
Jorge Wamburg	5	,1	,1
Lucas Vetorazzo	5	,1	,1
Luis Fernando Verissimo	5	,1	,1
Marcelo Godoy	5	,1	,1
Najla Passos	5	,1	,1
Nilson Mariano	5	,1	,1
Reinaldo Azevedo	5	,1	,1
Renato Dias	5	,1	,1
Roberto Amaral	5	,1	,1
Tatiana Santiago	5	,1	,1
Patricia Cavalheiro	5	,1	,1
Valor / Valor online	5	,1	,1
Vandson Lima	5	,1	,1
Victor Farinelli	5	,1	,1
Vitor Sion	5	,1	,1
Gabriela Terenzi	5	,1	,1
Alan Rodrigues	4	,0	,1
Alessandra Duarte	4	,0	,1
Alessandra Moura Bizoni	4	,0	,1
Amanda Almeida	4	,0	,1
Ana Pompeu	4	,0	,1
Andressa Taffarel	4	,0	,1

Arnaldo Jabor	4	,0	,1
Bruno Paes Manso	4	,0	,1
Carolina Brigido	4	,0	,1
Carta Maior	4	,0	,1
Claudio Tognoli	4	,0	,1
Clovis Rossi	4	,0	,1
Daniel Aarão Reis	4	,0	,1
Daniela Garcia	4	,0	,1
Filipe Barros	4	,0	,1
Flavia Barbosa	4	,0	,1
Flavia Foreque	4	,0	,1
Gabriel Manzano	4	,0	,1
Grasielle Castro	4	,0	,1
Hylda Cavalcanti	4	,0	,1
Joao Guilherme Vargas Netto	4	,0	,1
Joao Peres	4	,0	,1
Josie Jeronimo	4	,0	,1
Júnia Gama	4	,0	,1
Luana Lourenço	4	,0	,1
Gioconda Brasil	4	,0	,1
Marcelo Portela	4	,0	,1
Mariana Sallowicz	4	,0	,1
Mariana Viel	4	,0	,1
Mariangela Galluci	4	,0	,1
Mauricio Dias	4	,0	,1
Mauro Malin	4	,0	,1
Nanna Possa	4	,0	,1
Natalia Viana	4	,0	,1
Patricia França	4	,0	,1
Paula Frerreira	4	,0	,1
Renan Truffi	4	,0	,1
Renato Onofre	4	,0	,1
Ricardo Della Coletta	4	,0	,1
Ricardo Galhardo	4	,0	,1
Roberto Simon	4	,0	,1
Rodrigo Vianna	4	,0	,1
Rogerio Santos	4	,0	,1
Roney Domingos	4	,0	,1
Samir Oliveira	4	,0	,1
Sergio Montenegro Filho	4	,0	,1
Thais Leitao	4	,0	,1
Veriana Ribeiro	4	,0	,1
Vitor Abdala	4	,0	,1
Paula Otoni	4	,0	,1
Alexandre Bazzan	3	,0	,1
Ana Lúcia Caldas	3	,0	,1

Andrezza Tavares	3	,0	,1
Araripe Castilho	3	,0	,1
Beatriz Bulla	3	,0	,1
Bruno Boghossian	3	,0	,1
Cleide Carvalho	3	,0	,1
Cynthia Tavares	3	,0	,1
Daniel Feix	3	,0	,1
Deborah Moreira	3	,0	,1
Egberto Magno	3	,0	,1
Eliane Brum	3	,0	,1
Fabiano Costa	3	,0	,1
Fabiola Perez	3	,0	,1
Fernanda Simas	3	,0	,1
Fernando Molica	3	,0	,1
Filippo Cecilio	3	,0	,1
Francisco Aloise	3	,0	,1
Gabriel Bonis	3	,0	,1
Gilberto Nascimento	3	,0	,1
Gizella Rodrigues	3	,0	,1
Inacio Araujo	3	,0	,1
Jose Maria Tomazela	3	,0	,1
Juca Kfouri	3	,0	,1
Julia Duailibi	3	,0	,1
Juliana Bublitz	3	,0	,1
Kenneth Mawxwell	3	,0	,1
Laura Dauden	3	,0	,1
Leonardo Guandeline	3	,0	,1
Leticia Bucker	3	,0	,1
Lucas Pavanelli	3	,0	,1
Marcelo Gomes	3	,0	,1
Marcelo Ridenti	3	,0	,1
Maria Rita Kehl	3	,0	,1
Marilia Assunçao	3	,0	,1
Marina Gonçalves	3	,0	,1
Marli Moreira	3	,0	,1
Mauricio Tonetto	3	,0	,1
Miguel Arcanjo Prado	3	,0	,1
Nelson Motta	3	,0	,1
Ney Rubens	3	,0	,1
Oscar Pilagallo	3	,0	,1
Osvaldo Bertolino	3	,0	,1
Paula Resende	3	,0	,1
Paulo Garritano	3	,0	,1
Priscila Fisher	3	,0	,1
Priscila Mendes (TV Brasil)	3	,0	,1
Rachel Duarte	3	,0	,1

Rafael Moraes Moura	3	,0	,1
Raphael Rocha	3	,0	,1
Raymundo Costa	3	,0	,1
Ricardo Rosseto	3	,0	,1
Rodrigo Otavio	3	,0	,1
Rondinelli Tomazelli	3	,0	,1
Thiago de Araujo	3	,0	,1
Vera Rosa	3	,0	,1
Zuenir Ventura	3	,0	,1
Bette Lucchese	3	,0	,1
Caetanno Freitas	3	,0	,1
Aecio Amado	2	,0	,0
Aiuri Rebello	2	,0	,0
Alana Rizzo	2	,0	,0
Alberto Dines	2	,0	,0
Aluizio Palmar	2	,0	,0
Ana Flávia Marx	2	,0	,0
Bernardo Kucinski	2	,0	,0
Bruna Carvalho	2	,0	,0
Bruno Lupion	2	,0	,0
Bruno Zanette	2	,0	,0
Caetano Veloso	2	,0	,0
Carolina Hickmann	2	,0	,0
Carolina Sarres	2	,0	,0
Celso Bejarano	2	,0	,0
Cesar Felicio	2	,0	,0
Cezar Xavier	2	,0	,0
Cida de Oliveira	2	,0	,0
Claudio Humberto	2	,0	,0
Cristina Romanelli	2	,0	,0
Daniel Favero	2	,0	,0
Daniel Roncaglia	2	,0	,0
David Lucena	2	,0	,0
Diego Monteiro	2	,0	,0
Douglas Corrêa	2	,0	,0
Eduardo Campos Lima	2	,0	,0
Elisa Jacques	2	,0	,0
Eugenio Bucci	2	,0	,0
Fabiano Ristow	2	,0	,0
Fabio Serapiao	2	,0	,0
Felipe Gibson	2	,0	,0
Fernando Mello	2	,0	,0
Flavia Guerra	2	,0	,0
Gerson Camarotti	2	,0	,0
Guilherme Freitas	2	,0	,0
Gustavo Gantois	2	,0	,0

Heloisa Fernandes	2	,0	,0
Helton Lenine	2	,0	,0
Humberto Trezzi	2	,0	,0
Ines Virginia Prado Soares	2	,0	,0
Isabel de Luca	2	,0	,0
Iuri Pitta	2	,0	,0
Jamildo Melo	2	,0	,0
Jandira Feghali	2	,0	,0
Jessica Mota	2	,0	,0
Jose Casado	2	,0	,0
Jose Ernesto Credendio	2	,0	,0
Jose Maria Mayrink	2	,0	,0
Jose Marques	2	,0	,0
Jose Neumanne	2	,0	,0
Jose Serra	2	,0	,0
Jotabe Medeiros	2	,0	,0
Karla Correia	2	,0	,0
Leao Serva	2	,0	,0
Leo Gerchmann	2	,0	,0
Lucia Rodrigues	2	,0	,0
Luiza Vilaméa	2	,0	,0
Marcelo Ernesto	2	,0	,0
Marcello Larcher	2	,0	,0
Marcelo Semer	2	,0	,0
Maria Eugenia de Menezes	2	,0	,0
Mariana Desiderio	2	,0	,0
Marina Dias	2	,0	,0
Mario Cesar Carvalho	2	,0	,0
Mario Motta	2	,0	,0
Monalisa Perrone	2	,0	,0
Nadia Guerlenda	2	,0	,0
Otavio Frias Filho	2	,0	,0
Paulo Donizetti de Souza	2	,0	,0
Paulo Peixoto	2	,0	,0
Paulo Sergio Pinheiro	2	,0	,0
Raimundo	2	,0	,0
Raquel Cozer	2	,0	,0
Raquel Junia	2	,0	,0
Renata Garcia	2	,0	,0
Reynaldo do Turollo Jr.	2	,0	,0
Ricardo Boechat	2	,0	,0
Ricardo Kotscho	2	,0	,0
Rodrigo Baptista	2	,0	,0
Rodrigo Bittar	2	,0	,0
Rodrigo Bruder	2	,0	,0
Rodrigo Cardoso	2	,0	,0

Rogerio Pagnan	2	,0	,0
Rosane de Oliveira	2	,0	,0
Sávio Gabriel	2	,0	,0
Silas Marti	2	,0	,0
Suzana Velasco	2	,0	,0
Thais Lobo	2	,0	,0
Tiago Rogero	2	,0	,0
Uol	2	,0	,0
Vera Saavedra Durao	2	,0	,0
Vinícius Soares	2	,0	,0
Wagner Lima	2	,0	,0
William Pedreira	2	,0	,0
Willian Vieira	2	,0	,0
Rosa Cardoso	2	,0	,0
Alba Valéria Mendonça	1	,0	,0
Alexandre Sampaio	1	,0	,0
Ana Flor	1	,0	,0
Ari Cunha	1	,0	,0
Artur Rodrigues	1	,0	,0
Bertha Maakaroun	1	,0	,0
Brasil 247	1	,0	,0
Breno Costa	1	,0	,0
Bruno Goes	1	,0	,0
Carla Guimaraes	1	,0	,0
Caros Amigos	1	,0	,0
Claudio Fonteles	1	,0	,0
Daniel Bramatti	1	,0	,0
Elton Bezerra	1	,0	,0
Fábio Fabrini	1	,0	,0
Humberto Werneck	1	,0	,0
Ines Castilho	1	,0	,0
Ines Soares	1	,0	,0
Isabela Lopes	1	,0	,0
Joao Guedes	1	,0	,0
Jose Carlos Vieira	1	,0	,0
Josemil Arruda	1	,0	,0
Leonardo Augusto	1	,0	,0
Leonardo Boff	1	,0	,0
Leonardo Severo	1	,0	,0
Lula Marques	1	,0	,0
Mariana Laboissiere	1	,0	,0
Maricio Meireles	1	,0	,0
Mario Sergio Conti	1	,0	,0
Marta Salomom	1	,0	,0
Miguel Reale Junior	1	,0	,0
O Globo	1	,0	,0

Patricia Homsi	1	,0	,0
Pollyane Marques	1	,0	,0
Renata Mariz	1	,0	,0
Renato Alves	1	,0	,0
Rodrigo Mattos	1	,0	,0
Romulo Diego Moreira	1	,0	,0
Rosalina Carmona	1	,0	,0
Rosanne D'Agostino	1	,0	,0
Rubem Azevedo Lima	1	,0	,0
Telma Alvarenga	1	,0	,0
Wagner Toledo	1	,0	,0
Wadih Damous	1	,0	,0
Yuno Silva	1	,0	,0
Zileide Silva	1	,0	,0
José Paulo Cavalcanti	1	,0	,0
Outros	1800	21,0	33,2
Total	5421	63,2	100,0
Não identificado	3147	36,7	

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista semi-estrutrada com integrantes da CNV

1) Como o(a) senhor(a) define uma comissão da verdade?

2) A comissão brasileira foi instituída em 2012, 48 anos após o golpe militar e 28 anos após a campanha pelas Diretas Já. Por que um processo tão longo até conseguir esta efetivação?

3) Em que se concentra(ou) o seu trabalho na comissão?

4) Como o (a) senhor(a) avalia a cobertura das atividades da comissão pela imprensa?

5) Que tipo de ação da comissão chama(ou) mais a atenção da mídia?

6) Quais casos - levantados pela CNV – o(a) senhor(a) percebeu que ganhou maior repercussão na cobertura midiática?

7) O (a) sr.(a) é (era) a favor de divulgações periódicas dos trabalhos da comissão e de resultados parciais ou acredita que o mais indicado é (era) divulgar os resultados apenas no relatório final? Por quê?

8) O (a) senhor(a) considera que, às vezes, assuntos internos e relativos ao funcionamento (gerencial) da comissão tenham ganhado mais destaque na imprensa do que o trabalho do colegiado? Isso incomoda?

9) Dois integrantes (Gilson Dipp e Claudio Fontelles) deixaram de fazer parte do colegiado e apenas um – Pedro Dallari – incorporou o grupo? Por quê? Em que circunstâncias esses afastamentos ocorreram?

10) Em que medida a Comissão da Verdade também pode ser entendida como uma política de memória ou uma política em prol da transparência?

11) No livro "Unspeakable truths", Priscilla Hayner analisa o funcionamento de 40 comissões da verdade em todo o mundo e diz que não é raro haver algum desapontamento durante e ao final dos trabalhos. Quais os desapontamentos que já enfrentou até o momento?

12) A comissão da A.Sul tinha autonomia para garantir anistia individual por crimes de motivação política. Isso foi cotejado em algum momento pela CNV?

APÊNDICE F - Roteiro de entrevista semi-estrutrada com jornalistas

1) Em quais veículos já atuou e como se deu sua inserção na cobertura política?

2) Qual o seu grau de envolvimento com os temas relativos à ditadura? Como começou a atuar cobrindo esse tipo de assunto? Foi por mera delegação da equipe de produção ou por interesse pessoal?

3) Como você avalia o interesse da imprensa pelos assuntos relativos à CNV?

4) Acredita que houve real envolvimento dos veículos de comunicação em alterar as narrativas até então dominantes sobre o período ou a cobertura factual prevaleceu?

5) Quais são as principais dificuldades na cobertura desse tipo de assunto?

6) Dentre o que acompanhou dos trabalhos da CNV, que episódio chamou mais a sua atenção?

7) Como era, por exemplo, acompanhar os depoimentos de militares e as oitivas e visitas em órgãos de repressão? A imprensa era bem recebida pelos órgãos das Forças Armadas?

8) Como avalia o fato de as Forças Armadas nunca terem comentado assuntos relativos à Comissão nem se desculpado publicamente pelas violações cometidas por seus agentes e em suas instalações?

9) Você considera que a Comissão teve o espaço que mereceu em seu veículo, ou acha que a cobertura foi sub ou superdimensionada?

10) Se recorda de algum episódio ou sugestão de pauta que considerou importante sobre o tema, mas que por algum motivo não foi publicado/veiculado ou, se divulgado, não ficou conforme o que idealizava? E há alguma reportagem sua nesse período de CNV que considere a mais especial?

11) Alguns grupos (como pesquisadores e militantes dos direitos humanos) lutam para combater determinados conceitos fixados socialmente, como a ideia de “ditabranda”, de chamar a “ditadura” apenas de “regime militar” ou o “golpe” de “revolução”. Ao elaborar seus textos, você se preocupava com os termos usados e com as narrativas que poderia estar ajudando a construir?

12) No caso da Lei de Anistia, você acredita que a imprensa conseguiu abordar a temática com a densidade e profundidade necessária?

13) Acha correta a avaliação de que a CNV pautou a imprensa?

14) Como você avalia o relacionamento da imprensa com a CNV e em especial com a assessoria de imprensa do órgão?
15) O que acredita que faltou à comunicação da CNV? Onde (em que) a comissão mais falhou?

ANEXO - Relatório de atividades do projeto direito à memória e à verdade (2011-2015)

DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DO RELATÓRIO

Trata-se de um Relatório Sintético das Atividades do Projeto Direito à Memória da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, referente ao período de 03 de janeiro de 2011 a 30 de fevereiro de 2015, sob a coordenação de Gilney Amorim Viana, primeiramente sob a condição de colaborador em regime de trabalho voluntário não remunerado (de 03/01/2011 a 03/08/2011) e depois exercendo o cargo de coordenador do projeto, sob a condição de servidor público requisitado pela Presidência da República.

DA PRIORIDADE

"A prioridade é a Comissão Nacional da Verdade, compreendendo ações no sentido de apoiar a sua aprovação pelo Congresso Nacional, sua instalação e cumprimento do seu mandato."

Em 17 de janeiro de 2011 elaborei e entreguei à Ministra uma "Proposta Preliminar de Atuação em Direito à Memória e à Verdade", fazendo um balanço das atividades das gestões anteriores, valorizando as que deveriam ter continuidade, recuperando as referências programáticas, e propondo a prioridade política para a Comissão Nacional da Verdade – aceita e apoiada pela Ministra Maria do Rosário.

DA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

1. O PDMV compreendia que a aprovação do projeto de lei, a instituição da Comissão Nacional da Verdade, e principalmente o seu sucesso, só seriam possíveis se criado um ambiente político favorável à apuração dos crimes cometidos pela ditadura militar. Neste sentido compreendia que isto só seria alcançado se ampliasse o número de pessoas e de organizações da sociedade que estivessem informadas sobre o assunto e formassem um conceito favorável à apuração dos mesmos.
2. Isto implicava em disputa pela memória e pela verdade, para que se fizesse justiça. Mesmo porque o debate público tinha sido estabelecido com maior clareza, após o anúncio do PNDH-3, em dezembro de 2009, que propunha a instituição da Comissão da Verdade. Os Clubes Militares ecoando opinião de militares da reserva e, depois se viu, pequena parcela de militares da ativa, se opunham à instituição da Comissão da Verdade. Alguns intelectuais conservadores também falavam que isto poderia "reabrir feridas" e que tudo já teria sido resolvido com a Anistia Política de 1979.

Este argumento ganhou mais força quando em 29 de abril de 2010 o STF julgou a APDF nº 153, interposta pela OAB, entendendo que os crimes comuns cometidos por agentes do estado da repressão à resistência à ditadura militar estariam beneficiados pela lei de anistia 6.683/1979.

3. A contraposição mais vigorosa a esta decisão do STF, na esfera do direito e da justiça, com sérias implicações na disputa pela memória, verdade e justiça, veio com a sentença condenatória do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao julgar o Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil que, dentre outras determinações, invalidou a auto anistia de 1979 e a pretensa inimputabilidade dos torturadores e seus comandantes.
4. Neste contexto, propunha o PDMV uma estratégia de atuação que ultrapassasse os limites da disputa judicial e a heroica luta de resistência dos familiares de mortos e desaparecidos, através de múltiplas atividades, manifestações e formas de organização que configurassem uma Campanha pela Memória Verdade e Justiça, como fora a Campanha pela Anistia Ampla e Irrestrita nos anos 1970.

OS QUATRO ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA DA CAMPANHA PELA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

1.Uma estratégia desta natureza, centrada na atuação da sociedade civil, não poderia ser conduzida por um projeto ou órgão do Estado. Mas, na esfera dos Direitos Humanos, sempre foi possível que os projetos e órgãos do Estado exercessem um papel auxiliar e às vezes contraditório, como exerceu o PDMV/SDH.

2. Do ponto de vista do papel auxiliar do PDMV/SDH, sua contribuição à estratégia de campanha pela Memória, Verdade e Justiça, estava fundada em quatro elementos:

a) incentivar a formação de Comitês e Comissões da Verdade setoriais;

b) difundir as exposições, agora menores e disponibilizadas aos comitês, e entidades da sociedade civil;

c) publicar e distribuir livros, agora em formato menor e edições mais numerosas;

d) multiplicar atividades como seminários, palestras, debates, principalmente em universidades e colégios para atingir a juventude; e sindicatos, para chegar à classe trabalhadora.

3. O primeiro e principal elemento era o incentivo e apoio à constituição de organizações autônomas da sociedade civil:

1º) os Comitês/Fóruns/Coletivos/Associações pela Verdade, Memória e Justiça;

2º) as Comissões da Verdade Setoriais;

3º) o engajamento de entidades nacionais na luta pela Memória Verdade e Justiça.

4. Esta estratégia obteve razoável sucesso. No início exigiu muitas viagens e muitas reuniões, em quase todas as unidades da federação. Depois, independentemente de nossa presença, as organizações da sociedade civil surgiram por todas as partes. Quanto às atividades específicas do PDMV, seu razoável sucesso pode ser medido pela enorme demanda por seus livros, exposições e presença em debates.

PRIMEIRO PASSO: A REUNIÃO COM FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS E EX-PRESOS E EX-PERSEGUIDOS POLÍTICOS EM 16/02/2011

1. Em 03/01/2011, por sugestão do PDMV a Ministra Rosário promoveu uma reunião, em 16/02/2011, com familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-presos e ex-perseguidos políticos, dois segmentos que historicamente tinham acumulado conhecimento, experiência e luta pela Memória, Verdade e Justiça.

2. Como era de se esperar, as opiniões e posições, naquele momento, apresentavam diferenças e divergências, que precisavam ser levadas em conta e se possível compatibilizadas com a nossa proposta.

3. A nossa estratégia, foi assim resumida:

a) - a prioridade da Comissão Nacional da Verdade;

b) - a possibilidade de se promover uma verdade campanha pela Memória, Verdade e Justiça;

c) - a organização de entidades populares que seriam a peça fundamental dessa campanha: os Comitês pela Memória, Verdade e Justiça.

3. A questão da prioridade dominou as discussões, sobre a qual se apresentaram duas posições:

a) alguns e algumas dos participantes defenderam que a prioridade era a luta pelo cumprimento da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Guerrilha do Araguaia;

b) outros e outras defenderam a prioridade da luta pela Comissão Nacional da Verdade e sua efetividade, que poderia ajudar o cumprimento da sentença.

4. Naquele momento, em que tramitava o Projeto de Lei que propunha a criação da Comissão Nacional da Verdade, muitas críticas foram feitas sobre o projeto de lei e sérias dúvidas sobre o potencial da futura CNV para averiguar as graves violações cometidas pela ditadura militar. Permeando essas posições existia a crítica à proposta de CNV por não contemplar em seu escopo a Justiça. E ainda mais à esquerda, existia a posição, não expressa claramente nesta reunião, de quem defendia uma Comissão da Verdade fora dos limites do Estado, isto é, organizada pela sociedade. Estas posições evoluíram ao longo do tempo em contraditórios vários que enriqueceram o debate e contribuíram para fazer avançar o processo.

PASSOS DADOS ANTES DA INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

1. Muitas iniciativas foram executadas pelo PDMV e outras mais pela sociedade civil, ao longo do ano de 2011, no sentido de efetivar a campanha, de tal forma que se fez um balanço ao final do ano.
2. O projeto de lei tinha sido aprovado pelo Congresso Nacional e a lei foi sancionada em 18 de novembro de 2011 pela presidente Dilma Rousseff – faltava sua instalação, o que só ocorreu em 16 de maio de 2012.
3. Nos dias 24 e 25 de novembro de 2011, após a sanção presidencial à lei 12.528/2011, o PDMV/SDH promoveu uma "Oficina sobre a relação entre a Sociedade Civil e a Comissão Nacional da Verdade" que reuniu 27 comitês e entidades que lutam pela Memória Verdade e Justiça, possibilitando a reunião parta as entidades manifestaram suas expectativas, sugestões e críticas sobre a composição da CNV ainda não instalada, e sobre o seu futuro funcionamento. Estava criada de fato a Rede que mais tarde, após várias tentativas, se identificaria como Rede Brasil, Memória Verdade e Justiça.
4. Em 01 de fevereiro de 2012, em memorando à Senhora Ministra Maria do Rosário, o PDMV fez um balanço de suas atividades de 2011.

"O PDMV elaborou uma programação de atividades, cumprida com relativo sucesso, dentro da estratégia a que se propôs (relativo sucesso porque se propunha mais do que o alcançado):
a) Surgiram os comitês com certo protagonismo político e um contraditório debate público;
b) As organizações sociais mais amplas (como Centrais Sindicais, OAB, Movimentos Camponeses, UNE, etc.) se posicionaram favoravelmente à Comissão da Verdade; mas baixo grau de atividade específica;
c) Foram republicados os livros elaborados na gestão anterior (que não foram lançados): Habeas Corpus e Retrato da Repressão Política no Campo (este em segunda edição, revisada);
d) Ao final do ano começou a ser exposta a nova exposição: "A Verdade da Repressão. A Memória da resistência" (menor e mais adequada à variedade de eventos que se objetiva promover ou estar presente, afora o novo parâmetro conceitual).
e) O projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade foi aprovado ao final do ano de 2011, com posicionamentos diversos mesmo entre os lutadores e lutadoras pela memória, verdade e justiça, e com forte protagonismo da Ministra Maria do Rosário".

PASSOS SEGUINTES À INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

1. Dentro da estratégia de incentivo à Campanha pela Memória, Verdade e Justiça, a prioridade do PDMV para o ano de 2012, passa a ser o incentivo à organização de Comissões da Verdade Setoriais, e suas atividades de pesquisa, diligências e audiências públicas, expressa, à época, no documento de 01/02/2012, da seguinte forma:

"O foco do PDMV concentrará suas atividades junto à sociedade e suas múltiplas organizações, tentando estimular agora não somente as organizações que se dedicam ao tema, mas principalmente as organizações não específicas, como sindicatos e diretórios estudantis."

2. O PDMV continuará a estimular a fundação de Comitês e afins, contudo deslocará sua prioridade para as grandes organizações e movimentos sociais, visando estimular seu engajamento no movimento pela Memória, Verdade e Justiça.
3. Dezenas de Comissões da Verdade surgiram, algumas apoiadas pelo PDMV, outras sem sua intervenção – indício que o assunto tinha entrada na agenda das organizações e movimentos sociais, principalmente sindicatos, movimentos camponeses, universidades, etc.
4. Surgiram Comissões da Verdade de entes governamentais instituídas por governos estaduais, legislativos estaduais e/ou municipais. A todos que procuraram o PDMV este lhe deu assessoria ou apoio político.
5. Dentro deste balanço sintético, vale apenas ressaltar algumas Comissões da Verdade Setoriais, dentre as quais:
a) Comissão da Verdade Camponesa – criada no Congresso Unitário de agosto de 2012;
b) Comissão da Verdade da CUT – criada no Congresso da CUT de 2012
c) Comissão da Verdade dos Jornalistas – criada no Congresso da FENAJ.
d) Comissão Indígena da Verdade – a partir de inciativa da APIB, entidades indigenistas e pesquisadores autônomos;
e) Comissão da Verdade da UNE – a quem foi oferecido o apoio, em seus eventos.

6. Na esfera do Estado, surgiram as Comissões da Verdade estaduais e municipais, algumas apenas do poder legislativo, merecendo destaque no âmbito federal, a Comissão Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados e outra de igual nome no Senado Federal; e na esfera estadual, as Comissões Estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.
7. Os comitês memória, verdade e justiça foram importantes na disputa pública pelos parâmetros que guiariam a Comissão Nacional da Verdade. E as comissões da verdade da sociedade civil foram muito importantes para alargar o escopo de atuação da Comissão Nacional da Verdade. Comitês, comissões, da sociedade civil, (e outros sujeitos políticos) foram importantes para que a CNV tivesse um posicionamento favorável à punição dos torturadores e comandantes da máquina estatal de tortura e morte.

OUTRAS ATIVIDADES DO PDMV DENTRO DA ESTRATÉGIA DE CAMPANHA
Além do trabalho de incentivo e apoio à formação de Comitês e Comissões da Verdade, o PDMV, executou as seguintes tarefas:

1. DEBATES - Palestras, debates e participação em seminários, em número crescente de universidades, colégios e sindicatos, em quase todas as unidades da federação;

2. EXPOSIÇÕES: Foram organizadas exposições móveis, disponibilizadas para um número elevado de instituições, eventos, congressos, usando das seguintes exposições de imagens:
a) Exposição "*Não tens epitáfio porque és bandeira"* (dedicada a Rubens Paiva), na Câmara dos Deputados;
b) Exposição *"Direito à Memória e à Verdade. A Ditadura no Brasil. 1964-1985*".
c). Exposição: "*Ausências Brasil".*
Destas três exposições, a primeira já estava disponível, as duas seguintes ainda em projeto, e assim concluídas na gestão da Ministra Maria do Rosário. Todas elas, de grande porte, exigindo custos de transporte e de logística, que, infelizmente, foram declinantes ao longo do tempo, impedindo sua utilização em maior escala, particularmente para a Exposição *"Ausências Brasil".*
E as novas exposições, mais curtas e mais leves, de fácil transporte, realizadas nesta gestão, foram usadas em maior escala:
d) Exposição: "*Verdade da Repressão. Memória da Resistência*". Foram elaborados três exemplares desta exposição, que foram disponibilizados aos comitês, entidades e movimentos da sociedade civil, para uma diversidade muito grande de atividades e lugares.
e) Exposição: *"Memória Camponesa: 1946-1988"*, igualmente disponibilizada para os movimentos camponeses.

3. MEMORIAIS: Foram efetivados dois "Memoriais das Pessoas Imprescindíveis":
a) Memorial dedicado ao Sargento inauguração do Memorial das Pessoas Imprescindíveis dedicado a Manuel Raimundo Soares, em Porto Alegre, RS – já contratado, mas inaugurado mais tarde, depois de resolvidas as pendências da prefeitura que regulamentavam o uso do espaço público;
b) Memorial aos Mortos e Desaparecidos do Espírito Santo, plantado em praça central da cidade de Vitória, ES.

4. LIVROS.
1) "*Retrato da Repressão Política no Campo*", de Ana Carneiro e Marta Cioccari editado conjuntamente pelo NEAD/MDA e PDMV/SDH/PR – segunda edição;
2) "*João Sem Terra. Veredas de Uma Luta"* – de Marcia Camarano, editado conjuntamente pelo NEAD/MDA e PDMV/SDH/PR;
3) "*Japuara. Um Relato das Entranhas do Conflito*", de Francisco Blaudes Sousa Barros, editado conjuntamente pelo NEAD/MDA e PDMV/SDH/PR;
4) "*Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*", pesquisa de Gilney Viana, editado pelo PDMV/SDH.
5. Naturalmente que todas essas atividades são importantes e que a Coordenação do PDMV tinha previsto um número maior de produtos e iniciativas, contudo as restrições orçamentárias, dificuldades burocráticas e a diminuta equipe do Projeto, impediram que fossem realizadas.

CONTRIBUIÇÕES DO PDMV À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

1. A existência da CNV, a partir de sua instalação em maio de 2012, constituiu-se em fato novo no cenário político nacional e referência para a luta por verdade, memória e justiça. Quando a CNV superou as declarações contraditórias de alguns de seus membros, reduziu-se a resistência dos Comitês e entidades que lutam pela Verdade, Memória e Justiça a terem uma atitude mais colaborativa, mas ainda permaneceram sérias dúvidas sobre a sua capacidade de fazer avançar nas investigações sobre os crimes de lesa humanidade praticados pela ditadura militar; e sobre o conteúdo do seu relatório final.
2. Nos entes governamentais como o Projeto Direito à Memória e à Verdade seu impacto foi contraditório. A orientação governamental de priorizar a CNV foi entendida muitas vezes como inibição de algumas atividades públicas, o que inviabilizou algumas iniciativas e propostas do PDMV.
3. Na linha de contribuição do PDMV à CNV, o PDMV sempre entendeu que a organização e manifestação da sociedade eram fundamentais para o bom funcionamento da CNV. E, dentro de suas limitações, trabalhou neste sentido, como já relatou.
4. Na linha de contribuição direta o PDMV/SDH apresentou à CNV quatro produtos de suas pesquisas, concentrados nas graves violações cometidas contra povos indígenas e camponeses:
a) "*A exclusão dos camponeses mortos e desaparecidos dos direitos da justiça de transição",* que apresenta a lista de 1.196 camponeses mortos e desaparecidos; e que foi publicado em livro sob o título: "*Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição"* – editado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
b) *"Camponeses atingidos por processos na Justiça Militar e o acesso aos direitos da Justiça de Transição"* pesquisa e redação do coordenador do PDMV, Gilney Viana;
c) "*Estudo do Caso do camponês Sebastião Gomes dos Santos"*, pesquisa e redação do coordenador Gilney Viana, incorporado na lista de mortos e desaparecidos da CNV;
d) O trabalho de pesquisa sobre violações aos direitos dos povos indígenas realizado pelo consultor Egon Heck, dentro do projeto "Direito à Não Repetição", adstrito ao PDMV.

CONTRIBUIÇÕES DO PDMV À COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

1. Seguindo orientação da Ministra Maria do Rosário o Projeto Direito à Memória e à Verdade procurou contribuir para os trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Dentro da estratégia de Campanha pela Memória, Verdade e Justiça, onde o papel da sociedade era dominante, o PDMV, em mais de uma oportunidade expressou as seguintes sugestões:
a) que a CEMDP adotasse uma linha mais aberta ao público em suas diligências;
b) que promovesse audiências públicas, a partir da reabertura dos casos anteriormente indeferidos;
c) que abrisse uma linha de pesquisa e análise de casos de indígenas e camponeses mortos e desaparecidos durante o período de abrangência definido pela Lei 9.140/95 e alterações posteriores;
d) que elaborasse um ante projeto de lei a ser proposto pela Ministra à Casa Civil, reabrindo o prazo para aceitação de novos requerimentos de familiares de mortos e desaparecidos; e autorização para que a própria CEMDP pudesse propor, examinar e julgar novos casos;
e) que reabrisse o caso do camponês Sebastião Gomes dos Santos, antes indeferido – sobre o qual o PMDMV colheu novos dados comprovando sua morte por ação da repressão militar.
3. Todos os trabalhos elaborados pelo PDMV foram partilhados com a CEMDP.

V. CONCLUSÕES

1. A proposta de trabalho que apresentamos à Ministra Maria do Rosário para o Projeto Direito à Memória e à Verdade era ambicioso. Embora contasse com o seu apoio político, não encontrava correspondência em dotação orçamentária e pessoal suficientes para executá-lo. Neste sentido, merecem registro, os esforços dos membros da equipe do PDMV: Silvan Carlos de Azevedo Campos e Jacqueline da Silva.
2. Contudo, este coordenador que se despede, avalia que o resultado foi positivo, principalmente devido à mobilização de centenas de pessoas e organizações da sociedade civil que se engajaram na luta pela Memória, Verdade e Justiça.

3. Considera ter contribuído para o deslocamento das pesquisas, debates, publicação de livros, exposições, seminários e outras atividades, inclusive a constituição de comissões da verdade setoriais, para os setores sociais igualmente vitimados pela ditadura militar e que estavam totalmente invisibilizados como os povos indígenas; os camponeses, os trabalhadores e os sindicalistas, igualmente vítimas da ditadura militar, mas persistentemente excluídos dos direitos da Justiça de Transição, especialmente, da Memória, Verdade e Justiça.
4. Coerente com este objetivo estratégico, este coordenador do PDMV, em debate no Senado Federal sobre o Relatório da CNV, no dia 11 de dezembro de 2014, a par de valorizar os avanços políticos contidos no Relatório da CNV registrou as críticas sobre a insuficiente pesquisa e a secundariedade a que foi relegado o relato das graves violações de que foram vítimas os indígenas e os camponeses.
5. E, para minha alegria, a última atividade que participei enquanto Coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi uma mesa de debate no Encontro das Comissões da Verdade da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015, no Rio de Janeiro, RJ.
6. Nesta última atividade oficial, repeti publicamente as palavras de Garcia Lorca em resposta à manifestação de estranheza do Professor Pedro Dallari, no Senado Federal, diante de minhas críticas ao Relatório da Comissão Nacional da Verdade, por ser membro do governo:
"*ESTOU, E SEMPRE ESTAREI COM AQUELES QUE NADA TÊM E ATÉ O NADA SE LHES QUEREM TIRAR".*

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

Gilney Amorim Viana